

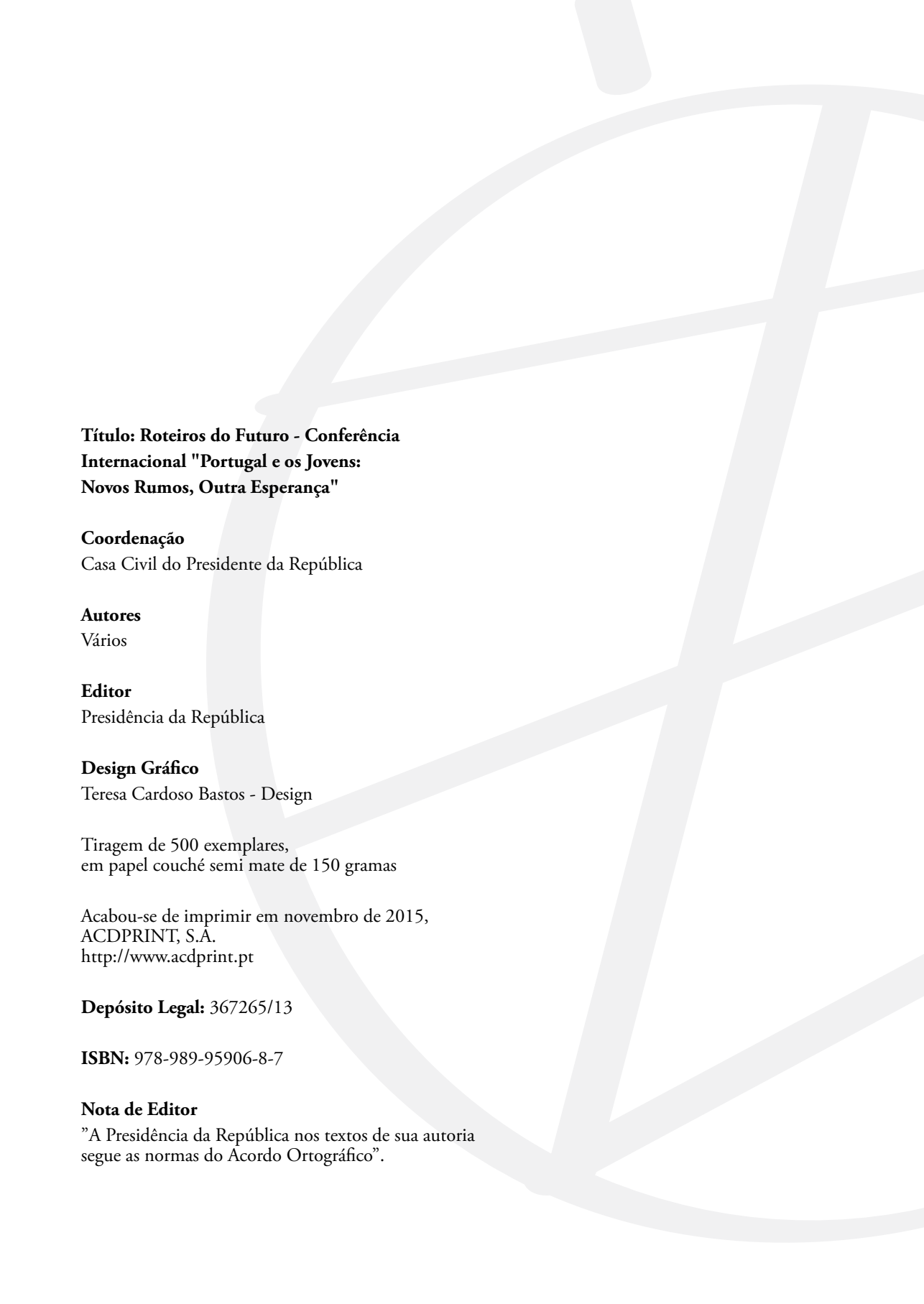
ROTEIROS DO FUTURO



PORTUGAL
E OS JOVENS
NOVOS RUMOS,
OUTRA ESPERANÇA



ROTEIROS
DO FUTURO
Previdência da República



**Título: Roteiros do Futuro - Conferência
Internacional "Portugal e os Jovens:
Novos Rumos, Outra Esperança"**

Coordenação

Casa Civil do Presidente da República

Autores

Vários

Editor

Presidência da República

Design Gráfico

Teresa Cardoso Bastos - Design

Tiragem de 500 exemplares,
em papel couché semi mate de 150 gramas

Acabou-se de imprimir em novembro de 2015,
ACDPRINT, S.A.
<http://www.acdprint.pt>

Depósito Legal: 367265/13

ISBN: 978-989-95906-8-7

Nota de Editor

"A Presidência da República nos textos de sua autoria segue as normas do Acordo Ortográfico".



ROTEIROS
DO FUTURO

Presidência da República



ÍNDICE

15 e 16 Maio 2015

Sessão de Abertura

7. Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva
11. Leonor Beleza, Presidente da Fundação Champalimaud
15. João Lobo Antunes, Comissário das Conferências "Roteiros do Futuro"

Valores e expectativas de uma geração mais qualificada

21. Carlos Azevedo
27. Relatório
 - . Marina Costa Lobo
 - . Vítor Sérgio Ferreira

Os jovens e o emprego

107. Joana Branco Lopes
111. Miguel Pina Martins
115. Mário Centeno
131. Jacqueline O'Reilly

Os jovens e a cidadania

151. Francisco Maria Balsemão
155. Miguel Pavão
163. Filipe Santos
169. Anna Horvath

Opening session

7. His Excellency The President of the Portuguese Republic, Anibal Cavaco Silva
11. Leonor Beleza, President of the Champalimaud Foundation
15. João Lobo Antunes, Routes to the Future Conferences Commissioner

Values and expectations – a more qualified generation

21. Carlos Azevedo
27. Report
 - . Marina Costa Lobo
 - . Vítor Sérgio Ferreira

Youth labour market

107. Joana Branco Lopes
111. Miguel Pina Martins
115. Mário Centeno
131. Jacqueline O'Reilly

Youth and citizenship

151. Francisco Maria Balsemão
155. Miguel Pavão
163. Filipe Santos
169. Anna Horvath

Jovens e a mobilidade

- 195. Maria Nunes Pereira
- 199. Bruno Neto
- 205. David Cairns
- 223. Pedro Couto Soares

Jovens e a cultura

- 235. Júlio Oliveira
- 239. Carlos Farinha
- 255. Francisco José Viegas

Sessão de Encerramento

- 263. Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva

Anexo

- 268. Jacqueline O'Reilly
- 282. Anna Horvath
- 304. David Cairns

Youth mobility

- 195. *Maria Nunes Pereira*
- 199. *Bruno Neto*
- 205. *David Cairns*
- 223. *Pedro Couto Soares*

Youth culture

- 235. *Júlio Oliveira*
- 239. *Carlos Farinha*
- 255. *Francisco José Viegas*

Closing Session

- 263. *His Excellency the President of the Portuguese Republic, Aníbal Cavaco Silva*

Appendix

- 268. *Jacqueline O'Reilly*
- 282. *Anna Horvath*
- 304. *David Cairns*



SESSÃO DE ABERTURA

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA



Iniciamos hoje a quarta e última edição das conferências internacionais que integram os «Roteiros do Futuro».

Sempre entendi que uma das funções primordiais do Presidente da República consiste em apontar caminhos de futuro, lançar sementes para que os agentes políticos e a sociedade civil estejam mais atentos aos problemas que nos irão afetar numa perspetiva de médio e longo prazo.

Nesse sentido, decidi promover, através da iniciativa Roteiros do Futuro, debates plurais e informados que deram voz a especialistas nacionais e internacionais sobre assuntos de indiscutível interesse coletivo.

No nosso sistema político-constitucional, o Presidente da República deve revelar independência perante as controvérsias que marcam o quotidiano da luta política, as quais têm um tempo e um lugar próprios em todas as democracias, mas que correm o risco de concentrar-se em aspetos acessórios ou efémeros da realidade, perdendo de vista uma abordagem serena e desapaixonada das questões que irão verdadeiramente condicionar as novas gerações e o futuro de Portugal.

Neste contexto, e logo na primeira conferência destes Roteiros do Futuro, foram discutidos os desafios da demografia e, em particular, da natalidade. A segunda conferência foi dedicada à reflexão sobre o posicionamento estratégico de Portugal, quer no quadro europeu, quer à escala global. Em 2014, e por ocasião das comemorações do 40º aniversário do 25 de abril, abordámos as encruzilhadas em que vivem os regimes democráticos e a necessidade de uma cultura cívica e política de compromisso que permita alcançar o desenvolvimento económico e social que todos ambicionamos.

A última edição destes encontros é dedicada aos jovens, pois serão eles os grandes intérpretes dos «Roteiros do Futuro». Serão os jovens que, no seu futuro, terão de se confrontar com os efeitos da quebra de natalidade, com o papel que Portugal assumirá na Europa e no Mundo, com as exigências de uma democracia de qualidade.

São eles os construtores da esperança dos Portugueses na edificação de uma sociedade mais avançada, mais desenvolvida, mais justa e mais fraterna.

Renovo os meus agradecimentos ao Professor João Lobo Antunes, Comissário das Conferências, e ao Professor David Justino, pela eficiência demonstrada na sua organização.

Agradeço à Dra. Leonor Beleza, Presidente da Fundação Champalimaud, que, mais uma vez, disponibilizou estas magníficas instalações para a realização desta iniciativa.

Saúdo todos os que aceitaram o convite para, com o seu saber e a sua experiência, darem corpo a esta conferência “Portugal e os Jovens”.

Senhoras e Senhores,

Ao longo dos meus mandatos, dediquei uma especial atenção à juventude. Além de um tempo da vida, a juventude representa uma parcela significativa da nossa sociedade, com problemas específicos e aspirações legítimas, a que devemos dar resposta. Para as ambições dos jovens exige-se respostas concretas, visíveis. Com meras palavras, por mais bonitas que estas sejam, não se resolvem os problemas dos Portugueses. Como dizia Florbela Espanca, «palavras são como as cantigas: leva-as o vento.»

Mais do que falar dos jovens, temos de ouvi-los. Enquanto Presidente da República, foi o que procurei fazer, promovendo inúmeros encontros com jovens, de que destaco as seis jornadas do “Roteiro para a Juventude”. A primeira, dedicada à autonomia dos jovens e ao associativismo, constituiu um momento ímpar de diálogo com dirigentes de associações académicas, jovens agricultores e empresários e criadores da indústria da moda.

A segunda jornada do Roteiro para a Juventude incidiu sobre o associativismo juvenil no campo da arte e da cultura como instrumento de emancipação económica e social dos jovens.

Em dezembro de 2009, no âmbito da terceira jornada, desloquei-me ao Porto, a Braga e a Matosinhos para conhecer de perto bons exemplos de iniciativa dos jovens nos domínios empresarial, da cidadania, da cultura, do voluntariado e da solidariedade.

No Alentejo, na quarta jornada, conheci de perto o empreendedorismo jovem no espaço rural, exemplos de boas práticas que podem ser replicados noutros pontos do País. Promovi depois uma nova jornada sobre o empreendedorismo jovem, desta feita dedicada à criatividade e inovação. Realizada na área da Grande Lisboa, deu-me oportunidade de estar novamente com representantes de associações juvenis e estudantis e jovens empresários, escutando os seus anseios e as suas preocupações, estimulando as suas ambições e vontade de vencer.

Na sexta jornada do Roteiro da Juventude, que teve lugar na área do Grande Porto, vi demonstrada, uma vez mais, a vitalidade e o dinamismo dos nossos jovens, desta vez no campo das indústrias criativas.

Considero que é dever dos titulares dos cargos públicos prestarem contas aos cidadãos pela ação que desenvolveram. A iniciativa «Roteiros para a Juventude», que decidi lançar em 2008, na sequência do Encontro que promovi sobre “Os Jovens e a Política”, e que se desenvolveu ao longo do tempo em diversos pontos do País, permitiu-me sublinhar a importância dos nossos jovens e, sobretudo, a

importância de os ouvir, em vez de falarmos em seu nome sem conhecermos de perto a realidade das suas vidas e os problemas concretos com que se defrontam.

Além destas iniciativas, devo destacar a realização de um encontro sobre os jovens e a política, no qual académicos extremamente qualificados puderam analisar, com base num inquérito rigoroso, o atual estado de afastamento da juventude portuguesa em relação à vida coletiva do seu país, problema a que ainda recentemente me referi perante a Assembleia da República.

Senhoras e Senhores,

Reunimo-nos hoje para debater «Portugal e os Jovens». Quis que, nesta Conferência dos Roteiros do Futuro, as intervenções e o diálogo fossem primordialmente protagonizados por jovens, pois os jovens não precisam que falem em nome deles. Em cada um dos quatro painéis que integram este Encontro ouviremos o testemunho de jovens cujas experiências evidenciam o seu espírito empreendedor e inconformista. É tempo de os ouvirmos, de sabermos o que pensam do seu País, de conhecermos a visão que cada um tem sobre temas tão distintos como o emprego e a cidadania, a mobilidade e a cultura.

Esta é, como todos sabemos, a geração de portugueses mais qualificada da nossa História. Mas é, de igual modo, a geração que irá enfrentar os grandes desafios deste novo milénio. Os jovens do nosso tempo terão de lidar com a incerteza de uma forma que não conhecemos no passado. À incerteza e à insegurança quanto ao futuro, alia-se a decisão sobre onde trabalhar e fazer frutificar o seu talento, em Portugal ou no estrangeiro.

Portugal não pode desperdiçar o imenso capital humano dos seus jovens. É essencial criarmos condições para atrair aqueles que, por diversos motivos, optaram por fixar-se no estrangeiro. Como já tive ocasião de afirmar, em intervenção recente na Assembleia da República, é agora, em que os laços com o seu país ainda se mantêm vivos, que devemos fazer um esforço acrescido para o regresso dos nossos jovens. Se nada fizermos, o País perderá duplamente: por um lado, perde o investimento feito na formação de uma geração de excelência; por outro lado, perde o contributo desses jovens para, com o seu talento e a sua iniciativa, ajudarem Portugal a regressar a uma trajetória sustentável de crescimento económico e de criação de emprego e riqueza.

Ao reunir, no dia de hoje, um conjunto de jovens que se destacam pelo seu trabalho e pela sua capacidade de iniciativa, manifesto a minha confiança no futuro de Portugal. Temos muitos motivos de esperança no nosso País. O maior deles, sem dúvida, é a juventude portuguesa.

Agradeço a presença de todos e, em particular, daqueles que se deslocaram do estrangeiro para hoje estarem connosco.

Da janela deste auditório contempla-se o estuário do Tejo, onde o rio se encontra com o mar. Estou certo de que esta paisagem luminosa será fonte de inspiração para a Conferência que agora se inicia.

A todos, votos de bom trabalho.

Muito obrigado.

SESSÃO DE ABERTURA

LEONOR BELEZA

(PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CHAMPALIMAUD)



Maria Leonor Beza foi nomeada Presidente da Fundação Champalimaud, por vontade do Senhor António Champalimaud.

Ao longo da sua carreira profissional destacam-se as funções exercidas como Ministra da Saúde e Secretária de Estado da Segurança Social.

Foi eleita Deputada à Assembleia da República por diversas vezes e em duas ocasiões foi eleita Vice-Presidente do Parlamento.

Em complemento ao exercício de relevantes funções públicas, teve um papel ativo no setor privado.

Maria Leonor Beza é licenciada em Direito e foi docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Senhor Presidente da República
Senhor General Ramalho Eanes
Senhores Ministros
Senhora Procuradora-Geral da República
Senhor Professor João Lobo Antunes
Autoridades, Senhoras e Senhores

É uma subida honra para a Fundação Champalimaud constituir o local – e a instituição – onde a Presidência da República promove e organiza os Roteiros do Futuro.

Virados justamente para o que aí vem, estes encontros enquadram-se na substância de como nos consideramos nesta casa que, bem para lá do cenário natural em que se insere, e da magnífica arquitetura que ostenta, é instituição de gente jovem, por ela protagonizada e para ela orientada.

Escolheu Vossa Excelência, Senhor Presidente, falar diretamente de quem – e para quem – aqui estará nas próximas décadas, quando decorre o último ano da sua presidência. Certamente quer deixar entendido que é com os olhos nesses que cá estarão que exerce o seu mandato, e do mesmo

passo sublinhar a responsabilidade fundamental face às novas e futuras gerações dos que assumem a representação política dos Portugueses. Permita-me, Senhor Presidente, que preste homenagem a esta sua visão de responsabilidade e de exigência, que tenho há décadas o privilégio de conhecer de perto, ao mesmo tempo que lhe agradeço penhoradamente a sua presença nesta Fundação, bem como, de novo e mais uma vez, a atenção e o interesse que desde o início nos dedica.

Seja então muito bem-vindo, Senhor Presidente, e sejam muito bem-vindos todos aqueles que aqui juntou nesta grande reflexão sobre o que seremos – e, sobretudo, julgo, sobre como conseguiremos ser aquilo que desejamos.

A esta Fundação, todos os dias, acorrem para trabalhar cerca de 500 pessoas. Têm formações muito diversas, carregam culturas de múltiplas partes do Mundo (35), dedicam o seu tempo a descobrir coisas novas – e, também, para melhor realizar esse objetivo, a prevenir e a tratar doenças, a ensinar e a aprender.

Somos uma das instituições mais jovens do País, na idade coletiva e presença jurídica da Fundação, como na idade dos que aqui trabalham, cuja média anda nos trinta e poucos anos.

Sei que nesta Conferência serão revelados dados apurados em inquérito aos jovens Portugueses, e, pela minha parte, tenho a maior curiosidade em ouvir esses resultados. Eles ajudar-nos-ão certamente a compreender como os próprios percecionam a sua situação, ambições e futuro, sobre os quais tanto discorremos, com base naquilo que nós próprios compreendemos ou achamos que deve ser. É claro que as reais perceções dos mais novos são determinantes para escolhas que nos afetam e afetarão profundamente em termos coletivos: se nascem ou não nascem crianças, se se procura educação e trabalho aqui ou noutra sítio, se se convive ou não com os mais velhos, qual a ligação ao País e o que se está disposto a fazer por ele.

Na Fundação Champalimaud, escolhemos deliberadamente, não só trabalhar com os melhores, mas também trazer para aqui jovens líderes cientistas, na idade em que a capacidade de arriscar e a ousadia são mais intensas. Os laboratórios desta Fundação estão cheios de gente nova, naturalmente entre os estudantes de doutoramento, mas também por aí acima, até aos chefes de laboratório e aos dirigentes dos programas.

Muitos dos jovens que aqui trabalham estão entre os mais qualificados que vivem em Portugal. Para a generalidade desses jovens, a mobilidade é uma realidade bem conhecida. Os que são portugueses estudaram e trabalharam noutros países, e escolheram o seu para esta fase das suas vidas. Os que não são portugueses escolheram uma instituição portuguesa porque nela se sentem realizados, porque aqui podem completar a sua formação ou realizar investigação de alto nível. Muitos estarão aqui por mais tempo, outros escolherão, a determinada altura, outras instituições e/ou outros países. Todos trazem coisas novas quando vêm, e os que saem daqui levarão alguma coisa de nós.

Todos constituem uma sociedade mais diversa, mais plural, mais habituada ao convívio com os outros. E esse será, em qualquer cenário, um dado das próximas décadas.

A mobilidade, com múltiplas questões associadas, será justamente tema desta Conferência. Estou certa de que não será tratada apenas do ponto de vista da visão de “perda” nacional, mas também do dado inescapável das sociedades modernas, em que os horizontes se alargam, os espaços são muito maiores, as experiências mais variadas, e o conhecimento se enriquece em presenças e lugares ao longo da vida. Os Portugueses que fizeram Erasmus, e todos os Europeus que por aí passaram, já não

imaginarão um Mundo como nós, os mais velhos, conhecemos, e os que vi chamar os bebês Erasmus, aí estão para definir as pertenças em novos termos.

Quando falamos nos jovens, e na sua mobilidade, mesmo para nos queixarmos daquilo que não temos, falamos na verdade de uma parte admirável deste Mundo que não existia na minha juventude.

Na ciência, falamos de um Mundo indispensável. As publicações, que em grande medida servem para avaliar o êxito da atividade científica, denotam o esforço comum de cientistas que, situados em laboratórios dos seus países ou de países que não são os dos seus passaportes, em conjunto vão desbravando o desconhecido. Há décadas que se habituaram a circular, e a trabalhar por afinidades que não assentam no lugar de nascimento.

Permita-me, Senhor Presidente, que termine com uma reflexão baseada também na experiência que temos vindo a adquirir na Fundação.

Portugal progredirá mais se tiver jovens. Sabe isso o Senhor Presidente melhor do que ninguém, e não esperou por ninguém para alertar-nos a todos para isso mesmo.

Acredito também que o nosso País tem condições para poder ser um dos Países mais atrativos do Mundo para os jovens.

Não é apenas porque somos um país lindíssimo, abençoado por um clima ameno, seguro, com cidades de escala humana e oferta sofisticada. Aprendemos há muito a misturar-nos com pessoas de outras culturas e de outras latitudes, e gostamos desse convívio. Sentimos com essas outras pessoas alegrias e tristezas. E somos capazes de partilhar sucessos. Sobretudo podemos criar os ambientes, as empresas e as instituições de investigação que sabem inovar e atrair. Somos bons a competir por financiamento, somos bons a criar coisas novas.

Saibamos utilizar plenamente as nossas capacidades e conformar as nossas ambições.

Se não, não saberemos como seremos capazes de reter os nossos jovens. Se não formos atrativos para os jovens em geral, também os nossos não quererão ficar.

Não podemos pensar só em proteger e saber resolver os problemas e as necessidades das pessoas, e nomeadamente dos jovens. Devemos sobretudo centrar-nos em ajudá-los a maximizar as suas capacidades – talentos, criatividade, resiliência natural – permitindo-lhes exercer o poder de governar as suas vidas e de realizar contribuições positivas.

SESSÃO DE ABERTURA

JOÃO LOBO ANTUNES

COMISSÁRIO DAS CONFERÊNCIAS ROTEIROS DO FUTURO



Foi há quatro anos que o Senhor Presidente da República decidiu levar a cabo as conferências que designou como Roteiros do Futuro.

Foi-me concedida a honra de ser Comissário deste ciclo e, com essa honra, veio o enorme prazer de colaborar com o Prof. David Justino que foi inventado, com a sua imensa sabedoria e experiência, a forma de dar corpo à ideia fundadora.

Era vontade do senhor Presidente que se trouxesse a debate, pela voz de participantes da mais distinta qualificação, temas que fossem de evidente relevância para a sociedade portuguesa e para o país, pela largueza da sua amplitude e pela oportunidade das matérias que tratavam.

Começámos com a questão da natalidade e concluímos com a interrogação perplexa sobre como será o destino da nossa juventude. De certo modo se encerra um arco que cobre a questão decisiva da renovação da gente de um país.

Neste percurso tratámos também do nosso destino como nação, e que peso teríamos de ganhar na balança da Europa e do Mundo. Defendeu-se a convicção de que esse peso dependia em grande parte da nossa capacidade de encontrar um equilíbrio virtuoso entre os valores da democracia, a cultura do compromisso e a importância do conhecimento, da inovação e da competitividade para o desenvolvimento do país. Foi com esta reflexão, independente e sem preconceitos, que celebrámos os 40 anos do 25 de Abril.

Ao acordarmos a sociedade civil e os responsáveis políticos para o gravíssimo problema da baixa de natalidade, um fenómeno social complexo pelo intrincado das suas causas, percebemos também que a relativa negligência em relação esta matéria, era em parte devido à consideração imprudente de que as consequências do fenómeno se fariam apenas sentir num futuro distante.

O exercício hoje lançado é igualmente complexo, mas parece tocar no futuro imediato, pois na essência, ser jovem significa viver hoje o próprio futuro.

É claro que, quer os atributos, quer as atribuições da juventude, não são necessariamente limitados por uma cronologia fixa da idade. Poderá argumentar-se que o que nos interessa tratar importa àqueles que no último segmento da adolescência assumem plenamente os direitos, os deveres e as responsabilidades da cidadania. A verdade porém é que as ciências do cérebro nos ensinam que a adolescência não é um simples período de transição tempestuoso e incómodo, uma passagem, que todos desejam ser o mais fugaz possível, da infância à vida adulta. É sim, um tempo de um extraordinário dinamismo biológico, que é decisivo para a aquisição de aptidões que permitem a navegação inteligente na sociedade e no mundo, de reconhecer valores morais como a dádiva altruísta de um esforço, cooperar, partilhar, formular com clareza escolhas ou preferências. Na realidade sabe-se hoje que o pleno amadurecimento cerebral não está completo antes dos 25 anos. Até lá os mecanismos que controlam o medo, a impulsividade ou a percepção do risco, ainda não exercem uma soberania adulta.

Este é também um tempo de uma exuberante plasticidade em que a família, a escola e o ambiente em que se cresce gravam, decisivamente, um destino. E é desse destino que se irá tratar nestes dois dias, tentando perceber para onde levam os novos rumos que esta geração escolheu, e que não tolera mais que lhes sejam impostos, admitindo contudo que cabe à sociedade dar-lhes pelo menos instrumentos de felicidade, de modo a realizarem o que aspiram, mesmo quando tal aspiração ainda é apenas pressentida.

Assim, a questão do emprego não se esgota na garantia de um sustento, mas no bom préstimo que se pode dar ao talento com que se nasceu, à vocação que se pretende cumprir e às capacidades que se cultivaram. Só assim se pode conseguir que cada um de nós, na expressão de um sábio, não morra com a canção dentro de si.

Mas este é também o tempo próprio para a aprendizagem do cidadão, das regras de convívio democrático, da assunção das primeiras responsabilidades na pólis. E esta forma júnior de cidadania tem de começar, obrigatoriamente, pela aprendizagem da liberdade, de tal forma que não haja dúvidas no seu espírito de que a liberdade é, simultaneamente, um meio e um fim, e uma condição indispensável de justiça e, portanto, de felicidade.

É também esta liberdade que nos garante uma mobilidade única, cuja irrequietude nem a minha geração, nem a que se lhe seguiu, alguma vez conheceu. O mundo real e virtual é o espaço onde flutuam, mais independentes, mas também mais frágeis porque a moderna sociedade do conhecimento é igualmente, a nova sociedade do risco.

Aquilo que habitualmente se designa como a cultura das massas conheceu uma expressão extraordinária nas três décadas que se seguiram à II Grande Guerra. Entre nós foi necessária uma revolução para que esta revolução aqui desembarcasse. Mas permanece a questão de como tornar interessante

aquela obra de ficção cuja leitura exige tempo e silêncio, ou a obra de arte cuja ambiguidade desafia quem a olha, ou escutar a música de uma outra complexidade melódica? E o que se perde quando se dispensa o ensino das humanidades, que têm como domínio comum o estudo, a contemplação e a exploração do que significa realmente ser humano? É que, alguém apontou com pertinência, só as humanidades podem tratar o sentimento que jaz mais profundamente no cerne do nosso espírito, isto é, a incerteza. E também só as humanidades nos fornecem os meios necessários para desenrolar o novo complexo da modernidade.

Um último ponto. Uma das benesses intangíveis que é concedida a um professor é o prazer que se colhe do convívio de sucessivas gerações de jovens que vamos tentando ensinar e, se possível, educar. Como insistia um famoso ensaísta se há doença crónica que deve contagiar todo o professor, essa é a doença do optimismo. É este também que nos conduz a novos rumos e a outra esperança.

VALORE
EXPECTA
DE UMA
GERAÇÃO
QUALIF

ESSE
ATIVAS

NO MAIS
QUALIFICADA

VALORES E EXPECTATIVAS
DE UMA GERAÇÃO MAIS
QUALIFICADA

VALORES E EXPECTATIVAS DE UMA GERAÇÃO MAIS QUALIFICADA

PRESIDENTE DO PAINEL

CARLOS AZEVEDO
(IES-ESLIDER)



Fundador e Presidente da Direção da ESLIDER PORTUGAL – Rede Nacional de Líderes do Terceiro Sector é Diretor Académico do IE - Instituto de Empreendedorismo Social – *Social Business School*, na Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto (UCP-CRP).

Membro do Conselho Científico da Pós-graduação Internacional em Empreendedorismo Social e docente na disciplina de Inovação Social na Escola Superior de Tecnologia da Saúde – Instituto Politécnico do Porto. Diretor não executivo da EUCLID-NETWORK – Rede Europeia de Líderes do Terceiro Sector.

Foi investigador associado na *Business School for the World* do INSEAD, de Março de 2013 a Dezembro de 2014, no desenvolvimento de uma ferramenta de avaliação de competitividade de iniciativas de empreendedorismo social.

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão (UCP-CRP).

Olá. Muito boa tarde a todos e a todas. Senhor Presidente da República. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que me foi feito e que aceitei com muita honra. É um prazer estar aqui e poder presidir a esta mesa com tão ilustres convidados. Gostava também de saudar a comissão que está – e que organizou esta iniciativa, Roteiros do Futuro, que reputo de extremamente importante, dada a situação em que vive o país, mas também aquilo que são os desafios com que nos confrontamos e que todos desejamos, enquanto coletivo, resolver – nas pessoas do Prof. David Justino e também do Prof. Lobo Antunes.

Antes de dar a palavra às pessoas que vêm apresentar o estudo, eu gostava de deixar duas ou três notas que me parecem particularmente interessantes e importantes nesta fase. Eu costumo usar algumas metáforas e a metáfora que encontro para representar aquilo que me vai na alma, aliás, duas das metáforas, tem a ver com a transição que eu acho que todos temos de fazer enquanto país, e essa transição está na mão dos jovens. Há uma história, da qual eu gosto muito, que é o mito de Sísifo, que conta a história de um semideus que foi condenado, até à eternidade, a rolar uma pedra até ao cume

da montanha. E ele fez isto, enfim, porque portou-se mal. Mas na realidade este é o sinal do trabalho inglório, de todos os dias recomeçarmos um trabalho que não tem fim. Mas há uma outra história de um titã, Prometeu, que também foi condenado, até à eternidade, a ficar agrilhado a uma pedra. E Prometeu foi condenado a esta sentença porque roubou o fogo aos deuses e deu-o aos humanos. Só que, depois de milhares de anos agarrado a esta pedra, ele conseguiu libertar-se das correntes e voltou a fazer exatamente a mesma coisa, voltou a roubar o fogo aos deuses e a devolvê-lo aos humanos. E é exatamente com esta história que nós, jovens, nos identificamos, este sinal de resiliência, de empreendedorismo, em muitos casos de sofrimento; mas é uma crença inacreditável que Portugal é o nosso país, é por Portugal que nós lutamos todos os dias, e é por Portugal que nós, enfim, dedicamos toda a nossa energia e queremos ajudar a construir um país melhor e um futuro melhor. Isto representa muitos daqueles valores que eu vejo na geração e nas pessoas desta geração com quem eu me cruzo: esperança, pessoas que não ficam à espera que as coisas aconteçam, mas que fazem acontecer. Que valorizam e que esperam que seja valorizada a meritocracia, porque há muita gente boa e que merece ser reconhecida por aquilo que faz. Que valoriza muito o que é a intangibilidade e cada vez menos a tangibilidade, aquilo que são as grandes infraestruturas, as grandes obras, mas começa a procurar no terreno com soluções que valorizam os recursos endógenos, recursos abundantes, a resolução de problemas da sociedade. É a geração mais qualificada de sempre e é simultaneamente uma geração muito resiliente. E há uma outra característica, e a última, que é: hoje temos uma geração que valoriza a criação de valor para a sociedade. Eu sou economista e fui durante muitos anos ensinado que a eficiência tem a ver com a afetação de recursos escassos a necessidades que são ilimitadas; fui ensinado que deveria maximizar o lucro. Mas aquilo hoje é que esta geração também foi ensinada – e aprendeu – que esta valorização do imediato e do lucro, não é o caminho, é um meio para atingir um caminho e esse caminho é, de facto, gerar valor para a sociedade.

E por isso aquilo que nós fazemos, e os empreendedores com que eu me cruzo faz, é abanar o sistema, é abanar as estruturas através de soluções que ganham rapidamente escala e conseguem transformar a sociedade. E temos vários exemplos que mostram como Portugal pode ser diferente. Temos a maior rede de empreendedores sociais da Europa, focados na criação de valor, focados em pequenas soluções que ganham escala e que já estão a ser exportadas. Somos o primeiro país da Europa que tem todas as iniciativas de empreendedorismo social totalmente mapeadas. Somos o país que tem o FAZ-IOP (FAZ – Ideias de Origem Portuguesa), que consegue mobilizar a diáspora para resolver problemas sociais e da sociedade portuguesa. Temos a primeira Social Business School do mundo, que capacita, inspira, investiga sobre o que é o empreendedorismo social e como pode ser usado para resolver os problemas. Portanto, de facto, temos os recursos, temos as condições, temos o clima, temos a estabilidade e a paz que nos permitem superar os nossos desafios.

O estudo que vai ser apresentado agora é particularmente importante no sentido em que nos vai dar um panorama daquilo que os jovens sentem e, se calhar, apontar algumas pistas para aquilo que podem ser caminhos futuros. Para isso temos dois convidados: a Marina Costa Lobo, ao meu lado direito, que é doutorada em Ciência Política pela Universidade de Oxford e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; e o Vítor Sérgio Ferreira, ao meu lado

esquerdo, investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, é coordenador do Observatório Permanente da Juventude e doutorado em Sociologia no ISCTE, que eu convido a apresentarem o estudo que resulta do inquérito que fizeram aos jovens.

Muito obrigado, Vítor e Marina. Para concluir – em dois minutos, porque já excedemos o nosso tempo, podem culpar o moderador –, dizer duas ou três coisas. A primeira tem a ver com as conclusões: de facto, são preocupantes. Aquilo que tem a ver com o desemprego, e a perceção do desemprego estrutural e da falta de oportunidades, a valorização da estabilidade e da segurança. Em muitos casos, o que o estudo nos mostrou é que o empreendedorismo não é uma solução para os jovens; que, em muitos casos, isso depende das condições socioeconómicas; que há uma valorização da mobilidade por quem já passou por ela; que, do ponto de vista político, apesar de a satisfação crescer com a idade, há uma perceção de que há coisas a mudar, há uma atitude menos positiva, diria eu, e portanto há muito trabalho para fazer.

Aquilo que de alguma forma eu gostaria de dizer, para terminar, tem a ver com o seguinte e com aquilo que também tem sido a minha experiência junto de muitos empreendedores sociais, que têm uma motivação muito grande em transformar a sociedade, e aquilo que fazem é transformar problemas em oportunidades. E quando isto acontece, tudo muda. Não estão à espera de um governo, de um Estado que de repente venha, se quiserem, apadrinhar aquilo que é feito. Não. Comprovam, no terreno, que é possível mudar as coisas e, normalmente, aquilo que acontece é que o Estado vem a reboque. Há uma institucionalização destas soluções e temos muitos exemplos do que tem acontecido nos últimos anos e como de repente se institucionalizou pequenas soluções que vieram de empreendedores sociais jovens.

Portanto, eu diria que o sistema tem de mudar, vai mudar e nós não nos demitimos desta responsabilidade, enquanto jovens, de mudar o sistema através das nossas pequenas soluções e de continuar a transformar problemas em oportunidades para o país. E eu diria mais – parafraseando Kennedy, que é «se não agora, quando?» – se não nós, quem? E nós estamos cá.

Muito obrigado.

EMPREGO, MO
POLÍTICA E LA
SITUAÇÕES E A
DOS JOVENS
PORTUGUESE
PERSPETIVA CO

*MOBILIDADE,
LAZER:
SITUAÇÕES E ATITUDES*

*S NUMA
PERSPECTIVA COMPARADA*

*EMPREGO, MOBILIDADE,
POLÍTICA E LAZER:
SITUAÇÕES E ATITUDES
DOS JOVENS
PORTUGUESES NUMA
PERSPETIVA COMPARADA*

VALORES E EXPECTATIVAS DE UMA GERAÇÃO MAIS QUALIFICADA

MARINA COSTA LOBO
(ICS-UL)



Doutorada em Ciência Política pela Universidade de Oxford, com uma tese sobre o Poder do Primeiro-Ministro e o funcionamento do Governo no Portugal democrático, é Investigadora Principal do Instituto de Ciências Sociais, onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. Tem publicado sobre instituições e partidos políticos em Portugal, destacando-se o seu mais recente trabalho Portugal e a Europa: novas cidadanias (2013).

Coordenou o estudo e a elaboração do Inquérito à Juventude Portuguesa para apresentação na presente Conferência Portugal e os Jovens, promovida pela Presidência da República.

VÍTOR SÉRGIO FERREIRA
(ICS-UL)



Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

É vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude (OPJ|ICS-UL), um programa de estudos e de divulgação científica do ICS-UL sobre realidades juvenis em Portugal e no mundo.

Doutorado em Sociologia pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, coordena o projeto de investigação “Tornando Profissões de Sonho Realidade: transições para novos mundos profissionais atrativos aos jovens”, onde pesquisa diferentes formas de inserção profissional de jovens que pretendem ser *Chefs* de cozinha, futebolistas, modelos e *DJs*.

Participou no estudo e elaboração do Inquérito à Juventude Portuguesa para apresentação na presente Conferência Portugal e os Jovens, promovida pela Presidência da República.

(COAUTORIA) JUSSARA ROWLAND

1. Introdução

Os desafios que se apresentam à sociedade portuguesa num quadro de crise económica que se arrasta há vários anos são múltiplos, abarcando importantes questões sociais, económicas, mas também políticas. Os jovens constituem um grupo social onde os desafios colocados exigem um estudo mais aprofundado. São, desde logo, mais qualificados do que qualquer outra geração em Portugal, com variadas oportunidades de mobilidade no contexto da União Europeia, e com um espectro de experiências de lazer mais diversificado em comparação com anteriores gerações. Apesar disso, podemos afirmar que este grupo social tem sido desproporcionalmente afetado pela presente crise económica.

A subida do desemprego para a população em geral tem marcado o agravamento da crise desde 2011, atingindo um pico de 17,8% em Portugal em Janeiro de 2013 (Eurostat). Desde então tem-se verificado alguma descida na taxa de desemprego, que se mantém apesar disso em níveis elevados. Segundo as estimativas mais recentes (provisórias) do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego foi de 13,7% em Março 2015, menos 0,1 pontos percentuais do que em Fevereiro e menos 1,2 pontos percentuais face ao período homólogo.¹ Mesmo assim, apesar desta melhoria, e segundo dados recentes da OCDE, reportando a Fevereiro de 2015, Portugal é um dos países da zona euro onde a taxa de desemprego jovem permanece “excecionalmente elevada” atingindo 35% dos portugueses entre 15 e 24 anos, a par da Grécia (51,2%, dados de Dezembro, os últimos disponíveis), Itália (42,6%) e Espanha (50,7%).²

A par desta evolução negativa no emprego, existem evidências que apontam para uma relação não isenta de tensões entre os jovens e a política. É certo que, tal como na questão do emprego, as tendências são comuns para o conjunto da sociedade portuguesa, mas há questões – nomeadamente a abstenção - que marcam em particular a relação da juventude com a política. O presente relatório, elaborado a partir de um inquérito à opinião pública representativo da população e da juventude portuguesa, pretende dar um contributo para a compreensão dos comportamentos e atitudes sociais e políticas da juventude em comparação com o resto da sociedade portuguesa nestas temáticas.

O inquérito à opinião pública sobre o qual se baseia este Relatório foi realizado entre 6 e 17 de Março de 2015. O universo incluiu indivíduos com 15 anos e mais, residentes em Portugal continental. A amostra foi desenhada por quotas e integra uma componente base de 1254 entrevistas, as quais foram complementadas com um *boost* de 358 entrevistas a inquiridos entre os 15 e os 34 anos. A amostra total foi, assim, constituída por 1612 entrevistas. A delimitação da idade à qual corresponde a categoria “juventude” não é consensual, nem uniformemente aplicada quando se analisa o fenómeno. No entanto, e porque existe atualmente uma tendência para um prolongamento dos modos de vida associados à condição juvenil a escalões etários mais avançados, bem como para o adiamento etário dos principais marcadores de entrada na idade adulta, optámos por caracterizar

1 INE, Estatísticas do Emprego, 1º trimestre de 2015, 6 de Maio de 2015.

2 OECD, Harmonised Unemployment Rates, OECD, Atualizado Fevereiro 2015. Acessível em <http://www.oecd.org/newsroom/harmonised-unemployment-rates-hurs-oecd-updated-february-2015.htm>

os jovens como aqueles que, à data de realização das entrevistas, tinham entre 15 e 34 anos. Na apresentação dos resultados, porém, dividimos estes inquiridos jovens em dois grupos: o primeiro com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, e o segundo entre 25 e 34 anos. Dessa forma, fizemos distinguir etariamente entre “jovens” e “jovens adultos”.

Este estudo centra-se em quatro temas, a saber, o emprego e a empregabilidade, a mobilidade, a política e o lazer dos jovens. Cada secção segue em traços gerais uma estrutura comum: em primeiro lugar, fazemos uma breve contextualização de cada um dos temas apresentando dados internacionais comparativos recentes. De seguida, analisam-se os principais resultados dos estudo, comparando as atitudes e os comportamentos dos jovens e da população adulta. Em algumas questões consideradas mais importantes aprofundaremos a análise, olhando para o perfil sociodemográfico dos jovens e a forma como esse perfil os diferencia em termos de atitudes e comportamentos. Na secção sobre política e juventude iremos também fazer uso de dados idênticos recolhidos em 2007, oferecendo assim uma perspetiva longitudinal que nos permite compreender em que medida a crise económica afetou as atitudes e comportamentos dos jovens portugueses em relação à política. Nas conclusões procuraremos traçar um retrato da juventude portuguesa no que diz respeito a estas dimensões de análise, centrais para a compreensão tanto do presente como do futuro do nosso país. Antes porém de passarmos ao capítulo seguinte, apresentamos um quadro que resume brevemente as principais conclusões do Relatório.

Conclusões Principais do Relatório:

Atitudes perante o desemprego

- As taxas de desemprego atingiram cerca de 1/3 da população jovem entre 15-24 anos, situação que arrisca tornar-se estrutural, considerando que mais de 50% dos jovens adultos desempregados entre 25-34 anos já se encontra nessa situação há mais de um ano.
- As qualificações superiores continuam a oferecer uma certa proteção contra as formas mais excludentes do mercado de trabalho.
- Em situação de desemprego, os jovens são a faixa etária que mais ativamente tende a diversificar as suas estratégias para sair dessa situação.
- A possibilidade de vir a perder o seu emprego revelou-se uma preocupação crescente e transversal à sociedade portuguesa, embora os trabalhadores mais jovens (15-24) sejam mais otimistas quanto à possibilidade de virem a encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo.

Empregabilidade e valores do trabalho

- A maioria dos portugueses considera que a principal causa do desemprego juvenil é haver “cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho”.
- O empreendedorismo é uma estratégia residual entre os jovens desempregados. Trata-se de uma predisposição que, entre os jovens empregados, se manifesta sobretudo entre quem já foi ou é

patrão ou trabalhador por conta própria, e quem vive em melhores condições socioeconómicas e tem mais qualificações.

- O valor da “estabilidade” e “segurança” no domínio do trabalho continuam a ser as orientações dominantes entre os mais jovens.

Mobilidade estudantil e laboral

- As novas gerações mais escolarizadas têm apresentando valores mais elevados de mobilidade estudantil internacional a nível do ensino superior.
- Os valores de mobilidade laboral para o estrangeiro no passado são quase idênticos para os jovens com níveis de escolaridade mais elevados e menos elevados. As inserções laborais são porém distintas: os jovens pouco qualificados tendem a ter experiências de trabalho permanente, enquanto os estágios são mais comuns entre os mais qualificados.
- A predisposição para a mobilidade laboral internacional é mais elevada entre os jovens e jovens adultos do que nos restantes grupos etários.

Atitudes perante a política

- Os jovens estão acima da média nacional no que diz respeito à satisfação com a democracia, mas também são aqueles que menos procuram notícias sobre política, menos pertencem a partidos, participam pouco em associações cívicas (com exceção de grupos desportivos e associações juvenis e estudantis), e envolvem-se pouco em atividades cívicas e políticas. Quanto à identificação partidária, menos de um terço dos jovens afirma ter simpatia por um partido.
- Os jovens adultos (25 e 34 anos) consomem o dobro das notícias sobre política; estão acima da média nacional na pertença a partidos políticos, sindicatos, associações ou ordens profissionais, grupos desportivos, grupos culturais ou de lazer, e outros tipos de associações sem fins lucrativos. Estão também acima da média nacional no desempenho de atividades cívicas e políticas. Quanto à identificação partidária, a percentagem de jovens adultos que tem simpatia por um partido é o dobro da dos mais jovens, e próxima da média nacional.
- Existe um padrão curvilíneo na relação entre as atitudes e comportamentos políticos e a idade. Os mais jovens e os mais idosos são os que apresentam atitudes menos positivas (com exceção da satisfação com a democracia) e menos participação na política. Este padrão sugere que estamos perante tendências de ciclo de vida – quando os mais jovens se tornarem jovens adultos a tendência será para exercer uma cidadania mais ativa, próxima da média nacional.
- O exercício da cidadania entre os jovens em Portugal está associado à existência de recursos cognitivos (nível de escolarização), socioeconómicos (rendimento) e políticos (identificação partidária).
- Do ponto de vista longitudinal, existe um declínio – por vezes bastante acentuado – nos indicadores selecionados que indicia uma quebra na qualidade da democracia em Portugal, pelo menos no que concerne a relação dos jovens com a política.

Lazeres e usos de TICs

- As atividades culturais e de lazer são mais praticadas pelos jovens, especialmente as atividades de carácter generalístico praticadas fora de casa (atividades físicas e desportivas ou radicais, idas ao cinema, idas a espetáculos desportivos, idas a festivais de música).
- A prática de atividades culturais e de lazer é em larga medida definida pelas condições culturais e socioeconómicas dos indivíduos.
- O acesso à internet é também muito marcado por clivagens geracionais, sendo generalizado para a quase totalidade da faixa dos 15 aos 24 anos.
- As finalidades de uso da internet apresentam perfis de utilização diversificados que diferenciam os homens (*download* de filmes e séries, jogos) das mulheres (informação e leitura); os jovens (lazer) dos jovens adultos (fins mais utilitários).

2. Atitudes perante o desemprego como realidade e possibilidade

Os jovens portugueses de hoje vivem uma condição social paradoxal: nunca em Portugal uma geração foi tão qualificada, acalentando ao longo do seu percurso escolar aspirações e expectativas elevadas quanto ao valor de empregabilidade dos diplomas a que tiveram acesso em todos os graus de ensino – ou seja, o valor atribuído a esse instrumento no acesso a um posto de trabalho equivalente às qualificações que certifica, a formas mais estáveis de emprego e, em última instância, até mesmo no acesso a um posto de trabalho *tout court*.

Todavia, no recente contexto de crise económica, essas aspirações e expectativas socialmente nutridas pela escola e a família, entre outras instâncias sociais, têm-se visto em grande medida frustradas pelas crescentes dificuldades que os jovens portugueses de hoje têm vivido nos seus processos de inserção profissional – dificuldades essas que, como vários estudos indicam, têm tido impactos marcantes na gestão da vida quotidiana dos jovens, bem como no delineamento e concretização de projetos futuros que vão muito além da vida profissional (mas que desta dependem em grande medida, como a autonomização habitacional, a conjugalidade e a parentalidade, por exemplo) (Pais, 2001, 2012; Guerreiro e Abrantes, 2004; Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011; Ferreira e Nunes, 2014).

Num cenário de notável progressão da escolarização dos segmentos juvenis da população portuguesa, de acrescida dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, e onde as formas de transição para a idade adulta são feitas de cenários e itinerários cada vez mais incertos e arriscados (Almeida e Vieira, 2013; Vieira, Ferreira e Rowland, 2015), existirão diferenças nas atitudes, valores e expectativas perante o (des)emprego e o trabalho entre jovens e adultos? E entre os próprios jovens, existirão diferença entre determinados perfis sociais? Estas foram as questões fundamentais que orientaram o módulo dedicado ao Emprego, Empregabilidade e Trabalho.

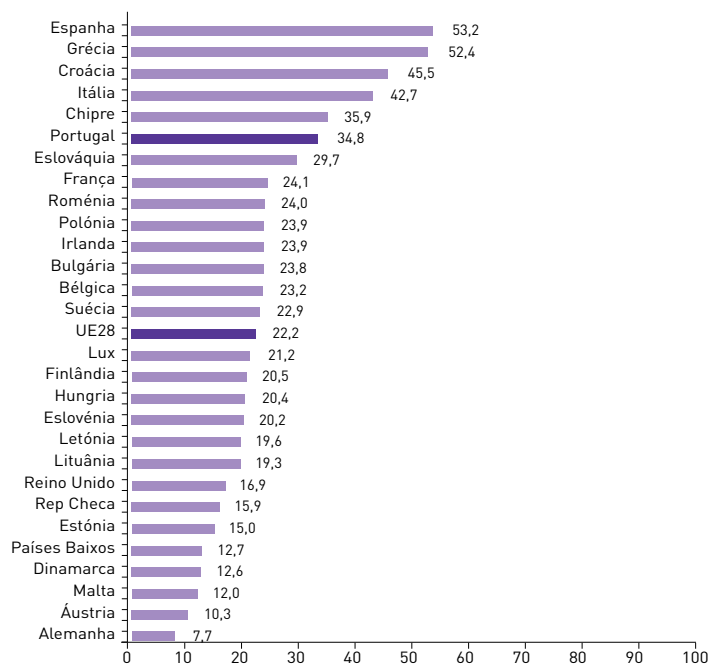
2.1. O desemprego como realidade

2.1.1 Taxas de desemprego juvenil

Não sendo específicas ao caso português, as dificuldades acrescidas no acesso dos jovens ao mercado de trabalho são vividas com intensidades diferenciadas no espaço europeu. Em Portugal, a taxa de desemprego juvenil entre 15-24 anos apresentava, em 2014, um valor substancialmente mais elevado do que a média europeia: 34.8% vs. 22.2%, respetivamente. Os países do Sul da Europa – nomeadamente a Espanha e a Grécia, com taxas de desemprego juvenil que ultrapassam a metade da população ativa, mas também a Itália, Chipre – são os contextos nacionais onde as dificuldades de inserção no mercado de trabalho se sentem com intensidade acrescida, países onde a crise económica na zona Euro eclodiu em maior escala, sendo também os países onde, tradicionalmente, as transições juvenis são menos apoiadas pelo Estado Social (Walther, 2006; Pohl e Walther, 2007).

Fig 2.1 - Taxa de desemprego dos jovens entre 15-24 anos, em 2014 (média anual), na UE28 (%).

Fonte: Eurostat.



O último quinquénio foi, efetivamente, particularmente penalizador das inserções profissionais juvenis em Portugal, com taxas de desemprego entre a população jovem entre 15-24 anos que atingiram os 38% (INE, 2013). Particularmente penalizados foram os jovens com qualificações mais baixas: a taxa de desemprego população jovem entre 15-24 anos em 2014 era de 55.5% entre os que detinham qualificações apenas ao nível do 1º ciclo do ensino básico, descendo progressivamente à medida que aumenta o nível de escolaridade, atingindo os 31.7% entre os jovens da mesma faixa etária com o ensino superior.

Mas mesmo entre os segmentos juvenis mais qualificados, as taxas de desemprego subiram abruptamente de 29.4% em 2011 para 39.3% em 2012, sendo que na sua descida nos dois últimos anos terá que ser lida à luz de fatores como o aumento do fluxo imigratório entre esta população, bem como a crescente disponibilidade de muitos destes jovens em aceitar postos de trabalho não adequados ao seu grau de qualificação.

Quadro 2.1 - Taxas de desemprego em Portugal entre 2011-2014, por grau de escolaridade (%).
 Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (médias anuais)

Ano	Total	Nenhum	Básico-1º ciclo	Básico-2º ciclo	Básico-3º ciclo	Secundário ou Pós-secundário	Superior
Taxa de desemprego população portuguesa							
2011	12,7	11,6	10,8	13,9	16,1	13,4	9
2012	15,5	14,4	13,3	16,5	18,5	17,6	11,6
2013	16,2	17,3	14,1	18	18,6	17,4	12,6
2014	13,9	13,9	12,7	15	16,6	15,3	10
Taxa de desemprego população jovem 15-24 anos							
2011	30,3	-	-	36,5	31,1	27,3	29,4
2012	37,9	-	-	38,9	39,1	35,8	39,3
2013	38,1	-	-	44	38,5	36	37,5
2014	34,8	-	55,5	48,2	37,1	32	31,7
Taxa de desemprego população jovem 25-34 anos							
2011	14,1	-	21,6	16,5	15,2	12,4	12,4
2012	18,1	-	29,3	21,5	18,2	16,9	16,7
2013	19	-	36	24,6	19,2	16,4	17,8
2014	15,5	42	31	21	15,2	14,9	14

Se se comparar os dados oficiais dos jovens entre 15-24 anos com os dos jovens adultos entre 25-34 anos, verifica-se uma acentuada descida das taxas de desemprego na transição para esse escalão etário: no ano de 2014, a taxa anual de desemprego desce de 34.8% entre os jovens de 15-24 anos, para 15.5% entre os jovens adultos de 25-34 anos. Quer isto dizer que, em termos estruturais, aquilo a que normalmente se chama de “desemprego juvenil” se trata, sobretudo, de um fenómeno de “desemprego de inserção”, marcado por momentos de intermitência temporária na entrada no mercado de trabalho. De facto, entre os jovens-adultos com qualificações equivalentes ou mais elevadas que o 3º ciclo do ensino básico, as taxas de desemprego são muito equivalente às taxas médias de desemprego encontradas para a população portuguesa com níveis de escolaridade equivalente.

No entanto, entre os jovens adultos com níveis de escolaridade abaixo do 3º ciclo do ensino básico, os valores do desemprego são substancialmente mais elevados que a média das taxas de desemprego para a população geral com escolaridade equivalente. O que quer dizer que existe uma forte probabilidade de situações de “desemprego de inserção” se tornarem, a prazo (ou ao longo do curso de vida), em “desemprego como condição” entre estes jovens menos qualificados, com risco de a precariedade estruturar o seu modo de vida.

Com efeito, uma certa instabilidade e flexibilidade sempre fez parte integrante dos processos juvenis de transição para a idade adulta, nomeadamente das transições para o mercado de trabalho. A própria noção de «experiência», nomeadamente de experiência profissional, faz parte integrante da condição juvenil. Contudo, o grande risco, hoje, é que essas formas mais instáveis e flexíveis de transição juvenil se venham a transformar em condição social na idade adulta, onde situações de trabalho intermitente, oscilando entre situações de trabalho independente legal ou ilegal, estágios, part-times, bolsas, acumulações de empregos, biscates, e todo o manancial de formas de emprego outrora chamadas “atípicas”, se vão institucionalizando como típicas, estruturando trajetórias laborais e percursos de vida que se traduzem numa possibilidade difusa de projetar um futuro para além do constrangimento e da aleatoriedade do presente. E isto bem para além da vida profissional.

2.1.2. Duração do tempo de desemprego

O desemprego de longa duração – aqui definida num sentido lato, ou seja, trabalhadores em idade ativa à procura de emprego que há mais de doze meses se encontrem desempregados – é efetivamente um dos problemas que, no atual contexto de crise económica, se veio a agravar em Portugal, aumentando não apenas os seus índices de presença, mas também o próprio tempo de duração da situação de desemprego. Os dados do inquérito de 2015 revelam que 62.8% da população desempregada inquirida está nessa situação há mais de um ano.

Embora esta seja uma situação que atinge com intensidade acrescida a população com faixas etárias acima dos 35 anos – demonstrando como o avançar da idade é um fator muito importante e discriminatório na capacidade de reintegrar o mercado de trabalho –, não se pode deixar de considerar muito significativa a proporção de desempregados há mais de um ano entre as faixas etárias mais jovens: 38.2% entre os jovens desempregados dos 15 aos 24 anos, e 52.8% dos jovens adultos desempregados com idades compreendidas entre 25 e 34 anos – sendo que nesta faixa etária

a proporção de jovens desempregados há mais de dois anos (27.8%) já é superior há de jovens desempregados entre um e dois anos (25%).

Quadro 2.2 - Tempo de desemprego. Total da população desempregada, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspectiva comparada”, Abril 2015

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Há menos de 6 meses	27,9	21,9	12,6	10,9	3,6	0,0	15,1
Entre 6 meses e 1 ano	31,1	16,0	11,5	16,6	4,2	0,0	15,2
Entre 1 e 2 anos	24,0	25,0	21,3	8,6	34,9	100,0	21,8
Há mais de 2 anos	14,2	27,8	47,5	57,6	48,8	0,0	41,0
Não sabe	0,0	1,0	0,0	0,0	4,2	0,0	0,7
Não responde	2,7	8,3	7,0	6,3	4,2	0,0	6,2

Há que notar, porém, que o tempo de duração da situação de desemprego se verifica bastante sensível à escolaridade dos jovens nesta situação, sendo o desemprego de longa duração – ou seja, há mais de um ano – presente sobretudo entre os jovens com escolaridades ao nível do ensino básico (50%) e secundário (53%), atingindo valores inexpressivos entre os jovens com escolaridades ao nível superior inquiridos na nossa amostra.

2.1.3. Meios de subsistência e estratégias de procura de trabalho em situação de desemprego

O apoio de familiares é a forma de subsistência mais frequente entre os jovens de 15 a 24 anos que se autodeclararam desempregados (63.9%), revelando a importância fundamental que as redes de solidariedade familiar adquirem em situações de vulnerabilidade social. Essa proporção baixa consideravelmente a partir da faixa etária seguinte, ficando praticamente equivalente a outras formas de apoio social do Estado, como o “subsídio de desemprego” (21.2%) e “outros apoios sociais” (13.2%). Estas formas estatais de apoio social, por sua vez, adquirem uma relevância crescente ao longo do percurso de vida, sendo os principais meios de subsistência entre a população com 35 e mais anos, sobretudo o subsídio de desemprego.

Quadro 2.3 - Principal meio de subsistência. Total da população desempregada, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Subsídio de desemprego	18,0	21,2	25,5	27,9	38,9	100,0	26,2
Outros apoios sociais	6,0	13,2	12,6	21,3	18,6	0,0	14,4
Apoio de familiares	63,9	36,8	29,4	25,2	19,2	0,0	33,
Apoio de outras pessoas (amigos, vizinhos)	1,1	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,6
Rendimentos próprios	0,0	2,8	4,2	2,0	4,2	0,0	2,8
Trabalhos ocasionais (biscates)	1,1	9,4	5,6	11,0	7,2	0,0	7,1
Rendimentos do agregado	1,1	2,8	11,4	6,3	3,6	0,0	6,1
Não sabe	1,6	3,5	0,0	0,0	4,2	0,0	1,5
Não responde	7,1	10,4	9,8	6,3	4,2	0,0	8,1

Apesar das dificuldades acrescidas na inserção profissional, os jovens inquiridos não se mostram desencorajados na procura ativa de emprego. Pelo contrário, são os mais jovens os que mais tendem a diversificar as suas estratégias para sair da situação de desemprego, obtendo valores proporcionalmente superiores às restantes faixas etárias em praticamente todas as estratégias elencadas (com exceção do contato com familiares, amigos ou conhecidos, que obtém índices mais elevados entre a população entre 25 e 54 anos).

Quadro 2.4 - Atividades empreendidas para sair da situação de desemprego (resposta múltipla). Total da população desempregada, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Inscreveu-se num centro de emprego	55,4	48,3	49,3	53,3	46,7	0,0	50,1
Contacta familiares, amigos ou conhecidos	25,5	38,2	35,3	45,0	22,4	0,0	35,0
Procura em anúncios na internet/redes sociais	46,7	38,2	24,1	6,3	7,9	0,0	24,1
Faz candidaturas diretas e espontâneas	25,0	24,0	25,3	10,9	12,1	0,0	20,1
Inscreveu-se numa empresa de trabalho temporário	14,1	9,0	7,0	8,6	7,3	0,0	8,7
Frequenta cursos de formação profissional	11,4	6,6	8,6	12,6	0,0	0,0	8,4
Procura emprego em anúncios/por meios próprios	4,3	3,8	0,0	8,3	3,6	0,0	3,6
Procura criar o seu próprio emprego	2,7	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Prossegue estudos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra situação	1,6	1,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,9
Nada	2,7	2,1	8,4	8,3	15,2	100	7,7
Não sabe	0,0	1,0	0,0	0,0	7,8	0,0	1,2
Não responde	5,4	9,4	12,6	6,3	4,2	0,0	8,5

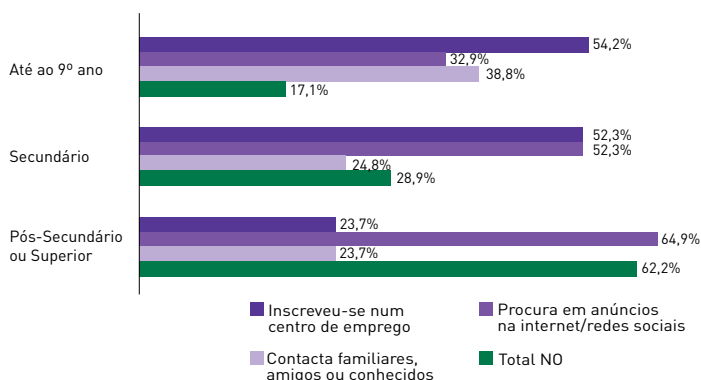
A estratégia transversalmente mais ativada entre todas as gerações é a inscrição num centro de emprego, em grande medida por ser um ato necessário para se ter acesso aos apoios sociais específicos por parte de quem está na situação de desemprego. Denota-se, no entanto, ser uma estratégia substancialmente menos ativada entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior, sendo apenas 23.7% destes a declararem ter-se inscrito num centro de emprego.

A procura de emprego através de anúncios na internet e em redes sociais surge bastante clivada geracionalmente, sendo significativamente mais ativada entre os mais jovens e os jovens adultos (46.7% e 38.2%, respetivamente), mais familiarizados com o meio virtual e os recursos que este

proporciona do que os indivíduos nas restantes faixas etárias. Entre a mais nova geração, por sua vez, são os jovens com a escolaridade mais elevada que mais tendem a procurar o meio virtual para encontrar trabalho (64.9%).

Fig 2.2 - População jovem (15-34) segundo as atividades empreendidas para sair da situação de desemprego, por nível de escolaridade [%].

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



A ativação de contactos sociais e as candidaturas espontâneas são estratégias ainda bastante ativadas entre os mais novos. No entanto, se a primeira acaba por se intensificar substancialmente ao longo do curso de vida laboral, as candidaturas espontâneas acabam por ser menos investidas pelos adultos depois dos 45 anos. Entre a população jovem, contudo, esta última estratégia acaba por ser muito desenvolvida pelos jovens com escolaridade mais elevada (62.2%). Já entre os jovens com mais baixa escolaridade, as candidaturas espontâneas acabam por ser preteridas relativamente à ativação de contactos de familiares, amigos ou conhecidos, estratégia desenvolvida por 38.8% destes.

De notar, por fim, a expressividade residual ou nula de estratégias como a criação do próprio emprego ou o prosseguimento de estudos por parte dos jovens desempregados, tal como os que, desencorajados, nada dizem fazer para sair da situação de desemprego em que se encontram.

2.2. O desemprego como possibilidade

2.2.1. A preocupação com a possibilidade de desemprego

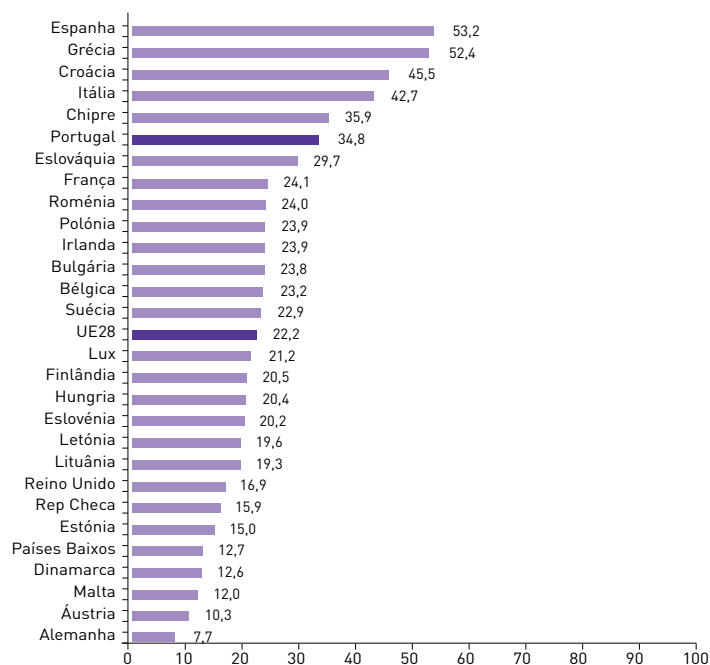
Considerando o contexto de atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, importou apurar o grau de preocupação dos portugueses já empregados, nomeadamente

dos mais jovens, em relação à possibilidade de virem a perder o seu emprego. Trata-se de uma questão importante, no sentido de avaliar as atitudes dos indivíduos num contexto de risco e crescente imprevisibilidade dos cursos de vida.

Segundo dados do Eurobarómetro, já em 2011 Portugal se encontrava entre os países cuja população apresentava níveis de preocupação com a ameaça de vir a perder o emprego bastante acima da média europeia (35.6%). Praticamente metade da população ativa portuguesa (47.5%), nessa altura, já evidenciava índices de “muita preocupação” em relação à possibilidade de vir a perder o seu emprego, encontrando-se a par dos níveis de preocupação de países como a Roménia (47.5%) e a Hungria (46.2%). Nessa altura, porém, a preocupação demonstrada pela população portuguesa não se demonstrava tão acentuada como na Espanha ou na Grécia, onde cerca de 72% e 63.3% das suas populações, respetivamente, já manifestavam um elevado índice de preocupação.

Fig 2.3 - Preocupação em relação a perder o seu emprego. Total da população que se declara preocupado ou muito preocupado, UE-27 (%).

Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011



Pergunta: “Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, como classificará a sua preocupação em relação a perder o seu emprego?” Escala de 1 a 5 onde ‘1’ significa que “não está nada preocupado e ‘5’ que está muito preocupado”.

Os dados do inquérito realizado em 2015 demonstram, desde então, um crescimento muito significativo do índice de preocupação entre a população portuguesa em relação à possibilidade de vir a perder o seu emprego: de 47.5% sobe para 68% a proporção da população portuguesa empregada que evidencia elevados índices de preocupação.

Embora a preocupação em relação a perder o emprego se demonstre transversalmente muito elevada em praticamente todas as fases do curso de vida, esse sentimento tende a diminuir um pouco entre os mais jovens (60.1%), ainda em processo de inserção profissional, a par dos indivíduos depois dos 55 anos, ou seja, com idades já próximas do fim do seu percurso laboral – de facto, o índice mais elevado de preocupação desce muito acentuadamente entre os indivíduos com 65 e mais anos, entre os quais apenas 36.4% se demonstram muito preocupados perante a possibilidade virem a perder o seu próprio emprego.

Quadro 2.5 - Grau de preocupação em relação a perder o seu emprego. Total da população empregada, por faixa etária (%).
 Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	19,7	11,6	14,3	15,8	17,7	37,8	16,1
Média preocupação [3]	10,6	12,4	11,2	9,5	8,1	0,0	10,1
Muita preocupação (4-5)	60,9	73,0	70,8	72,4	61,9	36,4	68,0
Não sabe	6,4	0,8	2,1	1,8	6,3	13,4	3,2
Não responde	2,5	2,3	1,6	0,6	6,0	12,4	2,7

Pergunta: "Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação em relação a perder o seu emprego?" Escala de 1 a 5 onde '1' significa que "não está nada preocupado e '5' que está muito preocupado".

Mas se os inquiridos mais velhos se demonstram menos preocupados em vir a perder o seu próprio emprego, a sua preocupação denota-se muito elevada quando a possibilidade de vir a enfrentar a situação de desemprego é inquirida relativamente aos seus filhos. De facto, o nível de preocupação relativo à eventual perda de emprego dos filhos acentua-se entre os inquiridos com 55 e mais anos, indiciando que esta preocupação por parte dos pais acresce com o avanço da idade dos filhos no percurso de vida laboral, provavelmente prevendo a dificuldade acrescida que uma nova inserção profissional acarreta em idades mais avançadas.

Quadro 2.6 - Grau de preocupação em relação aos filhos perderem o emprego. Total da população com filhos, por faixa etária (%)

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	18,1	10,3	16,3	12,8	7,8	10,0	11,0
Média preocupação (3)	0,0	3,2	4,5	11,1	6,0	9,7	8,0
Muita preocupação (4-5)	37,1	62,7	70,3	71,6	83,5	73,3	73,5
Não sabe	26,7	16,2	7,4	2,2	0,7	4,9	4,7
Não responde	18,1	7,6	1,5	2,2	2,0	2,1	2,8

Pergunta: “Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, em relação aos seus filhos perderem o seu emprego?” Escala de 1 a 5 onde ‘1’ significa que “não está nada preocupado e ‘5’ que está muito preocupado”.

A preocupação com possibilidade de perder o emprego no âmbito familiar não é partilhada apenas ao nível inter-geracional, com a projeção dessa preocupação de pais para filhos, mas também intra-geracionalmente, quando essa preocupação se observa alargada também à possibilidade do parceiro ou parceira conjugal ficar desempregado. Esta é uma preocupação que apresenta índices elevados de uma forma transversal a todas as idades, com exceção dos inquiridos com 65 ou mais anos, efeito provável da condição maioritária cônjuges já inativos, em condição de reformado/a ou doméstica.

Quadro 2.7 - Grau de preocupação em relação ao parceiro perder o emprego. Total da população casada ou em situação de conjugalidade, por escalão etário (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

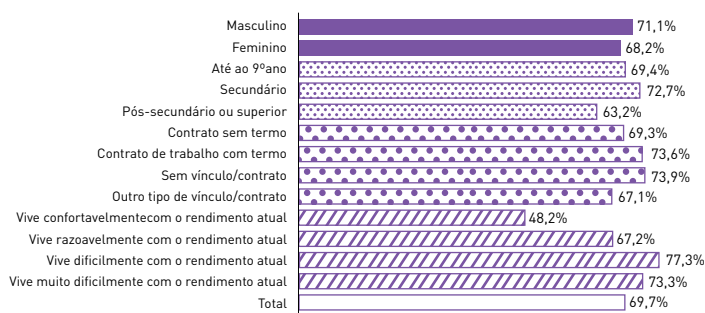
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	12,0	12,9	14,7	16,1	13,8	38,6	15,5
Média preocupação (3)	11,1	15,3	10,1	9,8	6,8	4,2	10,3
Muita preocupação (4-5)	61,1	69,1	73,6	71,7	74,4	23,3	69,4
Não sabe	9,6	1,4	1,0	1,2	1,1	19,6	2,5
Não responde	6,3	1,4	0,5	1,2	3,9	14,3	2,3

Pergunta: “Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, em relação ao seu parceiro perder o seu emprego?” Escala de 1 a 5 onde ‘1’ significa que “não está nada preocupado e ‘5’ que está muito preocupado”.

Apesar de a preocupação com a possibilidade de vir a perder o próprio emprego se revelar um sentimento transversal e dominante na sociedade portuguesa, as condições socioeconómicas não deixam de condicionar a forma como os jovens empregados vivem essa ameaça: de facto, a eventual perda do próprio emprego é uma ameaça que tende a ser vivida com menor preocupação entre os jovens entre 15-34 anos que consideram viver confortavelmente com o rendimento atual do agregado familiar (entre estes “apenas” cerca de 48% declara índices de “muita preocupação” perante essa eventualidade, valores que ultrapassam os 70% entre os jovens que dizem viver com dificuldade ou muita dificuldade com o rendimento atual). A ameaça do desemprego tende ainda ser vivida um pouco mais despreocupadamente entre os jovens com níveis de escolaridade pós-secundários (63.2%), relativamente aos que têm o ensino secundário (72.7%) ou apenas o ensino básico (69.4%).

Fig 2.4 - População jovem (15-34 anos) empregada que responde estar muito preocupado [4-5] com a possibilidade de perder o seu emprego (%)

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



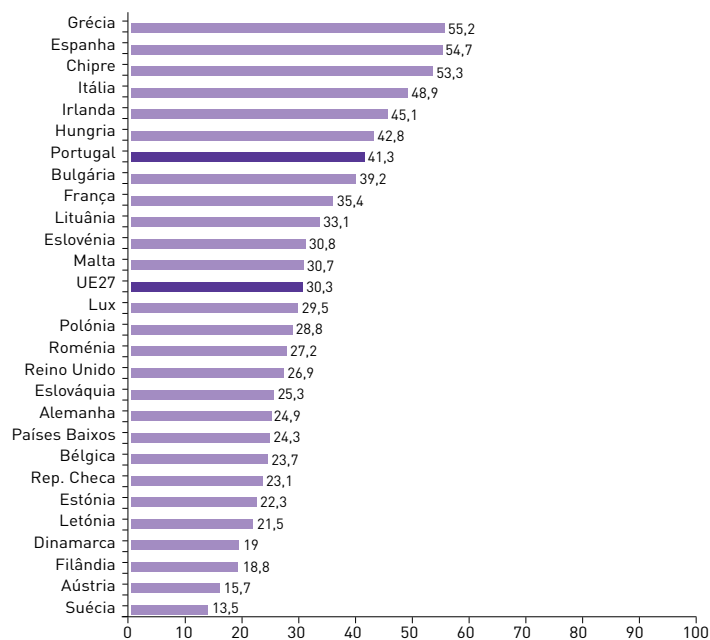
De resto, é uma preocupação que se observa partilhada de forma muito equivalente entre jovens do sexo masculino e feminino, e independente do tipo de contrato de trabalho que se detêm: 69% dos jovens com contratos sem termo demonstram a sua preocupação com a possibilidade de perder o emprego, percentagem que aumenta apenas em cerca de 5% valores percentuais entre os jovens com contratos com termo ou sem qualquer vínculo laboral por conta de outrem. Dado que não deixa de indiciar a falta de crença nos vínculos laborais mais permanentes que existe entre os mais jovens.

2.2.2. A crença em encontrar um novo trabalho

Veja-se agora o cálculo de probabilidades subjetivas dos portugueses quanto à crença em, caso venham a ficar sem emprego, vir a encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Segundo dados do Eurobarómetro, em 2011 41,3% da população portuguesa calculava que, caso fosse despedido, seria “muito improvável” encontrar um trabalho nos próximos seis meses, 11 pontos percentuais acima da média europeia (30,3%). Bastante mais céticos que os portugueses nesta matéria, em 2011, eram os trabalhadores gregos, espanhóis e cipriotas, onde o ceticismo quanto a encontrar um novo emprego no prazo de seis meses era demonstrado por mais de metade da sua população ativa.

Fig 2-5 - Crença na probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses. População total que declara que seria muito improvável (1-4), UE-27 (%).

Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011



Pergunta: “Se fosse despedido, como avaliaria, numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses?” (1 = muito improvável e 10 = muito provável?).

Uma vez mais, os dados do inquérito de 2015 mostram a intensificação de uma atitude de ceticismo nos últimos 4 anos em Portugal: atualmente, também mais de metade da população ativa empregada (52,9%) acredita ser muito improvável encontrar um novo emprego no espaço de seis meses, caso enfrentasse uma situação de desemprego.

No entanto, destaque-se que essa crença é significativamente mais atenuada entre os mais jovens: menos pessimistas, apenas 34,6% dos jovens entre 15-24 anos avaliam como sendo muito improvável

achar um novo trabalho nos próximos seis meses. A crença nessa improbabilidade, contudo, acentua-se bastante à medida que a idade avança, sobretudo depois dos 45 anos de idade, onde ultrapassa os 60%. Estes resultados demonstram a existência do pressuposto de uma forte atitude etarista por parte dos empregadores em Portugal, ou seja, uma atitude de preconceito e discriminação com base na idade que prejudica as possibilidades de mobilidade laboral dos indivíduos à medida que a sua idade avança ao longo do curso de vida.

Quadro 2.8 - Crença na probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Total da população empregada, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

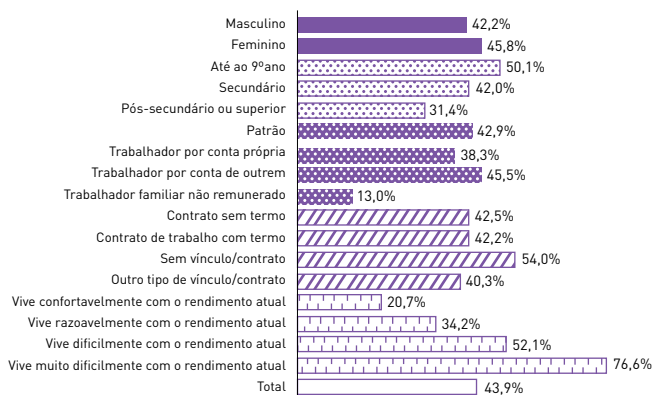
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Muito improvável (1-4)	34,6	46,5	44,9	64,4	66,4	100,0	52,9
Nem provável nem improvável (5-6)	28,6	27,4	28,8	17,3	17,9	0,0	23,8
Muito provável (7-10)	26,9	16,7	15,9	8,1	5,2	0,0	13,4
Não sabe	4,6	3,1	7,3	7,4	6,4	0,0	5,8
Não responde	5,3	6,3	3,1	2,8	4,0	0,0	4,1

Pergunta: "Se perdesse o seu trabalho, como avaliaria numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses? '1' significa que seria "muito improvável" e '10' significaria "muito provável"".

Entre os mais jovens, por sua vez, a atitude de ceticismo perante a possibilidade de voltar a encontrar um emprego num curto espaço de tempo acentua-se significativamente em alguns perfis sociais específicos: trata-se de uma atitude que se denota substancialmente mais expressiva entre os jovens que vivem em condições de maior vulnerabilidade social, ou seja, entre aqueles que neste momento declaram viver muito dificilmente com o rendimento que o agregado auferem (76.6%), os que não têm qualquer vínculo ou contrato laboral (54%) e os jovens que têm escolaridade apenas até ao 9º ano (50.1%).

Fig 2.6 - População jovem (15-34 anos) empregada que responde que se perdesse o seu trabalho seria muito improvável encontrar um novo trabalho no espaço de seis meses (%).

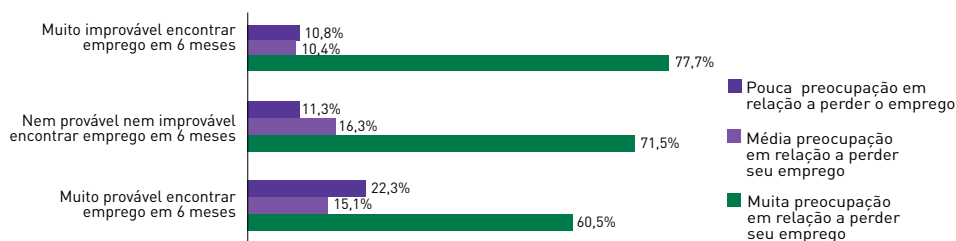
Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



Por fim, é interessante observar como a preocupação com a potencial ameaça de uma situação de desemprego entre a população jovem empregada tem, em boa medida, o seu fundamento no cálculo subjetivo de probabilidades em encontrar um novo emprego rapidamente. De facto, mais de $\frac{3}{4}$ da população jovem que evidencia um elevado nível de preocupação com a possibilidade de poder vir a perder o seu emprego, encontra-se entre a que diz ser muito improvável encontrar um novo trabalho nos seis meses após ter sido dispensado. No entanto, mesmo entre os jovens mais otimistas com a probabilidade de vir encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo, o índice de preocupação com a possibilidade de vir a perder o emprego é muito elevado, evidenciado por 60.5% destes. Trata-se, efetivamente, de um sentimento dominante entre a população mais jovem.

Fig 2.7 - População jovem empregada (15-34) pelo grau de preocupação em perder o seu emprego e crença na probabilidade de voltar a encontrar trabalho ao fim de seis meses caso fosse despedido (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



3. Empregabilidade e valores do trabalho

3.1. Perceções sobre o desemprego juvenil

Perante a relevância que o desemprego juvenil obteve nos anos mais recentes, e os juízos morais a que muitas vezes os jovens que estão nesta situação estão sujeitos na sua vida quotidiana, interessa apurar as perceções sociais coletivamente partilhadas sobre as atuais causas do desemprego juvenil. Tradicionalmente, do ponto de vista do senso comum, a situação de desemprego dos jovens era, frequentemente, percecionada como resultado da renúncia voluntária do trabalho, recaindo sobre o(s) jovem(s), acusado(s) de “não querer trabalhar”, um juízo moralizante que tendia a ser fundamentado numa ética do trabalho como dever.

Hoje em dia, no atual contexto de promoção da “empregabilidade” dos jovens, ou seja, de promoção da sua capacidade em se tornar “empregável”, o juízo moral tende a ser dirigido mais à sociedade e a algumas das suas instituições – nomeadamente a Escola e aos sistemas de formação profissional – e ao facto destas não promoverem, a montante e a jusante da sua ação, a articulação entre competências, qualificações e lugares no mercado de trabalho (Alves, 2007; Cardoso et. al. 2014). Neste contexto, a situação de desemprego juvenil tende a ser vista como resultante do facto de os jovens não se encontrarem preparados para os lugares de trabalho disponíveis, perceção fundamentada numa ética do trabalho como um direito e forma privilegiada de integração social. Por último, existem ainda argumentos que não se fundamentam nem em justificações de ordem individual, nem de ordem da “empregabilidade” do jovem, mas de ordem da própria estrutura de emprego e funcionamento do mercado de trabalho, orientando o ónus do desemprego juvenil no sentido do pressuposto da sua recente compressão.

Ora, longe dos argumentos individualistas de senso comum que argumentavam a “alergia ao trabalho” por parte dos jovens, ou até de muitas das teses que se constroem em torno da “empregabilidade” e da suposta falta de preparação que a escola dará em termos de competências a este nível, existe um largo consenso geracional na sociedade portuguesa em torno da perceção do desemprego juvenil como tendo causas de natureza estrutural, sobretudo associada ao fenómeno de compressão do mercado de trabalho. Com efeito, os portugueses tendem maioritariamente a reconhecer, independentemente da geração a que pertencem, que “há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho” (perceção partilhada por cerca de 61% dos portugueses).

Quadro 3.1 - Perceções sobre a principal causa do desemprego juvenil. Total da população, por faixa etária (%).Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Fatores estruturais							
Há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho	64,8	65,0	63,1	69,0	61,1	47,8	60,8
A escola não prepara para o mundo do trabalho	4,4	5,8	5,9	5,0	3,5	7,7	5,6
As empresas evitam empregar jovens	5,8	5,7	4,40	4,7	5,6	6,1	5,4
Fatores individuais							
Os jovens de hoje não querem trabalhar	8,2	7,2	10,7	8,2	12,6	10,6	9,7
Os jovens não querem aceitar trabalho mal pago	5,2	7,8	4,7	8,2	6,8	9,1	7,1
A maior parte dos empregos não são interessantes para os jovens	6,3	5,9	6,70	3,2	4,4	4,3	5,1
Não sabe	5,0	2,1	4,40	1,3	5,0	11,8	5,4
Não responde	0,3	0,4	0,0	0,4	1,0	2,5	0,9

Apesar de os valores serem residuais, não deixa de ser interessante verificar como os fatores estruturais que passam pelo evitamento das empresas em empregar jovens (13.5%) e pela desadequação da preparação escolar em relação ao mundo do trabalho (9.9%) adquirem expressões mais altas entre os jovens com formação superior. Já os jovens menos escolarizados são os que mais tendem a identificar, ainda, o tradicional estereótipo de ociosidade entre os jovens como causa do desemprego juvenil, sendo cerca de 10% destes os que aderem à opinião de que a principal causa do desemprego juvenil está no facto de “os jovens de hoje não querem trabalhar”.

3.2. A predisposição ao empreendedorismo

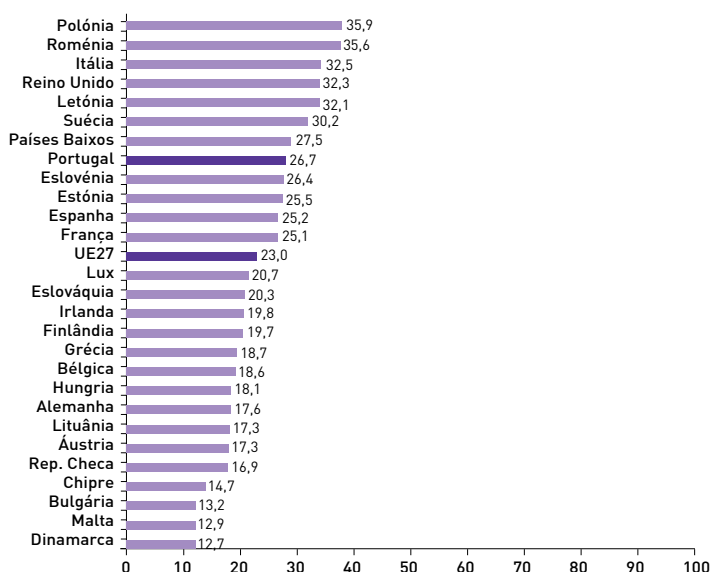
Perante a hipótese de ficar sem emprego, averiguou-se a predisposição da população jovem portuguesa em iniciar o seu próprio negócio, considerando os apelos e apoios ao empreendedorismo que se fazem sentir atualmente na sociedade portuguesa, no sentido de promover a “empregabilidade” dos mais jovens. Apesar de Portugal, segundo dados do Eurobarómetro em 2011, revelar um índice de predisposição ao empreendedorismo um pouco mais elevado que a média da União Europeia (26.7% dos portugueses versus 23% dos europeus consideraria essa hipótese perante uma situação de

desemprego), esse índice não cresceu significativamente nos últimos anos, quando comparado com o que resulta dos dados do inquérito de 2015.

Com base nestes, apenas 28% da população empregada portuguesa consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio caso ficasse sem emprego, elevando-se um pouco a predisposição ao empreendedorismo perante uma eventual situação de desemprego entre os jovens adultos (25-34) e os adultos com idades compreendidas entre 35-44 anos (33% e 32%, respetivamente).

Fig 3.1 - Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. População total que declara “sim, definitivamente” e “sim, provavelmente”, UE27 [%].

Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011



Pergunta: “Consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio se ficasse sem emprego?”

Quadro 3.2 - Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. Total da população empregada, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Sim	24,5	33,1	32,0	26,5	17,4	24,2	28,3
Não	62,8	47,9	53,2	59,8	71,1	75,8	56,9
Não sabe	12,1	15,7	14,8	13,6	8,9	0,0	13,6
Não responde	0,7	3,3	0,0	0,0	2,6	0,0	1,3

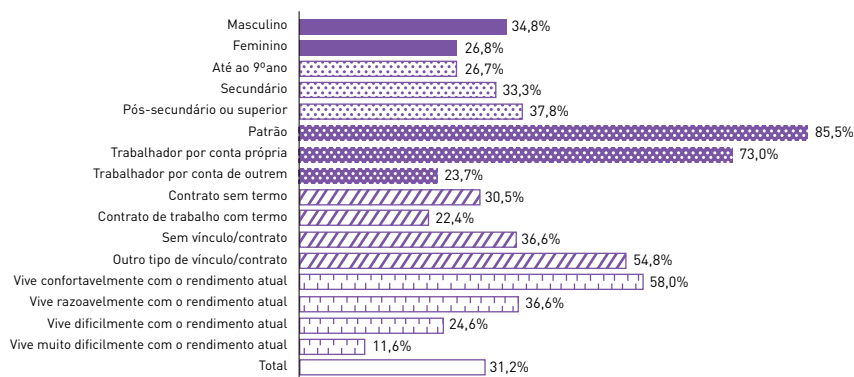
Pergunta: “Consideraria a hipótese de dar início ao seu próprio negócio se ficasse sem emprego?”.

Nota: “sim” corresponde aos que responderam “sim, definitivamente” e “sim, provavelmente”; “não” corresponde aos que responderam “não, provavelmente” e “não, definitivamente”.

A predisposição dos mais jovens ao empreendedorismo não se manifesta mais forte relativamente à população adulta. Apenas ¼ da população mais jovem empregada manifesta essa intenção, em caso de ficar desempregado. É de notar, todavia, a especificidade do perfil social dos jovens que mais expressam essa predisposição ao empreendedorismo, sendo muito claramente aqueles que já detêm alguma experiência empreendedora no seu percurso laboral, e que vivem em melhores condições socioeconómicas.

Com efeito, são os jovens (15-34 anos) que se declaram patrões e trabalhadores por conta própria os que mais colocam essa possibilidade (com índices de 85.5% e 73%, respetivamente). É ainda uma disposição mais significativa entre os jovens que afirmam viver confortavelmente com o rendimento atual (58%), bem como entre os jovens com formas mais atípicas de contrato/vínculo laboral (54.8%). Ainda que com diferenças menos expressivas, a predisposição ao empreendedorismo verifica-se um pouco mais acentuada entre os jovens com escolaridade pós-secundária (37.8%) relativamente aos jovens com escolaridades mais baixas, bem como entre os jovens do sexo masculino (34.8%) relativamente aos do sexo feminino (26.8%).

Fig 3.2 - População jovem (15-34) empregada com predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego(%).
Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



3.2. Valores do trabalho

O panorama atrás traçado indicia uma forte valorização do trabalho na vida quotidiana entre a população jovem, considerando a preocupação que demonstram relativamente à sua atual escassez e a intensa atividade que desenvolvem em situação de desemprego. Cabe agora descobrir a importância relativa que adquirem determinadas dimensões do trabalho, num contexto de forte orientação para a responsabilização do indivíduo em termos da sua capacidade de “empregabilidade”, ou seja, de se tornar empregável. Tenderão a ser mais valorizados os aspetos mais intrínsecos à atividade laboral, ou seja, os próprios conteúdos das tarefas e o valor que estes têm para o indivíduo enquanto expressão de si próprio, ou os seus aspetos mais extrínsecos ou instrumentais, relativos ao que o trabalho permite aceder?

No cômputo geral, os dados do inquérito 2015 não expressam clivagens geracionais significativas no que respeita aos aspetos mais valorizados no trabalho. O aspeto mais valorizado com relação ao trabalho é, transversalmente, a sua “estabilidade e a segurança”, sendo 85,4% a percentagem de população portuguesa conferir-lhe muita importância. Com valores próximos estão também aspetos como “ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar” do trabalhador, “ter uma boa relação com colegas e superiores” e “ter um bom salário”. Ou seja, está-se nitidamente perante uma valorização do trabalho mais pelos seus aspetos extrínsecos e instrumentais. Aspetos de ordem intrínseca e expressiva, como o “desempenho de funções adequadas à formação que se tem”, a “aquisição de novos conhecimentos”, a “autonomia e iniciativa” ou a “criatividade” no desempenho das tarefas, acabam por surgir em segundo plano, relativamente às anteriores. Aspetos como o “prestígio social” adquirido por meio do que se faz, ou ter “flexibilidade de horário” no que se faz, são os aspetos transversalmente menos valorizados.

Quadro 3.3 - Valorização de diferentes aspetos do trabalho. Total da população que responde “muito importante”, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Valores extrínsecos / instrumentais							
Ter estabilidade e segurança	83,7	85,4	87,0	88,2	84,0	83,7	85,4
Ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar	77,0	78,2	87,9	82,9	78,1	79,5	80,8
Ter uma boa relação com colegas e superiores	80,7	82,6	78,6	81,0	81,3	78,5	80,3
Ter um bom salário	78,5	78,5	77,0	84,0	78,1	77,9	79,0
Ter oportunidade de progressão na carreira	77,0	73,7	69,4	73,6	71,5	68,5	71,8
Ter um trabalho com prestígio social	53,1	48,6	51,0	57,9	51,8	46,2	51,1
Ter flexibilidade de horário	52,0	47,8	51,6	53,3	49,1	46,7	49,9
Valores intrínsecos / expressivos							
Desempenhar funções adequadas à formação que se tem	70,9	70,5	70,7	73,2	69,7	71,1	71,0
Ter um trabalho que permita adquirir novos conhecimentos	70,9	70,5	70,7	73,2	69,7	71,1	71,0
Ter autonomia e iniciativa na execução do trabalho	69,9	66,0	63,9	65,1	59,0	62,6	64,2
Ter um trabalho com utilidade social e de ajuda ao próximo	62,3	58,3	62,0	65,2	59,7	56,3	60,4
Desempenhar tarefas criativas	61,7	60,5	59,9	61,9	58,9	53,3	58,9

Pergunta: “Tendo em conta o grau de importância que atribuí a diferentes aspetos do trabalho, por favor, diga-me sobre cada uma das seguintes dimensões, se a considera ‘nada importante’, ‘pouco importante’, ‘bastante importante’ ou ‘muito importante’”.

Quando os inquiridos são chamados pronunciar-se sobre os aspetos que mais valorizam no trabalho, optando entre a “estabilidade”, a “realização” e o “rendimento” de forma mutuamente exclusiva, as clivagens entre valores de natureza instrumental e expressiva do trabalho tornam-se mais explícitas. Apesar de a “estabilidade” continuar a ser o valor dominante – quer entre a população em geral com 55.1% do total das escolhas dos portugueses, quer entre os grupos etários mais jovens,

com valores que oscilam entre os 47% e os 49% – verifica-se, porém, que esta dimensão do trabalho obtém uma menor valorização entre os jovens até aos 34 anos relativamente aos restantes grupos etários. As “possibilidades de realização” que o trabalho oferece tende a ser, por sua vez, um aspeto mais valorizado entre as faixas etárias mais jovens, por comparação aos inquiridos depois dos 35 anos. “Ganhar muito dinheiro” acaba por deter um valor consideravelmente mais baixo que os restantes, independentemente da idade dos inquiridos.

Quadro 3.4 - Significados de “ter um bom trabalho”. Total da população, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter estabilidade no emprego	46,9	49,3	58,9	58,1	57,1	57,2	55,1
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter possibilidades de realização	38,3	40,1	31,5	28,2	31,3	25,5	31,8
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ganhar muito dinheiro	12,9	10,2	9,6	12,8	10,1	11,8	11,2
Não sabe	1,5	0,0	0,0	0,4	1,0	4,5	1,4
Não responde	0,5	0,4	0,0	0,5	0,5	1,0	0,5

Pergunta: “Das seguintes afirmações relativas ao trabalho e ao emprego seleccione aquela com a qual se identifica mais: (1 opção)”.

Considerando a especificidade da população jovem (15-34 anos), a valorização dessas dimensões do trabalho adquire, todavia, importâncias diferenciadas consoante as condições sociais dos jovens: o valor atribuído às “possibilidades de realização pessoal” através do trabalho tende a salientar-se entre os jovens em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas, ou seja, jovens com escolaridade pós-secundária e superior (52.6%) e que declaram “viver confortavelmente com o rendimento atual do agregado familiar” (56.2%). Os jovens que ainda estudam tendem também a valorizar mais esta dimensão do trabalho (48.4%) relativamente aos jovens já ativos no mercado de trabalho, quer empregados (39.7%) quer desempregados (28.8%), sendo estes últimos os que menos valorizam as “possibilidade de realização” pessoal através do trabalho.

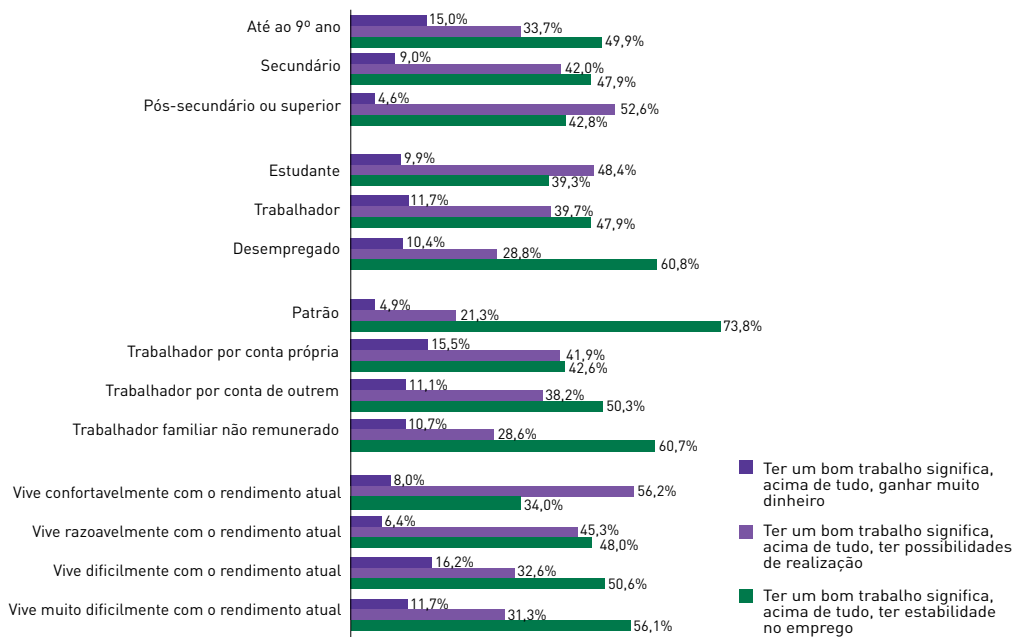
Já a “estabilidade” laboral tende a ser um valor muito valorizado, curiosamente, entre os jovens patrões (73.8%) – que estarão decerto a pensar na estabilidade do seu negócio, mais do que na estabilidade dos vínculos dos seus eventuais trabalhadores – e os “trabalhadores familiares não

remunerados” (60.7%), estes últimos provavelmente dependentes da estabilidade do negócio familiar de que dependem. Na falta desta, a “estabilidade” no emprego acaba também por ser um aspeto que adquire muita relevância entre os jovens desempregados (60.8%). Obtém ainda um valor simbólico acrescido entre os jovens com escolaridades ao nível do ensino básico (49.9%) e secundário (42%).

Sendo o aspeto menos valorizado no trabalho, o “rendimento” que se obtém adquire maior expressão entre os jovens inquiridos em condições atípicas de trabalho (38.9% dos jovens em “outras situações” perante o trabalho valorizam o aspeto económico do trabalho), bem como entre os jovens em condições socioeconómicas mais desfavorecidas – nomeadamente entre os que não têm qualquer tipo de vínculo ou contrato de trabalho (20.5%), aqueles que afirmam “viver dificilmente com o rendimento atual do agregado familiar” (16.2%), os que “trabalham por conta própria” (15.5%) e os jovens que têm escolaridades apenas até ao 9º ano (15%).

Fig 3.3 - População jovem (15-34) segundo os significados de “ter um bom trabalho” (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

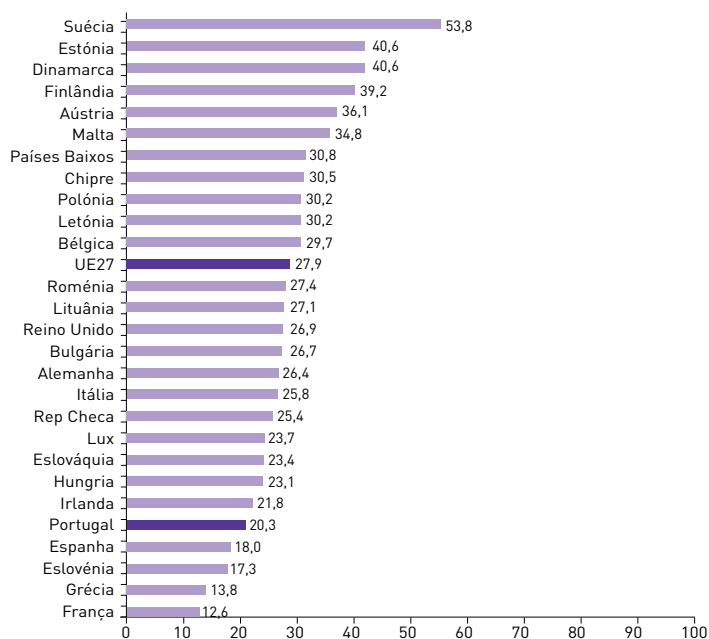


3.4. Perspetivas perante o futuro

Considerando o cenário traçado, não surpreende que, em termos de cenário futuro, os portugueses não creiam que a situação de crise e as suas consequências na estrutura do mercado de trabalho se vá transformar tão depressa. Quando questionados “até que ponto concorda com a afirmação de que “daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”, os portugueses estavam, em 2011, entre os europeus mais pessimistas: apenas 20.3% tendia a concordar (total ou parcialmente) com essa afirmação, proporção apenas mais diminuta entre a Espanha, Eslovénia, Grécia e França.

Fig 3.4 - Perspetiva perante o futuro próximo: “Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”. População total que responde “concordo totalmente” e “concordo parcialmente”, UE27 (%).

Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011



Pergunta: “Até que ponto concorda ou discorda com a seguinte informação: Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”.

Volvidos quatro anos, continuam a ser apenas 21.6% os portugueses que tendem a acreditar que a situação de crise e escassez de emprego virá a resolver-se num futuro próximo. A percentagem não varia significativamente com a idade dos inquiridos, ainda que se verifique um otimismo mais acentuado entre os jovens que vivem em agregados familiares com rendimentos que lhes permitem

viver confortavelmente (entre os quais 38.9% tende a concordar total ou parcialmente com a afirmação), e entre os jovens com escolaridade superior (30.4% dos quais tende a concordar total ou parcialmente com a afirmação).

Quadro 3.5 - Perspetiva perante o futuro próximo: “Daqui a dois anos, a crise terá terminado e a situação do emprego em Portugal será melhor do que hoje”. Total da população, por faixa etária [%].

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Concordo	22,9	24,3	26,2	21,7	18,8	16,9	21,6
Discordo	60,8	66,5	66,2	69,6	72,7	65,5	66,9
Não sabe	16,1	8,8	7,5	8,7	8,4	17,2	11,3
Não responde	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2

Pergunta: “Até que ponto concorda ou discorda com a seguinte informação: Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”. “Concordo” corresponde aos que responderam “concordo totalmente” e “tendo a concordar”; “Discordo” corresponde aos que responderam “tendo a discordar” e “discordo totalmente”.

4. Mobilidade estudantil e laboral

O tema da mobilidade estudantil e laboral é central num país como Portugal, que tem um historial migratório complexo, com múltiplas vagas emigratórias, movimento de retorno de emigrantes e aumento (e diminuição) da taxa de imigração, experiências que marcaram as vidas de várias gerações de jovens em Portugal e de jovens portugueses no estrangeiro. O tema ganhou nova relevância com a crise económica, o aumento das taxas de desemprego e o consequente aumento da emigração a partir de 2009 (Peixoto, 2013). A questão da emigração jovem, em particular, tornou-se tema político e tem sido muito marcada pela visibilidade da emigração jovem qualificada, ainda que a maioria dos fluxos migratórios continuem a ser compostos maioritariamente por indivíduos mediantemente ou pouco qualificados (Peixoto, 2013; Lopes, 2014).

Se as migrações sempre fizeram parte da realidade dos portugueses, ao longo das últimas décadas assistimos a novos fluxos de mobilidade, não só laborais, mas também de natureza formativa e lúdica, consequência, entre outras, do aumento do número de licenciados no país, da criação de programas de mobilidade estudantil como o programa Erasmus, e da maior democratização das deslocações internacionais, nomeadamente através da proliferação das viagens de avião *low-cost*.

Interessa nesse sentido perceber como estas experiências marcaram e marcam atualmente a vida dos Portugueses e qual a experiência e a atitude dos jovens em relação à mobilidade laboral e estudantil,

num contexto que não é só marcado pela crise, mas também por fluxos de mobilidade e realidades migratórias mais dinâmicas, em que as temporalidades, as modalidades de inserção e os destinos são cada vez mais diversificados.

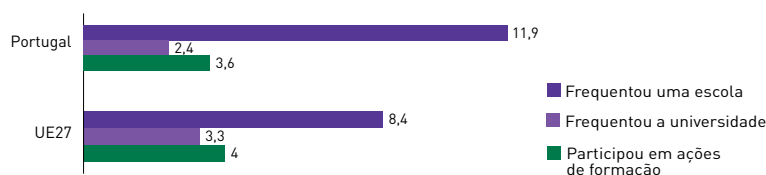
4.1. A mobilidade internacional

4.1.1. As experiências formativas no estrangeiro

Segundo os dados do Eurobarómetro, em 2009, comparativamente com a média da população da União Europeia, Portugal tinha uma percentagem mais elevada de indivíduos que tinham frequentado alguma vez a escola num outro país da UE (11,9%, vs. 8,9% na UE), mas uma percentagem menos elevada de indivíduos declaravam ter frequentado a universidade (2,4%, vs. 3,3% na UE) ou ações de formação na UE (3,6% vs. 4%).

Fig 4.1 - Experiências formativas noutro país da União Europeia. Total da população em Portugal e na União Europeia 27 (resposta múltipla) [%].

Fonte: Eurobarómetro 72.5 novembro-dezembro 2009



Pergunta: "Alguma vez frequentou a escola, estudou ou participou em algum tipo de ações de formação noutro país da União Europeia por um período superior a dois meses?".

Nos dados apurados em 2015 11,9% dos inquiridos indicam já ter frequentado uma escola na União Europeia, 0,9% indicaram ter frequentado a universidade num país da União Europeia e 3,4% indica ter frequentado ações de formação na UE.

Ao analisar por escalões etários, verifica-se que a frequência da escola num outro país da UE é transversal a toda a população, apresentando valores acima dos 10% para todos os escalões etários. Estes valores estarão, provavelmente, relacionados com históricos de emigração para a Europa que são transversais a várias gerações e que marcaram o percurso formativo de emigrantes e filhos de emigrantes atualmente a viver no país.

Já a experiência de estudar numa universidade de um país da União Europeia, apresenta assimetrias consideráveis entre os vários escalões etários. De facto, nos respondentes nos escalões etários acima dos 55 anos nenhum declarou ter frequentado o ensino universitário na UE e nos escalões entre 35 e 54 anos, esses valores não chegam ao 1% (0,4% para o escalão 35/44 e 0,9% para o escalão 45/54).

As experiências no ensino superior da UE são portanto transversalmente baixas, o que reflete também as baixas taxas de escolarização a nível superior em Portugal, mas têm maior incidência entre os escalões jovens, nomeadamente no escalão dos jovens adultos (2,5%), o que demonstra uma maior propensão para a mobilidade das novas gerações mais escolarizadas. De facto, se tivermos em conta apenas os jovens dos 15 aos 34 anos com ensino pós-secundário ou superior, constata-se que 12,9% declara ter estudado numa universidade da UE por um período superior 2 meses.

A experiência de frequência de ações de formação (por exemplo, língua, profissional, estágio) apresenta valores em tornos dos 3,5%. Nos jovens esse valor é mais elevado entre os jovens adultos, que têm uma maior inserção no mercado de trabalho (4,4%), baixando para 2,6% juntos dos jovens entre os 15 e os 24 (escalão composto maioritariamente por estudantes).

Quadro 4.1 - Experiências formativas num país da União Europeia que não Portugal. Total da população, por faixa etária (resposta múltipla) (%).Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

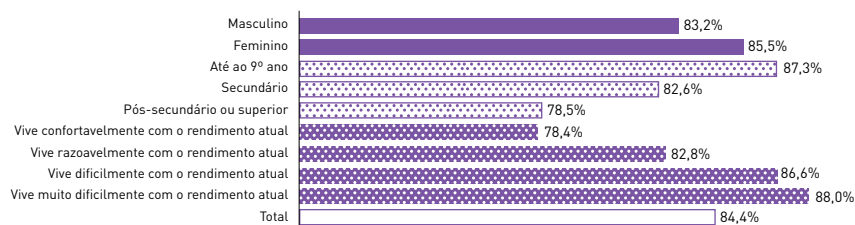
Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Frequentou uma escola	11,8	11,9	13,2	12,3	10,8	11,2	11,9
Frequentou a universidade	1,9	2,5	0,4	0,9	0,0	0,0	0,9
Participou em ações de formação	2,6	4,4	4,7	4,1	3,0	1,9	3,4

Pergunta: "Alguma vez frequentou a escola, estudou na universidade ou participou em algum tipo de ações de formação (por exemplo, língua, profissional, estágio) noutra país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses?"

A não mobilidade - ou seja, indivíduos que declaram nunca ter frequentado a escola, universidade ou ações de formação no estrangeiro - entre os mais jovens (15-34) é de 84,4%, mas esses valores tendem a variar se tivermos em conta algumas variáveis sociográficas. Entre os jovens que têm grau de ensino até ao 9º ano, 87,3% nunca estudou ou frequentou ações de formação no estrangeiro, enquanto esse valor baixa para 78,5% entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior. A variável de rendimento subjetivo tem também algum peso na experiência de mobilidade dos jovens portugueses, 88% dos jovens que declaram viver muito dificilmente com o seu rendimento nunca estudou no estrangeiro por mais de dois meses, valor que desce para 78,4% no caso dos jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento.

Fig 4.2. - População jovem (15-34) que nunca frequentou nem a escola, nem a universidade, nem ações de formação noutra país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses [%].

Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.



4.1.2. As deslocações lúdicas ao estrangeiro

No que respeita à experiência de mobilidade para o estrangeiro em período de férias, 64,8% dos respondentes indicam nunca ter viajado para o estrangeiro na sua vida. Os dados permitem-nos perceber que a experiência de viajar para fora do país em férias está a tornar-se cada vez mais comum entre as novas gerações. De facto, os jovens adultos são os que mais indicam ter viajado para fora (45,7%), com valores bastante superior aos dos escalões etários superiores, em particular os indivíduos dos escalões entre 55 e 64 e de 65 ou mais anos (com valores abaixo dos 30%). Os jovens entre 15 e 24 anos, um escalão composto maioritariamente por estudantes e jovens ainda não autonomizados economicamente, apresentam também valores elevados, perto dos 40%.

Quadro 4.2. Deslocações ao estrangeiro de férias. Total da população, por faixa etária [%].

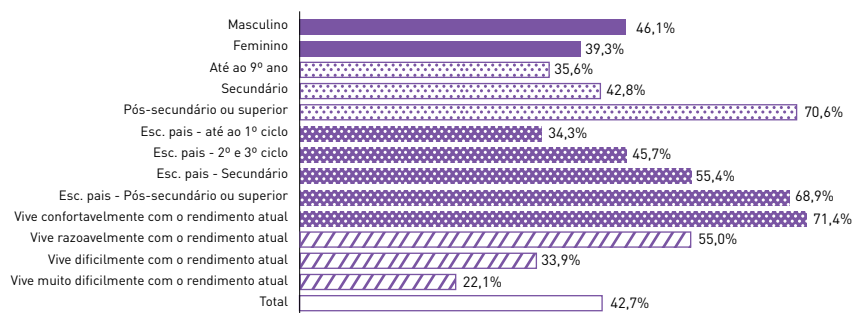
Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Nunca viajou para o estrangeiro de férias	60,6	53,3	59,8	64,9	70,8	75,0	64,8
Já viajou pelo menos uma vez para o estrangeiro de férias	38,9	45,7	39,0	34,6	29,2	23,5	34,4
Não sabe	0,3	0,2	0,8	0,5	0,0	0,5	0,4
Não responde	0,2	0,8	0,4	0,0	0,0	1,1	0,5

Em relação aos indivíduos entre os 15 e os 34 anos, verifica-se que a experiência de férias no estrangeiro, apesar de ser relativamente comum, está diretamente associada às condições culturais e socioeconómicas dos jovens. De facto, uma grande maioria dos jovens que vive confortavelmente com o seu rendimento atual (71,4%), que tem escolaridade de nível pós-secundário ou secundário (70,6%) e cuja escolaridade dos pais é de nível pós-secundário ou superior (68,9%) já tiveram a experiência de viajar para o estrangeiro pelo menos uma vez na vida. Essa realidade é contraposta à dos jovens que vivem com muitas dificuldade financeiras (apenas 22,1% dos jovens nesta situação já foram ao estrangeiro de férias), jovens cujos pais têm até ao primeiro ciclo de escolaridade (34,3%) e jovens com nível de escolaridade até ao 9º ano (35,6%).

Fig 4.3. - População jovem (15-34) que viajou para o estrangeiro de férias pelo menos uma vez [%].

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



4.1.3. As experiências laborais no estrangeiro

No que respeita à experiência de trabalho no estrangeiro, verifica-se que com a exceção do escalão mais jovem (15-24), composto maioritariamente por jovens com pouca ou nenhuma experiência laboral, nos restantes escalões 10% ou mais dos indivíduos declara já ter tido essa experiência. Esse valor é acentuado sobretudo em indivíduos entre os 35 e os 54 anos (19,20% para o escalão 35/44 e 15,70% no escalão 45/53), diminuindo junto dos grupo etários mais velhos. 11% dos jovens adultos entre 25 e 34 anos declara já ter tido essa experiência.

Quadro 4.3 - Experiência laboral no estrangeiro. Total da população, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +
Sim	3,7	11,0	19,2	15,7	10,8	11,4
Não	96,3	88,0	80,4	83,9	89,2	88,1
Não sabe	0,0	0,6	0,4	0,4	0,0	0,5
Não responde	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0

Pergunta: "Alguma vez trabalhou no estrangeiro? (última experiência de trabalho no estrangeiro e não de uma viagem de lazer ou de negócios)"

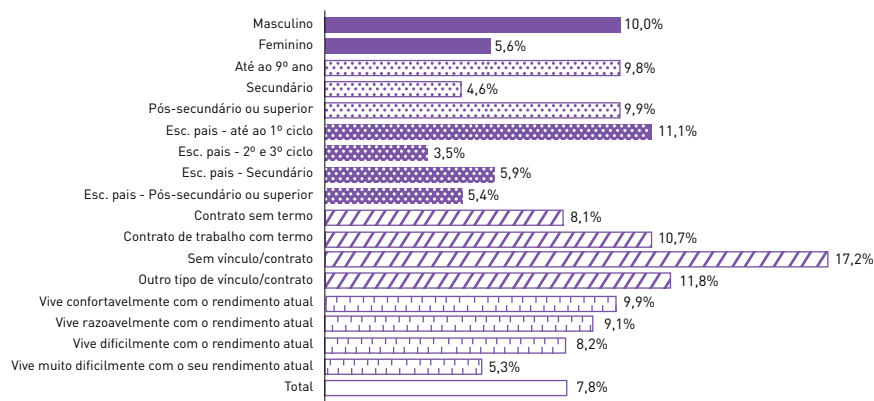
A experiência de trabalho no estrangeiro apresenta variações dentro da população entre 15 e 34 anos. De facto, verifica-se que é uma experiência vivenciada mais por homens do que por mulheres (10% e 5,6% respetivamente). Em termos do tipo de contrato de trabalho, verifica-se que a estabilidade do contrato tem influência sobre a experiência de ter trabalhado (ou não) no estrangeiro. São, de facto, os trabalhadores com contratos sem termo quem menos declaram ter trabalhado noutro país (8,1%), seguidos dos jovens trabalhadores com contrato com termo (10,7%) ou com outro tipo de vínculo/contrato (11,8%). Os jovens trabalhadores que mais experiência laboral têm no estrangeiro são os que não têm vínculo ou contrato (17,2%).

No que se refere ao capital económico e escolar, se no primeiro caso esse tem uma relação direta com a experiência laboral no estrangeiro (quanto mais as dificuldades económicas atuais menos experiência laboral no estrangeiro), no segundo caso isso não se verifica. De facto os jovens com maior escolarização (pós-secundário ou superior) têm praticamente a mesma experiência de trabalho no estrangeiro do que os jovens com escolaridade até ao 9º ano (9,9% e 9,8%, respetivamente). Os jovens com escolaridade até ao 9º já apresentam valores menos elevados (4,6%).

Estes valores vêm demonstrar que a experiência laboral no estrangeiro por parte de indivíduos atualmente a viver em Portugal foi vivenciada sobretudo pelos jovens mais qualificados e pelos menos qualificados. A questão da baixa qualificação dos trabalhadores com experiência de trabalho no exterior não se reflete só a nível da escolaridade dos jovens, mas também na dos seus pais. 11,1% dos jovens cujos pais completaram até ao 1º ano de escolaridade já tinham tido experiências de trabalho no estrangeiro, enquanto esses valores situavam-se em torno dos 6% para os jovens com pais que completaram o secundário ou um nível de escolaridade pós secundário ou superior (5,9% e 5,4%, respetivamente).

Fig 4.4. - População jovem (15-34) que já trabalhou no estrangeiro (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



4.2. As características das experiências de laborais no estrangeiro

A duração da experiência de trabalho no estrangeiro foi diversificada para os diferentes grupos etários. Como seria de esperar, sobretudo porque nos estamos a referir a indivíduos que trabalharam no estrangeiro mas que entretanto regressaram a Portugal, a duração da experiência laboral dos mais jovens foi mais curta, sendo que para 62,5% dos jovens entre 15 e 24 anos e 49,7% dos jovens entre 25 e 34 anos a estadia não durou mais do que um ano. Ainda assim, cerca de 40% (37,5% dos jovens e 38,3% dos jovens adultos) declara ter feito experiências laborais no estrangeiro mais longas (um ano a menos de 5 anos). As situações de emigração mais prolongadas, de 5 anos ou mais, são mais comuns entre os escalões mais velhos, sobretudo entre os indivíduos acima dos 55 anos, muito possivelmente indivíduos que estiveram emigrados e que voltaram para Portugal depois da reforma. Se entre os mais jovens (15-24) não existem experiências tão prolongadas, já 12,15% dos jovens adultos que trabalharam no estrangeiro declaram tê-lo feito durante pelo menos 5 anos.

Quadro 4.4. Duração da experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%).
 Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Menos de 1 ano	62,5	49,7	23,3	23,3	9,6	7,7	23,4
De 1 ano a menos de 5 anos	37,5	38,3	41,4	38,1	23,5	16,7	32,7
5 ou mais anos	0,0	12,1	35,3	38,6	66,9	75,7	43,9

Pergunta: “Qual foi a duração da estadia da última vez que trabalhou no estrangeiro? (última experiência de trabalho no estrangeiro e não de uma viagem de lazer ou de negócios)”.

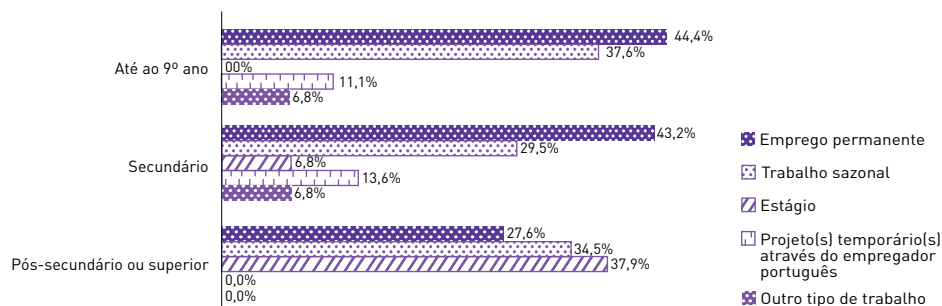
Em termos de tipo de trabalho levado a cabo na sua experiência laboral fora de Portugal por parte dos inquiridos, verifica-se que os mais novos têm menos experiência de trabalho permanente (29,3%, quando para os restantes grupos etários os valores estão sempre acima dos 45%), mas mais experiência de trabalho sazonal (51,2%, quando para os restantes grupos etários os valores estão sempre abaixo dos 31%). Essa maior prevalência do trabalho sazonal junto dos mais novos pode indicar não só uma especificidade do tipo de trabalho que os jovens procuram e/ou encontram no estrangeiro, como também o facto de os indivíduos mais velhos reportarem a sua mais recente experiência de trabalho no estrangeiro, nomeadamente de tipo permanente, tornando por isso invisíveis outras experiências anteriores de carácter mais temporário. De notar também que cerca 7,5% dos jovens e jovens adultos que trabalharam no estrangeiro declara que a sua experiência laboral foi um estágio.

Quadro 4.5 - Tipo de experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%).
 Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Emprego permanente	29,3	45,6	67,0	49,8	72,1	88,7	64,1
Trabalho sazonal	51,2	30,9	26,8	29,1	27,9	7,7	25,0
Estágio	7,3	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Projeto(s) temporário(s) no estrangeiro através do seu empregador português	4,9	10,7	2,1	17,9	0,0	3,6	6,8
Outro tipo de trabalho (ex. trabalho de empreitada)	7,3%	5,4%	4,1%	3,1%	0,0%	0,0%	2,8%

Ao cruzar o tipo de trabalho levado a cabo no estrangeiro por parte da população jovem que teve essa experiência, com o seu nível de escolaridade, verifica-se que entre os jovens com menos escolaridade houve uma maior proporção de emprego permanente no estrangeiro (44,4%), em relação aos que completaram o ensino pós-secundário ou superior (27,6%). O trabalho sazonal foi experienciado por jovens de todos os níveis de escolaridade, representando 37,6% da experiência laboral no estrangeiro dos jovens que têm até o 9º ano de escolaridade. Os estágios, por sua vez, estão mais associados a graus de escolaridade mais elevados, representando 34,5% da experiência laboral no estrangeiro dos jovens com ensino pós-secundário ou superior e 6,8% da experiência laboral dos jovens com o secundário. Nenhum dos jovens com escolaridades mais baixas declarou ter feito estágios no estrangeiro.

Fig 4.5. - População jovem (15-34) que trabalhou no estrangeiro, por tipo de experiência laboral e grau de escolaridade (%).
Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



4.3. A predisposição para a mobilidade laboral internacional

Independentemente de já terem tido, ou não, experiência formativa ou laboral no estrangeiro, quando questionados sobre a eventual hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro, verifica-se que são os mais jovens que mais respondem afirmativamente. Mais de metade dos jovens entre 15 e 24 anos (53,1%) declara considerar essa hipótese, valor que se situa em torno aos 49% para os jovens adultos. Apesar de apresentarem valores mais baixos, mesmo entre os escalões etários mais elevados, a hipótese de uma experiência laboral no estrangeiro é uma realidade para uma parte considerável da população, sendo de 35,3% para os indivíduos entre 35 e 44 anos e de 21,5% para os que têm entre 45 e 54 anos. Apenas a partir dos 55 é que a ideia de vir a trabalhar fora de Portugal passa a ser muito minoritária, sendo de apenas 4,9% entre os que têm entre 55 e 64 anos e quase inexistente entre os que têm mais de 65 anos.

De notar também que entre os jovens (15-24), não só a percentagem dos que respondem “sim” à pergunta é elevada, como a proporção de indivíduos que responde não considerar essa hipótese é particularmente baixa (29,3%), comparativamente com os outros escalões etários. De facto, se tivermos em conta os 16,1% que nesta faixa etária responderam “não sabe” (ou seja, indivíduos que apesar de não considerarem a hipótese, não a excluem), pode-se concluir que cerca 70% dos jovens entre 15 e 24 anos estão a de alguma forma abertos à hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro.

Entre os jovens adultos, a proporção de indivíduos que consideram a hipótese de uma experiência laboral no estrangeiro é menos elevada (40%), mas ainda assim apenas 45,9% dos respondentes entre 25 e 34 anos excluí totalmente essa ideia.

Quadro 4.6 - Predisposição para a mobilidade laboral internacional. Total da população, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Sim	53,1	40,0	35,3	21,5	4,9	0,4	23,7
Não	29,3	45,9	48,0	70,2	93,6	98,0	67,0
Não sabe	16,1	13,3	14,7	7,3	1,5	0,9	8,4
Não responde	1,5	0,8	2,0	0,9	0,0	0,7	1,0

Pergunta: “Considera a hipótese de via a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro?”.

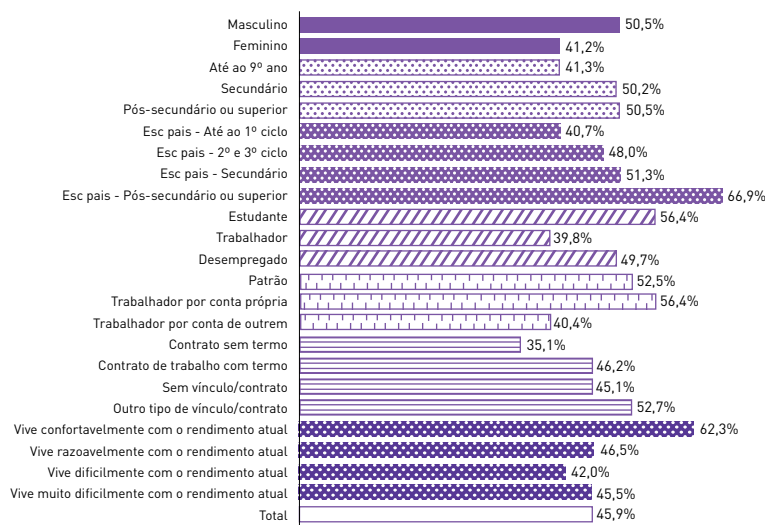
No que respeita a população jovem entre 15 e 34 anos, verificamos que a consideração da hipótese de vir a trabalhar no futuro no estrangeiro é bastante transversal a todas as características sociográficas dos indivíduos. Ainda assim, há alguns fatores inibidores e potenciadores dessa situação. De facto, os homens tendem a considerar mais essa hipótese do que as mulheres (50,5% vs. 41,2%), os jovens com menor nível de escolarização consideram menos a hipótese do que os que completaram o secundário, ou um nível pós-secundário ou superior. Os estudantes em geral estão particularmente abertos à hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro (56,4%), valor que é bastante mais elevado do que o dos jovens que já se encontram a trabalhar (39,8%). Cerca de metade dos desempregados consideravam, na altura de aplicação do inquérito a hipótese de virem a trabalhar no estrangeiro (49,7%).

Constata-se assim que a inserção laboral atual, e em particular a estabilidade dessa inserção, é o principal fator inibidor à consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro. De facto, os valores são mais baixos para os trabalhadores em geral (face aos estudantes e desempregados), para os trabalhadores por conta de outrem (face aos patrões e trabalhadores por conta própria) e para os trabalhadores com contratos sem termo (face aos restantes tipos de contratos). Ainda assim, mesmo entre os jovens com a situação laboral mais estável, os que têm contratos sem termo, 35,1% afirmam considerar a hipótese.

No sentido contrário, verifica-se que os fatores que mais potenciam a consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro são o rendimento do agregado familiar e a escolaridade dos pais. São os jovens com maior poder de compra, ou seja que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento atual (62,3%) e os jovens filhos de pais com nível de escolaridade pós-secundário ou superior (66,9%) que mais declaram estar abertos a essa experiência.

Fig 4.6. - População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



Ao cruzar a consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro com as experiências prévias dos jovens entre 15 e 34 anos no estrangeiro verifica-se que, com exceção do caso das ações de formação, quase todas as experiências no estrangeiro são potenciadoras da abertura à ideia de vir a trabalhar fora de Portugal no futuro. Entre estas destacam-se os valores daqueles que declaram terem frequentado uma escola na UE no passado (55,7%, contra 44,5% dos que nunca frequentaram), dos que declaram terem tido uma anterior experiência de trabalho no estrangeiro (63%, contra 44,7% dos que nunca trabalharam no estrangeiro), mas sobretudo dos jovens que indicam terem frequentado a universidade no estrangeiro. De facto 70,9% dos jovens inquiridos entre 15 e 34 anos que frequentaram o ensino universitário num outro país da União Europeia declara considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, ou seja, uma experiência formativa a nível superior fora de Portugal é muito potenciadora da ideia de um dia vir a fazer uma experiência laboral no estrangeiro.

Fig 4.7. População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro por experiência anterior no estrangeiro [%]

Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.



Quando questionados sobre qual o país para onde gostariam de ir trabalhar, a União Europeia aparece como destino preferencial de praticamente todos os grupos etários (a única exceção é o grupo de 65 ou mais anos que é composto por muito poucos indivíduos que têm como único destino preferencial o Brasil).

Entre os jovens adultos que consideram vir a trabalhar no estrangeiro, 81,2% assinala a Europa como principal hipótese, seguindo-se os Estados Unidos da América ou Canadá (17%) e os países africanos de língua oficial portuguesa (12,2%). As escolhas dos mais novos (15-24) são relativamente similares às dos jovens adultos, diferenciando-se apenas pelo facto de serem menos os que indicam os Países da União Europeia como possível destino da experiência laboral (70%). De notar ainda que, no caso dos jovens entre 15 e 24 anos que indicaram considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, 11% assinala não saber qual seria o seu o destino preferencial, o que vem evidenciar o quanto a mobilidade laboral internacional é ainda uma possibilidade remota para alguns destes jovens.

Em termos de diferenças entre os vários grupos etários, é de destacar ainda a preferência por países africanos de língua oficial portuguesa de alguns dos escalões mais velhos, nomeadamente os que têm entre 55/64 anos, com 30,6%, mostrando por isso uma maior proximidade desta geração às ex-colónias.

Quadro 4.7. Destino preferencial para uma experiência laboral no estrangeiro. Total da população que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro, por faixa etária (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Países da União Europeia	70,0	81,2	72,9	66,6	50,8	0,0	72,4
EUA/Canadá	17,1	17,0	6,7	15,1	9,7	0,0	13,7
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	8,5	12,2	3,4	12,4	30,6	0,0	9,4
Brasil	6,3	7,6	5,6	2,0	0,0	100,0	6,0
Suíça	3,0	2,0	5,6	6,2	9,7	0,0	4,1
Outros países	2,3	1,1	3,5	6,6	0,0	0,0	2,9
Não sabe	11,0	5,5	7,8	8,2	9,7	0,0	8,2
Não responde	0,9	0,6	1,1	2,3	9,7	0,0	1,3

4.4. Motivações para a mobilidade laboral internacional

Quando questionados sobre quais as razões que os incentivariam a fazer uma experiência laboral no estrangeiro, os inquiridos, independentemente de terem ou não trabalhado noutro país, ou de considerarem ou não a hipótese de vir a fazê-lo no futuro, escolheram na sua maioria razões associadas ao trabalho, nomeadamente “ter melhores oportunidades de encontrar emprego” (51,3%) e “ter melhores condições de trabalho” (38,6%), e “ter melhores condições de carreira ou negócio” (14,2%). Com um peso importante surgem também motivações associadas ao bem-estar em geral, em particular “ter melhores condições de vida no estrangeiro”, selecionado por 36% da população, e com menor incidência “ter melhor sistema de serviços sociais e saúde” (8,1%).

Entre as motivações de carácter contextual, “melhor clima económico no estrangeiro” destaca-se por ser selecionada por 11,3% dos inquiridos. Já o indicador “melhor situação política no estrangeiro” foi a razão menos apontada com um valor total de 3,6%. As razões associadas à sociabilidade familiares e afetivas foram apontadas por 9,1% dos indivíduos.

As respostas dos jovens e jovens adultos em relação às razões que os incentivariam a trabalhar noutro país são próximas dos restantes grupos etários, valorizando também estes as motivações associadas

ao trabalho, destacando-se em particular a incidência, face a outros grupos etários mais velhos, das opções “ter melhores condições de trabalho” e ter “melhores condições de carreira ou negócio”.

Os jovens entre 15 e 24 anos distinguem-se também por serem o grupo etário que, estando ainda numa fase de formação, mais aponta motivações relacionadas com o seu desenvolvimento pessoal, quer seja a nível da aquisição de novas competências (“melhorar as suas qualificações” selecionada por 13,4% dos jovens), quer seja na acumulação de novas experiência e ampliação das suas redes de sociabilidade (“descobrir algo novo e conhecer novas pessoas” selecionada por 13,3% dos jovens).

Quadro 4.8. Motivações para a mobilidade laboral internacional (Resposta múltipla). Total da população, por faixa etária (%).
 Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Ter melhores oportunidades de encontrar emprego	60,7	59,8	59,9	47,9	46,9	38,9	51,3
Ter melhores condições de trabalho	46,2	49,1	42,3	38,0	36,8	25,9	38,6
Ter melhor qualidade de vida no estrangeiro	41,5	43,0	42,1	39,1	34,3	23,3	36,3
Ter melhores condições de carreira ou negócio	20,2	19,5	15,4	15,8	10,0	7,6	14,2
Melhor clima económico no estrangeiro	13,6	10,5	14,1	15,1	8,6	7,3	11,3
Estar mais perto de familiares ou amigos que vivem no estrangeiro	9,0	11,1	11,6	9,9	7,2	6,6	9,1
Melhor sistema de serviços sociais e de saúde	5,1	10,2	8,8	9,9	7,9	6,7	8,1
Descobrir algo novo e conhecer novas pessoas	13,3	8,4	7,1	4,2	3,5	5,4	6,7
Melhorar as suas qualificações (ex.: aprender uma nova língua)	13,4	6,4	4,0	6,5	5,7	5,2	6,5
Melhor situação política no estrangeiro	3,6	2,4	3,6	3,7	3,6	4,3	3,6
Nenhuma	4,6	10,8	9,5	14,4	26,9	37,6	18,8
Não sabe	2,2	1,5	2,4	2,3	2,1	5,6	2,9
Não responde	0,7	0,8	0,8	0,4	1,0	1,0	0,8

Pergunta: “Independentemente de ter ou não trabalhado noutro país, ou de poder vir ou não a fazê-lo no futuro, que razões o incentivariam a trabalhar noutro país?”

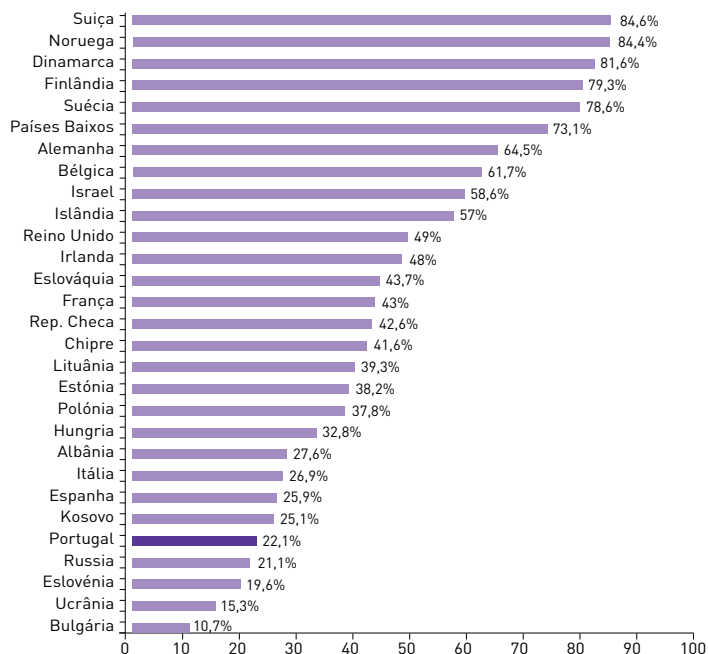
5. Atitudes dos jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007-2015

Vários estudos realizados e publicados nos últimos anos têm dado conta de um panorama preocupante da relação do eleitorado com a política (Cabral, 2001, Freire et. al. 2004, Freire e Magalhães 2001, Lobo, 2013). Estes estudos analisam a forma como os portugueses se envolvem no processo democrático, tanto a nível das atitudes, nomeadamente a identificação e simpatia partidária, o interesse pela política, bem como comportamentos específicos tais como a participação eleitoral, a militância partidária, o associativismo ou a participação em manifestações e protestos. O quadro que emerge é de uma cidadania política fraca em que os portugueses se empenham pouco e se sentem pouco recompensados.

De facto, nos estudos de opinião pública realizados mais recentemente, tem-se demonstrado que os portugueses avaliam o desempenho real do regime democrático no país de forma bastante negativa: a maioria dos inquiridos sentem-se pouco ou nada satisfeitos com a maneira como funciona a democracia em Portugal hoje em dia. Além disso, quase metade da população adulta está convencida que atualmente a democracia em Portugal funciona pior ou muito pior do que há cinco anos atrás. (Costa Pinto et.al., 2012, p.4-5). Em 2014, 73% dos portugueses declarava-se pouco ou nada satisfeito com a forma como funciona a democracia portuguesa. Desde 2011, as percepções evoluíram de forma bastante negativa, visto que naquele ano eram 65% os portugueses que se considerava insatisfeito com a democracia (Lobo, 2013, p.3). Nesse âmbito, é de realçar que esta relação entre eleitores e eleitos, marcada por afastamento, alheamento e insatisfação, não foi naturalmente beneficiada pela crise económica. Sendo certo que os fatores explicativos para o afastamento entre cidadãos e política são múltiplos, em parte também têm origem na (in)capacidade do Estado português em produzir resultados nas políticas públicas que melhorem a qualidade de vida em Portugal.

A Figura 5.1. mostra que esta insatisfação com a democracia não é uma atitude generalizada na Europa. Portugal está entre os países europeus onde a satisfação é mais baixa, juntamente com países da Europa central e de leste, bem como a Espanha e Itália.

Figura 5.1 - Grau de Satisfação com a Democracia em Países Europeus, 2012. População total que se declara satisfeito (6-10) [%].
Fonte: European Social Survey 2012.



Pergunta: “Qual é o seu grau de satisfação, numa escala de 0 a 10, com o funcionamento da democracia no seu país?”(0 = Extremamente insatisfeito e 10 =extremamente satisfeito)

As atitudes dos jovens perante a política têm, pois, de ser entendidas a partir deste manancial de estudos que tem vindo a ser publicado nos últimos anos e que permite fazer um enquadramento que contextualiza a forma como os portugueses encaram a política. Um estudo sobre “Jovens e Política” (Magalhães e Moral, 2007) realizado com o patrocínio da Presidência da República chegou a conclusões que balizam o presente estudo, a saber: os jovens declaravam-se mais insatisfeitos do que os adultos com a democracia; eram, no entanto, tão interessados com os adultos em política, escapando assim aos últimos lugares em comparação com outros países da UE; encontravam-se menos expostos à informação política difundida pelos meios de comunicação convencional do que o resto da população; e tendiam a ser menos céticos do que os mais velhos em relação à eficácia de todas as formas de participação política; finalmente, os índices de participação cívica dos jovens eram

em 2007 mais elevados do que os da restante população, facto que não se devia exclusivamente à pertença a associações estudantis ou a grupos desportivos.

No que diz respeito à ligação aos partidos, os jovens estavam mais desalinhamados, encontrando menos utilidade nos conceitos de esquerda e direita, e exibindo menos identificação partidária do que os adultos (Magalhães e Moral, 2008). Nesse estudo foi encontrado um padrão de curvilinearidade entre vários indicadores de participação política e idade, isto é: os jovens e os mais idosos exibiam atitudes e comportamentos semelhantes em relação a determinadas atitudes políticas. Essa curvilinearidade sugere um efeito de “ciclo de vida” em que os jovens, por ainda estarem num processo de mobilidade e instabilidade profissional, valorizam menos o envolvimento político. Junto dos idosos, outras razões de ordem física e de situação profissional produzem um efeito semelhante. A ser assim, não estaríamos perante jovens estruturalmente diferentes do resto da população, mas apenas numa etapa de vida distinta. Neste inquérito estaremos pois também atentos à existência de curvilinearidades entre atitudes, comportamentos políticos e idade.

Sete anos volvidos deste estudo importa revisitar estas atitudes dos jovens para verificar a forma como estas evoluíram e se porventura terão sofrido alguma deterioração tal como ocorreu com a população em geral nestes últimos anos. Neste capítulo, faremos comparações sistemáticas com o estudo em causa. No entanto, gostaríamos de salientar que os dois estudos não são de painel, isto é, as amostras não são as mesmas em dois momentos distintos, o que limita a comparabilidade dos dados. Começaremos por focar as atitudes políticas dos jovens em comparação com os adultos, para de seguida focarmos as fontes de informação, a participação política atitudes em relação à política. Terminamos com a importância da ideologia e da identificação partidária em Portugal hoje.

5.1. A satisfação com a Democracia

Nos dois quadros seguintes apresentamos os resultados de uma questão formulada de forma semelhante à que foi colocada acima – nomeadamente sobre a satisfação com a democracia em 2007 e 2015. Verificamos que apenas 17,3% dos jovens em 2015 considera que a democracia funciona bem em Portugal, o que mesmo assim constitui uma percentagem ligeiramente acima da média do país (16,6%). Do mesmo modo, demonstrando-se menos insatisfeitos do que os adultos, a faixa etária entre 15 e 24 anos também é aquela que menos considera (41%) que a democracia funciona mal. Comparando com 2007, as grandes tendências eram semelhantes, isto é, os jovens também tinham tendência a considerar que a democracia funcionava bem, em maior percentagem do que a média do país, e menos tendência a considerar que a democracia funcionava mal. No entanto, apesar das tendências serem semelhantes, os valores das percentagens entre 2007 e 2015 confirmam a grande queda na satisfação com a democracia operada em Portugal nos últimos sete anos. Enquanto em 2007 cerca de um terço dos jovens (15-34) considerava que a democracia funcionava bem, esta percentagem desce para cerca de metade desse valor em 2015. Nesta questão, em 2015 os mais jovens destacam-se também pela percentagem daqueles que afirma não saber ou não querer responder à questão (20%).

Quadro 5.1 - Satisfação com a Democracia da população portuguesa, 2007-2015. Total da população, por faixa etária (%).

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

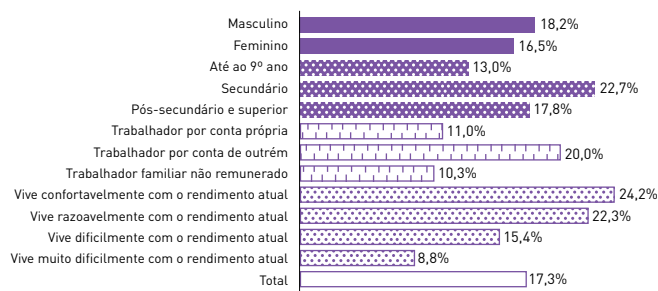
2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Mal (0-4)	41,0	52,5	51,0	55,1	60,8	45,4	50,8
Nem bem nem mal (5)	21,1	22,7	25,4	24,2	18,8	22,2	22,5
Bem (6-10)	17,3	17,3	18,5	14,9	14,6	16,9	16,6
NS/NR	20,5	7,5	5,1	5,9	5,9	15,6	10,0
2007							
Mal (0-4)	32,0	39,9	42,5	46,3	43,6	44,2	41,7
Nem bem nem mal (5)	30,9	23,4	28,3	30,1	27,7	29,4	28,2
Bem (6-10)	33,8	35,9	28,0	20,1	25,8	19,8	27,0
NS/NR	3,3	0,9	1,2	3,6	3,0	6,5	3,2

Pergunta: “ Em geral, numa escala de 0 a 10, em que o significa ‘muito mal’ e 10 ‘muito bem’, como acha que funciona atualmente a democracia em Portugal?”.

A figura seguinte desagrega os jovens dos 15 aos 34 anos que avaliam positivamente a democracia por perfil sociodemográfico. São os jovens com escolaridade secundária, os que vivem confortavelmente ou razoavelmente com o seu rendimento, e os trabalhadores por conta de outrem que exibem valores mais elevados de satisfação com a democracia. Aqueles que vivem com mais dificuldades, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados encontram-se bastante abaixo da média para os jovens dos 15 aos 34 anos.

Fig 5.2 - População jovem (15-34) que avalia positivamente (6-10) o funcionamento da democracia (%)

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



A (in)satisfação com a democracia é um indicador que reflete um conjunto de outras atitudes, em relação ao sistema político, à performance do governo, e à percepção sobre o funcionamento da economia. Vamos de seguida olhar mais detalhadamente para a forma como os jovens em Portugal formam as suas atitudes e o que pensam da política e da eficácia da participação política em Portugal.

5.2. Exposição aos media

O quadro seguinte apresenta as percentagens daqueles que procuram informação ou notícias sobre política uma vez por semana ou mais nos órgãos de comunicação social. Vale a pena distinguir os media tradicionais da internet, neste domínio. Verificamos que os jovens dos 15 aos 24 são aqueles que menos procuram notícias sobre política, seja em que meio de comunicação tradicional for (jornais, televisão ou rádio). Considerando estes meios, verifica-se uma hierarquia de importância, onde a televisão emerge muito destacadamente como a fonte de notícias consumida com mais regularidade em todas as faixas etárias. Este é, aliás, um padrão que se tem vindo a observar ao longo dos anos nos inquéritos Eurobarómetro. Mesmo no que diz respeito à internet, os jovens entre 15-24 anos não se destacam particularmente dos adultos até aos 54 anos, ficando apenas acima dos que têm 55 anos ou mais na procura de informação política na internet. Já no que diz respeito aos jovens adultos, isto é, aqueles entre os 25-34 anos, verificamos que têm um perfil substancialmente diferente da faixa etária que lhes antecede, consumindo quase o dobro de notícias sobre política nos jornais pelo menos uma vez por semana, e estando acima da população portuguesa nas restantes dimensões de exposição aos media. Este padrão de diferença entre jovens (15-24) e jovens adultos (25-34) no que diz respeito ao consumo de notícias políticas nos media também o encontramos nos dados de 2007, embora de forma menos vinculada.

Quadro 5.2 - Frequência de exposição a informação e notícias sobre política da população portuguesa (2007 e 2015). Total da população que indica praticar a atividade pelo menos uma vez por semana, por faixa etária (%).

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Lê notícias sobre política num jornal	21,9	41,2	40,8	45,6	41,1	26,1	36,0
Vê notícias sobre política na televisão	61,8	74,4	73,5	82,9	79,2	77,3	75,4
Ouve notícias sobre política na rádio	14,2	22,6	21,4	26,3	23,1	17,1	20,8
Utiliza a internet para obter informação política	11,7	13,6	11,9	12,8	5,6	3,7	9,5
2007							
Lê a secção de política num jornal	34,1	48,7	50,1	55,3	51,5	46,4	47,9
Vê notícias sobre política na televisão	81,9	86,3	88,8	89,9	90,6	85,2	87,1
Ouve notícias sobre política na rádio	37,5	53,8	52,8	54,0	48,3	39,3	47,7
Utiliza a internet para obter informação política	22,3	22,9	18,9	19,4	17,1	2,8	16,6

Assim, já em 2007 os jovens entre 15 e 24 anos se destacavam por consumirem substancialmente menos notícias sobre política no jornal (34,1%), na televisão (81,9%) e rádio (37,5%) do que as respetivas médias nacionais. Há, pois, um processo de socialização em que as faixas etárias seguintes adotam padrões mais elevados de exposição aos media, até chegarmos ao escalão etário mais alto (mais de 65 anos), onde os valores voltam a descer. Estamos assim, no que diz respeito aos media tradicionais, perante uma relação curvilínea entre exposição aos media e idade.

A par destas tendências, que são comuns aos dois anos analisados, existe uma grande diferença entre 2007 e 2015 – os valores percentuais de procura de notícias em todos os meios de comunicação diminuí substancialmente. Entre os mais jovens (15-24 anos), a diminuição de exposição aos media em pontos percentuais é da seguinte ordem de grandeza: 12 (jornais), 20 (televisão), 23 (rádio), 11 (internet). Na faixa etária dos jovens adultos (25-34 anos) observamos uma diminuição em toda a

linha também, embora em menor escala do que se verifica no escalão etário mais baixo, a saber: menos 8 (jornais), 12 (televisão), 31 (rádio), e 9 pontos percentuais (internet) entre 2007 e 2015. Este é, de resto, um padrão semelhante àquele que se verifica nas restantes faixas etárias. Esta diminuição no acesso à internet para procurar informação sobre política contrasta, de certa forma, com outras duas questões onde 86,9% dos jovens e 74,4% dos jovens adultos afirma aceder à internet todos os dias e onde para as mesmas faixas etárias, respetivamente 32,3% e 35,9%, indica que utiliza a internet para ler artigos de jornais. Presumivelmente serão artigos sobre assuntos que não dizem respeito à política. Portanto, à medida que a utilização da internet se está a generalizar, denota-se um decréscimo da utilização da mesma para a informação sobre política.

5.3. A participação cívica e política

Vejamos de seguida o panorama da participação cívica e política dos jovens em Portugal. O quadro abaixo apresenta os valores percentuais de todos aqueles que afirmam pertencer a uma associação, sindicato ou partido político, mesmo que não participem ativamente nessa mesma organização. Detenhamo-nos em primeiro lugar na pertença a partidos políticos, tendo em conta que estas organizações se distinguem de todas as restantes pelo facto de terem o quase monopólio da representação nas instituições políticas. Os valores exibidos entre os jovens e jovens adultos oscilam entre 1% e 2,7% de pertença a um partido. São valores objetivamente muito baixos.

Mesmo assim, é de notar que os primeiros (jovens entre 15 e 24 anos) estão abaixo da média nacional enquanto os segundos (jovens adultos entre 25 e 34 anos) ficam um pouco acima. Existe na verdade uma curvilinearidade entre participação cívica e idade, já detetada anteriormente (Magalhães e Moral, 2008). A participação seria menor junto dos indivíduos mais jovens, aumentando progressivamente até voltar a diminuir novamente junto dos mais idosos. A explicação convencional é a que está ligada aos efeitos de ciclo de vida. No caso, os mais jovens por estarem ainda numa fase de mobilidade social, educacional e instabilidade profissional; os mais idosos, por razões de fim de percurso profissional além de, por razões de crescentes dificuldades de saúde, tenderem também a participar menos na vida política. Assim, não surpreende verificar que são os indivíduos das faixas etárias compreendidas entre os 35 e os 64 anos aqueles que mais participam em partidos políticos.

Já no que diz respeito à participação cívica os mais jovens não se destacam particularmente: apenas pertencem mais do que a média nacional a grupos desportivos (10% os jovens vs. 5% de média nacional); e associações juvenis e estudantis (5,1% de jovens vs. 1,7% de média nacional). Já os jovens adultos entre os 25 e 34 anos figuram em maior número em comparação com a média nacional na pertença às seguintes associações: partidos políticos (2,7% vs. 2,1%), sindicatos (3,4% vs. 2,1%), associações ou ordens profissionais (4,3% vs. 2,6%), grupos desportivos (7,2% vs. 5,1%), grupos culturais ou de lazer (4,1% vs. 3,5%), e outros tipos de associações sem fins lucrativos (2,7% vs. 2,5%). Deste ponto de vista, detetamos diferenças importantes entre os jovens e os jovens adultos, que não eram tão evidentes em 2007.

Quadro 5.3 - Participação política da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que responde 'pertence e participa ativamente' e 'pertence mas não participa ativamente', por faixa etária [%].

Fontes: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015 e Inquérito "jovens e a política", CESOP, 2007.

2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Um partido político	1,0	2,7	3,2	3,7	2,0	0,4	2,1
Um sindicato	0,2	3,4	2,8	4,2	1,6	0,5	2,1
Uma associação ou ordem profissional	1,7	4,3	2,4	4,2	1,7	1,3	2,6
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	2,0	2,2	3,1	3,2	3,9	9,4	4,4
Um grupo desportivo	10,4	7,2	4,0	7,5	2,1	1,8	5,1
Um grupo cultural ou de lazer	3,4	4,1	2,4	6,1	2,5	2,6	3,5
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	1,9	2,4	2,0	5,1	2,1	1,8	2,5
Uma associação juvenil ou estudantil	5,1	1,6	0,8	0,9	0,0	0,0	1,2
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	1,4	2,7	2,0	4,2	1,6	2,7	2,5
2007							
Um partido político	5,2	7,4	2,7	5,9	8,3	8,5	6,4
Um sindicato	1,5	10,6	12,4	16,2	13,3	4,0	9,6
Uma associação ou ordem profissional	5,6	14,2	12,4	14,9	15,6	6,3	11,4
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	18,9	11,4	14,5	17,8	16,3	27,1	17,9
Um grupo desportivo	19,3	14,0	16,5	14,0	10,6	5,0	12,9
Um grupo cultural ou de lazer	13,4	9,1	9,7	11,3	11,0	11,3	10,9
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	6,3	8,3	4,4	8,8	11,4	5,8	7,3
Uma associação juvenil ou estudantil	11,9	7,1	2,9	3,9	2,3	1,3	4,7
Outro tipo de associação voluntária	7,4	6,0	6,2	7,8	9,5	6,8	7,2

O que é de salientar na evolução entre 2007 e 2015 é uma quebra muito significativa na taxa de pertença a organizações da sociedade civil transversal à generalidade dos escalões etários, afetando também os jovens. Em média, tanto os jovens como os jovens adultos passaram a uma taxa média de participação de 3% em 2015, quando este mesmo valor atingia mais de 9% em 2007, representando por isso uma diminuição de mais de dois terços na participação cívica em Portugal. Este declínio foi

mesmo assim menor do que aquele ocorrido, em média, nos restantes grupos etários com exceção dos mais idosos (acima dos 65 anos). Portanto, o declínio que notamos não invalida o padrão curvilíneo que detetámos na relação da participação política com a idade.

Já vimos que as pertenças organizacionais na sociedade civil são baixas e têm diminuído entre os jovens e não só. E de que forma é que os jovens se envolvem em ações sociais e políticas para exprimir uma opinião? O quadro abaixo dá conta da frequência com que os portugueses se envolveram nesse tipo de iniciativas - somando todos aqueles que afirmaram tê-lo feito em qualquer momento das suas vidas. O quadro mostra o seguinte: no escalão etário mais jovem, entre os 15 e os 24 anos, o tipo de atividade política mais exercido foi o de “assinar uma petição” (6,6%) seguido de “dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política” (6,2%). Ambas percentagens ficam, no entanto, aquém dos valores médios para essas atividades em Portugal, que já foram praticados por 8,4% da população.

De facto, não existe nenhum tipo de participação social ou política em que os mais jovens estejam acima da média nacional, o que é sintomático de uma falta de envolvimento político. Considerando a faixa etária seguinte, isto é, a dos jovens adultos (entre os 25 e os 34 anos), esta destaca-se em relação ao resto da população nas seguintes atividades: assinar uma petição, fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente, e dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política. É, no entanto, de assinalar que tanto os mais jovens como os jovens adultos tendem a participar significativamente menos tanto em comícios partidários ou manifestações políticas, do que qualquer outra faixa etária.≤

Finalmente, apesar de serem grandes utilizadores de *internet*, esta não é empregue para discutir política em fóruns e *blogs* pela larguíssima maioria dos inquiridos entre os 15 e os 34 anos. Ao contrário do que verificámos em relação à exposição aos media e à participação cívica, não detetamos nestes dados uma relação curvilínea entre formas de participação política tradicional e idade. Os mais idosos já participaram de formas políticas nas quais os jovens se envolvem pouco, a saber manifestações políticas ou comícios partidários. Esta é uma ocasião em que não detetamos um evidente padrão de “ciclo de vida” mas, pelo contrário, podemos estar perante uma diferença geracional na forma de participar na vida política.

Quadro 5.4 - Formas de participação política tradicional da população portuguesa, 2015. Total da população que respondeu que a realizou durante o último ano ou que a realizou num passado mais distante, por faixa etária (%).

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

2015							
Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Assinar uma petição	6,6	12,2	11,9	10,2	6,4	3,8	8,4
Fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente	3,8	6,2	4,0	3,1	1,6	2,2	3,4
Participar num comício partidário ou de um candidato	1,9	4,7	9,2	10,1	10,2	5,0	6,9
Participar numa manifestação política	2,2	6,8	8,8	8,2	9,3	7,2	7,2
Contatar, ou tentar contactar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões	1,2	2,1	4,4	4,3	2,6	2,4	2,9
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política	6,2	9,3	10,8	10,4	6,2	7,2	8,4
Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários on-line, email, etc.).	1,7	2,7	3,6	2,4	2,5	1,5	2,4
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	1,4	1,3	3,2	1,0	1,0	1,9	1,7
2007							
Assinar uma petição	26,3	39,5	44,2	39,6	42,0	26,6	36,2
Fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente	23,7	33,9	29,7	26,9	20,9	16,1	25,2
Participar num comício partidário ou de um candidato	18,1	35,6	38,8	45,5	43,7	41,9	37,7
Participar numa manifestação política	18,6	27,7	25,9	36,6	40,5	28,8	29,5
Contatar, ou tentar contactar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões	8,5	19,3	23,6	23,0	26,1	16,8	19,6
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política	21,6	28,0	29,2	31,7	32,7	28,6	28,7
Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários on-line, email, etc.).	8,9	14,3	15,6	19,5	24,2	15,0	16,1
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	6,7	6,0	6,2	3,9	4,2	1,3	4,6

Pergunta: “Por favor, diga-me sobre cada uma das seguintes ações se a realizou durante o último ano, se a realizou num passado mais distante, se nunca a realizou mas poderia tê-lo feito, ou se nunca as realizou e nunca o faria”.

Já quando comparamos com os valores apresentados para a participação política tradicional em 2007, verificamos uma muito substancial diminuição em todas as dimensões que é transversal a toda a sociedade portuguesa, o que não deixa de ser bastante alarmante. Tendo analisado dados recolhidos sobre participação política mais recentemente (European Social Survey, 2012), verificamos que são na ordem daqueles que apresentamos para 2015. Não nos parece possível retirar muitas ilações dos dados

que apresentamos nesta tabela, a não ser que, tendo em conta o que os restantes quadros mostram, se verifica um declínio na participação, e que seriam precisos mais indicadores em momentos próximos de um e de outro inquérito para aferir corretamente a quebra que ocorreu, que por razões de espaço não poderemos fazer aqui.

Consideremos agora o perfil sociodemográfico daqueles que se podem considerar mais interventivos politicamente – nomeadamente que tenham já participado em pelo menos quatro ações das elencadas no Quadro 5.4. As respostas demonstram que estamos de facto perante uma minoria de inquiridos mais ativistas. Daqueles que respondem positivamente a pelo menos 4 ações, são sobretudo os mais escolarizados, os desempregados, os indivíduos de esquerda e aqueles com identificação partidária que revelam esse comportamento. No caso dos desempregados, a recente crise económica poderá tê-los mobilizado para a participação. Nos restantes casos, confirma-se a relação entre recursos cognitivos e envolvimento político.

5.4. A eficácia da participação política

Tendo em conta a fraqueza da mobilização efetiva dos jovens, evidenciada amplamente nos quadros acima, importa aferir em que medida é que estes percecionam um conjunto de iniciativas de cariz político como tendo alguma eficácia. Os valores apresentados na tabela abaixo representam médias, numa escala de 0 a 10. Constata-se uma relativa semelhança entre jovens dos 15 aos 34. De facto, para os primeiros dois escalões etários, apenas duas ações políticas são consideradas eficazes em média em 2015: colaborar com organizações ou associações voluntárias e votar nas eleições. Todas as outras atividades inquiridas ficam aquém do valor médio (5) entre os jovens. O mesmo padrão se verifica também entre os adultos, não havendo por isso grandes diferenças a assinalar.

Quadro 5.5 - A eficácia da ação social e política da população portuguesa, 2015-2007. Total da população, por faixa etária (Médias).
Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Colaborar com um partido político	3.2	3.0	3.1	3.1	2.8	2.6	3.0
Colaborar com organizações ou associações voluntárias	6.0	5.7	5.6	6.1	5.5	5.3	5.7
Votar nas eleições	5.6	5.9	5.8	6.7	6.2	6.2	6.1
Pôr-se em contacto com políticos	3.2	3.0	3.3	3.4	3.1	2.7	3.1
Chamar a atenção dos meios de comunicação	4.5	4.7	4.7	4.7	4.4	4.0	4.5
Participar em manifestações	4.2	3.9	3.8	3.9	3.7	3.3	3.7
Participar em atividades ilegais de protesto	2.5	2.3	2.0	2.2	2.1	1.9	2.1
2007							
Colaborar com um partido político	4.2	3.9	3.3	3.9	3.9	4.1	3.9
Colaborar com organizações ou associações voluntárias	7.6	7.6	7.3	7.5	7.2	7.0	7.4
Votar nas eleições	7.3	7.9	7.6	7.7	8.3	7.8	7.8
Pôr-se em contacto com políticos	4.2	4.0	3.7	3.9	4.0	3.6	3.9
Chamar a atenção dos meios de comunicação	6.0	5.8	6.0	5.8	6.0	5.1	5.7
Participar em manifestações	5.4	4.6	4.3	4.2	3.9	3.3	4.2
Participar em atividades ilegais de protesto	3.0	2.0	1.7	1.4	1.1	1.1	1.7

Nota: Utilizando uma escala de 0 a 10, em que 0 significa ‘não serve para nada’ e 10 ‘muito eficaz’, que grau de eficácia atribuiria às seguintes atividades?’.

Esta relativa descrença na eficácia do conjunto de atividades sociais e políticas apresentadas contrasta com os valores reportados em 2007. Nesse ano, os mais jovens (entre 15 e 24 anos) consideravam em média ações eficazes, além de participar em associações voluntárias (7.6) e de votar (7.3), as seguintes atividades: chamar a atenção dos meios de comunicação (6.0) e participar em manifestações (5.4). Observam-se médias semelhantes para os jovens adultos em 2007, exceto no que diz respeito à participação em manifestações, estando este grupo comparativamente mais cético

em relação à sua eficácia, atingindo uma média de apenas 4.6. Portanto, globalmente, e de acordo com o que temos vindo a verificar tanto a nível de comportamentos como de atitudes em relação à participação política, é de assinalar um decréscimo tanto de práticas como de atitudes positivas em relação a esse fenómeno. É de salientar que de todas as formas de participação possível, o voto continua a ser tido como um dos veículos mais eficazes entre os jovens.

De forma a compreender melhor o perfil destes jovens que acreditam na eficácia da colaboração com organizações voluntárias, do voto e da participação em manifestações, optamos por analisar o seu perfil sociodemográfico.

As principais diferenças a assinalar são as seguintes: no que diz respeito à eficácia da participação em associações voluntárias, são os mais escolarizados, aqueles que auferem mais rendimentos, aqueles que têm uma identificação partidária e os que se afirmam de direita, que consideram esta forma de participação cívica mais eficaz. Já no que concerne o voto, são os mais escolarizados, os que estão empregados, os trabalhadores por conta própria, ou os patrões, os que auferem mais rendimentos, e os que têm identificação partidária que exibem valores acima da média para os jovens no seu conjunto.

Quadro 5.6 - Eficácia atribuída a determinadas ações sociais e/ou política por parte dos jovens (15-34). Médias.

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Variáveis	Colaborar com associações voluntárias	Votar nas eleições
Masculino	5.6	5.7
Feminino	6	5.9
Até ao 9º ano	5.5	5.2
Secundário	6.1	6
Pós-secundário ou superior	6.3	7.3
Estudante	6.1	5.8
Trabalhador	5.9	6.1
Desempregado	5.4	5.1
Patrão	5.9	6.9
Trabalhador por conta própria	5.9	6.1
Trabalhador por conta de outrem	5.7	5.7
Trabalhador familiar não remunerado	5.8	7.4
Vive confortavelmente com o rendimento atual	6.7	6.9
Vive razoavelmente com o rendimento atual	6	6.2
Vive dificilmente com o rendimento atual	5.9	5.6
Vive muito dificilmente com o rendimento atual	4.9	4.7
Esquerda	5.9	6.6
Direita	6.8	6.7
Com identificação partidária	6.5	6.9
Sem identificação partidária	5.5	5.2

De um modo geral, e seguindo as teorias sobre participação política, são aqueles com mais recursos tanto educacionais como de rendimento que valorizam mais estas atividades. Mesmo assim, e tendo em conta a natureza igualitária do voto (devido aos baixos custos que este modo de participação comporta), é de notar, ao contrário do que seria expectável, a forma como os que têm menos recursos desvalorizam essa atividade.

Tendo em conta a importância atribuída à participação eleitoral por parte dos jovens, vale a pena analisar de seguida as opiniões que estes têm em relação à abstenção eleitoral e ao valor do voto individual. Em 2015, entre os mais jovens apenas 47,2% acredita que “quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam”, enquanto mais de metade dos jovens adultos (52,1%) e da população em geral concorda com esta frase (52,9%). Além disso, o estigma da abstenção é razoável e semelhante em todas as faixas etárias, e a maioria dos jovens e dos adultos discorda que “um voto a mais ou a menos não faz diferença”.

Em 2015 não se denotam grandes diferenças entre faixas etárias, havendo uma norma pró-voto implícita. Apesar disso, e quando olhamos para as respostas às mesmas questões recolhidas em 2007, verificamos que esse consenso em torno do valor do voto era bastante mais alargado do que é hoje em dia. Assim, mais de 90% dos inquiridos entre os 15 e os 34 anos concordavam em 2007 que todos os votos são importantes, tendo essa média descido para cerca de 70% em 2015. De igual modo, enquanto 70% dos jovens em 2007 concordava que quem não vota também não tem direito a queixar-se de quem governa, apenas 47,2% tem a mesma opinião em 2015. Portanto, embora as tendências de opinião não se tenham alterado, elas são significativamente menos consensuais, sugerindo que o valor do voto diminuiu entre os jovens. Nesse aspeto, estão acompanhados do resto da população portuguesa.

Quadro 5-7 - Opiniões sobre o Voto e a Abstenção em Portugal. Total da população que tende a concordar, por faixa etária (%).
Fontes: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015 e Inquérito "jovens e a política", CESOP, 2007.

2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	47,2	52,8	50,1	56,2	56,9	53,2	52,9
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	38,0	40,4	38,8	37,1	37,1	43,1	39,4
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	16,4	15,3	13,1	12,3	14,7	15,8	14,6
Em democracia todos os votos são importantes	68,9	75,8	76,5	82,7	78,9	70,6	75,5
2007							
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	70,1	68,7	68,0	70,9	68,4	78,9	71,1
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	40,2	40,5	43,8	39,4	37,6	34,6	39,3
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	16,6	15,2	15,8	17,2	19,5	21,0	17,6
Em democracia todos os votos são importantes	91,6	92,0	94,0	93,1	92,3	91,5	92,4

Pergunta: "Das seguintes opiniões sobre o voto gostaria que me dissesse se tende a concordar ou discordar com elas".

5.5. O interesse pela política e a identificação partidária

A finalizar este capítulo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens, iremos abordar dois temas centrais para a compreensão global destes fenómenos: o interesse pela política, e a identificação partidária dos jovens. Estas são variáveis chave de ligação do indivíduo ao sistema político, tanto no que diz respeito a atitudes mais estruturadas e informadas, como a comportamentos mais participativos.

O interesse pela política segue um padrão curvilíneo em Portugal. Assim, as duas faixas etárias onde notamos menos interesse é a dos mais jovens (15-24 anos) e a dos mais idosos (mais de 65 anos), onde 57,3% e 53,1% respetivamente afirmam não ter nenhum interesse em política. Do mesmo modo, são os mais jovens e os mais idosos que apresentam uma percentagem mais baixa daqueles que afirmam ter muito ou bastante interesse em política (8% e 9,7%) respetivamente.

Quadro 5.8 - Interesse pela política da população portuguesa, 2007-2015. Total da população, por faixa etária (%).

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspectiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

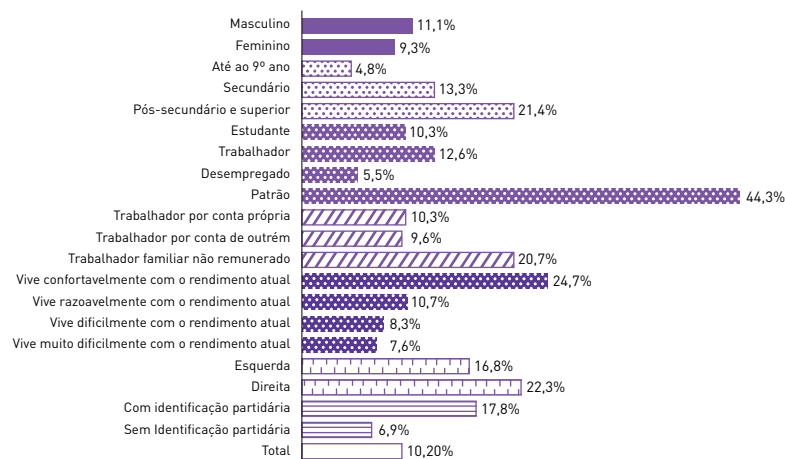
2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Muito	1,2	2,1	3,2	3,2	0,5	0,9	1,9
Bastante	6,8	9,8	13,1	10,6	10,2	8,8	10,0
Pouco	33,8	42,2	36,1	44,0	45,5	34,8	39,2
Nada	57,3	44,8	46,9	42,1	42,4	53,1	47,8
NS/NR	1,0	1,0	0,8	0,0	1,5	2,3	1,2
2007							
Muito	6,3	7,4	7,7	10,7	13,7	7,8	8,8
Bastante	17,5	23,9	19,5	26,6	24,3	18,1	21,5
Pouco	51,5	46,4	43,7	34,4	24,7	28,9	38,1
Nada	23,5	21,9	28,0	27,6	35,7	43,5	30,5
NS/NR	1,1	0,3	1,2	0,6	1,5	1,8	1,1

Constatamos essa mesma relação curvilínea entre o interesse pela política e a idade em 2007. A principal diferença que ocorre entre os dois inquéritos é a percentagem média de interesse pela política em todos os escalões etários. Considerando a população em geral temos um declínio de 18,4 pontos percentuais entre 2007 e 2015. Em relação à faixa etária dos jovens (15-24 anos), a quebra no interesse pela política é ligeiramente inferior, registando um decréscimo de 15,8 pontos percentuais. O declínio correspondente para os jovens adultos atinge os 19,8 pontos percentuais. São diferenças significativas, e que estão de acordo com a tendência geral que temos vindo a detetar ao longo deste capítulo no que toca ao declínio no envolvimento dos jovens, e da sociedade em geral, em relação à política. No que diz respeito especificamente à questão do interesse, os mais jovens estão entre os grupos onde a diminuição foi menor entre 2007 e 2015.

A figura 5.3 dá conta do perfil sociodemográfico dos jovens que afirmam interessar-se “muito” ou “bastante” pela política. São os mais escolarizados, os patrões, os trabalhadores familiares não remunerados, os que vivem confortavelmente com o rendimento atual, os cidadãos com identificação partidária e posicionamento ideológico que se interessam mais por política. Em oposição são os menos escolarizados, os desempregados, e os que afirmam não ter identificação partidária que menos demonstram interesse por política. Vemos, pois, que o interesse está correlacionado com fatores socioeconómicos, mas também políticos, a saber a identificação partidária e ideológica.

Fig 5.3 - População jovem (15-34) que declara que a política lhe interessa "muito" ou "bastante" (%).

Fontes: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015 e Inquérito "jovens e a política", CESOP, 2007.



O último indicador que iremos abordar neste capítulo é, talvez, um dos mais importantes fatores explicativos das atitudes e dos comportamentos políticos dos eleitores, a saber a identificação partidária. Tal como se viu acima, a simpatia por um partido leva a um maior interesse pela política e a uma perceção de eficácia na participação política. Analisando em primeiro lugar os dados do inquérito de 2015, verificamos que a faixa etária mais jovem (15-24 anos) exhibe um padrão muito diferente das restantes. Assim, apenas 21,9% dos jovens afirma ter simpatia por um partido, enquanto entre os jovens adultos de 25 a 34 anos essa percentagem é cerca do dobro (39,3%). Neste caso, os jovens adultos assemelham-se bastante mais às restantes faixas etárias, embora ainda assim exibam uma taxa inferior de identificação partidária. Além disso, não se observa um padrão curvilíneo, isto é: à medida que se avança na idade, não se verifica uma quebra substancial na identificação partidária – os idosos (65 e mais anos) apresentam uma identificação partidária mais elevada do que a faixa etária entre 35 e 44 anos e idêntica à faixa etária dos 45-54 anos.

Quadro 5.9 - Identificação partidária: partido com o qual simpatiza ou do qual se sente mais próximo e indivíduos sem identificação partidária. Total da população, por faixa etária (%).

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.

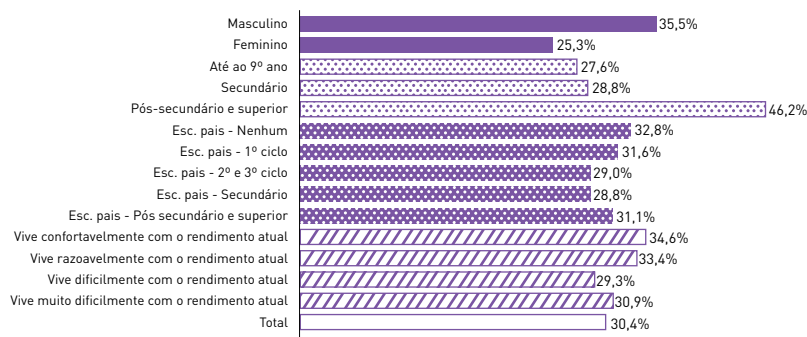
2015							
Faixa Etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Com identificação partidária	21,9	39,3	44	48,5	57,4	48,5	44,2
Sem identificação partidária	78,1	60,7	56,0	51,5	42,6	51,5	55,8
2007							
Com identificação partidária	47,2	60,6	66,5	68,8	81	68,3	65,5
Sem identificação partidária	52,8	39,4	33,5	31,2	19,0	31,7	34,5

Já no que diz respeito à evolução longitudinal da simpatia partidária, constatamos o seguinte padrão recorrente: entre 2007 e 2015 houve uma quebra significativa na identificação com todos os partidos que é transversal à sociedade portuguesa, o que corrobora outros estudos (Lobo, 2013). De facto, enquanto em 2007 a maioria da população portuguesa simpatizava com um partido, em 2015 essa percentagem não ultrapassa os 44%, representando uma quebra de 21,3 pontos percentuais. A faixa etária dos jovens (15-24) é aquela onde a quebra foi maior, fixando-se nos 25,3 pontos percentuais.

Considerando o perfil sociodemográfico da população jovem, verificamos que os seguintes grupos sociais se destacam na taxa de simpatia partidária: os homens, os mais escolarizados, e os que auferem maiores rendimentos. Explorámos o possível efeito da escolarização dos pais na socialização política do indivíduo, e os resultados apresentados parecem sugerir que esta variável está associada de forma curvilínea à identificação com um partido por parte dos jovens: são aqueles com pais sem nenhuma ou com pouca escolarização, e os que têm pais mais escolarizados com percentagens acima da média de identificação partidária.

Figura 5.4 - Perfil sociodemográfico da população jovem (15-34) que declara ter identificação partidária (%).

Fontes: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015 e Inquérito “jovens e a política”, CESOP, 2007.



6. Lazers e usos de tecnologias da informação e da comunicação

A temática dos tempos livres é central nas vivências juvenis, sobretudo tendo em conta que a atual crise económica tornou mais evidente a centralidade e relevância do trabalho na vida quotidiana o que, conseqüentemente e paradoxalmente, veio criar uma crescente valorização dos tempo de lazer, num contexto de maior escassez econômica, mas de maiores solicitações e pluralidade de oferta (Ferreira e Gomes, 2013). De facto, ao longo das últimas décadas, assistimos a uma complexificação da noção de tempos livres, resultante não só da multiplicação e sobreposição de práticas de diferentes naturezas, mas também da crescente permeabilização dos tempos do trabalho e do lazer.

Essa realidade é particularmente relevante no caso dos jovens, cujas vivências são muito marcadas pelas múltiplas solicitações culturais e de lazer que articulam práticas de carácter mais tradicional com novas formas de acesso e produção de conteúdos lúdicos, mais individualizadas e potenciadas pelo uso da internet. Neste contexto é importante perceber quais as formas atuais de gestão do tempo livre das novas gerações, num contexto de crise económica e laboral, e de que forma a multiplicidade de ofertas e de formas de acesso a conteúdos informativos e culturais condiciona a experiência dos tempos de lazer de jovens de diferentes contextos socioeconómicos e culturais.

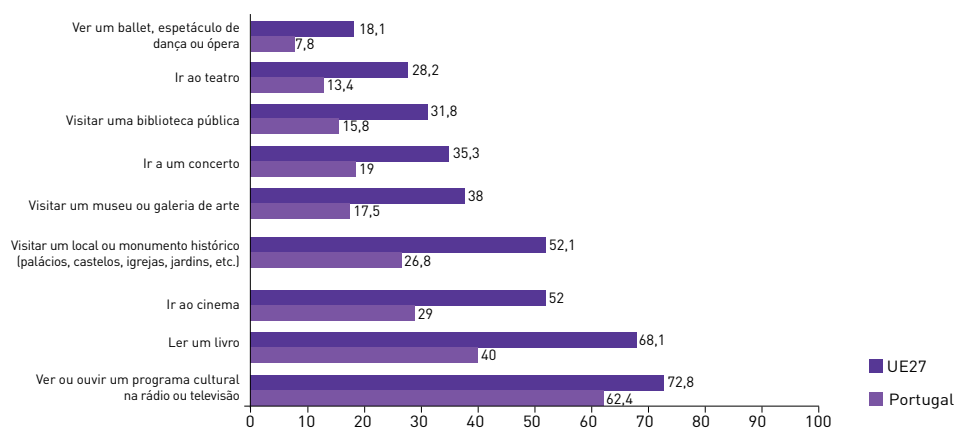
6.1. Práticas de culturais e de lazer

Segundo dados do Eurobarómetro, em 2013 os portugueses apresentavam níveis de prática de atividades culturais relativamente baixas, sobretudo por comparação com a média dos países da União Europeia. Apesar destes dados referirem-se a práticas de lazer cultivadas (ir ao *ballet*, ao teatro, a um museu, etc.) - o que não permite uma visão comparativa mais alargada das multiplicidade de

práticas de lazer a nível internacional - é interessante verificar que as atividades onde a diferença entre Portugal e a média europeia era maior referia-se às atividades “ler um livro” (-28%), “visitar um local ou monumento histórico” (-25%) e “ir ao cinema” (-23%). As atividades onde a distância em relação à prática de atividades culturais em Portugal e na Europa eram menores eram “ver um *ballet*, espetáculo de dança ou ópera” (-10%) e “ver ou ouvir um programa cultural na rádio ou televisão” (-11%).

Fig 6.1 - Prática de atividades culturais. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano. Portugal e UE27 (%).

Fonte: Eurobarómetro 79.2 abril-maio 2013



Os dados do inquérito de 2015 confirmam os baixos valores de algumas práticas de lazer dos portugueses, sobretudo no que respeita a atividades mais cultivadas, como “ir a um museu ou galeria de arte” (11,5%), “ir ao teatro” (8,7%) ou “ver um *ballet*, espetáculo de dança e ópera” (5,2%). As atividades de expressão artística individual como “pintar ou desenhar” (8,9%), “tocar um instrumento musical ou cantar” (6,7%) e “escrever contos poemas, romances” (4%) também têm uma expressão relativamente marginal no total da população.

As atividades culturais e de lazer mais praticadas pelos portugueses são a prática de atividades físicas, desportivas ou radicais (34,9%), a leitura de livros (34,5%) e outras atividades de lazer fora de casa de carácter cultural ou desportivo como “ir ao cinema” (32,1%), “sair para dançar” (26,8%), “ir a espetáculos desportivos” (23,1%) e ir a espetáculos de música, quer “concertos de música ao vivo (20,5%), quer festivais de música (14,7%).

Uma análise por escalões etários permite-nos, no entanto, perceber que as médias para a população total escondem variações muito significativas em termos da frequência das práticas culturais e de lazer nas diferentes fases da vida dos indivíduos.

Todas as atividades elencadas são mais frequentemente praticadas pelos jovens, havendo uma sucessiva diminuição da percentagem de indivíduos que as declara ter feito pelo menos uma vez no último ano à medida que a sua idade avança. Essa diminuição prende-se, em grande parte, a efeitos de constrangimentos familiares e laborais no tempo livre disponível dos indivíduos nas diferentes fases da sua vida (Gomes, 2003). Esse efeito tende a acentuar-se progressivamente ao longo do tempo, mas, em alguns casos, é visível logo na passagem do estatuto de jovem a jovem adulto. De facto, as diferenças nas práticas culturais e de lazer dos jovens entre 15 e 24 anos e jovens entre 25 e 34 anos é particularmente acentuada no caso das atividades físicas, desportivas ou radicais (-19%), nas idas ao cinema (-17,1%), nas idas a espetáculos desportivos (-15%) e na ida a festivais de música (-14,8%), todas atividades praticadas fora de casa de carácter mais generalístico. As atividades cultivadas e de carácter mais doméstico são as que apresentam menor variação na passagem do escalão dos 15-24 aos 25-34 anos (-3,4% para a leitura de livros e a escrita de contos, poemas, romances; -3,3% para a ida ao teatro), destacando-se apenas, neste cenário a ida ao *ballet*, espetáculo de dança ou ópera, que é a única atividade que é tão praticada pelos mais jovens quanto pelos jovens adultos.

No que se refere às atividades mais praticadas pelos jovens, as que têm maior expressão entre os jovens e jovens adultos são a ida ao cinema (71,6% dos jovens entre os 15-24 e 54,5% entre os jovens adultos dos 25 aos 34 anos), a prática de atividades físicas, desportivas e radicais (67,8% entre os jovens de 15-24 e 48,8% entre os jovens adultos) e as saídas para dançar (55,8% entre jovens de 15-24 e 47,6% para os jovens adultos). O consumo de espetáculos desportivos também está entre as atividades mais praticadas, sendo referenciada por 48,8% dos jovens entre os 15 e os 24 e 33,8% dos jovens adultos. A ida a concertos de música é ainda indicada por uma parte expressiva dos jovens, em particular dos mais jovens (47,9%), sendo também de pontar a importância que os festivais de música têm vindo a assumir no panorama português: 41,9% dos jovens do 15 aos 19 anos declara ter ido a pelo menos um festival no último ano.

Quadro 6.1 - Prática de atividades culturais e de lazer. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano, por faixa etária (%).

Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais	67,8	48,8	38,1	34,3	19,7	14,7	34,9
Ler um livro (sem ser de estudo)	45,2	41,8	38,6	37,6	25,7	23,9	34,5
Ir ao cinema	71,6	54,5	38,0	23,8	15,2	6,9	32,1
Sair para dançar	55,8	47,6	31,8	20,5	14,1	5,0	26,8
Ir a espetáculos desportivos (como espetador)	48,8	33,8	26,0	23,3	13,2	5,4	23,1
Ir a um concerto de música ao vivo	47,9	37,4	22,3	14,0	8,7	4,6	20,5
Ir a festivais de música	41,9	27,1	14,4	7,8	4,6	2,8	14,7
Visitar um museu ou galeria de arte	20,2	15,0	9,1	11,1	8,6	8,7	11,6
Ir a uma biblioteca pública	27,0	14,9	10,3	10,5	5,2	5,2	11,3
Pintar ou desenhar	20,1	12,9	10,3	5,9	5,1	3,1	8,9
Ir ao teatro	14,6	11,3	8,3	7,9	6,2	6,0	8,7
Tocar um instrumento musical ou cantar	18,0	12,4	5,7	3,1	5,1	1,0	6,7
Ver um ballet, espetáculo de dança e ópera	9,0	9,4	6,0	5,1	3,5	0,9	5,2
Escrever contos, poemas, romances	9,2	5,8	4,8	1,8	2,1	2,2	4,0

Ao cruzar as atividades culturais e de lazer mais praticadas pelos jovens entre 15 e 34 anos (“ir ao cinema”, “praticar atividades físicas, desportivas ou radicais”, “sair para dançar”, “ler um livro”, “ir a um concerto de música ao vivo” e “ir a espetáculos desportivo”) com algumas das suas características sociográficas, verifica-se que são as variáveis de rendimento e de escolarização (do próprio e dos pais) que mais têm influência sobre estas práticas.

São os jovens com escolaridade pós-secundária ou superior (em relação a outros níveis de ensino), os filhos de pais com escolaridade pós-secundária ou superior (em relação aos filhos de pais com outros níveis de escolaridade) e os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento (face a outros jovens com níveis de rendimento menos elevados) que mais declaram praticar as atividades em causa.

Uma exceção tem que ser feita porém, no caso da leitura de livros, que se destaca por ser mais comum entre os jovens filhos de pais com o secundário (64,6%). Aliás, “ler um livro” e “ir a espetáculos desportivos” são as únicas atividades com maior incidência entre os filhos de pais com secundário do que entre filhos dos pais com nível de ensino pós-secundário ou superior.

Os jovens que apresentam valores mais baixos para todas as atividades culturais e de lazer são aqueles com maiores dificuldades económicas, ou seja aqueles que declaram “viver com muitas dificuldades com o rendimento atual”.

Em termos de género, verifica-se que a prática de atividades físicas, desportivas e radicais, a ida a concertos de música ao vivo e a ida a espetáculos desportivos são atividades mais comuns entre os homens do que as mulheres. No sentido contrário, temos a leitura de livros, que se destaca por ser mais praticada no feminino (50% no caso das mulheres e 36,5% no caso dos homens).

A condição perante o trabalho tem também influência nas práticas culturais e de lazer: os estudantes apresentam valores mais elevados do que os trabalhadores para todas as atividades, sendo que os desempregados apresentam sempre valores menos elevados do que as restantes duas categorias.

Quadro 6.2 - População jovem (15-34) por atividades culturais e de lazer praticadas pelo menos uma vez no último ano (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Variáveis	Ir ao cinema	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais	Sair para dançar	Ler um livro	Ir a um concerto de música ao vivo	Ir a espetáculos desportivos
Masculino	62,2	65,5	53,1	36,5	45,8	53,9
Feminino	62,0	49,1	49,3	50,0	38,4	27,1
Até ao 9º ano	50,8	53,1	45,6	37,1	31,3	36,1
Secundário	68,7	59,2	54,7	44,3	49,3	44,9
Pós-secundário e superior	85,8	67,3	62,4	64,4	62,0	44,4
Esc pais - Até ao 1º ciclo	49,9	46,7	45,9	35,3	29,7	32,5
Esc pais - 2º e 3º ciclo	67,0	63,7	54,9	45,0	49,3	43,8
Esc pais - Secundário	81,2	66,4	57,0	64,6	58,7	57,6
Esc pais - Pós-secundário ou superior	88,5	82,4	63,5	54,7	65,5	54,1
Estudante	78,5	71,5	58,2	55,3	54,2	51,2
Trabalhador	61,2	53,4	52,8	41,4	41,5	41,3
Desempregado	44,3	48,8	39,3	33,3	30,4	28,5
Vive confortavelmente com o rendimento atual	77,2	73,5	65,4	51,2	67,3	58,0
Vive razoavelmente com o rendimento atual	71,6	64,8	57,5	53,5	48,6	45,2
Vive dificilmente com o rendimento atual	57,0	52,7	48,3	35,5	32,6	38,4
Vive muito dificilmente com o rendimento atual	39,0	41,5	34,0	29,0	28,7	23,8
Total jovens 15-34	62,1	57,3	51,2	43,3	42,1	40,5

6.2. Acesso e usos da Internet

O acesso à internet apresenta diferenciações geracionais marcadas sendo a sua utilização generalizada entre os escalões mais jovens e tornando-se progressivamente mais rara à medida que avançamos na idade. De facto, se entre os mais jovens apenas 2,1% declara nunca aceder à Internet, nos escalões mais velhos esse valor é de 63,4% (no caso dos indivíduos entre os 55 e os 64 anos) e de 88,3% (no caso dos indivíduos com 65 ou mais anos). Neste caso a menor prática entre os escalões mais velhos não se prende tanto com os efeitos de constrangimentos familiares e laborais, como no caso das práticas culturais e de lazer, mas com a menor familiaridade das gerações mais velhas com o meio virtual.

Quadro 6.3 - Frequência de acesso à internet. Total da população, por faixa etária (%).

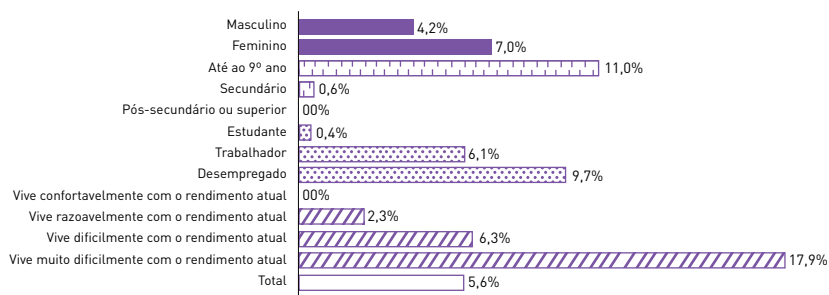
Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Diariamente	86,9	74,5	53,5	36,0	18,8	6,4	42,3
Ocasionalmente (menos do que uma vez por dia)	10,8	17,2	23,9	19,1	15,9	4,9	14,9
Nunca	2,1	8,4	22,3	42,7	63,4	88,3	41,9
Não sabe	0,0	0,0	0,0	1,8	1,4	0,0	0,5
Não responde	0,2	0,0	0,4	0,4	0,5	0,4	0,3

Entre os jovens (15-34 anos) a percentagem que afirma nunca aceder à internet é relativamente baixa (5,6%), sendo que estes estão maioritariamente concentrados nas categorias socialmente menos favorecidas. De facto, são os que vivem com mais dificuldades económicas (17,9% dos jovens que declaram viver muito dificilmente com os seus rendimentos), os que têm baixos níveis de escolarização (11% dos que têm apenas até ao 9º ano de escolaridade) e os desempregados (9,7%) que mais declaram nunca aceder à internet.

Fig 6.2 - População jovem (15-34) que nunca acede à internet (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.



Em relação às finalidades na utilização da internet por parte dos inquiridos, a utilização de redes sociais aparece destacada um primeiro lugar (76,9%), à frente de outras atividades como “enviar e receber emails” (69,6%) e “procurar informações sobre eventos, produtos, ou serviços” (57,4%). Estes dados são interessantes e demonstram a importância crescente que as redes sociais têm vindo a ganhar nos últimos anos, sobretudo se tivermos em conta que no Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias de 2013³ a “participação nas redes sociais” surgia em terceiro lugar (com um valor de 70,6%) atrás das atividades “enviar e receber emails” (83,2%) e “pesquisar informações sobre bens e serviços” (72,8%). Esta diferença na ordenação das principais finalidades da internet deve-se provavelmente não só ao aumento da percentagem total de utilizadores de redes sociais, como também, ao facto de hoje em dia as redes sociais oferecerem uma série de serviços integrados (chats, fóruns, mensagens escritas, etc.) que permitem uma concentração da utilização de diferentes recursos cibernéticos numa única plataforma (Cardoso e Mendonça, 2015).

No que se refere à utilização da internet pelos jovens é possível constatar que a utilização dos mais jovens (15-24) destaca-se, em relação à dos jovens adultos (e a todos os escalões etários sucessivos) em termos da incidência de atividades de carácter comunicativo como “comunicar em tempo real” (+13,3% do que os jovens adultos) ou “usar as redes sociais (+6,6%)”, mas sobretudo em relação a atividades relacionada com o acesso a conteúdos lúdicos como “fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão” (+18,9%), “ouvir rádio ou música” (+12,9%), “ver filmes ou programas de televisão em tempo real” (+10,6%), e “jogar jogos de computador” (+10,2%).

Os jovens adultos, por sua parte, são aqueles que, face a todos os outros grupos etários, mais utilizam a internet de forma utilitária para procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços (66%), comprar ou encomendar produtos ou serviços (25,7%), e vender produtos ou serviços (10,3%). São também o escalão etário que mais produz conteúdos para websites ou blogs (13,6%).

3 INE/Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013. Este inquérito tem como universo Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos.

Quadro 6.4 - Finalidades de utilização da internet (resposta múltipla). População total que acede à internet, por faixa etária (%).
Fonte: Estudo "Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada", Abril 2015.

Faixa etária	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Usar as redes sociais	91,9	85,1	79,0	65,1	56,7	34,5	76,9
Enviar e receber emails	73,0	75,1	71,3	66,7	54,3	54,9	69,6
Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	55,6	66,0	61,2	48,8	49,0	47,3	57,4
Comunicar em tempo real (ex.: Chats, Messenger, Skype, etc.)	62,7	49,4	41,6	34,0	23,0	20,8	44,1
Jogar jogos de computador	59,4	49,2	29,0	26,8	18,2	22,6	38,8
Ouvir rádio ou música	55,0	42,1	28,4	26,4	18,4	12,8	35,5
Ler artigos de jornais	32,4	35,9	31,0	34,5	25,4	27,4	32,4
Fazer download de filmes, música ou séries de televisão	48,4	29,5	15,4	12,2	5,6	0,0	23,8
Ver filmes ou programas de televisão em tempo real	38,1	27,5	14,8	12,9	11,5	7,5	22,0
Ler blogs	24,5	24,1	14,7	16,7	9,6	11,1	18,8
Comprar ou encomendar produtos ou serviços	17,4	25,7	15,3	17,1	5,6	0,0	17,1
Criar/colocar conteúdos num website ou blog	11,9	13,6	8,1	7,4	2,8	7,5	9,7
Vender produtos ou serviços	8,1	10,3	4,1	4,1	0,0	3,5	6,1

Ao cruzarmos as finalidades de utilização da internet dos jovens entre 15 e 34 anos com algumas variáveis sociográficas, observa-se que há finalidades que se distinguem em termos do perfil dos seus praticantes.

No que se refere ao género, constata-se que há atividades com uma maior incidência entre a população feminina, sendo que as mulheres destacam-se face aos homens nas atividades de pesquisa e leitura, ou seja, na procura de informação na internet (63,7% vs. 58,8%), na leitura de artigos de jornais (37,5% vs. 31,1%), mas sobretudo na leitura de blogs (28,9% vs. 19,8%). É de notar que estes resultados vão de encontro aos obtidos em relação às práticas culturais e de lazer, em que as mulheres se destacavam face aos homens na leitura de livros. Ou seja, as mulheres leem mais do que os homens em geral: não só leem mais livros, mas também outro tipo de produtos *online*.

Os homens, por sua vez, destacam-se face às mulheres, nas finalidades de acesso a alguns conteúdos lúdicos, nomeadamente “fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão” (40,7% vs. 35,6%), “ver filmes ou programas de televisão em tempo real” (35,8% vs. 28,9%), mas sobretudo “jogar jogos de computador” (61,8% vs. 45,7%).

Os resultados por condição perante o trabalho também adquirem relevância na sua variabilidade. Se no caso das práticas culturais e de lazer, estas eram sempre praticadas em maior expressão pelos estudantes, seguidos pelos trabalhadores, e por fim pelos desempregados, no caso das finalidades de utilização da internet, apesar de os estudantes continuarem a ser aqueles que em maior proporção afirmam usar a internet para quase todas as finalidades apresentadas, há algumas exceções. De facto, para algumas finalidades os desempregados superam os valores dos trabalhadores, mas sobretudo há atividades em os trabalhadores apresentam valores superiores a todas as outras categorias.

Os trabalhadores - que têm uma média etária mais elevada do que os estudantes e maior poder de compra do que estudantes e desempregados - destacam-se face aos restantes jovens nas atividades de acesso à informação, *upload* de conteúdos e utilização da internet para a compra e venda de bens. Ou seja, na compra ou encomenda de produtos e serviços (+ 9,8% do que os estudantes), na procura de informação na internet (+ 8,3% do que os estudantes), na venda de produtos e serviços (+ 5,9% do que os estudantes), na leitura de artigos de jornais (+2,6% do que os estudantes) e na criação/colocação de conteúdos num website ou blog (+2,1 do que os estudantes). É de notar que, tratando-se de trabalhadores, a maior incidência desta atividades poderá estar relacionada com estas poderem estar associadas não só aos seus tempos livres, mas também às suas funções profissionais, ou seja são atividades de natureza híbrida que tanto podem levadas a cabo com finalidades lúdicas, como profissionais.

No mesmo sentido é igualmente de destacar alguns resultados obtidos a partir do cruzamento por nível de escolaridade e rendimento subjetivo. De facto, a escolarização e as condições socioeconómicas, que se demonstram centrais para a compreensão da frequência das práticas culturais e de lazer, também aqui têm o seu peso, mas com algumas particularidades. No caso dos jovens com escolaridade pós-secundária ou superior, estes destacam-se face os jovens com níveis de escolaridade inferiores em atividades como enviar ou receber emails (89,9%), procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços (66,5%), ler artigos de jornais (60,4%), ler *blogs* (35,6%) e comprar ou encomendar produtos ou serviços (34,7%). No entanto para outras finalidades apresentam valores muito próximos ou mesmo inferiores aos dos jovens com o secundário (e dos que têm até 9º ano). É por exemplo o caso de atividades como jogar jogos de computador (40,3% vs. 58,8% dos jovens com o secundário), fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão (35,5% vs. 41,4% dos jovens com o secundário) e usar as redes sociais (84,8% vs. 88,7% dos jovens com o secundário).

Resultados similares verificam-se em relação à situação socioeconómica. Com efeito, são os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento atual que apresentaram valores mais elevados para todas as atividades elencadas, com uma única exceção: na finalidade “jogar jogos de computador” estes jovens foram os que apresentaram valores mais baixos (45,7%).

Mais relevante é o caso dos jovens entre 15 e 34 anos que acedem à internet e que declaram viver com muitas dificuldades. Trata-se de uma categoria que, ao longo de toda a análise do inquérito, evidenciou viver com grandes dificuldades em termos de inserção no mercado de trabalho, ter mobilidade internacional escolar, lúdica e laboral reduzida e ter níveis de prática de atividades culturais, lazer, cívicas e políticas abaixo dos jovens das categorias socioeconómicas superiores. No entanto, quando questionados sobre as finalidades para as quais usam a internet, verificamos que 92,1% declara usar as redes sociais (apresentando valores mais elevados do que os jovens que vivem razoavelmente, ou com dificuldades com o seu rendimento atual, com 87,5% e 85,8% respetivamente), 56,4% declara utilizar a internet para comunicar em tempo real (acima dos valores dos jovens que vivem razoavelmente, ou com dificuldades com o seu rendimento atual, com 53,1% e 52,4% respetivamente), 43,2% declara fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão (acima dos valores dos jovens que vivem razoavelmente, ou com dificuldades com o seu rendimento atual, com 37,6% e 36% respetivamente) e 33,6% declara ver filmes ou programas de televisão em tempo real (acima dos valores dos jovens que vivem com dificuldades com o seu rendimento atual, com 28,4%).

É claro que estes dados referem-se aos jovens que vivem com muitas dificuldades que acedem à internet, e que, como tivemos oportunidades de ver anteriormente, esta é a categoria em que uma maior percentagem declara nunca aceder à internet (17,6%). Ainda assim, não deixa de ser relevante que os jovens que vivem com muitas dificuldades e que de facto têm acesso à internet fazem-no de forma específica e intensiva, utilizando-a com valores acima da média para atividades relacionadas com a comunicação com as suas redes de sociabilidade (redes sociais e comunicação em tempo real) e para atividades relacionadas com o acesso grátis ou pouco oneroso de conteúdos lúdicos (fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão e ver filmes ou programas de televisão em tempo real), encontrando assim, muito provavelmente, uma forma de contornar o problema do acesso a conteúdos de lazer num contexto de privação económica.

Quadro 6.5. População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização (%).

Fonte: Estudo “Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada”, Abril 2015.

Variáveis	Usar as redes sociais	Enviar e receber emails	Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	Comunicar em tempo real	Jogar jogos de computador	Ouvir rádio ou música	Ler artigos de jornais	Fazer download de filmes, música ou séries de televisão	Ver filmes ou programas de televisão em tempo real	Ler blogs	Comprar ou encomendar produtos ou serviços	Criar/colocar conteúdos num website ou blog	Vender produtos ou serviços
Masculino	88,2	72,9	58,8	56,8	61,8	47,7	31,1	40,7	35,8	19,8	21,8	14,5	10,3
Feminino	88,1	75,5	63,7	54,1	45,7	48,3	37,5	35,6	28,9	28,9	22,0	11,0	8,2
Até ao 9º ano	88,6	63,6	52,1	50,9	53,4	46,4	25,2	36,1	27,6	18,1	16,4	10,2	6,7
Secundário	88,7	80,9	66,5	58,3	58,8	49,5	36,0	41,4	36,6	27,6	24,0	15,2	10,9
Pós-secundário e superior	84,8	89,8	76,6	63,0	40,3	49,2	60,4	35,3	36,0	35,6	34,7	14,5	13,2
Estudante	93,0	75,1	58,9	67,1	62,4	62,9	34,7	50,4	44,1	30,2	17,9	12,7	6,7
Trabalhador	85,5	75,3	67,2	52,5	51,1	43,0	37,3	32,3	27,3	23,9	27,7	14,8	12,6
Desempregado	87,1	69,2	48,2	48,8	48,4	39,7	26,5	34,7	29,1	19,0	15,5	8,2	5,9
Vive conf. c/ rendimento atual	93,2	86,4	83,2	72,8	45,7	66,0	56,5	45,7	41,6	39,5	54,3	28,4	19,1
Vive raz. c/ rendimento atual	87,5	80,5	67,5	53,1	55,5	48,6	37,7	37,6	35,3	23,8	26,1	11,9	9,5
Vive difíc. c/ rendimento atual	85,8	71,1	56,5	52,4	55,4	46,8	30,8	36,0	28,4	22,4	16,0	12,7	8,1
Vive muito difíc. c/ rendimento	92,1	62,1	44,6	56,4	47,5	34,6	25,0	43,2	33,6	20,3	15,7	10,4	7,9
Total 15-34	88,1	74,2	61,2	55,5	53,9	48,0	34,2	38,2	32,4	24,3	21,9	12,8	9,3

7. Conclusões

Este relatório permitiu traçar um retrato bastante complexo das situações, comportamentos e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada. Essa perspetiva comparada aconteceu a vários níveis. Por um lado, porque sempre que possível contextualizámos com dados equivalentes recolhidos em inquéritos internacionais. Por outro lado, porque o inquérito recolhido em 2015 incluiu todas as faixas etárias e foi assim possível verificar em que medida os jovens se distinguem dos outros portugueses ou, pelo contrário, têm perceções semelhantes em todos os indicadores abordados. Finalmente, no caso do capítulo sobre atitudes políticas, foi também possível recorrer a dados recolhidos em 2007 num inquérito sobre juventude e política por forma a ter uma perspetiva longitudinal que compreende um momento antes do início da crise económica e outro no período pós-troika. Optámos por apresentar as principais conclusões por capítulo, pois a diversidade dos temas impede uma leitura global daquilo que é essencialmente um retrato multifacetado de uma categoria social que é determinante para o futuro do país.

7.1. Atitudes perante o desemprego

No que diz respeito ao emprego a dificuldade acrescida das inserções profissionais e a instabilidade laboral são fenómenos que, no recente contexto de crise económica, têm pautado as transições dos jovens portugueses para a idade adulta. As taxas de desemprego atingiram cerca de 1/3 da população jovem entre 15-24 anos, situação que, para muitos jovens, correrá o risco de deixar de ser temporária e intermitente para se tornar numa condição estrutural, quando se observa que mais de 50% dos jovens adultos desempregados entre 25-34 anos já se encontra nessa situação há mais de um ano.

Particularmente vulneráveis à situação de desemprego, nomeadamente à sua forma mais durável, estão os jovens com menores qualificações escolares. Apesar de o diploma já não garantir necessariamente um emprego à saída da universidade, as qualificações superiores operam ainda uma certa proteção contra as formas mais excludentes do mercado de trabalho, verificando-se não apenas um ritmo mais lento de crescimento do desemprego entre os jovens diplomados do ensino superior, mas também a sua inexpressividade entre as formas mais estruturais e longas de desemprego.

Vivendo em grande medida dos apoios concedidos por familiares, os jovens em situação de desemprego não se mostram, contudo, desencorajados na procura ativa de emprego, sendo a faixa etária que mais ativamente tende a diversificar as suas estratégias para sair dessa situação. Note-se, contudo, a tendência para os jovens menos qualificados ativarem estratégias mais tradicionais de procura de emprego (como a inscrição num centro de emprego, ou a mobilização de contatos pessoais), preferindo os jovens mais qualificados estratégias que passam pela procura de emprego através da internet e redes sociais e enviar candidaturas espontâneas.

Confrontados com a realidade do crescimento do desemprego, a possibilidade de vir a perder o seu emprego revelou-se uma preocupação crescente e transversal à sociedade portuguesa, sendo também dominante entre os mais jovens. Essa preocupação é tanto mais transversal quanto, de facto, não é manifesta apenas em relação ao emprego do próprio, mas estende-se largamente à possibilidade de desemprego entre cônjuges e filhos.

Apesar de maioritariamente muito preocupados com a possibilidade de virem a perder o seu emprego (61%), os trabalhadores mais jovens (15-24) revelam-se significativamente mais otimistas quanto à possibilidade de virem a encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo, sendo apenas 34% os que acreditam ser muito improvável que tal aconteça num espaço de seis meses. A atitude de ceticismo perante essa probabilidade, contudo, aumenta substancialmente com o avançar da idade, demonstrando a crença no risco acrescido de etarismo ao longo da vida profissional.

Para além do fator idade, constata-se ainda que a intensidade com que se vive as atitudes de preocupação com a possibilidade de desemprego do próprio, e de ceticismo perante a possibilidade de vir a encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo, se acentua à medida que as condições socioeconómicas dos jovens empregados se tornam mais desfavorecidas e vulneráveis, quer do ponto de vista do rendimento do seu agregado familiar, quer do ponto de vista das suas qualificações escolares, quer ainda do ponto de vista da presente condição ou vínculo contratual que mantêm no trabalho.

7.2. Empregabilidade e valores do trabalho

Existe uma perceção nitidamente partilhada entre a sociedade portuguesa de que as causas do desemprego juvenil, hoje em dia, não dependem de fatores individuais ou de “falta de empregabilidade” dos jovens, mas de condições de compressão do mercado de trabalho que prejudica quem está, no momento presente, a tentar nele se integrar: 61% dos portugueses partilha da opinião de que “há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho”, proporção que não tende a ter variações muito significativas de um ponto de vista geracional ou outro.

Um dos discursos mais disseminados na esfera pública como medida de combate ao desemprego e de promoção de emprego e da empregabilidade dos jovens tem-se desenvolvido em torno do “empreendedorismo”. Sendo a hipótese de dar início ao seu próprio negócio considerada por cerca de 33% dos jovens adultos empregados (25-34 anos) no caso de virem a ficar sem emprego, na realidade verifica-se ser uma estratégia residual entre os jovens que se encontram de facto em situação de desemprego. Por outro lado, trata-se de uma predisposição que, entre os jovens, se manifesta sobretudo entre quem já teve (ou está a viver) uma experiência empreendedora no seu percurso laboral, sendo patrão ou trabalhador por conta próprio, e quem vive em melhores condições socioeconómicas e tem qualificações mais elevadas.

Ainda que menos acentuadamente que as gerações mais velhas, os valores instrumentais relacionados com o valor da “estabilidade” e “segurança” no domínio do trabalho continuam a ser as orientações dominantes entre os mais jovens, salientando-se sobretudo entre os jovens em situação de desemprego, e com escolaridades abaixo do ensino superior. Em detrimento da estabilidade e até do próprio rendimento, nota-se, contudo, uma relevância acrescida do valor atribuído às “possibilidades de realização pessoal” através do trabalho entre alguns segmentos juvenis em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas. São também estes os jovens que, dentro de um espetro maioritariamente pessimista, tendem a expressar uma atitude mais otimista face ao futuro, acreditando que “daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje”.

7.3. Mobilidade laboral e estudantil

Quanto às experiências de mobilidade laboral e estudantil internacional dos jovens portugueses, estas assumem valores em torno dos 12% para os jovens que indicam já ter frequentado uma escola na União Europeia, de cerca 13% para os jovens com escolaridade de nível superior que declaram ter frequentado uma universidade num país da UE e de 11% para os jovens adultos já tiveram uma experiência laboral no estrangeiro.

É de notar, no entanto, que uma parte considerável da população entre 15 e 34 anos nunca teve experiências formativas no estrangeiro (84% nunca frequentou uma escola, universidade ou ações de formação na UE) e nunca viajou de férias para o estrangeiro (60,6% dos jovens entre 15 e 24 anos e 53,3% dos jovens entre 25 e 34 anos), o que evidencia algumas clivagens nas experiências de mobilidade internacional dos jovens Portugueses.

Em relação à experiência laboral no estrangeiro no passado, os dados mostram que os movimentos mais recentes de saída e entrada de jovens do país por motivos laborais são igualmente compostos por mão-de-obra jovem muito qualificada e pouco qualificada. As inserções laborais não são, no entanto, sempre iguais: os jovens pouco qualificados têm em maior proporção experiências de trabalho permanente no estrangeiro, enquanto entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior são as experiências de estágios que se evidenciam.

A experiência de férias no estrangeiro, por sua vez, é muito definida pelas condições socioeconómicas e culturais dos indivíduos, sendo mais comum entre os jovens que vivem confortavelmente com o seu rendimento atual, que têm escolaridade de nível pós-secundário ou superior, e cuja escolaridade dos pais é de nível pós-secundário ou superior.

A proporção de indivíduos que declaram considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro é maior entre os jovens e jovens adultos do que nos restantes grupos etários. Se tivermos em conta os jovens que consideram a ideia de vir a trabalhar no estrangeiro e os que, apesar de não considerarem a ideia, não a excluem, pode-se concluir que cerca 70% dos jovens entre 15 e 24 anos estão de alguma forma abertos à hipótese de vir a ter uma experiência laboral fora de Portugal.

A consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro é bastante transversal a todas as categorias sociográficas dos jovens. Mesmo assim, são os jovens filhos de pais mais escolarizados e os jovens que já frequentaram uma universidade num país União Europeia os que mais declaram estar abertos a essa experiência.

As razões que incentivariam os jovens a fazer uma experiência laboral no estrangeiro estão sobretudo associadas com o trabalho (“ter melhores oportunidades de emprego” e “ter melhores condições de trabalho”). Os jovens dos 15 aos 24 anos, na sua maioria ainda em fase de formação, distinguem-se por serem o grupo etário que mais aponta motivações relacionadas com o seu desenvolvimento pessoal, nomeadamente a nível da aquisição de novas competências, na acumulação de novas experiências e ampliação das suas redes de sociabilidade.

7.4. Atitudes perante a política

Uma das conclusões mais importantes deste capítulo é a diferença nas atitudes e nos comportamentos entre a faixa etária dos mais jovens (15-24 anos) e dos jovens adultos (25-34 anos). Os primeiros estão acima da média nacional no que diz respeito à satisfação com a democracia, mas também são aqueles que menos procuram notícias sobre política, pertencem em menor percentagem a partidos do que a média nacional, e participam pouco em associações cívicas, com exceção de grupos desportivos e associações juvenis e estudantis. Já os jovens adultos (25-34 anos) consomem o dobro das notícias sobre política; estão acima da média nacional na pertença a partidos políticos, sindicatos, associações ou ordens profissionais, grupos desportivos, grupos culturais ou de lazer, e outros tipos de associações sem fins lucrativos.

Também no que diz respeito a atividades de participação social e política, não existe nenhum tipo de participação social ou política em que os mais jovens (15-24 anos) estejam acima da média nacional. Contudo, considerando a faixa etária seguinte (entre os 25 e os 34 anos), esta está acima da média nacional nas seguintes atividades: assinar uma petição, fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente, e dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política. Já no que diz respeito à identificação partidária, só 19% dos jovens (15-24 anos) a assumem, enquanto entre os jovens adultos de 25 a 34 anos essa percentagem é cerca do dobro (39,3%).

De uma forma sistemática, pudemos também verificar que o maior envolvimento dos jovens, considerando ambas as faixas etárias, está associado àqueles que têm mais recursos socioeconómicos, mas também políticos.

Em muitos casos pois, detetámos diferenças substanciais entre os jovens e jovens adultos. Mas mais: verificámos ainda uma relação de curvilinearidade, em que os mais jovens e os mais idosos são aqueles que exibem atitudes e comportamentos de menos envolvimento político, enquanto os jovens adultos têm percentagens que revelam um envolvimento maior. Isto sugere que estamos perante tendências que não são estruturais, mas apenas de ciclo de vida, e que quando estes jovens se tornarem jovens adultos irão tendencialmente adquirir essas mesmas atitudes que sinalizam uma cidadania política mais plena. É certo porém que os significados de “cidadania mais plena” em Portugal não estarão ao nível daquilo que acontece em democracias onde a satisfação com a democracia é maior. No entanto, a evolução de jovens para jovens adultos denota uma aproximação à média nacional.

Do ponto de vista longitudinal, evidencia-se ainda muito claramente um declínio sistemático nos indicadores selecionados que indicia uma quebra na qualidade da democracia em Portugal, pelo menos no que concerne a relação dos cidadãos com a política.

7.5. Lazer e usos de TICs

Por último, vejamos as principais conclusões no que diz respeito às atividades culturais e de lazer. O estudo mostra que estas são mais praticadas pelos jovens, havendo uma diminuição progressiva da percentagem de indivíduos que indica tê-las feito ao longo do último ano à medida que a sua idade avança. As práticas mais caracteristicamente juvenis, ou seja, com maior incidência juntos dos jovens

entre 15 e 24 anos, são atividades de carácter generalístico praticadas fora de casa (atividades físicas e desportivas ou radicais, idas ao cinema, idas a espetáculos desportivos, idas a festivais de música). As atividades cultivadas e de carácter mais doméstico tendem a ser praticadas com uma incidência semelhante por jovens e jovens adultos.

A prática de atividades culturais e de lazer é, em larga medida, definida pelas condições culturais e socioeconómicas dos indivíduos. São os jovens com escolaridade pós-secundária ou superior, os filhos de pais com escolaridade pós-secundária ou superior e os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento, que mais declaram tê-las praticado ao longo do último ano.

O acesso à *internet* é também muito marcado por clivagens geracionais, sendo generalizado para a quase totalidade da faixa dos 15 aos 24 anos e tornando-se progressivamente mais raro à medida que a idade. Os jovens entre 15 e 34 anos que declaram nunca aceder à *internet* estão maioritariamente concentrados nas categorias socialmente menos favorecidas, ou seja, os que têm baixos níveis de escolarização, os desempregados e os que declaram viver muito dificilmente com os seus rendimentos.

As finalidades de uso da *internet* apresentam perfis de utilização um pouco mais diversificados. A importância da *internet* para os tempos livres dos mais jovens torna-se óbvia quando verificamos a elevada percentagem de jovens entre 15 e 24 anos que declaram utilizá-la para atividades estritamente de lazer, como ver filmes ou séries, jogar jogos de computador, ouvir música, etc.

Os jovens adultos entre 25 e 34 anos e os jovens trabalhadores entre 15 e 34 anos distinguem-se, por sua vez, em relação a atividades e acesso a informação, upload de conteúdos e compra e venda de produtos. Trata-se de atividades de carácter mais utilitário que podem articular interesses de carácter lúdico e laboral, o que reflete uma muito maior permeabilidade entre os tempo livre e os tempos do trabalho nas novas gerações mais informatizadas.

As finalidades de utilização da *internet* por parte de homens e mulheres apresentam também diferenças. Os homens distinguem-se nas finalidades de acesso a conteúdos lúdicos – utilizam-na para ver filmes ou séries (em tempo real ou através de download) e para jogar jogos de computador –, e as mulheres apresentam valores mais elevados para atividades relacionadas com a pesquisa de informação e leitura, o que vai de encontro aos resultados apurados para as práticas culturais e de lazer em que estas se distinguem na leitura de livros.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. N. de e Vieira, M. M. (2013). Educação. In Cardoso, J. L., Magalhães, P. e Pais, J. M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp.57-67), Lisboa: Expresso / ICS-UL.
- Alves, N. (2007). «E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social?», *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2, 59-68.
- Cabral, M. V. (2000). «A cidadania política em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXXV (154-155), 2000, pp. 85-113.
- Cardoso, G. e Mendonça, S. (Org.) (2015). *Os Media e as dinâmicas geracionais na sociedade Portuguesa. Análise dos impactos das variáveis geracionais nas práticas mediáticas dos portugueses*, Lisboa: Publicações OberCom.
- Ferreira, V. S. e Gomes, R. T. (2013). Lazer. In Cardoso, J.L., Magalhães, P. e Pais, J.M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp.141-151), Lisboa: Expresso/ICS-UL.
- Ferreira, V. S. e Nunes, C. (2014). «Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa», *Educação em Foco*, vol. 18, n.º 3, Universidade Federal de Juíz de Fora – Minas Gerais, pp. 167-207.
- Freire, A., e Magalhães, P., (2003). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa: ICS.
- Freire, A., Lobo, M. C., e Magalhães, P., (2004). *Portugal a Votos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, R. T. (2003). Sociografia dos lazeres e práticas culturais dos jovens portugueses. In Pais, J.M., Cabral, M. C. (Eds.), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*, 167 - 263. Oeiras: Celta.
- Guerreiro, M. das D. e Abrantes, P. (2004). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Lobo, M. C., (2013). *Portugal e a Europa: Novas Cidadania*, Lisboa: FFMS.
- Lopes, J. T. (2014). *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Magalhães, P. e Moral, J., (2008). *Os Jovens e a Política, Um estudo realizado para a Presidência da República pelo CESOP*, Disponível online em: http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa: Âmbar.
- Pais, J. M. (2012). «A esperança em gerações de futuro sombrio», *Estudos Avançados*, 26 (75), pp. 267-280.
- Peixoto, J. (2013). Migrações. In Cardoso, J.L., Magalhães, P., Pais, J.M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp.154-163), Lisboa: Expresso/ICS-UL.
- Pohl, A. e Walther, A. (2007). «Activating the disadvantaged. Variations in addressing youth transitions across Europe», in: *International Journal for Lifelong Education*, Vol. 26(5), pp. 533-553.
- Vieira, M. Manuel; Ferreira, V. S. e Rowland, J. (2015). «Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011», *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 54, pp. 5-25.
- Walther, A. (2006). «Regimes of Youth Transitions. Choice, flexibility and security in young people's experiences across different European contexts», in: *YOUNG*, Vol. 14, No. 2, pp. 119-141.

OS JOVE
E O EMP

JOVENS EMPREGO

OS JOVENS
E O EMPREGO

OS JOVENS E O EMPREGO

PRESIDENTE DO PAINEL

JOANA BRANCO LOPES
(CNJ)



Atual Presidente da Direção do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e Secretária-Geral do Fórum de Juventude da CPLP, reúne experiência associativa de 15 anos e experiência profissional de 9 anos em diferentes organizações.

Colaborou com o Audax - Centro de Empreendedorismo do ISCTE-IUL - enquanto coordenadora de programas de empreendedorismo local e social, com a PAR - Respostas Sociais - onde é desde 2008 dirigente voluntária, assumindo a Presidência da Direção entre 2012 e 2013 e tendo ainda coordenado anteriormente o gabinete de projetos e o projeto Agência de Jovens ODM, em parceria com a Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal. Foi coordenadora e formadora voluntária em Cabo Verde em 2008. É empreendedora social, formadora e foi docente convidada no ISCTE-IUL em Empreendedorismo, nos Mestrados de Psicologia Social e Estudos do Desenvolvimento.

Mestre em Estudos do Desenvolvimento pelo ISCTE-IUL e licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa e pela Universidade de Pisa, Itália (Programa Erasmus).

Começo por dirigir-me a Sua Excelência o Presidente da República e por agradecer o amável convite que me foi endereçado, enquanto Presidente da Direção do Conselho Nacional de Juventude, para contribuir para esta tão relevante e oportuna conferência e para presidir a um painel que se dedica ao grande desafio que os jovens e as sociedades enfrentam hoje: o Emprego. Cumprimento igualmente todos os responsáveis políticos aqui presentes e demais convidados.

O Conselho Nacional de Juventude (CNJ) celebra 30 anos de existência e é, segundo a Lei n.º 1/2006, a voz da juventude em Portugal e o interlocutor do Estado em todas as matérias de juventude. Este estatuto foi-lhe atribuído por ser uma plataforma representativa das organizações juvenis, abrangendo as mais diversas expressões do associativismo. O CNJ existe, assim, para representar e defender os interesses da juventude portuguesa, nacional e internacionalmente, fomentar a cidadania e a participação dos/as jovens e influenciar as políticas de juventude.

O programa desta IV Conferência mostra-nos que pensar e discutir a juventude não exige apenas que falemos de jovens - exige que reflitamos sobre a cidadania e a participação política, a educação, a cultura, a mobilidade, o emprego. Implica não apenas falarmos do futuro, mas também do presente que nos coloca, à minha e a todas as gerações, um desafio enorme: encontrarmos soluções para garantirmos trabalho digno e empregos de qualidade para todas e todos.

E é precisamente por isso que considero tão importante estarmos aqui hoje a discutir este tema e a colocar os jovens no topo das prioridades – porque se Portugal já deu tantos mundos ao mundo, é justo que o seu futuro seja promissor e construído por jovens Portugueses que cada vez mais se afirmam como capazes de gerar novas oportunidades empreendedoras e inovadoras.

O CNJ tem vindo a advogar, tanto nacional como internacionalmente, e com diferentes parceiros, pela garantia do acesso dos jovens aos seus direitos, que não podem deixar de ser garantidos mesmo em tempo de crise. Isto é, defendemos que as decisões políticas não devem basear-se apenas nas necessidades dos jovens, mas sim no respeito pelos seus direitos humanos, partindo do pressuposto de que os jovens têm direito a determinados patamares de bem-estar que têm de ser garantidos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e solidariedade intergeracional.

A minha geração, a geração Y ou geração Milénio, e a geração Z que lhe segue, têm hoje uma relação com a tecnologia completamente diferente das gerações anteriores. Mesmo entre estas duas gerações, a atitude relativamente à tecnologia é já muito distinta: a primeira, a minha geração, já cresceu na era digital e vai adoptando as novas tecnologias à medida que estas se tornam mais sofisticadas; a segunda, por seu turno, nasceu na era digital *web*. Para estes nativos digitais, um mundo sem *laptops*, *desktops*, *smartphones* ou *tablets* com acesso *web*, é simplesmente impossível.

Ademais, a responsabilidade social e ambiental é outra das grandes preocupações das novas gerações. De acordo com um questionário global sobre o futuro do talento, 70% dos inquiridos entre os 18 e os 34 anos afirmaram preferir trabalhar em empresas preocupadas com o seu impacto social e ambiental.

Ou seja, o mundo mudou, a juventude mudou e as políticas de emprego têm de acompanhar esta mudança. Portugal é um país desenvolvido onde não basta termos emprego: os jovens têm de conseguir aceder a um trabalho digno, onde possam desenvolver os seus talentos e participar ativamente, que lhes permita constituir a sua própria família e devolver ao país todo o investimento que foi feito ao ser-lhes garantido o acesso à educação.

“Somos a geração mais qualificada de sempre” mas não conseguimos sair de casa dos pais antes dos 30 anos, os nossos salários médios rondam os 600 euros, as desigualdades salariais e de vínculo contratual entre raparigas e rapazes persistem e, embora numa tendência decrescente, o desemprego jovem em Portugal está acima dos 35%.

Mas, mesmo assim, não nos resignamos: procuramos soluções, somos actores de mudança e agentes de desenvolvimento, e todos os dias vemos exemplos de jovens empreendedores que criam novas ideias e novos negócios, gerando emprego para si próprios e para a sua comunidade, como é o caso do Miguel Pina Martins que teremos oportunidade de ouvir já de seguida.

Mas, mais uma vez, não chega: precisamos de investir na economia e na criação líquida de emprego, discriminar positivamente as empresas que contratam jovens e garantir que os mesmos são contratados com condições coerentes com os direitos humanos, investir nas indústrias culturais e criativas e na identificação de soluções de longo-prazo que sejam sustentáveis, e não apenas imediatas, e garantir que as diferenças de género não geram diferenças no que toca ao acesso aos direitos e, portanto, às oportunidades.

Por último, relembro ainda que Portugal terá, durante os próximos meses, oportunidade para voltar a ouvir e a debater o que quer para o seu presente e para o seu futuro e é fundamental aproveitarmos este momento para reaproximarmos os decisores políticos e as instituições democráticas dos e das jovens. Para isso, será fundamental que falem connosco e que nos ouçam e que o diálogo estruturado aconteça para lá da teoria da cooperação europeia no domínio da juventude. Mas apenas ouvir também não chega - é urgente que as nossas reivindicações sejam traduzidas em políticas e em espaços de participação através, por exemplo, da integração do Conselho Nacional de Juventude no Conselho Económico e Social, pois, numa altura que o desemprego jovem é gritante, os jovens não podem ficar fora da concertação social.

OS JOVENS E O EMPREGO

CONFERENCISTA

MIGUEL PINA MARTINS
(SCIENCE4YOU)



Diretor Executivo da empresa Science4You S.A, num projeto de que foi fundador em 2007, é membro do Conselho Nacional de Empreendedorismo e Inovação, desde 2012.

A Science4You ganhou diversos prémios nacionais: Brand of the Year – Time Out Lisboa Awards, 2013, Start Up of the Year - by Portugal Ventures, 2014, Product of the Year Award, 2015, Portugal.

Entrepreneur of the Year 2010 - European Commission 2010 – na SME Week 2010, em representação de Portugal, bem como o Business Internationalization Award by the UK Trade & Investment by the British Government 2013 são alguns dos prémios internacionais recebidos.

Licenciatura em Finanças com mestrado em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas.

É certo que os desafios impostos aos jovens portugueses são cada vez maiores. Nas últimas duas décadas assistimos a várias transformações sociais no nosso país que nos obrigaram a adaptar aquilo que os nossos pais e avós viam como adquirido: um único emprego para toda a vida e a possibilidade certa de carreira em Portugal.

E existem vários factores que serviram de motor para essas mudanças. Podemos claramente apontar e destacar a sequência de crises económico-financeiras que o país atravessou e o consequente aumento das taxas de desemprego como impulsionador para a emigração. Muitos jovens decidiram encontrar lá fora solução para o desemprego, com o objetivo de encontrar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma carreira promissora.

Como alternativa à emigração, uma outra palavra passou a ser comum ao léxico empresarial português: empreendedorismo. Para responder à crise e à falta de perspetivas de carreira, muitos jovens começaram a delinear os seus próprios projetos e a arriscar na criação de *start-up* e pequenas empresas com projetos inovadores, muitos deles criados em ambiente universitário.

E é esta a génese da *Science4you*. Um plano de negócios para o projeto final de licenciatura, no âmbito de uma parceria entre duas Faculdades de prestígio do país. E foi apenas necessária uma ideia, 1.125€ de investimento pessoal e muito espírito de risco. Nunca desistir é o principal segredo para o sucesso. Além disso, passaram a existir empresas e programas de apoio financeiro, *business angels*, que ajudam a dar o *push* inicial para a abertura do próprio negócio por parte dos jovens empreendedores. No nosso caso, contámos com o suporte do programa FINICIA do IAPMEI, com um capital social de 55 mil euros.

Arriscámos e conseguimos. Hoje, sete anos depois, a *Science4you* orgulha-se em ser uma empresa 100% portuguesa, que exporta para mais de 18 países e prevê uma faturação de 12 milhões de euros em 2015. Acreditamos que, como nós, muitos outros jovens poderão dar o seu contributo ao país, arriscando, criando emprego, e contribuindo para levar o prestígio de ser português aos quatro cantos do mundo.

OS JOVENS E O EMPREGO

CONFERENCISTA

MÁRIO CENTENO
(BANCO DE PORTUGAL)



Consultor do Conselho de Administração do Banco de Portugal.
Docente no Instituto Superior de Economia e Gestão, (ISEG-UL) e na NOVA IMS,
da Universidade Nova de Lisboa.

Pelo trabalho desenvolvido no âmbito da sua dissertação de Doutoramento,
na *Harvard University, Cambridge*, a *European Economics Association* atribuiu-lhe
em 2001 o prémio anual *Young Economist Award* para os melhores jovens economistas
europeus. Em 2006 recebeu o Prémio da União Latina para investigação científica.

Tem trabalhos publicados em várias revistas científicas internacionais nas áreas da
Economia do Trabalho, Finanças e Matemática, nomeadamente, *Excess worker turnover
and fixed-term contracts: Causal evidence in a two-tier system* na revista *Labour Economics*,
em 2012.

1. Introdução

A participação no mercado de trabalho é antecedida de um intenso período de investimento em capital humano. A educação promove o acesso a mais e melhores alternativas de emprego e o aumento das capacidades produtivas e é a primeira decisão económica que tomamos nas nossas vidas ativas. As qualificações adquiridas são essenciais para o sucesso da procura de emprego e constituem o mais relevante sinal das capacidades produtivas que um jovem trabalhador pode apresentar (Gary Becker, 1993).

A formação é a forma preferencial de os jovens ultrapassarem os desafios do mercado de trabalho. Os mercados de trabalho atuais são caracterizados por uma elevada instabilidade, decorrente quer das suas condições estruturais de funcionamento (o avanço tecnológico, a procura e a globalização), quer das conjunturais (cíclicas) como as geradas pela crise financeira.

Mas como qualquer investimento, a formação requer um retorno. As instituições nacionais e europeias devem ser concebidas para que esse retorno não seja defraudado.

Os investimentos requerem capacidade financeira. É necessário garantir igualdade de oportunidades nas condições em que as famílias portuguesas tomam estas decisões.

Neste artigo argumentamos que (i) o retorno para a educação é elevado em Portugal, no que o torna um dos melhores investimentos privados; (ii) as condições financeiras são um fator determinante nas escolhas de educação das famílias, a existência de restrições financeiras aumenta a desigualdade na escolaridade e, portanto, no rendimento; (iii) a evolução do desemprego jovem é explicada pela procura agregada, a inversão do ciclo económico deverá reduzir substancialmente as elevadas taxas de desemprego.

2. As decisões dos jovens

Durante muitas gerações a escolaridade foi um bem descurado pela sociedade portuguesa. Acumulámos sucessivas gerações com elevadas taxas de analfabetismo e de desistência sem completar o ensino obrigatório, que já de si era reduzido.

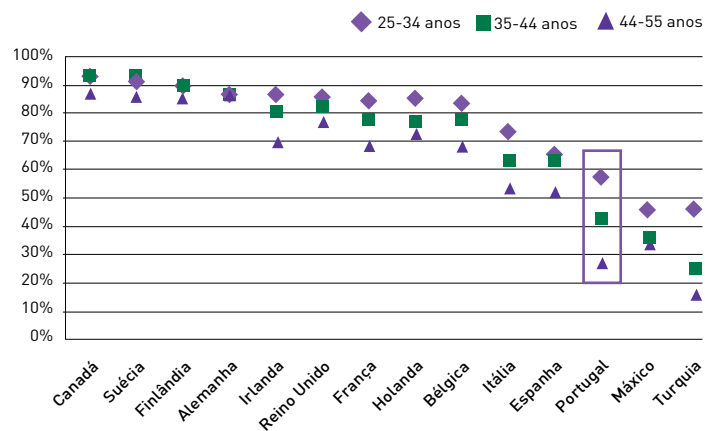
O progresso na escolaridade é lento e, talvez mais preocupante, não é um processo de progressão continuada. O Gráfico 1 apresenta a percentagem da população com ensino secundário para três grupos etários da população. A geração que saiu da escola há menos tempo, com 25-34 anos, e as duas gerações imediatamente anteriores, com 35-44 anos e 45-55 anos.

Nos três casos Portugal tem as mais baixas taxas de escolarização, reflexo de um prolongado desinvestimento público, com reflexos na atitude da sociedade portuguesa face ao esforço de qualificação.

Gráfico 1 - Percentagem da população com ensino secundário, 2012

Nota: Fonte OECD, Education at a glance, 2014

Em percentagem da população do grupo etário



Portugal regista, no entanto, um progresso notável, conseguido nas últimas gerações. Reduzimos o diferencial face aos países com melhores indicadores da União Europeia em 20 pontos percentuais.

Para atingir as taxas de conclusão do ensino secundário que Canadá, Suécia e Finlândia atingiram com as gerações nascidas desde a década de 50, cerca de 90 por cento, ainda faltam 30 p.p. às novas gerações portuguesas, as que estão agora a concluir o ensino. E é fácil concluir que ainda não vamos lá chegar. Muito longe disso.

Como referi anteriormente, o progresso não pode ser dado como certo. A Espanha ensina-nos como é difícil manter a taxa de progressão. Mesmo com taxas de conclusão muito inferiores à média a nova geração espanhola (25-34 anos) não progrediu face à anterior (35-44 anos).

Estas decisões, incompatíveis com os espaços económicos em que nos estávamos a inserir, foram incentivadas por um sistema educativo que durante décadas transmitiu os incentivos incorretos. Uma escolaridade obrigatória reduzida, a mais reduzida da Europa Ocidental, conjugada com equipamentos escolares insuficientes e sem a motivação e a exigência necessárias ao sucesso do ensino. Os jovens portugueses entravam no mercado de trabalho mal equipados.

Isto é tanto mais dramático, quanto o período inicial de inserção no mercado de trabalho tem uma enorme importância para o futuro do jovem trabalhador.

As decisões de educação são tomadas no quadro dos agregados familiares, influenciadas pela sua composição e pelas redes relacionais que aí se estabelecem.

Os estudos mostram que existe uma enorme persistência familiar nos níveis educativos. Romper essa relação de geração para geração é um fator decisivo para o sucesso educativo dos países. O desafio às políticas públicas é assim duplo. Colocam-se não apenas no lado da oferta de educação (escolas, professores), mas também influenciar as condições da procura de serviços educativos.

O investimento em educação requer um outro subsequente, a procura de emprego. Este inclui todos os recursos dedicados a encontrar a melhor aplicação dos talentos de cada trabalhador no mercado de trabalho. Falarei dele mais adiante, mas não o devemos subestimar, em conjugação com a educação.

3. A transmissão intergeracional

A educação dos filhos é um dos mais importantes investimentos dos pais. Desse investimento decorre a transmissão intergeracional das condições económicas e de estatuto social entre pais e filhos (Gary Becker, e Chul-In Lee e Gary Solon, 2009).

Na maioria dos países esta transmissão é muito elevada, o que reduz a mobilidade intergeracional. Esta característica das nossas sociedades é utilizada como justificação para um elevado número de políticas sociais que têm como objetivo garantir a igualdade de acesso à educação, saúde e todas as outras pré-condições para uma cidadania ativa.

As similitudes entre pais e filhos podem ser analisadas recorrendo a diferentes medidas, seja diretamente no rendimento e/ou consumo ou seja no estatuto social, muitas vezes avaliado através da escolaridade ou da profissão desempenhada.

No contexto da nossa análise realçaremos o papel da educação enquanto bem de mérito: políticas públicas que promovem a mobilidade e atuam sobre a oferta de educação. No entanto, destacamos também a atuação sobre a procura, que como veremos sofre diretamente das condições financeiras das famílias.

A informação disponível para estudar estas questões é escassa. Nesta análise utilizamos dados do *Survey of Income and Living Conditions* (SILC), um inquérito feito anualmente nos países da União Europeia. Em 2011 o SILC tem um módulo especial sobre questões intergeracionais em que são colocadas questões sobre a situação do agregado familiar e dos pais (pai e mãe) quando o inquirido tinha 14 anos. Apresentamos apenas dados para Portugal, Espanha e Bélgica. Os resultados tipicamente descrevem diferenças acentuadas entre os países do Norte da Europa e do Sul.

O Quadro 1 apresenta a taxa de analfabetismo do “pai” de cada trabalhador. Consequência de várias décadas de atraso e exclusão, em 2011, dos 4 milhões e 600 mil trabalhadores portugueses cerca de 18% tinham um pai analfabeto. Esta taxa compara com 4.6% em Espanha e 1.7% na Bélgica.

Quadro 1 - O meu pai não sabia ler nem escrever

Fonte: Eurostat, SILC, 2011

	Trabalhadores	Pai não sabia ler	
	(milhares)	(milhares)	(em%)
Portugal	4600	817	17.8
Espanha	21500	990	4.6
Bélgica	4100	68	1.7

Nota: A resposta é dada com referência ao período quando o inquirido tinha 14 anos.

A ausência de qualquer tipo de escolaridade é uma característica que penaliza fortemente as gerações mais velhas em Portugal. Mas o analfabetismo tem consequências que ainda hoje se fazem sentir no mercado de trabalho. O melhor destes indicadores é o de que 95% destes trabalhadores não foi além do 9º ano. E dizer “não foi além” é certamente um eufemismo, porque a maioria não ultrapassou a escolaridade obrigatória (6 ou menos anos).

Estes números definem uma situação limite, que é a do pai que não sabe ler nem escrever. Numa situação mais regular (ou seja para os restantes pais, não representados no Quadro 1), perguntamos qual a percentagem de filhos que estudou mais do que os seus pais. Os resultados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Quem foi além da educação dos pais?

Fonte: Eurostat, SILC, 2011

	PAI		
	Até ao 9º ano	Secundário	Superior(1)
Portugal	38%	43%	78%
Espanha	52%	50%	75%
Bélgica	71%	49%	78%

Nota: (1) Neste caso, percentagem com mesma educação.

Os números são eloquentes e podem caracterizar-se de duas formas. Por um lado, quando o pai tem o ensino superior mais de três-quartos dos filhos concluem também o ensino superior. Esta realidade é comum aos diferentes países europeus. Por outro lado, quando o pai tem um nível de ensino mais reduzido surgem diferenças significativas entre países. Se o pai tem o 9º ano ou menos, em Portugal apenas 38% dos filhos obtêm um grau escolar superior ao 9º ano. Este valor contrasta com 52% para Espanha e com 72% para a Bélgica. Em Portugal, a dificuldade de uma geração superar a escolaridade da anterior é bastante maior do que nos outros países.

Uma explicação possível para este resultado é o facto da escolaridade obrigatória se ter mantido muito baixa em Portugal para muitos dos atuais trabalhadores nunca sendo superior ao 9º ano para os atuais trabalhadores. A escolaridade obrigatória é uma das instituições mais inclusivas. Uma instituição que garante que todos participam no processo produtivo e que o retorno desse processo é igualmente acessível a todos os trabalhadores.

Um importante dado sobre a demografia educativa em Portugal, diz-nos que os pais com escolaridade inferior ou igual ao 9º ano representam 75% do total. Ou seja o teto educativo em Portugal vai levar várias gerações a suplantar.

As profissões também se transmitem entre gerações?

Para além da transmissão educativa, as experiências familiares em termos profissionais estão também fortemente associadas de geração em geração. Esta transmissão, que é restritiva da mobilidade social, está muito frequentemente associada ao estatuto social dos indivíduos.

O Quadro 3 apresenta a percentagem de filhos que têm a mesma profissão do pai para duas profissões. Os profissionais altamente qualificados, com atividades intelectuais e científicas e os profissionais não qualificados.

Em Portugal observamos as maiores taxas de transmissão intergeracional. Quase metade dos filhos cujo pai tem uma profissão científica trabalham também nesse tipo de ocupação. Essa percentagem é muito inferior em Espanha, na Bélgica é mais elevada mas ainda assim inferior ao que se observa em Portugal.

As profissões não qualificadas dão-nos uma imagem mais otimista da mobilidade profissional, mas ainda assim em Portugal e em Espanha a percentagem de filhos de profissionais não qualificados que

desempenham profissões similares é bastante elevada (em torno dos 30%). Na Bélgica este valor é menos de metade (14%).

Quadro 3 - As profissões dos pais e dos filhos

Fonte: Eurostat, SILC, 2011

	Profissão dos pais	
	Trabalham ambos em "Atividades Intelectuais e Científicas"	Ambos trabalhadores não qualificados
Portugal	46%	27%
Espanha	22%	32%
Bélgica	34%	14%

A relação entre pais e filhos sugere que é necessário atuar ao nível familiar (no sentido de alterar as perspetivas de futuro). Dar condições para que as famílias tomem decisões educativas sem a pressão financeira que muito influencia a mobilidade intergeracional. O acesso a fontes de financiamento e o alívio da carga fiscal constituem políticas desta natureza.

4. As condições financeiras e a educação

Interessa-nos nesta secção avaliar a relação entre a existência de restrições financeiras e a capacidade dos filhos suplantarem o nível de escolaridade dos pais.

As condições financeiras da família quando os atuais trabalhadores tinham 14 anos, na fase em que as decisões educativas são tomadas, constituem um importante determinante da continuidade dos estudos.

O inquérito conduzido pelo EUROSTAT regista a situação financeira nessa fase da vida. Por simplicidade expositiva, é classificada em 2 grupos: (i) muito má ou má e (ii) muito boa ou boa.

As dificuldades financeiras são uma clara função do nível de escolaridade dos pais. As famílias com níveis de escolaridade superior têm dificuldades financeiras muito baixas.

Já entre as famílias cujo pai tinha 9 ou menos anos de escolaridade prevalecem as dificuldades financeiras: 44% em Portugal; 33% em Espanha; e 25% na Bélgica.

O Quadro 4 regista a percentagem de filhos que foram além da educação dos pais de acordo com a situação financeira das famílias e a escolaridade dos pais.

Quando o pai tinha o 9º ano ou menos e a situação financeira da família quando o menor tinha 14 anos era considerada muito má ou má, a percentagem de filhos que estudaram mais do que o 9º ano foi, em Portugal, de 24%. As condições financeiras são um travão menos acentuado à continuação dos

estudos na Bélgica. Nas famílias nas mesmas condições 59% dos filhos estudaram mais do que os pais. As dificuldades financeiras são particularmente penalizadoras em Portugal.

Quadro 4 - Situação financeira: Quem foi além da educação dos pais?
 Fonte: Eurostat, SILC, 2011

Escolaridade dos pais				
	Até ao 9º ano		Secundário	
Situação financeira	Má	Boa	Má	Boa
Portugal	24%	48%	24%	45%
Espanha	39%	58%	32%	52%
Bélgica	59%	75%	38%	50%

A melhoria das condições financeiras está geralmente associada a uma taxa de sucesso educativo mais elevada. Nas famílias em que o pai tinha baixa escolaridade, se não existissem restrições financeiras cerca de metade dos filhos estudam para além do 9º ano (uma melhoria de 24 pontos percentuais, o dobro!). Na Bélgica e em Espanha também se registam progressos significativos, mas ligeiramente menores (16 e 19 pontos percentuais, respetivamente).

A procura de educação (pelas famílias) é fortemente penalizada pelas suas condições financeiras. O investimento em educação tem um retorno elevadíssimo em Portugal, mas esse retorno está vedado às famílias com piores condições financeiras. As políticas públicas deverão devotar uma especial atenção às condições de frequência da escola pelas famílias com maiores dificuldades financeiras.

5. As oportunidades: procura de emprego e o retorno para a educação

No mercado de trabalho as oportunidades de emprego são potenciadas através do processo de procura de emprego. Este processo assume uma grande relevância no processo de afetação dos trabalhadores aos empregos disponíveis.

Um indivíduo sem emprego diz-se desempregado apenas se procurar ativamente emprego. Nos últimos anos o número de “desencorajados”, aqueles que estando sem emprego querem trabalhar mas desistiram de procurar, passou de 140 mil em 2011 para 250 mil em 2015. Representam neste momento cerca de 5% da população ativa; uma taxa próxima da taxa de desemprego que Portugal teve durante largos períodos de tempo nos anos 80 e 90.

Mas hoje, estes trabalhadores deixaram de contribuir para o processo produtivo e passaram a inativos.

Ao longo deste processo de procura e de mudança de empregos os trabalhadores e as empresas procuram os seus pares mais eficientes. Aqueles com quem são mais produtivos, o que resulta em salários mais altos e empregos mais duradouros.

Nos EUA, um trabalhador jovem (até aos 35 anos) tem, em média, 7 empregos. Em Portugal essa

realidade não é muito diferente. Entre 2000 e 2008, a idade média dos trabalhadores com apenas um emprego era de 42 anos, mas aqueles com 5 ou mais empregos (cerca de 410 mil trabalhadores) tinham, em média, apenas 33 anos.

Este processo de encontrar o parceiro ideal no mercado de trabalho é de tal maneira produtivo que se estima que 2/3 da progressão salarial ocorra nas mudanças de emprego.

No processo de procura de emprego a educação desempenha um relevante papel como sinal das qualificações produtivas no mercado de trabalho. Mas é também um indicador da exigência social e individual. Aumenta a nossa ambição e eleva a participação cívica de todos, com um efeito positivo não apenas para cada um individualmente, mas também para quem nos rodeia.

Adicionalmente, nas últimas décadas, temos assistido a um papel acrescido na relação da educação com a tecnologia: no que Larry Katz e Cláudia Goldin da Harvard University designam de corrida entre a educação e a tecnologia.

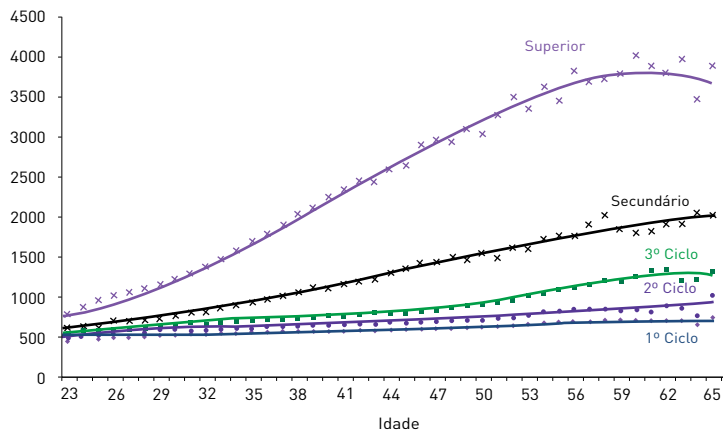
Esta corrida é saudável, mas tem deixado marcas na desigualdade dos países mais desenvolvidos. Uma larga fatia da população portuguesa, que tem menos escolaridade, ficou de fora desta corrida. Essa população não beneficia no mercado de trabalho do aumento da procura de trabalho (as necessidades de contratar trabalhadores pelas empresas) para empregos mais qualificados.

Esta procura acrescida por qualificações gera um retorno para os níveis de educação mais avançados. Em Portugal, o retorno salarial para a licenciatura é muito significativo, sendo dos mais altos da Europa.

O Gráfico 2 apresenta o ganho salarial médio mensal por escolaridade, em 2012, ao longo do ciclo de vida. No início da vida ativa as remunerações médias são próximas. No entanto, à medida que se acumula experiência no mercado de trabalho, os indivíduos com maior escolaridade conseguem salários médios cada vez mais elevados. Aos 35 anos de idade já se abriu um diferencial relevante entre aqueles que têm uma licenciatura e os restantes trabalhadores. Mesmo aqueles que completaram o Secundário conseguem ganhos significativos face aos trabalhadores que não foram além da escolaridade obrigatória (Centeno e Novo, 2014).

Gráfico 2 - O retorno para a educação

Fonte: Quadros de Pessoal, 2012



Ao retorno salarial mensal apresentado no Gráfico 2 acresce ainda a maior estabilidade do emprego, a menor incidência e duração de desemprego e a ocorrência de carreiras laborais mais longas. A educação tem múltiplos benefícios no mercado de trabalho.

No primeiro trimestre de 2015, a taxa de desemprego dos trabalhadores com o ensino obrigatório ou menos era de 15% enquanto para aqueles com uma licenciatura a taxa de desemprego era de 10%. De entre estes desempregados, 50% dos licenciados estavam nessa situação há mais de 12 meses, enquanto o desemprego de longa duração atingia 70% dos que têm menos habilitações.

O Gráfico 2 mostra como o retorno para a educação é consolidado com o aumento da experiência laboral. Este retorno atinge valores muito significativos e que são reforçados pela maior estabilidade laboral dos trabalhadores com maior escolaridade.

A dinâmica do mercado de trabalho e as crescentes dificuldades de empregabilidade daqueles que têm menores níveis de educação são em parte responsáveis pelo alargar dos diferenciais médios observados no Gráfico 2.

Uma outra realidade, que vai para além das diferenças médias de salários representadas no Gráfico 2, prende-se com a maior diversidade de experiências vividas pelos trabalhadores com mais escolaridade. Na verdade, as oportunidades de emprego proporcionadas pela educação traduzem-se em experiências salariais crescentemente diferenciadas. O “leque salarial” entre aqueles que ganham mais e aqueles que ganham menos é menor para escolaridades mais baixas.

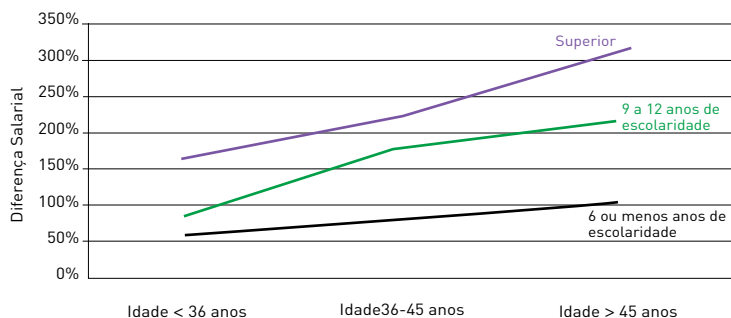
Este leque salarial reflete as oportunidades no mercado de trabalho – traduzidas em diferenciais salariais – e estas são mais diversificadas para aqueles que têm um curso superior (Centeno e Novo, 2014).

No Gráfico 3 apresentam-se as diferenças salariais entre os percentis 90 e 10 dos salários para três grupos etários por sua vez divididos em três grupos de habilitações. No percentil 90 temos um salário que é superior ao recebido por 90 por cento dos trabalhadores. Se ordenarmos todos os trabalhadores do salário mais baixo ao mais alto, 90 por cento recebem menos do que o percentil 90.

No início da vida ativa, os diferenciais salariais para indivíduos com a mesma escolaridade são mais reduzidos. Esses diferenciais são sempre maiores para níveis mais elevados de educação. No início da vida ativa os trabalhadores com 6 ou menos anos de escolaridade têm um leque salarial ligeiramente superior a 50%. Os que ganham mais, ganham 50 por cento mais do que aqueles que ganham menos. No ensino superior este diferencial sobe para mais de 150 por cento.

Gráfico 3 - Salários altos e baixos: Diferencial

Fonte: Quadros de Pessoal, 2009



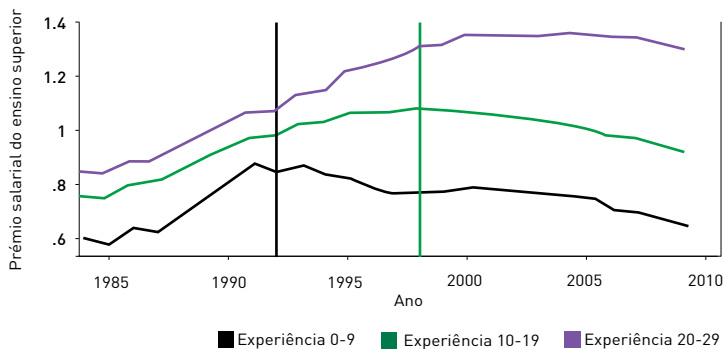
Nota: Diferença percentual entre os salários correspondentes aos percentis 90 e 10.

No final da vida ativa temos uma situação bastante mais diferenciada. Com o leque salarial dos licenciados a ultrapassar os 300 por cento, enquanto o grupo de menor escolaridade permanece mais homogêneo. Esta homogeneidade reflete a pouca diversidade de oportunidades disponíveis para estes trabalhadores.

Os perfis salariais segundo a educação têm-se alterado ao longo dos últimos anos. O Gráfico 4 apresenta a evolução do prémio salarial da licenciatura (o diferencial de salário recebido por aqueles que têm licenciatura face aos restantes trabalhadores) para três gerações de trabalhadores no mercado de trabalho. Aqueles com menos de 10 anos de experiência, o grupo de trabalhadores com experiência entre 10 e 19 anos e, finalmente, o grupo de trabalhadores com maior nível de experiência, entre 20 anos e 30 anos.

Gráfico 4 - Prémio salarial da licenciatura

Fonte: Quadros de Pessoal, 1983-2009



Tal como já tínhamos visto no Gráfico 2, o prémio salarial aumenta com o nível de experiência no mercado de trabalho. Ao longo de todo o período os grupos de maior experiência têm um maior diferencial salarial para a licenciatura. Mas esse prémio tem vindo a aumentar ao longo do tempo, a distância entre as diferentes curvas alargou-se, em particular desde meados da década de 90.

O alargar da diferença entre o prémio salarial da licenciatura entre grupos com diferentes experiências não se deve apenas a um maior crescimento do prémio para os trabalhadores com maior escolaridade, mas, desde meados da década de 90, a uma redução do prémio para as gerações mais novas.

A redução do retorno para a educação das novas gerações está associada ao extraordinário aumento da oferta de licenciados em Portugal. Entre 1982 e 2012, a percentagem de licenciados no sector privado em Portugal aumentou de 2.6 por cento para 17 por cento. As análises realizadas não apresentam sinais de redução da procura por qualificações. A quebra no retorno poder-se-á ter agravado nos anos mais recentes devido à redução nas novas contratações, que foi acompanhada por uma diminuição dos salários de entrada no mercado de trabalho. As novas contratações caíram mais de 40 por cento entre 2007 e 2012 e a média dos salários dos novos contratos em 2013 e 2014 foi 583 euros.

Os fenómenos migratórios de saída de jovens do país a que nos vamos referir na próxima secção não são independentes desta evolução dos salários absolutos e relativos. Os jovens procuram o retorno para os seus investimentos fora de Portugal.

6. Os jovens e a economia: A evolução recente

Os jovens foram particularmente afetados pela recente crise, mas eram ao mesmo tempo o grupo com mais mecanismos de resposta às dificuldades encontradas.

Isso é visível no Quadro 4 onde se apresentam os dados da população segundo o estado no mercado de trabalho para os mais jovens (15-34 anos) e para os adultos entre 35 e 64 anos.

Há uma redução generalizada da população mais jovem. Menos 253 mil jovens e menos 240 mil empregos para os jovens. Mas, há também menos 20 mil desempregados jovens. Esta redução da população ativa (menos 260 mil) foi apenas ligeiramente compensada pela evolução da população adulta. Um dos aspetos mais relevantes da atual conjuntura é o comportamento quase simétrico do mercado de trabalho dos mais jovens e dos adultos. O desemprego aumentou no período analisado (mais 57 mil desempregados) enquanto o número de inativos diminuiu (menos 28 mil). Ou seja para estes trabalhadores há um aumento da força de trabalho. O único desenvolvimento comum é a perda de emprego, que se reduz nos dois grupos.

A emigração dos mais novos constitui um corte na capacidade produtiva nacional cuja reversão se afigura difícil, mas que constitui o grande repto para o futuro da economia e da sociedade portuguesa.

Quadro 4 - Evolução da população entre os primeiros trimestres de 2011 e 2015

Fonte: Inquérito ao Emprego, 1º Trimestre de 2011 e 2015

	Jovens	Adultos
População total	-253	25
Emprego	-240	-3
Desemprego	-20	57
Inativos	9	-28

O emprego jovem é mais volátil, de mais curta duração e assim sendo está mais dependente do fluxo de novas contratações. Mas a oferta de trabalho jovem é menos rígida. Na linguagem dos economistas é “mais elástica” e reage mais a condições muito adversas do mercado de trabalho, procurando trabalho noutros sectores e noutras localizações.

Qual a origem do desemprego jovem?

Em Portugal, o aumento do desemprego resultou de uma acentuada redução das novas contratações. Entre 2007 e 2012 as novas contratações caíram 45%, ao mesmo tempo que as separações de trabalhadores e empresas caíram também 8%. Assim sendo, foi a incapacidade das empresas de repor a sua força de trabalho com novos trabalhadores que provocou o aumento do número de portugueses sem emprego.

Sabemos que a evolução do desemprego jovem é mais marcada pela falta de criação de emprego na economia do que a dos restantes grupos populacionais. Os jovens têm uma mais elevada rotação de emprego, empregos de menor duração, e estão assim mais expostos às flutuações da atividade de contratação das empresas.

Em Portugal, o desemprego jovem reage ao ciclo económico. Aumentou 16 p.p. entre o período pré- e pós-crise. Estudos para a economia portuguesa mostram que a evolução do desemprego adulto (de trabalhadores com 35-44 anos) fariam prever um aumento de 14 p.p. Ou seja, o desemprego jovem em Portugal evoluiu de acordo com o comportamento da procura agregada, revelada pelo comportamento do desemprego dos adultos (Novo, 2015).

O desemprego dos jovens (e dos adultos) é um problema de procura agregada.

7. Conclusões

O mercado de trabalho dos jovens é o mercado de trabalho do futuro. A experiência adquirida e a qualidade dos empregos dos jovens

Ao pensarmos nos jovens e no mercado de trabalho devemos:

- Valorizar o retorno dos investimentos em educação no contexto nacional, eliminando os meandros da excessiva segmentação contratual
- Garantir às famílias as condições de financiamento do ensino, aliviando as suas restrições de liquidez
- Estimular a criação de emprego

A educação é um investimento e o seu retorno é materializado nas relações laborais. Restringir esse retorno através de uma regulação contratual que segmenta os trabalhadores de acordo com o tipo de contrato constitui um poderoso desincentivo a esses investimentos.

As famílias portuguesas vivem momentos difíceis, nomeadamente, em termos financeiros. O incumprimento dos créditos bancários das famílias está em máximos históricos em 2015. Estas dificuldades limitam as decisões de escolaridade. Uma melhoria destas condições é essencial para uma continuada progressão dos níveis educativos.

A criação de emprego está dependente da recuperação da procura agregada. A contratação de um trabalhador é o mais singular dos investimentos das empresas. A recuperação das novas contratações é o indicador avançado da viragem do ciclo económico, em particular para os jovens.

Referências

Gary S. Becker (1993) *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education* (3rd ed.). Chicago, University of Chicago Press.

Goldin, Claudia e Larry Katz, (2008) *The Race between Education and Technology*, Harvard University Press.

Centeno, Mário e Álvaro Novo (2014). *IZA Journal of European Labor Studies*, 3:23.

Novo, Álvaro (2015)

Chul-In Lee e Gary Solon (2009). "Trends in Intergenerational Income Mobility." *Review of Economics and Statistics* November, Vol. 91, No. 4, Pages 766-772: 766-772.

OS JOVENS E O EMPREGO

CONFERENCISTA

JACQUELINE O'REILLY
(CROME/ BRIGHTON BUSINESS SCHOOL)



Diretora do CROME-Centro de Investigação sobre Gestão e Emprego e Professora de Gestão de Recursos Humanos e Relações Laborais Comparadas.

Exerce o cargo de Pró-Reitora da *University of Brighton*.

Coordena um projeto EUIP7 de investigação europeu sobre o Desemprego dos Jovens na Europa. Transições Estratégicas para o Emprego de Jovens na Europa (2014-17).

Agradecimentos

A investigação que antecedeu a redação do presente artigo foi financiada pelo Sétimo Programa-Quadro da União Europeia de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração, ao abrigo da convenção de subvenção n.º 613256 www.style-research.eu. A análise nele apresentada baseia-se na investigação realizada no âmbito deste projeto, cujos resultados estão disponíveis em www.style-research.eu/publications/working-papers, juntamente com algumas das análises debatidas em O'Reilly et al. (2015) <http://sgo.sagepub.com/content/5/1/2158244015574962>.

Introdução

A determinação das perspetivas dos Roteiros do Futuro para os jovens portugueses obriga-nos a analisar o passado e o presente, para em seguida discernir os futuros possíveis. As reflexões, baseadas nas experiências de vida do Presidente da Câmara José Maria Ministro dos Santos, responsável pela criação de novos centros educativos de grande dimensão em Mafra, município a noroeste de Lisboa com uma população de cerca de 70 000 habitantes, ilustram quão longe Portugal logrou chegar num período de tempo relativamente curto.

«A diferença entre aquilo que eu vivi nos meus tempos, compará-lo é um absurdo. Quando era pequenito, andei por aqui, por estes campos, brincando de calções, jogando à volta, fugindo à polícia. As dificuldades eram muitas. A minha mãe comprava um lápis, um lápis preto. Dividia-o ao meio com o meu irmão. Era metade do lápis para cada um. Quando aquele lápis já era pequeno, ia-se buscar um canudozinho, encostava-se e fazia-se um lápis grande. Eram os tempos de então. Eu aprendi a ler assim. Mas eu queria que os meus filhos, e as crianças que de mim agora dependem, tivessem um outro tipo de sucesso e um outro tipo de acesso. E eles percebem-no, eles sentem-no, eles vibram com as oportunidades que se lhes dá. Estou perfeitamente convencido de que esta geração de jovens que está a sair destas escolas vai ajudar a melhorar o nosso país.»¹

A OCDE considerou Portugal um país «de alto desempenho e reformas bem-sucedidas no domínio da educação» devido às melhorias significativas e contínuas do rendimento escolar dos jovens estudantes portugueses nos estudos do PISA², parcialmente atribuíveis ao trabalho de pessoas como José Maria Ministro dos Santos. No entanto, a recente crise económica e os grandes níveis do desemprego dos jovens remetem para a existência de obstáculos, desafios e encruzilhadas importantes nas trajetórias futuras dos jovens portugueses e europeus.

Gostaria de basear este breve contributo em algumas das análises de investigação atualmente em curso no âmbito do projeto STYLE, financiado pelo PQ 7 da UE, que incide sobre as transições estratégicas relativas ao emprego dos jovens na Europa (www.style-research.eu). Em primeiro lugar, gostaria de analisar o contexto do desemprego jovem em Portugal, medindo-o e comparando-o com a situação a nível europeu. Em segundo lugar, abordarei a situação portuguesa em matéria de emprego flexível, inadequação das competências e trabalho por conta própria. Em terceiro lugar, concluirei o meu contributo inserindo os dados da experiência portuguesa num contexto europeu mais vasto, traçando as potenciais consequências futuras da atual crise com que os jovens hoje se debatem.

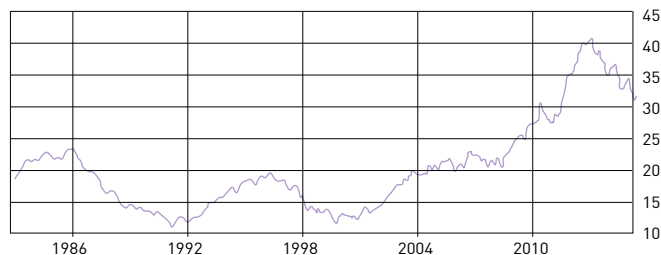
1 <http://www.oecd.org/edu/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/49765873.pdf>
<https://www.youtube.com/watch?v=M0zY8IcEIT8>

2 O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Programme for International Student Assessment, PISA) é um estudo internacional trienal que visa avaliar os sistemas de ensino a nível mundial testando as competências e conhecimentos dos alunos de 15 anos. <http://www.oecd.org/pisa/>

Padrões do desemprego dos jovens em Portugal

Figura 1 - Taxa de desemprego dos jovens (1984-2015)

Fonte: <http://www.tradingeconomics.com/portugal/youth-unemployment-rate>



Se olharmos para o padrão do desemprego jovem em Portugal desde a década de 1980, constatamos que o mesmo se tem caracterizado por uma alternância regular de subida e descida nas últimas décadas. Assim, depois de atingir um pico de quase 25% em meados dos anos de 1980, caiu para cerca de 10% no início da década de 1990. Posteriormente, voltou a subir no final dos anos de 1990 e a descer para níveis semelhantes na viragem do milénio. Dado este padrão, seria de prever uma queda na segunda metade da década de 2000. Porém, a recente crise económica veio agravar os já crescentes níveis de desemprego jovem que haviam emergido antes da crise: o desemprego jovem atingiu níveis sem precedentes nos últimos trinta anos, atingindo um máximo superior a 38,1 % em 2013 (estatísticas da OCDE) e denotando desde então uma trajetória descendente. Uma das perguntas fundamentais que estes dados nos suscitam consiste em saber até que ponto os efeitos da recente crise constituem uma anomalia temporária face aos padrões anteriores, ou se serão de esperar mais variações extremas no futuro.

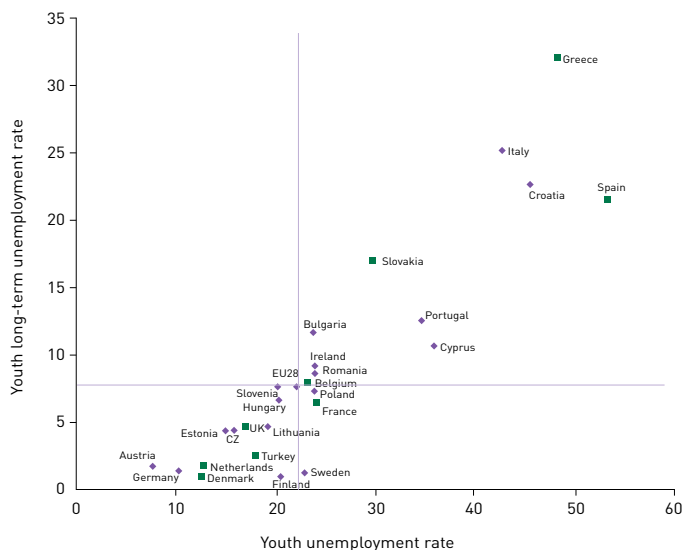
Embora não nos seja possível responder de forma conclusiva a estas perguntas, visto que, não raro, a previsão do futuro fica mais bem entregue às diferentes aptidões dos profetas, videntes ou economistas, podemos pelo menos dissecar algumas das principais características que distinguem o período presente, procurando assim identificar a natureza do problema que atualmente enfrentamos.

Definir o problema

A análise comparativa de Petmesidou e González-Menéndez (2015) sobre os mercados de trabalho dos jovens relaciona Portugal com as taxas de desemprego jovem, incluindo o de longa duração, registadas na Europa (Figura 2). Nela podemos observar que, apesar de não ter sido tão extrema como a vivida na Grécia, Espanha, Itália e Croácia, a situação portuguesa não deixa de se situar claramente acima da média europeia em ambas as medidas.

Figura 2 - Comparação entre vários países da gravidade do «problema do desemprego jovem» (indicada pelas taxas de desemprego jovem total e de desemprego jovem de longa duração na faixa etária dos 15-24 anos), 2014

Fonte: Figura concebida por Petmesidou e González-Menéndez (2015) com base no Eurostat, IFT, dados de 2014. As linhas azul indicam a média da UE e os quadrados vermelhos os países parceiros que integram o projeto STYLE.



Para compreendermos os problemas associados ao recente crescimento do desemprego dos jovens na Europa, temos igualmente de clarificar as diferentes definições empregues pelos governos nacionais e pelas organizações internacionais. Estas diferenças influem também nos tipos de políticas necessárias para combater este problema generalizado a nível europeu e na forma como ele afeta as diferentes categorias de jovens.

A OCDE (2010) faz menção aos «jovens trabalhadores com dificuldades de integração» («poorly integrated new entrants»), que, apesar de qualificados, se deparam com dificuldades persistentes em obter um emprego estável. Ocupam vários empregos precários, intercalados por períodos relativamente curtos de desemprego ou inatividade económica. Em média, este grupo representa cerca de 20% a 30% dos jovens dos países da OCDE, sendo este tipo de experiências especialmente predominante no sul da Europa (Scarpetta, Sonnet, & Manfredi, 2010). As transições entre o ensino e o mercado de trabalho estão a tornar-se cada vez mais difusas e diversificadas. Esta realidade deve-se em parte à expansão do ensino superior, ao aumento do trabalho a tempo parcial e temporário dos trabalhadores-estudantes e à elevada percentagem de licenciados que acaba no desemprego ou em formas de trabalho atípico, bem como aos efeitos da recente crise económica de 2008.

Ao invés, os «jovens que ficam para trás» enfrentam várias desvantagens, pois revelam uma maior tendência para não ter qualificações, provir de grupos de imigrantes/minorias e/ou viver em zonas desfavorecidas, rurais ou remotas (Eurofound, 2012a). Na UE 28, a percentagem de jovens de 15-

24 anos que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação (NEET) aumentou de 10,8% em 2008 para 13,0% em 2013 (Quadro 1; Eurostat, 2014). Em Portugal, a taxa relativa a estes jovens também cresceu, tendo sido de 14% em 2013.³ As variações por país da percentagem de jovens NEET oscilam entre menos de 7% nos Países Baixos, Dinamarca, Alemanha e Áustria e mais de 20% na Grécia, Bulgária e Itália. Os jovens adultos (25-29 anos) nesta situação, em especial do sexo feminino, registam taxas bastante altas, em muitos casos superiores às dos jovens de 15-24 anos (CES/ISE, 2014).

A distinção entre «jovens trabalhadores com dificuldades de integração» e a acumulação de «jovens que ficam para trás» ilustra a variabilidade das situações de desemprego dos jovens entre os que experimentam dificuldades iniciais de entrada no mercado de trabalho e os que enfrentam obstáculos de longa duração mais difíceis de superar.

Que diferença faz uma medida?

A análise destes números tem sido marcada pelo recurso crescente à distinção entre taxas e rácios para debater este problema.⁴ As taxas são superiores aos rácios, porque a taxa se baseia no número de jovens desempregados dividido pelo número total de jovens da população ativa (ou seja, os empregados e os desempregados). O rácio de desemprego é inferior, porque o número de jovens desempregados é dividido pela população total de jovens (incluindo os que estudam e seguem uma formação).

A medida do rácio reduz os níveis do desemprego dos jovens para cerca de metade. Este facto não altera a importância do problema nos países que registam as taxas mais elevadas (Quadro 1). Contudo, chama a atenção para certos países com taxas de desemprego jovem relativamente baixas, mas cujos rácios se situam bastante acima da média da UE.

A diferente interpretação destes números encontra-se bem ilustrada no Quadro 1, cuja classificação tem por base os rácios (coluna do meio). Nesta, Portugal surge a par da Suécia e do Reino Unido. Estes três países são amiúde tidos como demonstrativos dos diferentes tipos de regimes de proteção social e emprego: o mediterrânico, o social-democrata e o liberal. No entanto, nesta classificação, estes três países parecem ter mais em comum em termos de rácio de jovens desempregados (cerca de 12-13%), ou seja, a proporção de jovens desempregados enquanto percentagem do número total de jovens, incluindo os que estudam. Em Portugal, o rácio é muito inferior ao observado em Espanha ou na Grécia, e ligeiramente superior ao de Itália. Estes dados dizem-nos que a proporção de jovens desempregados em Portugal diminui, devido às proporções mais elevadas de jovens que estudam.

Porém, se olharmos apenas para a taxa de desemprego, que exclui os estudantes dos cálculos, verificamos que a situação é bastante pior: o desemprego jovem em Portugal quase que duplica o da Suécia e do Reino Unido, estando bastante mais próximo do registado em Itália. Esta situação resulta

3 Ver também <https://data.oecd.org/youthinac/youth-not-in-employment-education-or-training-neet.htm> para consultar comparações baseadas em séries cronológicas.

4 O Eurostat explica como estas medidas são calculadas: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Youth_unemployment.

do facto de a proporção de jovens desempregados em Portugal e Itália ser bastante superior, quando comparada com o número mais reduzido de jovens empregados.

Quadro 1. Taxas e rácios de desemprego jovem e taxas de jovens NEET em 2013 (15-24 anos; classificação por rácios).
 Fonte: Eurostat (2014).

	Taxa ^a (%)	Rácio ^b (%)	NEET ^c (%)
Espanha --	54,6	21,0	18,6
Macedónia ^d	—	17,5	—
Grécia	57,9	16,5	20,4
Croácia	49,8	14,9	19,6
Chipre	41,9	14,9	18,7
Portugal	38,2	13,3	14,1
Suécia	21,9	12,8	7,5
Reino Unido	20,2	12,0	13,3
Itália	39,7	10,9	22,2
Irlanda	27,2	10,6	16,1
Eslováquia	33,7	10,4	13,7
Finlândia	19,6	10,3	9,3
UE 28	22,7	9,9	13,0
Polónia	27,3	9,1	12,2
Letónia	23,4	9,1	13,0
França	23,5	9,0	11,2
Bulgária	28,4	8,4	21,6
Islândia	10,6	8,3	—
Dinamarca	12,5	8,1	6,0
Países Baixos	10,4	7,7	5,1
Hungria	27,2	7,4	15,4
Estónia	18,7	7,4	11,3
Roménia	23,6	7,3	17,2
Bélgica	22,5	7,3	12,7
Eslovénia	21,0	7,3	9,2
Lituânia	21,9	6,9	11,1
Malta	12,7	6,9	10,0
Turquia	—	6,6	—
República Checa	19,2	6,0	9,1
Suíça	7,1	5,8	—
Áustria	8,4	5,4	7,1
Noruega	8,7	5,2	—
Luxemburgo	14,1	4,0	5,0
Alemanha	7,7	4,0	6,3

Nota: NEET = not in employment, education, or training (que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação).

^aA taxa de desemprego baseia-se no número de desempregados dividido pelo número de empregados e desempregados. Extraído de [yth_emp1_100] do Inquérito às Forças de Trabalho, atualização do Eurostat, 27 de novembro de 2014.

^bO rácio de desemprego divide o número de desempregados pelo número de empregados, desempregados e economicamente inativos. Extraído de [yth_emp1_140] do Inquérito às Forças de Trabalho, atualização do Eurostat, 27 de novembro de 2014.

^cExtraído de [yth_emp1_150] do Inquérito às Forças de Trabalho, atualização do Eurostat, 16 de dezembro de 2014.

^dAntiga República Jugoslava.

O indicador NEET na coluna final sublinha este problema de forma mais evidente. Este indicador inclui apenas a percentagem de jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação. Neste caso, verificamos que a taxa de 7,5% da Suécia corresponde a cerca de metade da de Portugal (14%) e do Reino Unido (13%). Com mais de 22%, Itália apresenta a taxa mais elevada. O indicador NEET pode incluir um leque diversificado de jovens, mas destaca muitas vezes países com fracos resultados na transição do ensino para o mercado de trabalho. Os jovens NEET são frequentemente associados aos «jovens que ficam para trás» afetados por várias desvantagens e necessitados de respostas políticas muito diferentes das destinadas aos «jovens trabalhadores com dificuldades de integração», que, não obstante as dificuldades iniciais de entrada no mercado de trabalho, acabam por encontrar emprego.

Esta discussão em torno das medidas é de natureza política e académica. É de natureza académica quanto à forma de medir e interpretar este fenómeno com precisão, e é de natureza política quando se trata de apreciar a importância do mesmo e a diversidade de políticas necessárias para abordar as diferentes categorias de jovens que procuram trabalho remunerado.

Com base numa extensa análise dos dados reunidos pela investigação, focamo-nos aqui em três dimensões-chave para inserir a situação portuguesa num contexto europeu mais amplo. Em primeiro lugar, vamos analisar a forma como a generalização da flexibilidade no mercado de trabalho está a tornar mais difícil aos jovens assegurarem trajetórias profissionais estáveis. Em segundo lugar, procederemos à avaliação dos debates sobre a inadequação das competências e das qualificações, demonstrando que a expansão da educação foi mal articulada com a estrutura mutável das competências exigidas pelos empregadores. Em terceiro lugar, vamos debruçar-nos sobre o potencial do trabalho por conta própria para integrar os jovens. Por último, terminaremos com uma avaliação sintética das direções futuras do ponto de vista europeu.

Mercados de trabalho flexíveis e transição dos jovens

O emprego jovem caracteriza-se pelas altas percentagens de emprego «flexível»: mais de 42% dos jovens da UE com menos de 25 anos tinham contratos temporários, contra 10% das pessoas com idades entre os 25 e 64 anos (Eurofound, 2014). Portugal tem uma das taxas de jovens em regime de trabalho temporário mais elevadas, com mais de 50% dos jovens empregados de 20-24 anos com contratos a termo certo (Hadjivassiliou et al. 2015: 31).

Os jovens dos países mediterrânicos foram dos que mais sentiram dificuldades em encontrar trabalho remunerado, mas as suas experiências variaram significativamente consoante o país. Segundo o recente estudo de Berloff et al. (2015) sobre a transição dos jovens, mais de 50% dos jovens de Portugal e Espanha faziam uma trajetória rápida de entrada no mercado de trabalho, contra apenas cerca de 35% em Itália e na Grécia. Os jovens que se achavam continuamente sem trabalho rondavam os 40% na Grécia e em Itália, contra apenas cerca de 20% em Portugal e Espanha. (Berloff et al. 2015: 16). Em comparação com os outros países mediterrânicos, Portugal apresentava resultados relativamente bons nestas medições mais simples. No entanto, os jovens portugueses tinham uma maior probabilidade de passarem mais tempo à procura de trabalho e uma menor probabilidade de experimentarem uma série de transições de entrada e saída do mercado de trabalho antes de, finalmente, encontrarem um emprego estável (Berloff et al. 2015: 25).

As progressivas polarização e contração do mercado de trabalho resultaram num menor número de postos de trabalho para a mão de obra de média e baixa qualificação. A redução dos postos de trabalho de nível intermédio faz com que haja menos oportunidades de progressão para postos de trabalho além dos de nível básico. A alteração das expectativas dos empregadores no sentido de os jovens estarem desde logo «preparados para trabalhar» frisou a necessidade de os sistemas educativos ministrarem competências de «empregabilidade». No quadro das tentativas de obtenção dessas competências, observámos uma expansão dos estágios (Lain et al., 2014), muitos dos quais não remunerados ou muito mal remunerados. Alguns empregadores foram criticados por utilizar este expediente para não terem de empregar jovens com períodos de estágio devidamente remunerados. As novas formas de flexibilidade do mercado de trabalho, juntamente com a expansão e as reformas da educação, estão a remodelar as características do mercado de trabalho acessível aos jovens e os tipos de transição que as novas gerações de jovens europeus podem fazer.

Inadequação de competências e de educação

A preocupação com a eventual inadequação das competências e qualificações surgiu a par da expansão prolongada do ensino superior e do recente aumento significativo da taxa de desemprego dos jovens. Um dos indicadores desta inadequação é o conceito de excesso de qualificações (over-education). Este fenómeno pode ser definido como a ocupação pelos trabalhadores de postos de trabalho para os quais reúnem um excesso de qualificações (para uma discussão mais aprofundada sobre este conceito, ver McGuinness (2006) e Quintini (2011)).

McGuinness et al. (2015:18-19) mostram que, em Portugal, as taxas globais de excesso de qualificações têm sido relativamente baixas, quando comparadas com as de outros países do sul da Europa ou da Irlanda. Isto deve-se, em parte, ao facto de Portugal registar, tradicionalmente, níveis bastantes baixos de instrução. De acordo com da Paz (2012):

«Em 2011, cerca de 57,6% da população mais jovem (15-24 anos) tinha apenas o nível de ensino mais baixo (CITE 0-2), o valor mais elevado entre os países do sul da Europa e muito acima da média da Zona Euro (45,2%). Acresce que, no grupo etário dos 25-34 anos, o contraste entre Portugal e a Zona Euro é ainda mais notório (44,3% contra 21,9%).»

Portugal registou igualmente taxas bastante elevadas de abandono escolar precoce: 43,6% em 2000, contra uma média de 17,6% na UE 27. Porém, em 2014, este indicador tinha caído para 17,4% em Portugal, contra uma média de 11,1% na UE 28. Estes valores dão-nos uma ideia da magnitude tanto do desafio como da evolução alcançada por Portugal num período de tempo relativamente curto. O número de estudantes com o ensino secundário concluído subiu de 43,2% em 2000 para 72,1% em 2014 (contra uma subida de 76,6% para 82,1% da média da UE 27 durante o mesmo período). Além disso, a percentagem de pessoas com mais de 25 anos com um diploma do ensino superior cresceu de 7,3% em 2000 para 17,5% em 2014 (Eurostat, 2015). No entanto, este número continua nos níveis mais baixos de distribuição comparativamente aos restantes países da UE, vários dos quais apresentam percentagens de diplomados do ensino superior acima dos 30%.⁵ Estes números demonstram de forma simples e clara que, se, por um lado, Portugal continua atrás de alguns países europeus, por outro, o seu sistema educativo conheceu uma grande e extensa mudança nas últimas décadas.

Deste modo, embora Portugal não esteja no topo da lista dos países a braços com um problema geral de inadequação das qualificações e das competências, McGuinness et al. (2015:18-19) não deixam de mencionar o aumento deveras significativo, nos últimos anos, das taxas de excesso de qualificações nos grupos etários mais jovens (15-24 anos), em especial desde a crise económica de 2008 (Figura 3). A sua análise permite observar que, nos grupos etários mais velhos, o problema do excesso de qualificações era muito menos premente do que em Espanha, Itália ou Grécia. No entanto, nas coortes mais jovens, este parece ser um problema emergente e crescente, que irá tornar-se cada vez mais visível nos anos vindouros. As consequências de uma inadequação inicial nas qualificações e no emprego podem ter efeitos duradouros e severos ao longo da vida, em termos de remuneração, desenvolvimento da carreira e sentimentos subjetivos de bem-estar.

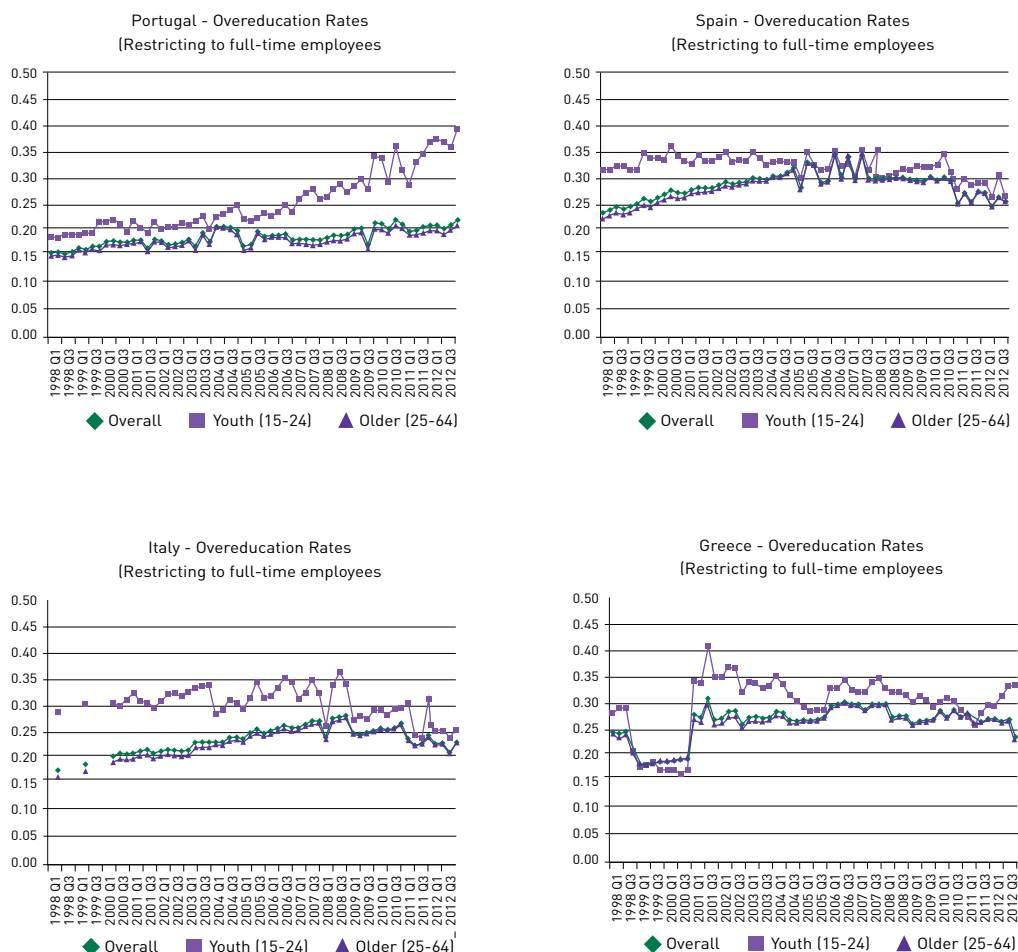
Se bem que a reforma educativa vise resolver os problemas do passado, tais como os baixos níveis de instrução, estas alterações podem também criar novos problemas em termos da sincronização das reformas educativas e estruturais destinada a absorver esta força de trabalho mais instruída. McGuinness et al. (2015) defendem que o excesso de qualificações pode derivar de um excesso de oferta de licenciados em relação à capacidade da economia para absorvê-los, corresponder a um desequilíbrio entre o nível de instrução e as competências exigidas pelos empregadores ou dever-se a «uma informação assimétrica... ou a variações das preferências individuais relacionadas com a mobilidade profissional ou o equilíbrio

⁵ http://ec.europa.eu/eurostat/c/portal/layout?p_l_id=6556331&p_v_l_s_g_id=0

entre vida profissional e pessoal.» (p. 8). Nas suas palavras: «deve ser dada uma maior atenção à capacidade do mercado de trabalho para absorver um eventual aumento da oferta educativa, tendo em especial consideração o nível e a composição da procura de mão de obra atual e futura.» (McGuinness et al. 2015: 34)

Figura 3 - Taxas de excesso de qualificações (over-education) em Portugal, Espanha, Itália e Grécia

Fonte: McGuinness, S., A. Bergin e A. Whelan (2015) A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach? STYLE Working Paper WP5.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>



Trabalho por conta própria

Uma das características da economia portuguesa é a taxa relativamente elevada do trabalho por conta própria, equivalente a mais de 20% do emprego total, contra uma média da UE a rondar os 15% (Sheehan e McNamara 2015: 18-19). Globalmente, na Europa, a percentagem do trabalho por conta própria face ao emprego total tem registado uma tendência descendente. Contudo, continua a ser uma componente importante da estrutura económica de certos países da Europa do Sul e de Leste, devido à importância do trabalho agrícola, baseado nos serviços e informal. De acordo com Ortlieb e Weiss (2015), o crescimento do trabalho por conta própria nos últimos dez anos é imputável ao maior número de mulheres que enveredaram por esta via, bem como a um crescimento dos trabalhadores em regime de freelance e do trabalho por conta própria a tempo parcial. De igual modo, foram relativamente poucas as pessoas que iniciaram um negócio a tempo inteiro.

Os níveis relativamente elevados do trabalho por conta própria nos países do Sul têm sido interpretados como indicadores de uma cultura mais empreendedora (OCDE, 2014). Todavia, na sua análise de start-ups criadas por jovens em Espanha, González-Menéndez e Cueto (2015) sugerem que estas taxas relativamente altas podem ser atribuídas não apenas às oportunidades mais limitadas no mercado de trabalho formal, mas também à preferência dos empregadores por contratantes independentes, que lhes permitem evitar o acréscimo de custos de mão de obra e de contribuições para a segurança social associado ao recrutamento de empregados diretos.

Em comparação com a média nacional e os grupos etários mais velhos, os jovens tendem a optar muito menos pela via do trabalho por conta própria. As condições associadas ao trabalho por conta própria (rendimentos mais baixos e mais horas de trabalho) tendem a ser inferiores no contexto do trabalho dependente. No entanto, houve tentativas importantes de promover esta forma de emprego através de várias iniciativas políticas, destacando-se as patrocinadas pela União Europeia (para uma discussão mais aprofundada sobre estas iniciativas, ver Sheehan e McNamara (2015: 27-37)). Ainda assim, os jovens desempregados mostram-se menos inclinados a aderir às políticas de promoção do trabalho por conta própria. Mas, segundo a análise da realidade alemã de Ortlieb e Weiss (2015:5), as start-ups inovadoras dos setores da alta tecnologia e com forte componente de conhecimento geram um maior efeito de crescimento do emprego e têm uma melhor taxa de sobrevivência do que as de outros setores. Tal como preconizam McGuinness et al. (2015), é a capacidade de absorção da economia, bem como as competências dos jovens, que determina quem conquista um posto de trabalho. Paralelamente, Berloff et al. (2015) salientam que as dificuldades sentidas pelos jovens dos países mediterrânicos variam consoante o país em termos da sua própria capacidade para encontrarem trajetos profissionais estáveis.

Perspetivas europeias e desafios políticos

Eichhorst et al. (2015), na sua análise comparativa a nível europeu das políticas ativas no mercado de trabalho destinadas a jovens e centradas na transição do ensino para o mercado de trabalho, em especial a dos jovens desfavorecidos, constataram que estas políticas, quando existem, tendem a ser complexas, descentralizadas e fragmentadas. Centrando-se na realidade espanhola, González-Menéndez et al. (in Petmesidou e González-Menéndez 2015:26-7) assestaram críticas contra vários aspetos associados às estruturas administrativas, que entendem ser parte do problema por criarem obstáculos a políticas inovadoras. Entre estes problemas contam-se:

«as limitações dos fundos disponíveis para as políticas não inscritas no guião do governo nacional; a falta de coordenação entre o sistema educativo e as políticas de emprego; as disputas políticas, sem relação com os resultados, entre os vários níveis da administração pelo poder de decisão. Assim, a título de exemplo, o ritualismo administrativo e a competição entre os vários níveis da administração explicam o fracasso dos sistemas de informação de apoio às políticas atualmente utilizados para dar a conhecer a Garantia para a Juventude aos jovens.»

Além disso, estes autores aludem também ao baixo nível de participação do setor empresarial e à estrutura de microempresas da economia espanhola, «muitas vezes geridas por pessoas com baixo nível de educação... com menos capacidade para obter o apoio institucional e financeiro disponível para a formação e [para as quais] a formação é muitas vezes apenas uma atividade demasiado dispendiosa.»

Comentando a situação vivida na Grécia, Petmesidou e Polyziodis (in Petmesidou e González-Menéndez 2015:22) dão conta que, apesar das várias iniciativas políticas, «não se vislumbraram sinais de uma transição para uma economia com um potencial de inovação que pudesse gerar um maior número de postos de trabalho e satisfazer a oferta de mão de obra.» Referem que a polarização da estrutura do emprego, com o declínio dos «postos de trabalho de nível intermédio» e o esboroamento das vias de acesso entre, por um lado, os postos de trabalho qualificados, técnicos e de gestão e, por outro, os postos de trabalho mais básicos, como os da construção civil, do retalho e do turismo, criou uma lacuna significativa no mercado de trabalho. Observada em diversas economias altamente desenvolvidas, esta tendência foi, no entanto, acentuada pelas consequências da recente crise económica. Prosseguem com as observações sobre a situação grega:

«Mesmo com o aumento da atratividade da formação profissional, é altamente improvável que o país venha a obter qualquer retorno significativo desse investimento em capital humano, dada a vazão de obra qualificada da Grécia para os países do norte da Europa através da imigração. Em suma, apesar da maior flexibilidade, dos salários submínimos dos jovens e das medidas ativas, o desemprego jovem continua elevado.» Petmesidou e Polyziodis (in Petmesidou e González-Menéndez 2015:25)

A análise destes autores evidencia que, mesmo dentro dos padrões de migração europeus como resposta aos elevados níveis de desemprego jovem, os seus efeitos nos padrões de formação de competências obrigam os decisores políticos a pensar para além da forma como a produção, a educação e as competências estão organizadas no interior do respetivo Estado-nação.

Posto isto, e em jeito de conclusão, a reflexão sobre as perspetivas possíveis dos Roteiros do Futuro para o emprego dos jovens em Portugal aponta para uma série de sinais de direção importantes, colocados nas encruzilhadas do presente. Uma dessas direções consiste claramente em continuar a perseguir o objetivo a longo prazo de aumentar o nível de instrução em geral. Uma segunda passa por reduzir as trajetórias polarizadas dos diferentes grupos de jovens, ou seja, resolver o problema do crescente grupo dos «jovens que ficam para trás», também designados por jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação (NEET), bem como o dos potenciais níveis futuros de jovens bem qualificados, mas com excesso de qualificações para os postos de trabalho disponíveis no contexto da economia portuguesa. Esta tarefa requer uma coordenação das políticas seguidas com a capacidade económica, de modo a absorver a quantidade emergente de nova mão de obra qualificada. Uma terceira direção será dar atenção à natureza das transições e à qualidade do emprego estável que os jovens poderão assegurar na sua própria sociedade. A identificação das atuais características do desemprego jovem deixa antever um roteiro e um caminho semeados de desafios consideráveis.

Bibliografia

Berloffá, G., E. Matteazzi, G. Mazzolini, A. Sandor and P. Villa (2015) Youth School-To-Work Transitions: from Entry Jobs to Career Employment STYLE Working Papers, WP10.2 (disponível brevemente)

Card, D., Kluge, J., & Weber, A. (2010) Active labour market policy evaluations: A meta-analysis. *Economic Journal*, 120, 452-477.

da Paz Campos Lima, M. (2012) The Challenges of Youth Unemployment in Portugal Against Recession and Austerity Policies, Social Europe 23rd November 2012 <http://www.socialeurope.eu/2012/11/the-challenges-of-youth-unemployment-in-portugal-against-recession-and-austerity-policies/>

Eichhorst, W., Hadjivassiliou, K. and F. Wozny (eds.) (2015) Policy Performance and Evaluation: Synthesis of Country Reports, STYLE Working Papers, WP3.3. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Eurofound. (2012) Effectiveness of policy measures to increase the employment participation of young people. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound. (2012) NEETs: Young people not in employment education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound (2014) Young people and temporary employment in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from <http://eurofound.europa.eu/observatories/emcc/comparative-information/young-people-and-temporary-employment-in-europe>

ETUC/EYUI (2014) Crisis takes its toll: Disentangling five years of labour market developments. In *Benchmarking working Europe* (Chapter 2). Brussels, Belgium: European Trade Union Institute. Retrieved from <http://www.etui.org/Publications2/Books/Benchmarking-Working-Europe-2014>

Eurostat (2015) Europe 2020 Target: Early Leavers from Education and Training http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/themes/29_early_school_leaving.pdf acessado a 31 de agosto de 2015.

Eurostat (2014) Labour Force Survey (base de dados online). Obtido em <http://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/data/database>

González Menéndez, M.C. & Cueto, B. (2015) Business Start-Ups and Youth Self-Employment in Spain: A Policy Literature Review, STYLE Working Papers, STYLE-WP7.1/ES. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Hadjivassiliou, K., L. Kirchner Sala and S. Speckesser (2015) Key Indicators and Drivers of Youth Unemployment STYLE Working Paper WP3.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

Lain, D., Hadjivassiliou, K., Corral Alza, A., Isusi, I., O'Reilly, J., Richards, V., & Will, S. (2014) Evaluating internships in terms of governance structures. *European Journal of Training and Development*, 38, 588-603.

Martin, J., & Grubb, D. (2001) What works among active labour market policies: Evidence from OECD countries' experiences (OECD Labour Market and Social Policy Occasional No. 35). Paris, France: Organisation for Economic Co-Operation and Development.

McGuinness, S. (2006) «Overeducation in the Labour Market», *Journal of Economic Surveys*, 2006, Vol. 20, No. 3, pp. 387–418.

McGuinness, S. Bergin, A. and Whelan, A. (2015) A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach? STYLE Working Paper WP5.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

O'Reilly, J. et al. (2015) «Five Characteristics of Youth Unemployment in Europe: Flexibility, Education, Migration, Family Legacies, and EU Policy» *SAGE Open* Mar 2015, 5 (1) DOI: 10.1177/2158244015574962 <http://sgo.sagepub.com/content/5/1/2158244015574962>

OECD (2014) OECD Economic Surveys: Spain. Paris: OECD.

OECD (2011) Pisa at a Glance (OECD: Paris) http://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-at-a-glance-2010_9789264095298-en

Ortlieb, R. & Weiss, S. (2015) Business Start-Ups and Youth Self-Employment in Germany: A Policy Literature Review, STYLE Working Papers, WP7.1/DE. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Petmesidou, M. and M. González-Menéndez (eds.) (2015) Barriers to and triggers of innovation and knowledge transfer STYLE Working Paper WP4.1 (forthcoming) <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

Quintini, G. (2011) Over-qualified or Under-skilled: A review of the existing literature. OECD Social, Employment and Migration working papers No.121.

Scarpetta, S., Sonnet, A., & Manfredi, T. (2010) Rising youth unemployment during the crisis (OECD Social, Employment and Migration Working Papers No. 106). Paris, France: Organisation for Economic Co-Operation and Development.

Sheehan, M. and McNamara, A. (2015) Business Start-Ups & Youth Self-Employment A Policy Literature Review Synthesis Report, STYLE Working Papers, WP7.1. CROME, University of Brighton, Brighton. STYLE Working Paper D7.1 Business Start-Ups Youth Self-Employment Policy Literature Review

Berloff, G., E. Matteazzi, G. Mazzolini, A. Sandor and P. Villa (2015) Youth School-To-Work Transitions: from Entry Jobs to Career Employment STYLE Working Papers, WP10.2 (forthcoming)

Card, D., Kluve, J., & Weber, A. (2010) Active labour market policy evaluations: A meta-analysis. *Economic Journal*, 120, 452-477.

da Paz Campos Lima, M. (2012) The Challenges of Youth Unemployment in Portugal Against Recession and Austerity Policies, Social Europe 23rd November 2012 <http://www.socialeurope.eu/2012/11/the-challenges-of-youth-unemployment-in-portugal-against-recession-and-austerity-policies/>

Eichhorst, W., Hadjivassiliou, K. and F. Wozny (eds.) (2015) Policy Performance and Evaluation: Synthesis of Country Reports, STYLE Working Papers, WP3.3. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Eurofound. (2012) Effectiveness of policy measures to increase the employment participation of young people. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound. (2012) NEETs: Young people not in employment education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound (2014) Young people and temporary employment in Europe. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from <http://eurofound.europa.eu/observatories/emcc/comparative-information/young-people-and-temporary-employment-in-europe>

ETUC/EYUI (2014) Crisis takes its toll: Disentangling five years of labour market developments. In *Benchmarking working Europe* (Chapter 2). Brussels, Belgium: European Trade Union Institute. Retrieved from <http://www.etui.org/Publications2/Books/Benchmarking-Working-Europe-2014>

Eurostat (2015) Europe 2020 Target: Early Leavers from Education and Training http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/themes/29_early_school_leaving.pdf accessed 31st August 2015.

Eurostat (2014) Labour Force Survey (Online database). Retrieved from <http://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/data/database>

González Menéndez, M.C. & Cueto, B. (2015) Business Start-Ups and Youth Self-Employment in Spain: A Policy Literature Review, STYLE Working Papers, STYLE-WP7.1/ES. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Hadjivassiliou, K., L. Kirchner Sala and S. Speckesser (2015) Key Indicators and Drivers of Youth Unemployment STYLE Working Paper WP3.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

Lain, D., Hadjivassiliou, K., Corral Alza, A., Isusi, I., O'Reilly, J., Richards, V., & Will, S. (2014) Evaluating internships in terms of governance structures. *European Journal of Training and Development*, 38, 588-603.

Martin, J., & Grubb, D. (2001) What works among active labour market policies: Evidence from OECD countries' experiences (OECD Labour Market and Social Policy Occasional No. 35). Paris, France: Organisation for Economic Co-Operation and Development.

McGuinness, S. (2006) "Overeducation in the Labour Market", *Journal of Economic Surveys*, 2006, Vol. 20, No. 3, pp. 387–418.

McGuinness, S. Bergin, A. and Whelan, A. (2015) A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach? STYLE Working Paper WP5.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

O'Reilly, J. et al. (2015) 'Five Characteristics of Youth Unemployment in Europe: Flexibility, Education, Migration, Family Legacies, and EU Policy' *SAGE Open* Mar 2015, 5 (1) DOI: 10.1177/2158244015574962 <http://sgo.sagepub.com/content/5/1/2158244015574962>

OECD (2014) OECD Economic Surveys: Spain. Paris: OECD.

OECD (2011) Pisa at a Glance (OECD: Paris) http://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-at-a-glance-2010_9789264095298-en

Oertlieb, R. & Weiss, S. (2015) Business Start-Ups and Youth Self-Employment in Germany: A Policy Literature Review, STYLE Working Papers, WP7.1/DE. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Petmesidou, M. and M. González-Menéndez (eds.) (2015) Barriers to and triggers of innovation and knowledge transfer STYLE Working Paper WP4.1 (forthcoming) <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

Quintini, G. (2011) Over-qualified or Under-skilled: A review of the existing literature. OECD Social, Employment and Migration working papers No.121.

Scarpetta, S., Sonnet, A., & Manfredi, T. (2010) Rising youth unemployment during the crisis (OECD Social, Employment and Migration Working Papers No. 106). Paris, France: Organisation for Economic Co-Operation and Development.

Sheehan, M. and McNamara, A. (2015) Business Start-Ups & Youth Self-Employment A Policy Literature Review Synthesis Report, STYLE Working Papers, WP7.1. CROME, University of Brighton, Brighton. STYLE Working Paper D7.1 Business Start-Ups Youth Self-Employment Policy Literature Review

OS JOVENS
E A CIDADANIA

NS DANIA

OS JOVENS
E A CIDADANIA

OS JOVENS E A CIDADANIA

PRESIDENTE DO PAINEL

FRANCISCO MARIA BALSEMÃO
(FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE)



Presidente da Fundação da Juventude e Presidente-Adjunto da Direção Nacional da ANJE-Associação Nacional de Jovens Empresários, desde 2006, de que foi Vice-Presidente de 2003 a 2006.

Vice-Presidente da AIP/CE – Associação Industrial Portuguesa/Confederação Empresarial.

Administrador executivo da Impresa, S.G.P.S, S.A., Administrador da SIC, da Sojornal/Impresa Publishing e da Impresa Digital.

Participação e conclusão do Programa EJE-Engenheiro Jovem Empresário (1993/1994), promovido pela Secretaria de Estado da Juventude, pela Junitec-Júnior Empresas do Instituto Superior Técnico e pelo ITEC-Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária.

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores do Instituto Superior Técnico, de Lisboa.

Breve apresentação dos Oradores do Painel: Miguel Pavão (testemunho), Filipe Santos e Anna Horvath (conferencistas).

- Enquadramento do tema do painel ("Os Jovens e a Cidadania");
- Geração (jovem) que valoriza a criação de valor (social) para a sociedade (uma espécie de pós-capitalismo suave ou um capitalismo menos ortodoxo, em que o lucro económico é importante mas o "lucro social" é mais importante);
- Desencanto dos jovens com as estruturas de representatividade atuais (políticas) mas também com as estruturas clássicas de resposta social;
- Afirmação, junto dos jovens e pelos jovens, de projetos de empreendedorismo social, mais concretamente de inovação social com uma forte componente tecnológica e com o despontar de novos modelos de negócio;

- Necessidade de cogestão, no que diz respeito às estruturas de resposta social, através da otimização do papel que cabe ao Estado e do papel que cabe às entidades da sociedade civil;
- Existência de um nível fraco de cidadania política por parte dos jovens, embora haja uma diferenciação entre os segmentos etários 15/24 anos e 25/34 anos;
- O exercício da cidadania por parte dos jovens está associado a fatores económicos e de escolarização, mas também políticos;
- Esta geração jovem é mais "todo-o-terreno", tendo um forte sentimento de pertença, e não espera pela intervenção do Estado, acabando este por vir a reboque.

OS JOVENS E A CIDADANIA TESTEMUNHO

MIGUEL PAVÃO
(MUNDO A SORRIR)



Fundador e Presidente da ONG “Mundo a Sorrir” - Médicos Dentistas Solidários Portugueses e vice-presidente da ESLIDER Portugal – Rede de Líderes do Terceiro Sector. Presidente do Conselho Fiscal da DECIDE - Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania é membro e relator do *think-tank* PCS-Plataforma para o Crescimento Sustentável.

Em Portugal foi o primeiro vencedor do Prémio “Os nossos Heróis” do Grupo Imprensa e internacionalmente recebeu o 1º Prémio *Social Entrepreneur*, do INSEAD 2013-2014.

Licenciado em Medicina Dentária pela Universidade Fernando Pessoa, no Porto, com uma pós-graduação em Empreendedorismo e Inovação Social pela Faculdade de Medicina do Porto e pela Fundação Porto Social, concluiu o Mestrado em Estética Dentária pela *Universidad Internacional da Catalunya*. Exerce o cargo de vice-presidente da Assembleia Geral da SPED-Sociedade Portuguesa de Estética Dentária.

Começo por saudar respeitosamente Sua Excelência o Senhor Presidente da República e agradecer-lhe haver-me convidado, o que muito me honra e assegurar-lhe, que é uma oportunidade para um jovem e para a organização a que presido a qual nasce da sociedade civil e da qual vou dar o meu testemunho.

Saúdo igualmente o Sr. Professor João Lobo Antunes e a Sra. Dra. Leonor Beleza a quem gostaria de dizer que este é o sítio indicado para falarmos da visão seja qual for o seu significado. A criação do prémio com o mesmo nome, pela Fundação Champalimaud, que V. Ex.^a superiormente dirige, é um forte estímulo na investigação da luta contra a cegueira e um passo importante em relação ao futuro, que se apresenta agora carregado de esperança para quantos vivem na tragédia das trevas.

Saúdo também a Sra. Dra. Isabel Mota, dinâmica Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, cuja presença nos assegura o papel importante que a Fundação tem tido ao longo da sua existência.

Venho aqui dar o meu testemunho, um testemunho real, vivido no dia-a-dia, daquilo que é fazer para provocar a mudança e a transformação social, à custa de um grupo de jovens irreverentes que pressentiram que nem tudo está bem e que algo tem que mudar. De facto, tudo começou quando numa tarde cálida de um verão já distante, dois jovens recém licenciados decidiram trocar o fascínio das praias algarvias por uma experiência de carácter humanitário num País Africano de Língua Portuguesa. Não sei se o período de trinta dias passados no Hospital de S. Francisco na ilha do Fogo em Cabo-Verde, terão sido decisivos no nosso futuro, mas tiveram seguramente uma grande importância na criação da Organização Não Governamental Mundo a Sorrir e que hoje vos trago aqui como um testemunho de que muito me orgulho.

Na verdade, há dez anos atrás, quando eu tinha 23 anos, em conjunto com os meus amigos, enfrentamos sérias dificuldades que a pouco e pouco fomos ultrapassando. Neste contexto, não posso deixar de referir o trabalho extraordinário que o Senhor Presidente da República tem feito ao apelar sobre o papel que os jovens podem ter na sociedade, aproveitando a sua irreverência e criatividade.

Como atrás referi a nossa Organização nasceu no Porto há uma década e tem hoje projetos internacionais em – Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, sendo nossa ambição continuarmos a expandir-nos pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP's.

Poder-se-ia dizer que a Mundo a Sorrir começou com um pequeno grupo de amigos e colegas da universidade, mas decorrida uma década tem trinta e sete colaboradores ativos e regulares e cerca de 1200 voluntários, o que atesta a sua pujança e a confiança dos seus voluntários.

Para além dos atrás referidos projetos nos PALOP, muito me apraz poder informar V. Ex.^{as} de outros projetos de grande dimensão a nível nacional. Isso para um médico dentista, como eu, é um desafio e é um desafio que rumo ao profissionalismo. Não se pode brincar com coisas sérias e projetos de organizações sociais são verdadeiramente coisas muito sérias e que devem ser encaradas com compromisso, aos quais os decisores políticos devem dar a maior atenção, não menosprezando as organizações sociais de qualquer outra instituição ou entidade. As organizações sociais dedicam-se a tudo aquilo que é importante na vida das pessoas, pois mexem com os verdadeiros problemas das pessoas. E na verdade, quando nós estamos a fazer uma abordagem comunitária de índole social – seja ela em voluntariado ou num regime já mais profissionalizante –, verdadeiramente estamos a trabalhar em coisas sérias, nos verdadeiros problemas das pessoas.

Contar-vos a história de criação de uma ONG Portuguesa, fundada por jovens, não é certamente um história onde tudo foi fácil e não existiram adversidades. O facto de estar presente nesta conferência pode parecer que o sucesso foi conseguido facilmente, mas questiono-me quantas outras organizações, quantas outras iniciativas se calhar também deveriam estar aqui. Muitas outras fracassaram, não só porque não tiveram espírito de entrega, resiliência ou falta de coragem; foi porque não foram devidamente motivadas, incentivadas.

Todavia, não esqueço e não posso deixar de evocar que ao longo destes dez anos, a primeira vez que a Mundo a Sorrir se sentiu motivada e elogiada por alguma entidade, evidenciando que realmente algo de importante se tinha feito, não foi por nenhuma entidade portuguesa, mas por uma instituição estrangeira. Foi em *Washington*, através da *International Youth Foundation*, que desde lá de fora,

vieram reconhecer que um grupo de jovens estava a fazer um feito notável em termos de participação cívica e humanitária. Na época, não queria acreditar, tendo sido levado a pensar que seria o exagero da cultura americana, mas na verdade essa cultura americana que motiva, apoia e inspira, cria um ecossistema favorável às organizações e aos jovens. Os jovens precisam de ser motivados, precisam de não ser castrados relativamente às suas ideias.

Em 2009, tivemos o privilégio de o Senhor Presidente da República ter ido ao Porto destacar um projeto de inovação social: o projeto CASO (Clínica de Apoio à Saúde Oral), uma clínica que através da saúde oral faz com que se possa fazer reinserção social. Aproveito esta oportunidade para agradecer ao Senhor Presidente, porque o seu destaque a este exemplo de boas práticas veio a ajudar-nos muito. Felizmente, a partir desse momento, muitos meios de comunicação social, muitas pessoas que até criticavam o nosso trabalho, vieram dizer posteriormente que realmente nós tínhamos um trabalho profícuo em nome da transformação social que Portugal precisa. Atente-se bem, como é importante este reconhecimento dos líderes e governantes.

Gostaria de aproveitar este fórum, para deixar patente a minha experiência e como jovem, referir a minha visão sobre Portugal. Não sou nenhum teórico ou especialista na área e por isso conheço apenas os índices e estudos sociais numa lógica de utilizador, mas sou um conhecedor da realidade da sociedade Portuguesa. Fundamento-me essencialmente, pelas experiências do quotidiano e das conversas que tenho com voluntários e com pessoas no terreno no dia-a-dia. E quanto mais conheço e discuto essa realidade, vejo que as razões que nos levam ao descontentamento são também o nosso mais forte argumento para os conseguir mudar e melhorar a sociedade Portuguesa.

Ouvimos durante esta tarde, através de diversos intervenientes, coisas maravilhosas do nosso país. Esses mesmos elogios e pontes fortes sobre Portugal, servem-me como encorajamento e motivação, para saber que há esperança e um rumo para nos tornarmos numa nação virtuosa e sustentável. Portugal tem um índice de desenvolvimento humano muito elevado. Não podemos deixar de evocar que estamos nos primeiros 30 países com índice de desenvolvimento humano. Temos condições geográficas privilegiadas e que a História nos ajuda a comprovar, pois estamos posicionados para um mar de oportunidades. Mas, existem e continuamos com problemas que, ainda que, possam parecer transitórios, nós não sabemos resolver. Portugal continua a ser um país de desigualdades internas, é um país hemipléxico, que se desenvolve a diferentes velocidades, bem patente que as oportunidades de quem vivem entre o litoral ou o interior não são as mesmas.

É um país em que há um centralismo crescente. referenciando o presidente da minha Câmara Municipal do Porto, o Dr. Rui Moreira, suspeito até que de uma forma exagerada, quando diz, que Lisboa é uma “cidade-estado”. Quem conhece o País, sabe bem que é difícil atenuar este centralismo e que não existe nenhuma estratégia nem coragem para o combater. Hoje vemos os jovens, o manancial do futuro, a saírem e tenho receio que não voltem e que deixem de acreditar no nosso País.

Mas há um conceito em Portugal que, eu julgo, temos que mudar. É um conceito que está na nossa identidade genética como povo, sendo quase ancestral e que diz muito da nossa herança e remanescentes históricos e que tem a ver com o conceito cultural que nós temos dos minifúndios. Estes minifúndios são obviamente uma analogia, onde cada um olha para o seu pequeno lugar e não sabe

trabalhar em aliança ou colaboração. Em Portugal, encontramos isso em muitas organizações sociais, na mesma freguesia, organizações de costas voltadas, que não sabem dar as mãos, não sabem criar sinergias. E se formos deslindar esta questão – isso tem sido dito por vários intervenientes políticos –, não sabemos criar consensos, não sabemos criar entendimentos, sejam eles políticos ou não, porque ninguém quer ver o horizonte e a mais-valia de Portugal.

Então, o que é que nós precisamos? Precisamos, verdadeiramente, de uma sociedade civil, forte, robusta e mais interventiva, que seja verdadeiramente participativa. Uma sociedade civil que, apesar de ter ser reivindicativa pelos seus direitos, deverá ao mesmo tempo ser empreendedora e proativa na sociedade. Uma sociedade civil que entenda os desafios e problemas, fazendo parte da solução dos mesmos. Esta deverá ser incentivada, apoiada, patrocinada para a realização de mudança.

Para que essa mudança possa acontecer, falta-nos um grande ensinamento, que é o ensinamento a agir, com uma aplicação prática no terreno. Na minha perspectiva, vejo muita gente com uma grande vocação teórica, em termos de fundamentos e de conceitos, mas que não sabem agir e que não estão preparadas nem para atuar, nem para o mercado e para o trabalho, ou para a resolução de problemas. Julgo que o sistema de ensino poderá evoluir para que esta falha seja colmatada.

Um outro fator que eu gostaria de destacar para que esta mudança venha a ser possível é acerca do sector privado. As empresas sabemos nós que são um elemento fundamental para potenciar a economia. Mas estas devem assumir um compromisso e um valor social como um objetivo para o bem-estar da sociedade. Em conversa com a presidente do GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), a Dra. Paula Guimarães, fiquei a saber que em Portugal só apenas dez empresas dispõem de um orçamento igual ou superior a 250.000euros em termos de responsabilidade social corporativa. É verdadeiramente pouco; eu julgo que isto terá que mudar e temos que apelar a esta mudança. Quando isso acontecer será um sinal de amadurecimento do sector privado, pois vão reconhecer que o interesse privado e lucrativo, só faz sentido numa sociedade equilibrada e estável.

Dou exemplo de grandes fundações e retrato casos práticos com a organização Mundo a Sorrir. A Fundação Calouste Gulbenkian tem apoiado muito a Mundo a Sorrir. Felizmente tem-nos ensinado boas práticas, não é unicamente ser um Grantgiver, é muito mais que isso, é ensinar-nos a profissionalizar e a acrescentar valor à própria organização do ponto de vista interno.

Por seu lado a Fundação EDP, é talvez o maior parceiro em termos de economia social em Portugal, mas veja-se o exemplo relativamente à Mundo a Sorrir nos últimos dez anos. Esta fundação não optou por escolher uma instituição Portuguesa, como a Mundo a Sorrir; optou estrategicamente, por escolher e importar um projeto Brasileiro com a mesma área de intervenção, na Saúde Oral. Durante um período julgamos erradamente que talvez fosse por desconfiança por sermos bastante jovens e com menos experiência e visibilidade. Mas porquê? Porque é que os portugueses não acreditam nos portugueses?

Esta questão, talvez nos leve a decifrar o motivo sobre o distanciamento que a sociedade tem entre si, onde existe um fosso entre os «nós» e os «eles», entre a sociedade em termos de classes sociais e em termos intergeracionais. Os dados que foram apresentados ao longo desta tarde e neste fórum dizem-nos isso: Há um fosso colossal na democracia Portuguesa! É fundamental que os jovens se aproxi-

mem, que os jovens assumam uma parte interveniente, para este processo de mudança na sociedade para conseguirmos agir como um todo.

Na actualidade, estamos a conhecer as duras consequências e o sofrimento quando não se tem emprego. Os designados NEET (Neither in Employment nor in Education or Training), onde cerca de 248.000 jovens, não estão empregados nem têm qualquer tipo de experiência, e que fazer com que seja verdadeiramente difícil de encontrar soluções para atenuar estes números. Eu continuo a acreditar que a solução é criar sinergias, entre as universidades, o associativismo, o sector público e privado e que instalem em cada jovem um espírito de batalha, de luta, de procura e de ação, para serem eles próprios a gerar a solução.

Em 2013 participei a convite do Ministério dos Negócios Internos Holandês, numa iniciativa conhecida por Borders to Cross. A ideia era aproximar e fazer pontes entre a sociedade civil, os governos e agentes políticos e universidades. Nessa altura, o que me ficou registado durante essa participação nessa conferência, foi um discurso de um jovem Holandês – talvez mais jovem do que eu até –, em que me disse que estava contente pelo seu país, em que não trocava nada no seu país, e que por incrível que possa parecer, não se importava de pagar impostos elevados. Ficaram-me gravadas as palavras quando me disse que no seu país não havia heróis ou salvadores da Pátria, pois todos eram importante e onde cada cidadão tinha um papel importante pelo desenvolvimento do País. Isto retrata um fator de satisfação pleno, em viver numa sociedade plural e tolerante.

Para conseguirmos isto, precisamos do exemplo de líderes que nos inspirem e capacitem para esta transformação, conseguindo envolver os jovens neste processo. No entanto, é necessário saber distinguir este processo de envolvimento dos jovens, daquilo que é a instrumentalização dos próprios jovens, forçando-os ou instigando-os que integrem ideologias ou movimentos, sem dar a possibilidade para que os jovens percebam e entendam as verdadeiras causas porque lutam. Qual a melhor forma? Certamente que não haverá uma solução única e milagrosa, mas reafirmo que o apoio à família, o apoio à educação nas escolas e o envolvimento no associativismo e voluntariado são fundamentais para desenvolvermos competências individuais em jovens e melhorar a sua percepção de viver em sociedade.

Tenho como opinião que para evitar esta evolução negativa, é preciso introduzir programas de educação a largo prazo; em que a responsabilidade social e a participação na sociedade, deve começar a desenvolver-se desde a infância. A componente curricular e programática da educação deve incorporar temas de cidadania, voluntariado, com conceitos sobre a própria constituição Portuguesa, não só durante o período escolar mas também universitário. Estou convencido que é um investimento, onde não veremos os resultados no imediato, mas será um investimento que trará retorno e fará a diferença nas futuras gerações. Estou plenamente convencido que é mais fácil para as crianças e jovens entenderem estes conceitos, com uma intervenção de índole prática, que nos levem à mudança, conseguindo uma mudança pelo exemplo e o envolvimento no associativismo e atividades comunitárias são cruciais.

Por último, queria vos dizer que contacto muito com comportamentos anti-sociais. Aquilo que se traduz na antítese da cidadania, a antítese da cidadania responsável e ativa. São comportamentos, que

levam à delinquência, que levam ao bullying, que levam ao abandono escolar, que levam às dependências, e que levam à falta de horizontes para a produtividade e o emprego.

Não foi em vão que coloquei esta imagem na minha apresentação, pois esta imagem corresponde exactamente a uma grande correlação que a Mundo a Sorrir tem, que é a ligação entre a saúde oral e as desigualdades sociais. Na Mundo a Sorrir, acreditamos que não é possível alguém estar em pleno bem-estar, ter a mesma capacidade de se integrar na sociedade se não tiver assegurada a sua condição de saúde oral e o direito a um sorriso digno.

Para finalizar, gostava de deixar uma mensagem que não é nova e muito menos original, pois quero-vos dizer que tempos de crise são também tempos de oportunidade. Agora são tempos de mudança. Ou se muda, ou vamos ficar todos na mesma. Eu julgo que temos que ser inovadores, olhar para as janelas como as que vos apresento aqui e é tempo de abrir janelas diferentes, ainda que essas janelas sejam muito, muito difíceis de abrir. Para isso, terá de haver uma reinvenção da nossa participação democrática e os jovens têm que ser chamados e envolvidos para que essa mudança aconteça. O Prof. Daniel Serrão, individualidade de referência nacional com quem a Mundo a Sorrir teve sempre uma grande ligação, dizia que os jovens não pensam que vão morrer e por isso vivem o seu dia-a-dia. E por isso, esses jovens ao estarem menos preparados a olhar para o seu futuro, são os que mais arriscam. Talvez a melhor forma seja orientar os jovens a arriscarem na direção certa, a que os faça arriscar para o lado criativo, construtivo e agilizador, de forma a que sejam os jovens a encontrar novas soluções para velhos problemas. Eu acredito que os jovens têm energia suficiente para mudar seja o que for preciso, mas têm que lhes ser dadas oportunidades, incentivo e mérito.

O Senhor Presidente da República já evocou no seu discurso deste Roteiro “Os Jovens e o Futuro” Florbela Espanca, dizendo que «palavras, leva-as o vento». Eu evoco Alberto Caeiro, quando disse «todas as opiniões que há sobre a natureza, nunca fizeram crescer uma erva ou nascer uma flor», pois podemos ter muitas opiniões mas, não são as opiniões que vão fazer a mudança; a mudança faz-se acontecendo e, verdadeiramente, acreditando nas pessoas e destacando o papel dos jovens.

Muito obrigado.

OS JOVENS E A CIDADANIA CONFERENCISTA

FILIPE SANTOS
(PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL)



Presidente da PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL, desde Janeiro de 2015, uma iniciativa governamental criada no âmbito do Portugal2020.

Foi co-fundador do IES – Instituto de Empreendedorismo Social – *Social Business School*, bem como do Laboratório de Investimento Social, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Professor de Empreendedorismo Social no INSEAD e diretor do Centro de Empreendedorismo, entre 2009 e 2013, ganhou vários prémios e menções honorosas e publicou mais de 10 casos de estudo internacionais, ganhando em 2012 o prémio EFMD pelo melhor caso do ano na categoria de África.

Publicou em 2013 o livro “Manual para Transformar o Mundo”, o primeiro guia para empreendedores sociais em língua portuguesa.

Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa e com Mestrado pelo ISEG-UL, concluiu o doutoramento em *Management Science and Engineering* pela Universidade de Stanford.

Identidade e Responsabilidade: Os Novos Pilares da Cidadania

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, muito obrigado pelo convite para aqui estar. Ilustres organizadores, anfitriões e convidados - é um privilégio poder falar nesta conferência sobre Portugal e os Jovens, em particular a seguir ao Miguel Pavão, que é um empreendedor social que eu muito admiro.

O tema que nos traz aqui é a cidadania e os jovens. O que eu vou falar-vos é uma reflexão que fiz exatamente sobre como é que podemos pensar a cidadania, o conceito e prática de cidadania, para os jovens portugueses hoje em dia.

O meu argumento é muito simples. Penso que nós necessitamos de um entendimento diferente de cidadania, que não assente nas noções tradicionais de direitos e de deveres, mas que se foque

em temas que eu acho que são mais apelativos e fundamentais para os jovens, que são os temas da identidade e da responsabilidade. E devemos criar e promover um conceito de cidadania à volta destes novos temas. Eu vou tentar explicar como é que isto pode ser feito e dar alguns exemplos de inovações sociais que eu tenho visto acontecer, e que podem ser um bom exemplo para uma visão do futuro da cidadania jovem.

Eu começo por apresentar o desafio que nos traz aqui, que nós ouvimos ao longo do dia, e também uma visão. O desafio é que estamos a ter um acelerado envelhecimento da população, o que quer dizer que temos cada vez menos jovens na sociedade portuguesa. Eu fiquei deveras assustado com os números que ouvi, que em quatro anos perdemos um quarto de milhão de jovens em Portugal. Se bem que parte é emigração e poderão voltar, a outra parte é demografia, o que levará a próximas gerações a encolherem - a geração Y já é mais pequena do que a X e a Z vai ser ainda mais pequena do que a Y, portanto o problema tenderá a acentuar-se.

Ao mesmo tempo ouvimos dizer aqui que os jovens têm a energia, a capacidade de sonhar, a capacidade de realização e, talvez, como o seu cérebro ainda não está totalmente desenvolvido, uma percepção de risco diferente. Portanto, não se moldam tanto ao *status* quo e conseguem ser mais inovadores e mais empreendedores. Assim, o desafio é que nós precisamos de jovens empreendedores mas como temos cada vez menos jovens, precisamos não apenas de cidadãos ativos, mas de super-cidadãos: de jovens empenhados, envolvidos, comprometidos com a sociedade. E no entanto, o que ouvimos aqui hoje é um assustador - que desde 2007 o grau de envolvimento cívico teve um grande decréscimo entre os jovens. Como é que nós conseguimos, enquanto sociedade, avançar? Eu penso que temos que repensar o modelo e o conceito de cidadania.

Falemos de direitos e de deveres, os pilares tradicionais da cidadania. É interessante a informação que ouvimos hoje, de que a opinião sobre a democracia portuguesa por parte dos mais jovens, os de 15-24, piorou muito comparado com os jovens de 25-35. Isso é assustador. Eu acho que parte da questão é que, por um lado, o que nós ganhámos com a democracia já é um dado adquirido para esses jovens. Eu nasci em ditadura, mas cresci e vivi a minha vida toda em democracia, em liberdade, mas tenho a referência dos meus pais, que sabiam a importância daquela conquista e eu fui moldado por essa importância. A geração seguinte já não tem essa reflexão, já está demasiado longe. Portanto, o que ganhámos com a democracia já é um dado adquirido e olhamos sempre para as pequenas coisas que correm mal e não para as coisas importantes que estão a correr bem. Daí talvez a percepção muito negativa que os jovens têm da democracia.

Assim, no tema dos direitos por um lado há coisas que já são assumidas e por outro lado há direitos que se entendem como fundamentais que a sociedade não está a cumprir. O direito à oportunidade de trabalho e a uma carreira não está a ser cumprido pela sociedade atual. Portanto, os jovens revoltam-se, não se identificam e revoltam-se.

Se não podemos ir pelo lado dos direitos, poderemos ir talvez pelo lado dos deveres e obrigações - mas aí os jovens mais depressa se revoltam, porque se falamos de obrigações a um jovem ele rapidamente rejeita o sistema e envolve-se noutras atividades que lhe dão algum sentimento de pertença, algum sentimento de ser. Por exemplo, o clube, ou o gangue, ou a etnia.

Portanto, como é que nós enfrentamos este desafio? Eu penso que uma solução é repensar a cidadania em termos de identidade e em termos de responsabilidade. Eu acho que com base nestes conceitos podemos criar um modelo mais sólido de cidadania que responde um pouco aos desafios que o Miguel Pavão nos deixou de como é que a sociedade consegue envolver os jovens, porque precisamos tanto deles.

O jovem é um ser humano inseguro e confuso, em busca do seu lugar no mundo, de um sentido de pertença a algo, no encontro consigo mesmo e com os outros. Daí a facilidade com que os jovens aderem aos seus clubes, aos seus pequenos grupos de amigos, às suas redes virtuais. Muita da agressividade que vemos hoje em dia, e da qual temos tido reflexos muito recentes e dramáticos, tem por base um sentido profundo de insegurança consigo próprios e com o seu lugar no mundo, de não pertença a um sistema. Ora, nós podemos trabalhar esse sentido de pertença aos diferentes níveis: ao nível da cidade, ao nível do país, ao nível europeu. Mas eu acho que, para esse trabalho de cidadania a nível local, nacional e europeu dar frutos, temos de fazer um trabalho prévio. Um trabalho prévio que começa do nível o mais micro possível e depois vai ao nível o mais macro possível. Eu vou explicar cada um destes dois níveis.

O nível micro é o nível da identificação com o outro, com a pessoa ao nosso lado. Isto trabalha-se através do cultivar da empatia, reforçando aquilo que se chama a inteligência emocional, em complemento do foco quase exclusivo na inteligência racional do nosso sistema educativo. Começa por cada criança ou jovem perceber os seus valores centrais, o seu carácter, aquilo que os caracteriza enquanto pessoas e a forma como podem expressar esse carácter na sociedade. E continua com o trabalho da empatia, com algo chamado a ética do cuidado – o saber e o gostar de cuidar do outro - que é algo que não é muito praticado hoje em dia.

Deixem-me dar-vos um caso muito interessante onde isto é promovido no sistema de educação, e eu penso que pode ser uma boa reflexão para nós. Há um projeto canadiano chamado *Roots of Empathy*, de uma empreendedora social chamada Mary Gordon, que teve uma ideia louca e inovadora, como os empreendedores sociais tipicamente têm, que foi: levar bebés recém-nascidos, com poucos meses, para o contexto escolar e durante sessões regulares, todas as semanas, os jovens – em particular os jovens de contextos difíceis, poderem interagir com um bebé, tomar conta dele, perceber o mundo do ponto de vista do bebé. Este projeto já se expandiu, chegando a mais de meio milhão de jovens canadianos em contexto escolar, e já se replicou para outros países – iremos ter a Mary Gordon a vir cá a Portugal dentro de um mês. É um projeto que teve impactos muito positivos na redução de comportamentos agressivos, na redução do *bullying* em contexto escolar, porque, de facto, dá aos jovens esta capacidade de empatia para com os outros e esta ética do cuidado. Ao cuidar de um bebé, nós revelamos, enquanto pessoas, o nosso carácter.

Este é o nível micro que eu acho que nós temos que trabalhar - é o nível do carácter, da emoção, da inteligência emocional, da ética do cuidado. Ao mesmo tempo, eu acho que temos de trabalhar a consciência mais coletiva ao nível agregado da Humanidade - quem somos nós enquanto ser humano? Porque é que aqui estamos? A ligação ao ambiente, ao planeta e à comunidade é muito importante na formação dessa identidade.

Outro projeto interessante, no Perú, de um empreendedor social, também louco e inovador, chamado Joaquín Leguía. O projeto dele é ceder pequenos pedaços de terra a crianças para tomarem conta desses pedaços e, em conjunto, em hortas comunitárias, partilharem a forma como estão a trabalhar a terra e sentirem que estão também a cuidar do planeta de forma muito concreta, muito direta. Estão no fundo a sentir-se parte de um movimento, parte de uma consciência coletiva do que é ser-se humano neste Planeta. Já mais de 100.000 crianças peruanas têm um pedacinho de terra da qual cuidam.

Eu acho que estes dois projetos, apesar de serem muito diferentes – um abordar a empatia mais micro para com o outro ao nosso lado, e o outro projeto abordar a empatia mais macro com o Planeta – eu acho que ambos criam a base da personalidade e do carácter que permite desenvolver o conceito da cidadania, porque começam a expressar esta ideia da ética do cuidado.

Eu acho que jovens que cresçam num ambiente onde este tipo de valores são promovidos, estarão mais abertos a assumir o papel de cidadão de forma responsável e, acima de tudo, pró-ativa. Assumir aquilo que o Miguel Pavão dizia - assumir como nossos os problemas dos outros e os problemas da sociedade e sentirmo-nos responsáveis por nos envolvermos, não como obrigação, não como dever, mas como algo que é parte intrínseca do nosso próprio carácter e algo que nos realiza.

Mas quando montamos este tipo de sistemas, temos que ser inteligentes na forma como envolvemos os jovens. Os jovens têm as suas paixões e coisas que os atraem. Nós vimos hoje algumas destas coisas: a tecnologia, a Internet, o desporto... É este tipo de alavancas que nós podemos utilizar quando queremos dinamizar a cidadania dos jovens. Um exemplo interessante, que muitos conhecem, é o caso do CDI, no Brasil, um projeto de empoderamento de jovens através da tecnologia. O CDI começou, nos anos 80 por dar acesso às tecnologias de informação, aos computadores, a jovens das favelas brasileiras, como forma de os incluir na sociedade enquanto agentes ativos. O projeto cresceu muito, já serviu milhões de jovens brasileiros; também já se expandiu para muitos países, incluindo Portugal. Um projeto recente que o CDI desenvolveu é o Apps for Good - os miúdos envolvem-se no desenvolvimento de aplicações móveis que tenham um impacto social direto. Portanto, este projeto não só os envolve com a sociedade como praticam a programação – que é um skill fundamental para o mercado de trabalho –, além de que o resultado do seu projeto é também escalável e tem impacto positivo. Um projeto muito interessante de alavancar o que apaixona os jovens e de os motivar para aquilo que gera valor para a sociedade.

Neste campo é essencial que os jovens tenham exemplos dos seus pares; não vamos ser nós a dizer-lhes «façam isto». Têm que ser eles próprios a organizarem-se, a desenvolverem modelos onde se inspiram uns aos outros. Nós temos modelos muito interessantes em Portugal – o Startup Pirates, na área do empreendedorismo, o Transformers, na área do impacto social –, onde são os jovens que se mobilizam e que mobilizam outros, em grupos auto-organizados, para promoverem este conceito de cidadania responsável e de promoção do empreender na sociedade.

Há muitos outros exemplos de inovações sociais que trabalham a identidade e a forma como os jovens se identificam com a sociedade – o nível micro, do outro; e o nível macro, da Humanidade. Projetos que levam os jovens a envolverem-se ativamente na sociedade e, ao fazerem-no, a se realiza-

rem. Eu achei muito interessante a partilha do Miguel Pina Martins de dizer «eu tinha um emprego, que era estável e até podia ser bem remunerado, mas rapidamente me apercebi que não era isso que me realizava». Os jovens, acima de tudo, procuram realização e identificação; se nós conseguirmos que eles se realizem desta forma, com a criação de valor para a sociedade, será um ganho para cada um de nós e para a sociedade.

Nesta lógica, gostaria de falar de um novo conceito, que eu gosto muito e gostaria de promover, o conceito do empreendedorismo de impacto. A maior parte dos empreendedores, quando lançam empresas não o fazem para ganhar dinheiro. Eu acho que esse é um dos grandes mitos que nós temos. Fazem-no porque querem realizar. Fazem-no porque têm um sonho. Fazem-no porque veem um problema e querem-no resolver. Nesse sentido, os empreendedores comerciais, como o Miguel Pina Martins, e os empreendedores sociais, como o Miguel Pavão, não são assim tão diferentes. Escolhem um sector diferente, têm se calhar uma paixão diferente, mas são pessoas que se querem realizar tendo impacto na sociedade e no mundo à sua volta.

Portanto, nós precisamos de olhar para o empreendedorismo, não simplesmente com o objetivo de geração de lucro – o lucro é importante e é recompensa de um trabalho bem feito, mas com o ideal de criação de valor para a sociedade – um conceito que o Carlos Azevedo também partilhou connosco e que o Miguel Pavão fez eco – que é, no fundo, promover a ideia que, através de empreender, nós podemos gerar valor para a sociedade. Ironicamente, quando tentamos empreender como forma de gerar valor, muitas vezes conseguimos até mais lucro do que quando procuramos simplesmente uma oportunidade de ter lucro, porque aí é onde estarão todos os competidores e nós não marcaremos a diferença.

Portanto, um tema interessante a explorar como forma de cidadania é o empreendedorismo de impacto. Eu acho que este é um conceito e um tipo de desafio que pode mobilizar os jovens, que os pode levar a envolverem-se ainda mais com a sociedade. Fiquei um bocadinho desapontado com aquele número de 2% de empreendedorismo, temos que o aumentar. Porque nós não precisamos de ter 50% de jovens empreendedores, mas precisamos de ter uma massa crítica de empreendedores e agentes de mudança na sociedade, nas várias áreas, dentro das empresas, no sector social, no sector público também. Se tivermos 10% – e se esses 10% forem como os dois Miguéis [Miguel Pavão e Miguel Pina Martins] que partilharam a sua reflexão neste painel, nós vamos conseguir envolver a grande maioria dos jovens e mudar o estado de coisas. Mas precisamos de aumentar o número de jovens que estão mobilizados e que praticam este conceito de cidadania ativa e responsável.

Em resumo, eu acredito que a promoção da cidadania entre os jovens deve centrar-se nos temas da identidade e da responsabilidade dos jovens, como âncora para que eles encontrem o significado na sua vida através de uma participação ativa e virtuosa, que todos queremos e precisamos para a vitalidade da nossa sociedade.

Muito obrigado.

OS JOVENS E A CIDADANIA CONFERENCISTA

ANNA HORVATH
(EACEA-EURYDICE)



Conselheira para as Ciências Sociais na Unidade EURYDICE da EACEA-Agência Europeia para a Educação, Audiovisual e Cultura, completou Missões Científicas de Curto-Prazo no Observatório Social Europeu.

Tem vários estudos publicados, nomeadamente “A reconciliação entre a vida familiar e a vida profissional na Hungria”, 2010 ou “As migrações após o alargamento e a perceção do público na União Europeia”, 2009.

Colaborou em diversos relatórios no domínio do ensino superior e das políticas de juventude, incluindo no Relatório do Processo de Implementação do Processo de Bologna de 2012 e de 2015, e no Relatório UE sobre a Juventude, de 2012 e no que está atualmente em elaboração.

Participação política e cidadania da UE: perceções e comportamentos dos jovens

Dados dos inquéritos Eurobarómetro

Anna Horváth e Giulia Paolini

Análise das Políticas de Educação e de Juventude,
Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA)

Introdução

Desde há muito que a participação política dos jovens é motivo de preocupação. A perda de laços comunitários, o pouco interesse e conhecimento dos processos políticos, os baixos níveis de confiança nos políticos e o cinismo crescente das instituições democráticas são frequentemente vistos como indícios do enfraquecimento do sentido de cidadania e compromisso político entre as gerações mais jovens (Pirie e Worcester, 1998; Haste e Hogan, 2006; Dalton, 2008; Stoker, 2006; YCC, 2009 in Mycock e Tonge, 2011). Esta perspetiva sustenta-se, geralmente, nas referências aos baixos e decrescentes níveis de participação nos modos tradicionais de compromisso político, como o voto e a filiação em partidos políticos.

Contudo, estudos recentes concluem que a ideia de que os jovens não se interessam pela política é enganosa. Pelo contrário, são os jovens que mais se preocupam com as questões políticas (Harris, Wyn e Younes, 2010; O’Toole, Marsh e Jones, 2003; Sloam, 2013). Com base em entrevistas, grupos-alvo e inquéritos levados a cabo junto de jovens de sete países europeus, um estudo recente conclui que «os jovens articulam preferências e interesses, e alguns mostram-se mesmo mais ativos do que a maioria dos adultos. Além disso, uma clara maioria dos jovens pede mais – e não menos – oportunidades para ter uma palavra a dizer sobre a forma como os seus sistemas políticos são dirigidos» (EACEA 2013a, p. 6).

Não obstante, os jovens tendem a escolher novas formas de participação política. Estas ações políticas podem também ser tidas como «novas», pois não existiam antes das últimas décadas (por exemplo, a participação via Internet). Os investigadores defendem que certas formas de expressão tradicionais (por exemplo, manifestações, protestos, assinatura de petições, boicotes, etc.) podem ser vistas como «novas», uma vez que os jovens lhes associam novos significados e redefinem o papel das mesmas (Furlong e Cartmel, 2011). A natureza das ações políticas mudou de forma significativa: tornaram-se mais individualizadas, pontuais e viradas para temas específicos, e menos ligadas às clivagens sociais tradicionais. As novas formas de participação política podem transmitir aos jovens a sensação de influenciarem as decisões políticas de forma mais direta e eficaz (Dalton, 2008; Sloam, 2013). Estas alterações dos modos de compromisso político surgem ligadas a novas perceções de cidadania. Afetados pelos processos de globalização e individualização (Bauman, 2001) e pelo consumo e a concorrência (Kestilä-Kekkonen, 2009), os padrões de socialização dos jovens de hoje são consideravelmente diferentes dos da geração dos seus pais.

O presente relatório analisa os recentes inquéritos Eurobarómetro¹ à luz das mudanças ocorridas nos modos de participação e nas perceções de cidadania dos jovens. Os inquéritos realizaram-se entre 2011 e 2014, numa altura em que a crise económica atingira já as sociedades europeias. Os jovens

¹ Os inquéritos analisados são os seguintes: Eurobarómetro Flash 319a «Juventude em Movimento» (ver Comissão Europeia, 2011); secções sobre Cidadania Europeia dos Eurobarómetros Standard 77, 78 e 82 (ver Comissão Europeia, 2012a, 2012b e 2014); Eurobarómetro Flash 373 «Europeans’ engagement in participatory democracy» («Envolvimento dos Europeus na Democracia Participativa») (ver Comissão Europeia, 2013); Parlamento Europeu Eurobarómetro EB/PE 77.4, «Faltam dois anos para as eleições europeias de 2014» (ver Parlamento Europeu, 2012), e Eurobarómetro Flash 408 «Juventude Europeia» (ver Comissão Europeia, 2015).

foram por ela afetados de forma desproporcionada, com o aumento do desemprego jovem e os cortes nos orçamentos da educação. Esta situação esteve na origem das grandes manifestações de estudantes e «jovens indignados» (Hessel, 2011 in Sloam, 2013) observadas em vários países europeus. Assim, será útil examinar como uma amostra de jovens se empenha na participação política em tais circunstâncias.

No entanto, importa também ter presente que nem todos os «jovens» se comportam e pensam da mesma maneira. Em primeiro lugar, a diversidade dos países europeus em termos de tradições e história democrática pode traduzir-se em diferenças de pensamento e comportamento político da sua população. Além disso, mesmo no interior de um país existem diferenças entre os jovens com base no sexo ou no estatuto socioeconómico. Em muitos casos, considera-se que os homens são mais ativos do que as mulheres (ver, por exemplo, Burns, Schlozman e Verba, 2001). No que se refere ao contexto socioeconómico dos jovens, Sloam (2013), por exemplo, dá conta de diferenças de comportamento dos jovens com base no percurso escolar e nos rendimentos. Por outro lado, estas diferenças são menos evidentes nas novas formas de participação (Sloam, 2013). De igual modo, as desigualdades e os sentimentos de exclusão por vários motivos são fatores fundamentais com influência no comportamento político (EACEA, 2013b; O'Toole, Marsh e Jones, 2003). Porém, dado que a dimensão relativamente pequena das amostras dos inquéritos Eurobarómetro não permitem a desagregação por país, sexo ou estatuto socioeconómico da coorte dos jovens, o presente relatório limita a discussão às importantes tendências gerais que afetam o comportamento político dos jovens.

Na maioria dos casos, a coorte dos jovens definida pelos inquéritos Eurobarómetro corresponde aos jovens na faixa etária dos 15-24 anos ou, em certos casos, dos 15-30 anos. Este grupo etário inclui jovens (ainda) sem direito a votar ou participar em certas formas de ações políticas (por exemplo, em alguns países, o requisito da idade é aplicável à assinatura de petições). Este facto pode, certamente, influenciar as atitudes e os padrões de participação desta coorte, com os consequentes reflexos nos resultados dos inquéritos.

Quanto à estrutura do relatório, a secção 1 apresenta uma síntese concetual explicando as alterações verificadas ao nível da participação política e das perceções de cidadania dos jovens. Seguidamente, a secção 2 aborda as diferentes formas de participação política dos jovens europeus: como participam em diversas formas de ação política e o que entendem ser formas eficazes de influenciar a decisão a vários níveis. A secção 3 centra-se nas características da cidadania entre os jovens, relacionadas, sobretudo, com a integração europeia. A última secção apresenta as conclusões.

1. Mudança dos padrões de compromisso político e novas perceções de cidadania: síntese concetual

Os jovens de hoje cresceram num mundo bastante diferente do dos seus pais. Isto tem influências óbvias na forma como definem a sua identidade e cidadania, bem como na sua escolha do tipo de participação na vida democrática.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento de estruturas supranacionais altera o significado de cidadania e participação (Bauböck, 2007b; Hall, 1995 in Bosniak, 2000). Os processos de integração política e económica – tanto a nível europeu como a nível mundial – vieram pôr em causa a limitação da participação às fronteiras nacionais (Soysal, 1997 in Ibid.; Bauböck, 2007a). Paralelamente, os processos económicos e a evolução social expandem-se de forma crescente por países, regiões e continentes, agregando o número de questões e razões para o compromisso político, que franqueiam as fronteiras nacionais tradicionais. Os jovens vivem cada vez mais durante longos períodos noutros países que não aquele onde nasceram, podendo, por isso, sentir-se ligados a lugares diferentes. Este processo de globalização contribuiu também para a crise geral dos partidos políticos e dos atos eleitorais. Por força da internacionalização, da integração europeia e da crescente dependência de organismos especializados, os políticos nacionais dão mostras de uma incapacidade crescente para resolver problemas e influenciar políticas a nível nacional (Harris, Wyn e Younes, 2010; Sloam, 2013). Por conseguinte, e também devido à crescente «mediatização»² dos partidos políticos, o seu papel tradicional de intermediação entre interesses diversos enfraqueceu significativamente, funcionando agora mais como meras «máquinas eleitorais» (Hoikkala, 2009). Estes processos levaram à perda de legitimidade dos partidos políticos aos olhos dos cidadãos de todos os grupos etários. No entanto, as gerações mais velhas já tinham interiorizado o «hábito» do voto antes da ocorrência da sua (eventual) desilusão, que por isso se reflete em menor medida no seu comportamento de voto (Kestilä-Kekkonen, 2009).

Em segundo lugar, grande parte dos jovens de hoje em dia nas democracias ocidentais cresceu num ambiente de relativa riqueza, onde o consumo e a concorrência são ideologias dominantes (Kestilä-Kekkonen, 2009). Os princípios subjacentes ao consumo e à concorrência – principalmente a «escolha» – estão igualmente a ser integrados na participação política (Kestilä-Kekkonen, 2009). Simultaneamente, está em curso uma «mudança geracional» dos valores «materialistas» para os valores «pós-materialistas», os quais influem nas preferências e interesses de natureza política (Inglehart, 1990). De um modo geral, isto significa que os jovens tendem a dar mais atenção a questões ligadas à «qualidade de vida», como a proteção do ambiente ou os direitos humanos (Harris, Wyn e Younes, 2010). Estas alterações favorecem uma ação política mais orientada para questões específicas e pontuais e em jeito de campanha. No entanto, devido à crise económica, os valores «materialistas» funcionaram também como importantes fatores de motivação da recente participação política dos jovens.

Em terceiro lugar, a mudança geracional acima referida reflete-se também na cada vez menos linear transição dos jovens para a vida adulta (Hoikkala, 2009). Ao contrário de gerações anteriores, os jovens seguem trajetos fragmentados até alcançarem a sua independência financeira e social. A entrada no mercado de trabalho ocorre mais tarde, sendo muitas vezes intercalada com períodos de inatividade devido à escassez de postos de trabalho e/ou ao prosseguimento dos estudos e da formação

2 O termo «mediatização» designa o fenómeno de as instituições políticas, a comunicação e o discurso serem «cada vez mais dependentes e moldados pelos meios de comunicação social» (Mazzoleni e Schulz, 1999).

(Colley et al. 2005, in Ibid. p. 2). Da mesma forma, a independência financeira e a vida independente alternam muitas vezes com a dependência do apoio dos pais ou a partilha da habitação, conforme necessário. Nas palavras de Bauman, as sociedades estão a tornar-se cada vez mais individualizadas, não só porque as pessoas podem determinar o seu próprio lugar numa hierarquia social, mas também porque «as posições a que os indivíduos poderiam querer aceder e em que poderiam querer estabelecer-se são fugazes e muito dificilmente podem ser vistas como “projetos de vida”» (Bauman 2009, p. 5, sublinhados do original). A flexibilidade necessária para uma adaptação a este tipo de instabilidade e os resultantes laços ténues que os jovens estabelecem com aspetos essenciais da sua vida (trabalho, segurança económica, habitação) alteram a maneira como encaram a sua cidadania e a sua participação política. Assim sendo, a intensidade e os modos de participação podem variar ao longo do tempo, conjugando a adesão a novas comunidades com mudanças de interesses e prioridades. Por outras palavras, a participação política está a transformar-se e a tornar-se mais pontual, personalizada e «autoexpressiva» (Harris, Wyn e Younes, 2010).

Por todos estes motivos, os jovens tendem a sentir que as formas tradicionais de participação são desadequadas para influenciar a formulação das políticas nos domínios que consideram importantes. De igual modo, não consideram que os seus interesses sejam devidamente representados pelos políticos eleitos, nem sentem que a sua voz seja verdadeiramente ouvida (O’Toole, Marsh e Jones, 2003; Harris, Wyn e Younes, 2010). Por um lado, os jovens sentem-se excluídos das vias tradicionais e convencionais de influenciar a decisão política (O’Toole, Marsh e Jones, 2003). A base de militantes dos partidos está a ficar cada vez mais envelhecida e os fóruns políticos tradicionais obstam à participação dos jovens. Por outro lado, os jovens optam por novas formas de participação que lhes abram canais de intervenção pessoalmente válidos, informais e não institucionalizados (Harris, Wyn e Younes, 2010; Sloam, 2013).

Contudo, isso não significa que os jovens não confiem nos partidos e na política eleitoral, ou não acreditem na participação democrática na sua aceção tradicional. Efetivamente, Kestilä-Kekkonen (2009, p. 156) mostra que os jovens entre os 18-30 anos denotam uma maior confiança nos partidos e na eficácia das eleições do que grupos etários mais velhos, isto apesar da sua fraca participação eleitoral. Não obstante, devido à mudança das perceções de cidadania, já não entendem o voto nas eleições nacionais como um «dever» (Dalton, 2008). Em vez disso, constata-se uma alteração da sua noção de cidadania e participação política: esta é agora geograficamente dispersa (os jovens pensam que podem pertencer e participar em várias comunidades ao mesmo tempo, combinando identidades de âmbito local, nacional e supranacional) e mais individualista e orientada para a eficácia do que baseada em considerações emocionais e normativas (num ambiente instável em que as certezas tradicionais deixaram de existir, os jovens apenas se sentem motivados a participar no seio de uma comunidade que salvaguarde os seus interesses).³ Deste modo, os jovens vêem o voto como uma opção

3 O sentido de cidadania advém da inter-relação entre três dimensões principais: o sentimento de pertença a uma entidade política, o reconhecimento das suas regras e procedimentos formais e a confiança na eficiência e eficácia dessa entidade para proporcionar benefícios concretos (Schaar, 1984; Katz e Wessels, 1999; Beetham e Lord, 2001; Walker, 2001). Por outras palavras, um indivíduo vê-se como cidadão quando: atribui importância emocional à sua pertença a uma organização política (por razões históricas, culturais e pessoais); acata os direitos e deveres conexos como legítimos; considera que da sua pertença resultam ganhos concretos (ou seja, a organização política é a forma mais eficaz e eficiente de garantir o bem pessoal e comum).

entre muitas, demonstrando o seu compromisso político de formas muito diferentes e específicas, passíveis de influenciar mais diretamente as políticas seguidas (Dalton, 2008; Kestilä-Kekkonen, 2009).

Assim, a participação política é transformada pelas novas formas de perceção da cidadania. Os canais tradicionais de mediação dos diferentes interesses e os fóruns tradicionais que permitem que os indivíduos expressem as suas opiniões políticas poderão não ser vistos pelos jovens como adequados ou eficazes numa realidade globalizada, europeizada e, ao mesmo tempo, fragmentada. Por conseguinte, importa analisar e avaliar a participação política dos jovens desta perspetiva.

2. Os jovens e a participação política

2.1. A participação política dos jovens: formas tradicionais e novas formas de exprimir opiniões

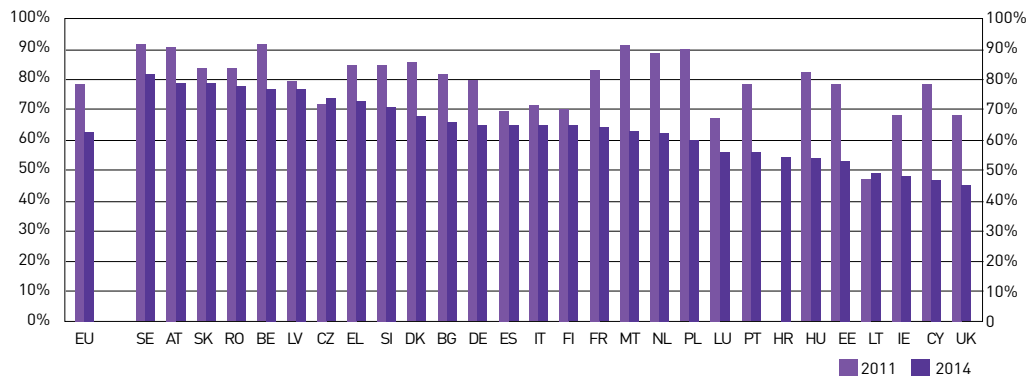
É sobejamente conhecido que os jovens votam menos do que as gerações mais velhas. De acordo com o Inquérito Social Europeu, em 2012, 64,6% dos jovens inquiridos com idades entre os 21 e os 29 anos afirmaram ter votado nas últimas eleições nacionais, contra 78,1% dos indivíduos com mais de 30 anos⁴.

A Figura 1 apresenta a evolução recente do comportamento de voto dos jovens nos países europeus. A pergunta dos inquéritos Eurobarómetro realizados em 2011 e 2014 pretendia saber se os jovens tinham participado numa eleição (local, nacional ou europeia) nos 3 anos anteriores. A fazer fé nestes inquéritos, entre 2011 e 2014, a participação dos jovens nas eleições em geral diminuiu em quase todos os países (com exceção da República Checa e da Lituânia), caindo, em média, de quase 80% para pouco mais de 60% na UE. No entanto, observam-se diferenças consideráveis entre os países europeus: entre 2011 e 2014, enquanto mais de 80% dos jovens votaram em pelo menos uma eleição na Suécia, o rácio respetivo é inferior a 50% na Lituânia, Irlanda, Chipre e Reino Unido.

⁴ Médias ponderadas de participação nos Estados-Membros da UE. Foi escolhido o grupo etário dos 21-29 anos para minimizar o número de países com uma percentagem de inquiridos não elegíveis superior a 10%.

Figura 1 - Participação dos jovens (15-30 anos) em eleições a nível local, regional, nacional ou da UE, 2011 e 2014

Fontes: Eurobarómetro Flash 319 de 2011, «Juventude em Movimento», e Eurobarómetro Flash 408 de 2014, «Juventude Europeia».



Notas: A pergunta foi «Nos últimos 3 anos, votou em alguma eleição política a nível local, regional, nacional ou da UE? Indique se, na altura, não era elegível para votar». Base: % de inquiridos elegíveis para votar no momento da eleição.

Por si só, este número pintaria um quadro relativamente sombrio da participação política dos jovens. Todavia, tal como se sublinha acima, outros inquéritos revelam que a participação política dos jovens não está necessariamente em declínio, mas antes em transformação. Embora as eleições desempenhem um papel central nas sociedades democráticas, a avaliação da participação política não pode cingir-se ao voto: existem muitas outras formas de procurar influenciar os decisores políticos e as políticas. Os jovens podem votar menos do que as gerações mais velhas mas, simultaneamente, como se pode ver abaixo, surgem sobrerrepresentados nas chamadas «novas» formas (alternativas) de participação política. Além disso, este declínio recente pode também ser interpretado como um resultado imediato da crise económica e do descontentamento dos jovens com as opções políticas disponíveis (partidos, líderes ou programas)⁵.

O inquérito Eurobarómetro sobre a democracia participativa (Comissão Europeia, 2013) procurou saber como os inquiridos tinham escolhido exprimir a sua opinião política nos dois anos anteriores. O inquérito distingue entre, por um lado, a participação política presencial «tradicional», como, por exemplo, intervir em debates ou exprimir opiniões junto dos representantes eleitos, e, por outro, as «novas» formas de exprimir opiniões, tais como via Internet, nas redes sociais ou com a assinatura de uma petição.

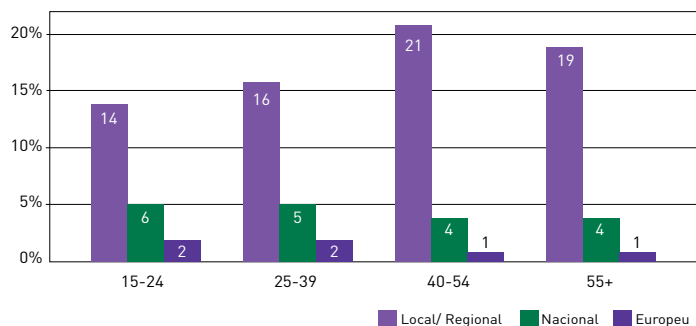
5 Para mais informações sobre o comportamento político dos jovens, ver o projeto de investigação em curso MYPLACE: www.fp7-myplace.eu.

Os modos «tradicionais» de comunicação política podem ocorrer a vários níveis: local/regional, nacional e europeu. No que respeita aos debates a nível local, este inquérito confirma as constatações anteriores, revelando níveis de participação relativamente baixos entre os jovens (ver Figura 2).

O inquérito dá conta de uma participação muito baixa de todos os grupos etários nos debates a nível nacional e europeu (4% e 1%, respetivamente). Segundo o inquérito, são os jovens de 15-24 anos que registam as maiores taxas de participação a estes níveis (5% a nível nacional e 2% a nível europeu). No entanto, as diferenças entre gerações são tão reduzidas que não podem ser tidas como significativas. Além disso, não raro, os debates a nível nacional e europeu são especificamente organizados a pensar nos jovens, facto que pode refletir-se nos resultados do inquérito.

Figura 2 - Participação em debates públicos a nível local/regional, nacional e europeu nos últimos dois anos, por grupo etário, média da UE, 2012

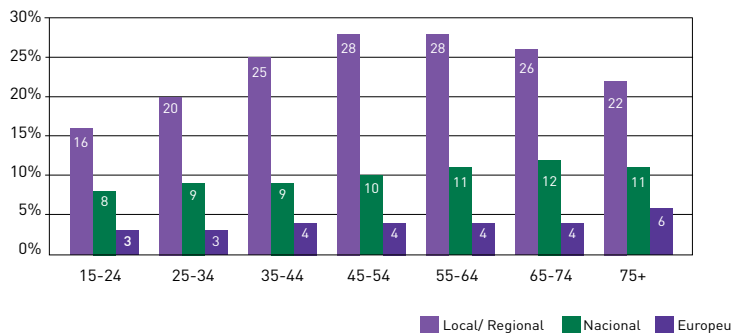
Fonte: Eurobarómetro Flash 373



Notas: A pergunta era: «Nos últimos dois anos: [Participou num debate público a nível local/regional?]

Os dados sobre a expressão de opiniões junto dos representantes eleitos refletem melhor as diferenças entre os grupos etários. O inquérito mostra que, para transmitirem as suas opiniões, os jovens viram-se menos para os seus representantes eleitos do que os outros grupos etários. Isto acontece a todos os níveis: local/regional, nacional e europeu. Uma vez mais, a Figura 3 confirma as constatações anteriores sobre a fraca participação dos jovens nos fóruns tradicionais.

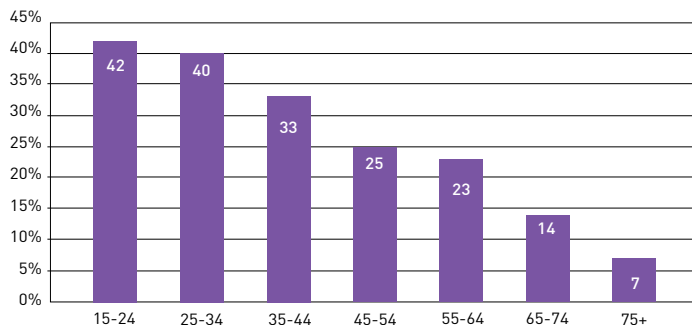
Figura 3 - Percentagem de inquiridos que tinham expresso a sua opinião sobre questões de interesse público junto de representantes eleitos a nível local/regional, nacional e europeu nos últimos dois anos, por grupo etário, média da UE, 2012
 Fonte: Eurobarómetro Flash 373.



Notas: A pergunta era: «Nos últimos dois anos: (Exprimiu a sua opinião sobre questões de interesse público junto de representantes eleitos a nível local/regional?; Exprimiu a sua opinião sobre questões de interesse público junto de representantes eleitos a nível nacional?; Exprimiu a sua opinião sobre questões de interesse público junto de representantes eleitos ao nível da UE?)».

Por outro lado, os jovens exprimem em maior proporção as suas opiniões através da Internet e das redes sociais do que as gerações mais velhas. Tal como mostra a Figura 4, a participação nestes fóruns diminui significativamente com a idade. Nos dois anos anteriores ao inquérito, uma parcela bastante considerável (mais de 40%) dos jovens inquiridos exprimiu a sua opinião sobre questões de interesse público através da Internet ou das redes sociais.

Figura 4 - Percentagem de inquiridos que tinham expresso a sua opinião via Internet ou redes sociais nos últimos dois anos, por grupo etário, média da UE, 2012
 Fonte: Eurobarómetro Flash 373.

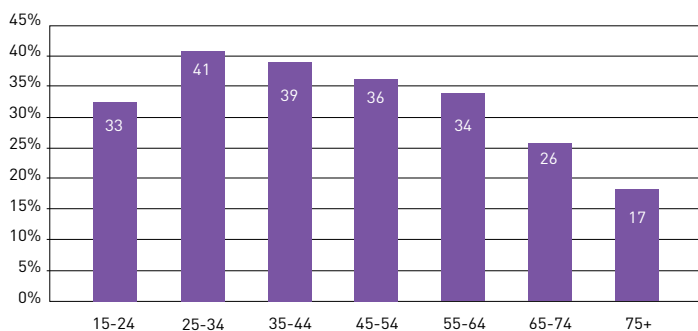


Notas: A pergunta era: «Nos últimos dois anos: (Exprimiu a sua opinião sobre questões de interesse público através da Internet ou das redes sociais?)».

No que toca às petições, tal como indica a Figura 5, era relativamente baixa a percentagem de inquiridos de 15-24 anos que tinha assinado uma petição nos dois anos anteriores. No entanto, tal situação podia dever-se a restrições etárias vigentes em alguns países. A assinatura de petições era mais frequente no grupo etário dos 25-34 anos, que, apesar de ainda incluído na geração mais jovem, não constitui o grupo etário mais jovem. A assinatura de petições torna-se menos comum acima dos 35 anos, se bem que com menores diferenças entre os grupos etários do que no caso da utilização da Internet e das redes sociais.

Figura 5 - Percentagem de inquiridos que tinham assinado uma petição (por escrito ou online) nos últimos dois anos, por grupo etário, média da UE, 2012

Fonte: Eurobarómetro Flash 373.

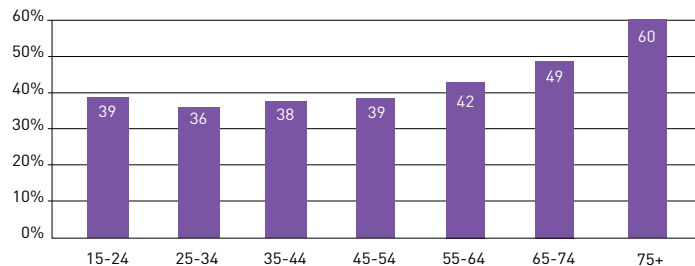


Notas: A pergunta era: «Nos últimos dois anos: [Assinou uma petição (por escrito ou online?)]».

Estes resultados atestam as constatações anteriores sobre o comportamento político dos jovens. De um modo geral, na globalidade da amostra, é mais frequente exprimir opiniões através das «novas» formas do que por via dos fóruns tradicionais. Este dado vem evidenciar uma clara transformação da maneira como as pessoas participam nas atividades políticas. Por outro lado, 42% dos inquiridos (e 39% dos jovens na faixa etária dos 15-24 anos) não participaram em nenhuma das atividades referidas nos dois anos anteriores ao inquérito (ver Figura 6). Pese embora o âmbito relativamente limitado das opções constantes do inquérito, os resultados mostram que grande parte da população é totalmente inativa quanto a exprimir opiniões sobre questões de interesse público importantes. Porém, neste campo, não são os jovens os mais inativos.

Figura 6 - Percentagem de inquiridos que não tinham participado em nenhuma das atividades políticas enumeradas nos últimos dois anos, por grupo etário, média da UE, 2012

Fonte: Eurobarómetro Flash 373.



Notas: A pergunta era: «Nos últimos dois anos, participou em alguma das seguintes atividades?»

2.2. Formas eficazes de influenciar a decisão: as perceções dos jovens

Como refletem estes diferentes padrões de participação política as perceções dos jovens quanto, por um lado, às formas eficazes de influenciar a decisão em geral e, por outro, à importância das eleições em particular? Os inquéritos Eurobarómetro incidem igualmente sobre as formas de participação política tidas como eficazes para influenciar a decisão ou fazer ouvir a sua voz. As perguntas sobre esta matéria não mapeiam a participação política efetiva, antes examinam as perceções e convicções dos inquiridos. Os inquéritos comparam ações políticas semelhantes a vários níveis (local, nacional e europeu), bem como a forma como os inquiridos avaliam diferentes formas de participação política.

O voto e a participação eleitoral ocupam, evidentemente, um lugar especial nos inquéritos. Em consonância com as constatações de Kestilä-Kekkonen (2009), os inquéritos Eurobarómetro revelam também que, na União Europeia, em média e em termos comparativos, os jovens (15-24 anos) acreditam mais que o voto constitui uma forma eficaz de influenciar a decisão (a nível local, nacional ou europeu) do que as gerações mais velhas. Isto confirma os pressupostos anteriores de que, não obstante o seu reduzido nível de participação eleitoral, os jovens ainda confiam na política eleitoral.

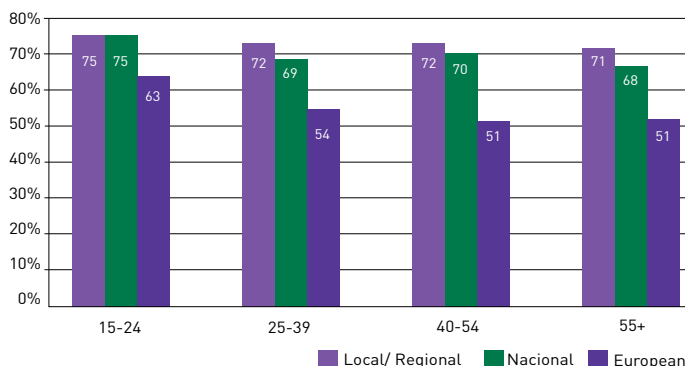
Tal como revela a Figura 7, os inquiridos jovens de 15-24 anos mostram-se, a todos os níveis, ligeiramente mais confiantes no voto do que os outros grupos etários. Em todos os grupos etários, o voto era visto como mais eficaz para influenciar a decisão a nível local/regional, um pouco menos eficaz a nível nacional e bastante menos eficaz a nível europeu.

A maior diferença entre os grupos etários mais jovem (15-24 anos) e mais velho (55 anos ou mais) na perceção da eficácia do voto observa-se em relação ao nível europeu. Ao passo que, relativamente ao nível local/regional, a diferença entre os dois grupos populacionais foi de apenas 4 pontos percentuais (75% contra 71%), a nível europeu, aumentou para 12 pontos percentuais (63% contra 51%).

Como se poderá constatar na seção 3, este resultado reflete um sentimento de identidade europeia mais forte entre os jovens.

Figura 7 - Percentagem de inquiridos que consideram o voto uma forma eficaz de influenciar a decisão a nível local/regional, nacional e europeu, por grupo etário, média da UE, 2012

Fonte: Eurobarómetro Flash 373.



Notas: A pergunta era: «Relativamente a cada uma das ações seguintes, indique se a considera eficaz ou ineficaz para influenciar a decisão política? (Votar nas eleições locais/regionais; Votar nas eleições nacionais; Votar nas eleições europeias).»

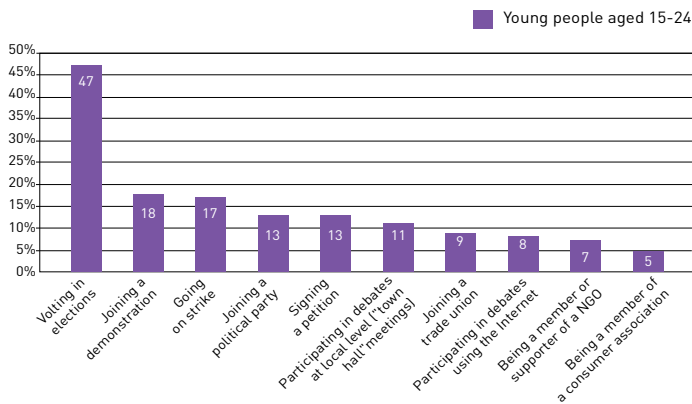
No entanto, o quadro adquire tons um pouco mais matizados quando se trata de escolher realmente entre diferentes formas de participação com base na sua eficácia. Num inquérito do Eurobarómetro, os inquiridos foram convidados a escolher as duas melhores formas de assegurar que a sua voz era ouvida pelos decisores (Comissão Europeia, 2012a).

Quando comparado com outras formas de participação, o voto continua a ser o mais visto como a «melhor forma» de fazer ouvir a sua voz: 47% dos jovens inquiridos na faixa etária dos 15-24 anos escolheram esta opção, cujo resultado é bastante superior ao da percentagem de escolha de qualquer outra opção alternativa (ver Figura 8). Contudo, em comparação com as gerações mais velhas, os jovens continuaram a mostrar-se os menos inclinados a escolher o voto como uma das duas melhores formas de fazerem ouvir a sua voz. Obviamente, convirá ressaltar que, tal como foi referido na introdução, o grupo etário dos 15-24 anos inclui muitos jovens sem direito de voto, o que poderá ter influenciado as suas escolhas. No entanto, a percentagem de jovens que escolheu o voto é também relativamente baixa na faixa etária dos 25-34 anos (50%). No extremo oposto da escala, a percentagem de pessoas do grupo etário mais velho (mais de 75 anos) que fizeram essa escolha situou-se nos 60%.

Em sintonia com a literatura existente, a seguir ao voto, a maioria dos jovens tendeu a escolher as manifestações e as greves como as formas mais eficazes de fazer ouvir a sua voz (18% e 17%, respetivamente; ver Figura 8). Uma vez que estas duas formas de ação política podem ser tidas como «novas» pelos motivos acima referidos, não surpreende que sejam apelativas para os jovens inquiridos e que sejam mais apelativas para estes do que para os inquiridos dos restantes grupos etários.

Figura 8 - Escolhas dos inquiridos sobre as duas melhores formas de assegurar «que a sua voz seja ouvida pelos decisores», por grupo etário, média da UE, 2012

Fonte: Eurobarómetro Standard 77 (primavera de 2012).



Age groups	Voting in elections	Joining a demonstration	Going on strike	Joining a political party	Signing a petition	Participating in debates at local level ('town hall' meetings)	Joining a trade union	Participating in debates using the Internet	Being a member or supporter of a NGO	Being a member of a consumer association
15-24	47%	18%	17%	13%	13%	11%	9%	8%	7%	5%
25-34	50%	13%	15%	13%	15%	12%	11%	7%	6%	6%
35-44	52%	13%	14%	12%	16%	14%	10%	6%	6%	6%
45-54	53%	12%	14%	12%	15%	14%	9%	5%	6%	7%
55-64	57%	12%	11%	12%	14%	14%	11%	4%	5%	7%
65-74	58%	9%	6%	12%	15%	15%	8%	3%	4%	7%
75+	60%	6%	5%	9%	13%	11%	6%	1%	4%	5%

Notas: A pergunta era: «Das opções seguintes, quais considera serem as duas melhores formas de assegurar que a sua voz seja ouvida pelos decisores?»

Seguem-se a militância partidária e a assinatura de petições (ambas com 13%) na lista daquelas que os jovens consideram ser as melhores formas de fazerem ouvir a sua voz. Interessa reter o nível relativamente elevado da resposta referente à filiação partidária, uma vez que militar num partido político é, seguramente, uma forma «tradicional» de participação política. O declínio da filiação par-

tidária é uma tendência geral, mas a literatura revela que os jovens se sentem ainda menos atraídos pela militância em partidos políticos do que as gerações mais velhas. Porém, em comparação com outras opções, uma percentagem relativamente grande dos jovens inquiridos encarava ainda a filiação partidária como uma boa forma de fazer ouvir a sua voz. Além disso, os jovens com idades entre os 15-24 anos e 25-34 anos escolheram esta opção em proporções superiores às das gerações mais velhas, apesar de, neste caso, as diferenças entre grupos etários não terem sido significativas.

As três ações políticas menos preferidas – ou entendidas como menos eficazes – pelos jovens inquiridos são todas consideradas «novas» formas de participação política. Apesar da utilização generalizada da *Internet* e das redes sociais entre os jovens (ver subsecção 2.2), apenas 8% deles entenderam que a «participação em debates via *Internet*» estava entre as duas melhores formas de fazer ouvir a sua voz. No entanto, esta opção continuou a ser mais escolhida pelos inquiridos mais jovens do que pelos grupos etários mais velhos. Este padrão repete-se a propósito da adesão /apoio a uma ONG (opção escolhida por 7% dos jovens).

No âmbito geral, os resultados dos inquéritos Eurobarómetro corroboram constatações anteriores sobre as perceções dos jovens. Em primeiro lugar, os jovens confiam nas «novas» formas de ação, entre as quais as manifestações e as greves, em maiores proporções do que as gerações mais velhas. Em segundo lugar, os resultados ilustram bem as diferenças existentes entre as convicções e as ações políticas, ou seja, a menor participação dos jovens nas formas tradicionais de compromisso político não significa que sejam descrentes na eficácia das mesmas. Pelo contrário, a sua ausência pode advir de diferentes formas de perceber a cidadania (por exemplo, da cidadania baseada nos deveres à «cidadania empenhada»; ver Dalton, 2008), bem como da existência de potenciais obstáculos à participação. Estes obstáculos tanto podem ser reais como sentidos: a experiência de não ser ouvido devido à idade num fórum político pode traduzir-se num sentimento geral de exclusão das formas de tradicionais de influência sobre a tomada de decisão.

Por outro lado, enquanto, no caso do voto, a confiança na sua eficácia era relativamente elevada entre os jovens, isto apesar da sua fraca participação eleitoral, observa-se o contrário no caso da utilização da *Internet* e das redes sociais. Tal como se pôde ver na Figura 8, apenas 8% dos jovens inquiridos considerava que a participação em debates via *Internet* era uma das melhores formas de influenciar a decisão, isto apesar da utilização frequente destes fóruns no grupo etário mais jovem. Esta constatação sublinha também que os jovens não participam necessariamente nas ações políticas por as considerarem eficazes, antes preferindo aquelas em que se sentem incluídos.

Finalmente, a análise confirmou também o «europeísmo» relativamente superior dos jovens. A última secção debruça-se sobre este aspeto da mudança das perceções em relação à cidadania.

3. Os jovens e a sua perceção da cidadania da UE

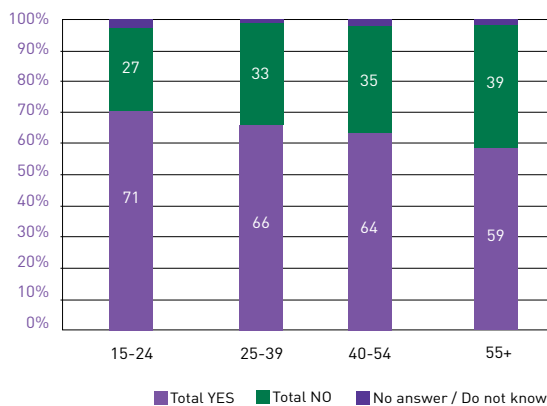
As transformações ocorridas nas sociedades europeias e nas vias de socialização predominantes, descritas na secção 1, induziram, naturalmente, alterações importantes na forma como os jovens enca-

ram e exercem a sua cidadania, a qual está na base da participação política. Um elemento essencial dessa transformação reside no desenvolvimento de estruturas supranacionais, e mais importante ainda, na União Europeia.

Efetivamente, as tendências da participação dos jovens destacadas na secção anterior refletem-se nos resultados de diversos inquéritos Eurobarómetro sobre o nível e os principais elementos do seu sentimento de pertença à União Europeia. Assim, se compararmos os diferentes grupos etários, verificamos que os jovens são os que mais se consideram cidadãos da UE.

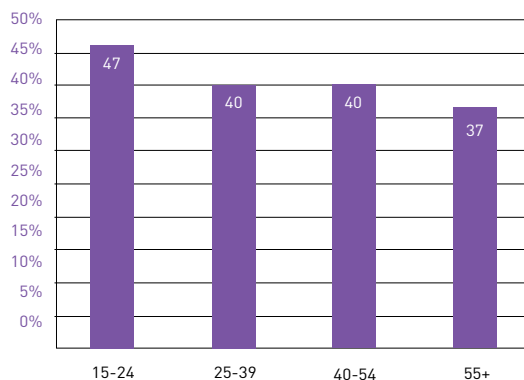
Os jovens na faixa etária dos 15-24 anos deram conta de sentimentos mais fortes em prol da cidadania da UE do que os grupos etários mais velhos (Figura 9). Apenas um em cada quatro dos inquiridos declarou não sentir qualquer identificação com a cidadania da UE. Esta proporção aumenta gradualmente com o aumento da idade dos inquiridos. A «supranacionalização» da política contemporânea, discutida na secção 1, e a decorrente emergência de várias «cidadanias» em substituição da tradicional cidadania nacional única (Spiro, 1997, in Bosniak, 2000) ajudam a explicar a maior identificação da população juvenil com a cidadania europeia.

Figura 9 - Em que medida diferentes grupos etários se sentem cidadãos da UE (%), média da UE, 2014



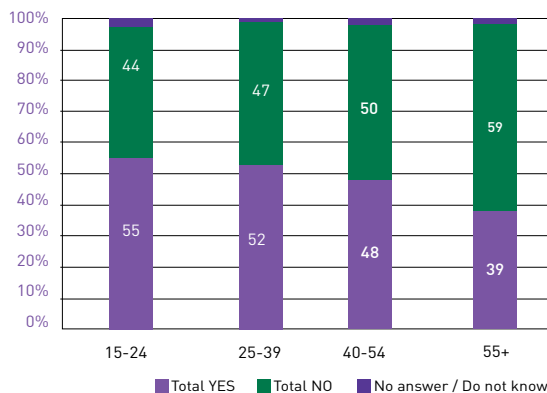
Este sentimento mais forte da identidade europeia anda a par com o maior nível de apreciação do processo de integração europeia. Quase 50% dos inquiridos do grupo etário dos 15-24 anos afirmaram ter uma imagem positiva da UE, tendo os grupos etários mais velhos registado taxas mais baixas (Figura 10). Embora possa, isoladamente, levar a conclusões pessimistas sobre o apoio à União Europeia entre a geração mais jovem (metade da amostra entrevistada não apoia o processo de integração europeia), este valor oferece uma perspectiva mais encorajadora, quando comparado com os níveis mais baixos de apreciação apresentados pelos grupos etários mais velhos.

Figura 10 - Percentagem de inquiridos com uma imagem positiva da União Europeia, por grupo etário, média da UE, 2012



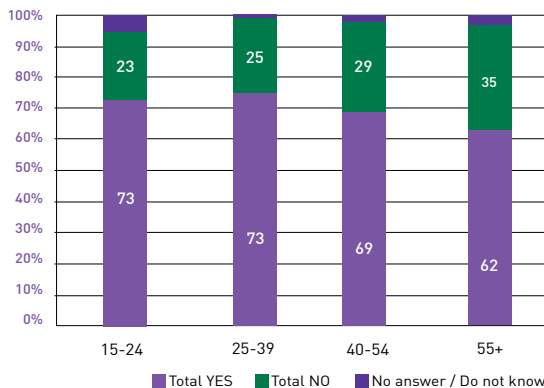
Possivelmente por causa do seu maior apego à União Europeia, os jovens consideraram-se mais informados e conhecedores dos direitos decorrentes da cidadania da UE do que os grupos etários mais velhos (Figura 11).

Figura 11 - Conhecimento dos direitos enquanto cidadão da UE, por grupo etário, média da UE, 2014



Em média, mais de metade dos jovens inquiridos afirmaram conhecer claramente, ou em certa medida, os seus direitos enquanto cidadãos da UE. Contudo, apesar de saberem mais sobre os seus direitos no quadro da UE do que a população em geral, os jovens evidenciaram ainda um grande interesse na aquisição de mais informações (Figura 12). A vontade de obter mais conhecimentos sobre os direitos associados à cidadania da UE diminui gradualmente com a subida da idade dos inquiridos.

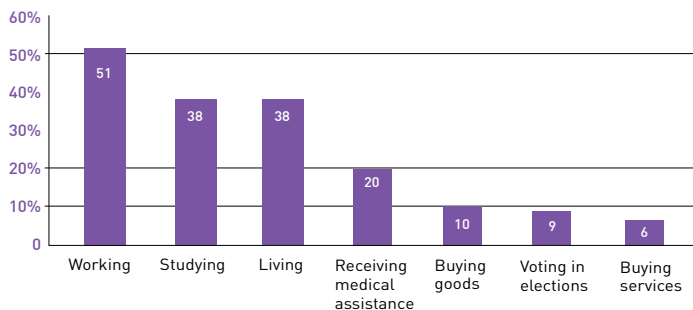
Figura 12 - Vontade de saber mais sobre os seus direitos enquanto cidadão da UE, por grupo etário, média da UE, 2014



A este respeito, os números são particularmente reveladores: cerca de três quartos dos jovens participantes no inquérito indicaram que gostariam de ter mais informações sobre os seus direitos enquanto cidadãos da UE. Este resultado contradiz abertamente a imagem dominante dos jovens desinteressados e desencantados. Pelo contrário, os números sugerem que os mais jovens têm interesse em ficar tão informados quanto possível sobre as oportunidades oferecidas pela pertença à UE. Para complementar esta imagem, a Figura 13 apresenta dados sobre os domínios em relação aos quais os jovens inquiridos gostariam de obter mais informações.

Figura 13 - Direitos dos cidadãos da UE noutros Estados-Membros da UE que não o Estado de origem sobre os quais os jovens (15-24 anos) gostariam de saber mais, média da UE, 2012

Fonte: Eurobarómetro Standard 78.



Notas: A pergunta era: «Enquanto cidadão da UE, sobre que direitos gostaria de saber mais?»

Os jovens indicaram que trabalhar, estudar e viver noutro Estado-Membro da UE são os três primeiros domínios de direitos associados à cidadania da UE que gostariam de conhecer melhor. Estas constatações não surpreendem, já que a educação, o emprego e o início de uma vida independente estão no cerne das aspirações dos jovens. Por força da instabilidade gerada pelas transições não lineares para a vida adulta, já referida na secção 1, o sentido de cidadania dos jovens manifesta-se cada vez mais sob a forma de ligações a várias comunidades apenas parcialmente sobrepostas, que se formam em torno de interesses e objetivos comuns e concretos. É influenciado pela mutabilidade dos estilos de vida dos jovens e não por uma identificação ao longo da vida, inspirada por um sentimento de pertença cultural, histórica e emocional.

De facto, os números apresentados sugerem uma perceção predominante da cidadania da UE baseada nas vantagens tangíveis da integração europeia. Para espoletarem o interesse dos jovens, estas vantagens têm de estar relacionadas com as questões mais importantes das suas vidas: obter qualificações adequadas, construir uma carreira profissional e assegurar boas condições de vida. Os aspetos da cidadania com uma ligação menos evidente a estas questões registam resultados claramente piores. Por exemplo, votar noutro país da UE não despertou o interesse de muitos inquiridos (menos de 10%). Tal como foi referido na secção 2, o voto parece ter deixado de cativar os jovens enquanto forma de participação política.

O predominante conceito de cidadania em função da «eficiência» não se confina às coortes jovens, caracterizando também as atitudes dos grupos etários mais velhos. Com o avanço da idade, cresce a percentagem de inquiridos que indica «receber assistência médica» como o direito sobre o qual gostariam de saber mais, tornando-se as respostas «estudar», «trabalhar» e «viver» noutro Estado-Membro menos importantes.

Em geral, os dados dos inquéritos Eurobarómetro analisados na presente secção revelam que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, na sua maioria, os jovens sentem-se europeus, demonstram apego e interesse pela UE, consideram-se bem informados sobre os direitos que decorrem da sua cidadania europeia e exprimem opiniões claras sobre o que reforçaria o seu sentido de cidadania, fornecendo assim indicações para um modo possível de aprofundamento da integração da UE.

Além disso, os jovens denotam mais atitudes positivas em relação à pertença à UE do que as gerações mais velhas. Em cada uma das dimensões abordadas na presente secção, a ligação e o reconhecimento da UE decrescem com o aumento da idade.

Por último, mas não menos importante, a fonte do entusiasmo dos jovens para com a cidadania da UE parece residir na apreciação das vantagens concretas que derivam da integração europeia. Esta é uma mensagem deveras informativa, em especial no atual clima de dificuldades económicas particularmente sentidas pelos jovens. De facto, o apoio ao projeto europeu demonstrado pela maioria dos jovens participantes nos inquéritos, apesar dos números preocupantes da exclusão social e do desemprego juvenis engendrados pela crise, revela a existência de fortes expectativas em relação à UE, bem como de um potencial significativo de participação e compromisso político por parte dos jovens.

4. Conclusão

Os inquéritos Eurobarómetro realizados entre 2011 e 2014 confirmam as constatações anteriores sobre a transformação da participação política dos jovens e das suas perceções de cidadania na União Europeia. Os jovens participam em atividades políticas diversas, favorecendo novas formas alternativas de participação política. Em comparação com as gerações mais velhas, os jovens não são menos ativos, mesmo num período de aumento do desemprego e da exclusão social entre eles.

Os inquéritos revelam também diferenças interessantes ao nível das convicções e comportamentos dos jovens: os jovens nem sempre participam em atividades que consideram ser eficazes. De facto, apesar do seu fraco nível de participação eleitoral, boa parte dos jovens inquiridos afirmou que o voto é uma forma eficaz de influenciar a decisão. Ao invés, embora muitos jovens exprimam as suas opiniões na *Internet* ou nas redes sociais, a percentagem daqueles que pensam que esta é uma das melhores formas de fazerem ouvir a sua voz foi relativamente pequena. Isto significa que o comportamento político dos jovens – pelo menos em parte – é motivado por outros fatores que não a perceção de eficácia das suas ações, por exemplo, os seus sentimentos de inclusão ou exclusão.

Os inquéritos Eurobarómetro mostram igualmente que os jovens têm uma maior identidade europeia do que as gerações mais velhas. Dado terem crescido numa época em que a integração europeia era um processo que já vinha muito de trás e cujas conquistas económicas e sociais se tinham enraizado na vida quotidiana, as jovens gerações exprimem um apego mais forte pela cidadania da UE do que os mais velhos e visam alimentar esse sentimento de pertença muito para diante no seu futuro.

No entanto, a transformação das perceções de cidadania e da participação política implica diversos desafios. Muitos jovens não desenvolveram o «hábito» de votar, o que pode dar origem a sérios problemas nas democracias eleitorais do futuro, caso esses jovens atinjam uma eventual «idade da desilusão» (Kestilä-Kekkonen, 2009). A educação para a cidadania nas escolas pode ser um instrumento fundamental para fomentar a informação e a compreensão dos processos políticos junto dos jovens. A aquisição de competências cívicas é fundamental para uma participação plena dos indivíduos na vida democrática. No entanto, conforme documentado por um estudo recente, os estudantes aprendem a cidadania não apenas com ensinamentos formais na sala de aula, mas também com atividades de participação direta na escola e nas comunidades locais (EACEA/Eurydice, 2012). Deste modo, a educação para a cidadania pode ser mais eficaz se estiver alicerçada num ambiente escolar onde os estudantes tenham a oportunidade de experimentar na prática os valores e princípios do processo democrático.

Além do reforço da aprendizagem formal e informal de competências cívicas no domínio da educação, importa também que a sociedade reconheça e valorize as atitudes dos jovens face à participação política, de modo a não desperdiçar o seu potencial em termos de mudança política e social. As expressões modernas da ação e comunicação políticas, tais como os fóruns online e as redes sociais, não contradizem as tradicionais, como o direito de voto, podendo até servir de instrumentos suplementares para promover o compromisso social e a participação política. Um dos desafios importantes que se colocam às instituições democráticas, a nível local, nacional e europeu, reside na sua capacidade para adaptar e incorporar as formas por vezes inovadoras de participação e evitar a perda do precioso contributo dos jovens.

Bibliografia

Bauböck, R., 2007a. Stakeholder Citizenship and Transnational Political Participation: A Normative Evaluation of External Voting. *Fordham Law Review*, 75(5), pp. 2393-2447.

Bauböck, R., 2007b. Why European Citizenship? Normative Approaches to Supranational Union. *Theoretical Inquiries in Law*, 8(2), pp. 451-488.

Bauman, Z., 2001. *The Individualised Society*. Cambridge: Polity Press.

Bauman, Z., 2009. Identity in the Globalizing World. In: A. Elliott and P. du Gay, eds. *Identity in Question*. London: Sage, pp. 1-12.

Beetham, D. and Lord, C., 2001. Legitimising the EU: is there a Post-parliamentary basis for its Legitimation? *Journal of Common Market Studies*, 39(3), pp. 443-462.

Bosniak, L., 2000. Citizenship Denationalised. *Indiana Journal of Global Law Studies*, 7, pp. 161-230.

Burns, N., Schlozman, K.L. and Verba, S., 2001. *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University Press.

Colley, H., Hoskins, B., Parveva, T., and Boezelen, P., 2005. *Social Exclusion and Young People*. Paper presented at Council of Europe and European Commission Youth Research Partnership, Budapest, 31 October-2 November 2005.

Dalton, R.J., 2008. Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation. *Political Studies*, 56(1), pp. 76-98.

EACEA (Education, Audiovisual and Culture Executive Agency)/Eurydice, 2012. *Citizenship Education in Europe 2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

EACEA, 2013a. *Youth Participation in Democratic Life*. EACEA 2010/03. [pdf] Disponível em: http://eacea.ec.europa.eu/youth/tools/documents/lse_study_on_youth_participation_2013.pdf [Acedido a 30 de julho de 2015].

EACEA, 2013b. *Youth Social Exclusion and Lessons from Youth Work: Evidence from literature and surveys*. [pdf] Disponível em:

http://eacea.ec.europa.eu/youth/tools/documents/social_exclusion_and_youth_work.pdf [Acedido a 22 de abril de 2013].

European Commission, 2011. *Youth on the move: Analytical report*. Flash Eurobarometer 319a. [pdf] Disponível em: ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_319a_en.pdf [Acedido a 22 de julho de 2015].

European Commission, 2012a. *European Citizenship: Report*. Standard Eurobarometer 77, Spring 2012. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_en.htm [Acedido a 25 de abril de 2013].

European Commission, 2012b. *European Citizenship: Report*. Standard Eurobarometer 78, Autumn 2012. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_en.htm [Acedido a 25 de abril de 2013].

European Commission, 2013. Europeans' engagement in participatory democracy: Report. Flash Eurobarometer 373. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_373_en.pdf [Acedido a 25 de abril de 2013].

European Commission, 2014. European Citizenship: Report. Standard Eurobarometer 82, Autumn 2014. [pdf] Disponível em: ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb82/eb82_citizen_en.pdf [Acedido a 22 de julho de 2015].

European Commission, 2015. European Youth: Report. Flash Eurobarometer 408. [pdf] Disponível em: ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_408_en.pdf [Acedido a 22 de julho de 2015].

European Parliament, 2012. Two years to go to the 2014 European elections: Focus on age groups. European Parliament Eurobarometer (EB/EP77.4). [pdf] Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2012/election_2012/focus%20age%20groups%20EN.pdf [Acedido a 25 de abril de 2013].

Furlong, A. and Cartmel, G., 2011. Social Change and Political Engagement Among Young People: Generation and the 2009/2010 British Election Survey. *Parliamentary Affairs*, 65, pp.13-28.

Hall, S., 1995. *Nationality, migration rights and citizenship of the Union*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

Harris, A., Wyn, J. and Younes, S., 2010. Beyond apathetic or activist youth. *Young*, 18(1), pp. 9-32.

Haste, H. and Hogan, A., 2006. Beyond conventional civic participation, beyond the moral-political divide: young people and contemporary debates about citizenship. *Journal of Moral Education*, 35(4), pp. 473-493.

Hessel, S., 2011. *Time for Outrage*. London: Quartet Books.

Hoikkala, T., 2009. The diversity of youth citizenships in the European Union. *Young*, 17(1), pp. 5-24.

Inglehart, R., 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.

Katz, R.S. and Wessels, B. eds., 1999. *The European Parliament, the National Parliaments and European Integration*. Oxford: Oxford University Press.

Kestilä-Kekkonen, E., 2009. Anti-party sentiment among young adults. *Young*, 17(2), pp. 145-165.

Mazzoleni, G. and Schulz, W., 1999. 'Mediatization' of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16(3), pp. 247-261.

Mycock, A. and Tonge, J., 2012. The Party Politics of Youth Citizenship and Democratic Engagement. *Parliamentary Affairs*, 65, pp. 138-161.

O'Toole, T., Marsh, D. and Jones, S., 2003. Political Literacy Cuts Both Ways: The Politics of Non-participation among Young People. *The Political Quarterly*, 74(3), pp. 349-360.

Pirie, M. and Worcester, R.M., 1998. *The Millennium Generation*. London: Adam Smith Institute.

Schaar, J.H., 1984. Legitimacy in the Modern State. In: W. Connolly, ed. *Legitimacy and the State*. Oxford: Blackwell, pp.104-134.

Sloam, J., 2013. 'Voice and Equality': Young People's Politics in the European Union. *West European Politics*, 36(3), pp. 1-23.

Soysal, Y.N., 1997. *Limits of citizenship: migrants and post-national membership in Europe*. Chicago: The University of Chicago Press.

Spiro, P.J., 1997. Dual Nationality and the Meaning of Citizenship. *Emory Law Journal*, 46(4), pp. 1411-1485.

Stoker, G., 2006. Explaining Political Disenchantment: Finding Pathways to Democratic Renewal. *The Political Quarterly*, 77(2), pp.184-194.

YCC (Youth Citizenship Commission), 2009. *Old Enough to Make a Mark? Should the Voting Age be Lowered to 16? Making the Connection? Building Youth Citizenship in the UK*. London: YCC.

Walker, N., 2001. The White Paper in Constitutional Context. In: C. Joerges, Y. Meny and J.H.H.Weiler, eds. *Symposium: Mountain or Molehill? A Critical Appraisal of the Commission White Paper on Governance, Jean Monnet Working Paper No.6/01* [online] Disponível em: <http://centers.law.nyu.edu/jeanmonnet/archive/papers/01/011001.html> [Acedido a 15 de maio de 2013].

OS JOVE
A MOBIL

NS E IDADE

OS JOVENS
E A MOBILIDADE

OS JOVENS E A MOBILIDADE PRESIDENTE DO PAINEL

MARIA NUNES PEREIRA
(GECKO BIOMEDICAL)



Diretora de Investigação na GECKO Biomedial, em 2015, é responsável pela linha de desenvolvimento de biomateriais adesivos, bem como pela transposição de tecnologia do contexto académico para o contexto da indústria.

Licenciada em Farmácia pela Universidade de Coimbra fez o doutoramento em sistemas de Engenharia Biomédica, no quadro do acordo MIT-Portugal.

Em 2014 foi distinguida pelo *Technology Review Magazine* do MIT-Massachusetts Institute for Technology, onde foi investigadora, integrando a lista do “Prémio Inovadores abaixo dos 35 anos” e em 2015 reconhecida pela revista *Forbes* como integrando a lista dos 30 abaixo dos 30 “em Saúde”.

Vamos dar início à sessão sobre a Mobilidade. Primeiro que tudo, eu gostaria de agradecer o convite de Sua Excelência o Presidente da República para estar aqui hoje e ter a oportunidade de presidir a esta sessão sobre a Mobilidade Jovem, já que é um tópico que me é particularmente próximo e que me diz bastante. Portanto, sem demoras.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, todos os convidados, senhoras e senhores.

Vivemos, sem dúvida, num tempo de mudança. Abriram-se fronteiras para permitir a livre circulação de bens e de pessoas. Vivemos num mundo em rede, onde a informação está acessível a todos muito rapidamente, onde estamos em contacto com as pessoas nas mais diversas partes do mundo. Apesar de todo este desenvolvimento, assistimos a uma crise económica mundial sem precedentes. Esta crise afetou os jovens de todo o mundo, em particular os jovens portugueses. Mudou-lhes os

sonhos, as aspirações, e levou à emigração jovem em massa. Se este facto for ignorado, poderá ter consequências irreversíveis para o país. No entanto, não julgo que esta onda migratória se possa comparar a ondas migratórias anteriores.

Posso, para isso, falar da minha atual experiência, tão similar à de outros jovens portugueses que tenho conhecido ao longo do meu percurso. Nasci num país, Portugal, onde existe um ensino público de qualidade, onde tive o direito à educação e onde atingi graus elevados de formação académica, sempre ao abrigo do sistema público português. Faço parte da geração portuguesa mais qualificada de sempre, onde, no entanto, falta uma massa crítica económica capaz de gerar emprego e criar valor para o país e conseguir integrar os jovens no mercado laboral. Para tal, como muitos, saí do país; criei a minha rede; tenho mentores e colegas em todo o mundo, que são fundamentais para a minha formação e para o sucesso da minha curta carreira.

Não saí por não existirem oportunidades para mim em Portugal – isso é um ponto assente –, mas por querer desafios maiores, passíveis de ter um impacto em todo o mundo, um impacto global.

A emigração irá ter consequências graves se permanecer unidirecional. No entanto, eu vejo hoje a emigração como uma oportunidade de criar novas redes, colaborações, contactos, num mundo cada vez mais pequeno. Portugal não pode ficar isolado desta rede e tem de contribuir ativamente para a sua implementação. Posso dizer que eu, mesmo estando fora, mantenho o contacto com grupos de investigação de excelência em Portugal, com quem procuro trabalhar, estabelecer colaborações e ir mais além, um pouco mais além com este trabalho. Coube a gerações anteriores possibilitar-nos a liberdade, a democracia e a educação; cabe a esta nova geração usar essa educação e desenvolver o país, criar valor e gerar oportunidades. É o nosso dever. Está na altura de mostrarmos ao mundo, não só a nossa capacidade de ética de trabalho – que julgo que já temos demonstrado ao longo de várias gerações –, mas também os nossos valores sociais, a nossa capacidade de liderança, de inovação e de criação de valor.

Este painel vai focar exatamente neste tema: como os jovens portugueses se integram no mundo, que oportunidades têm, e como estas oportunidades são essenciais para o seu desenvolvimento – pessoal, profissional –, e para a criação de massa crítica em Portugal. E sem mais demora, eu vou dar a palavra ao Bruno Neto, que tive a oportunidade de conhecer ontem, e que faz um trabalho extraordinário em todo o mundo, já estive por todo o lado, e nada melhor do que ele para descrever um pouco o seu percurso.

Obrigada. Sem dúvida, o Bruno é o perfeito exemplo como uma pequena dose de loucura é sempre essencial para irmos mais além, e como é gratificante podermos trabalhar a ajudar as pessoas e ao mesmo tempo podermos aprender e receber tanto delas.

Obrigada. A seguir vamos ter o Dr. David Cairns, que é irlandês, vem da Irlanda, está há dez anos em Portugal, e o seu trabalho foca-se em Mobilidade Juvenil.

Obrigado. Eu julgo que, desta apresentação, realmente o ponto essencial é que é necessário criar um sistema que favoreça a mobilidade de jovens e que esta esteja acessível a todos os jovens. E também que este sistema não leve a uma fuga de cérebros, que realmente haja mecanismos para apro-

veitar estes jovens com novas experiências, novas visões e novas redes de contactos, para que possam promover o país.

E sem mais demora, vamos passar ao Dr. Pedro Soares, que é atualmente diretor da Agência Nacional ERASMUS+ Juventude em Ação, e que vai falar sobre estes programas, como é que têm decorrido e que vantagens é que trazem para os jovens do país.

Obrigado, Pedro, por falares desta importância do sonho europeu para ajudar os jovens a adquirir competências transversais – são hoje essenciais para o mercado de trabalho. Acho que todos os membros deste painel têm uma atitude bastante otimista perante a realidade, perante o futuro, e acho que é importante mantermos este espírito otimista e trabalharmos para construir um país melhor. A mobilidade é essencial para o crescimento pessoal e profissional. É importante o país manter o contacto com esta diáspora jovem, que, mesmo estando fora, mesmo estando fisicamente longe, pode contribuir para o país. E hoje em dia, com todas as tecnologias que existem, o mundo é pequeno.

Obrigado.

OS JOVENS E A MOBILIDADE TESTEMUNHO

BRUNO NETO
(SOLIDARITES INTERNATIONAL)



Coordenador Técnico de programas humanitários e formador da ONG *Solidarités International/E, Oxfam/UK, Action Against Hunger/USA* acompanha atualmente comunidades na República Democrática do Congo.

A atividade humanitária levou-o a Angola, em 2014 e 2013, no quadro de programas de controlo da malária e de redução da mortalidade infantil, realizando palestras, encontros e visitas domiciliárias.

Em 2011 colaborou com a OIKOS, nas Honduras e com os Médicos do Mundo Espanha em Angola.

Em 2006 foi Responsável de Projetos no CNJ-Conselho Nacional de Juventude, tendo sido fundador e dirigente associativo da CISTUS – Organização de Desenvolvimento Local no Tramagal.

Detentor de múltiplas formações de educação não formal, é graduado nomeadamente em Estudos do Desenvolvimento e Desenvolvimento da Comunidade pelo Instituto Superior Politécnico de Beja, da Escola Superior Educação de Beja, ou em Logística de Campo em Emergências pelo *Chartered Institute of Logistics & Transport*, no Reino Unido.

A formação em exercício decorreu em inúmeros países, como Moçambique ou Cabo Verde, mas também no Ghana, Palestina, África do Sul, Egipto ou Jordânia.

Nos obstáculos, o sonho e a irreverência do risco de sermos melhores

E começo com uma estória...

Sherlock Holmes e o seu fiel amigo e assistente Watson decidiram fazer uma caminhada pela floresta. No fim de um longo dia de horas em caminhos definidos e trilhos não planeados, Sherlock Holmes e Watson chegaram a uma clareira que ambos consideraram perfeita para estabelecer o acampamento e

com a segurança perfeita para fazerem uma fogueira para preparar o jantar e para aquecer o inflamado gosto de uma boa conversa numa noite fria de verão. Depois de todos os bons momentos partilhados, o cansaço faz com que os dois amigos entrem na tenda e iniciem o merecido descanso para ganhar toda a força para continuar o caminho. A meio da noite Sherlock acorda e toca com o cotovelo em Watson até o acordar e no seu tom mais enigmático e filosófico questiona: Watson... diz-me o que vês.. (Watson meio estremunhado) olha para o céu e diz: Bem.. o céu está estrelado o que quer dizer que amanhã provavelmente teremos um pleno dia de sol. Sherlock continua a indagação e questiona: e mais Watson? Que mais vês? Bem.. Vénus está unido em graus exactos com Júpiter, o que faz com que tenhamos uma óptima visibilidade de Vénus e da Lua, por isso, amanhã só poderemos ter um excelente dia. Não, Não Não, exclama já Sherlock com alguma impaciência, que mais, Watson, que mais? Watson já mais desesperado tenta projectar ainda mais a sua veia Filosófica das 3 da manhã “A essência do que somos, a grandiosidade do imenso conhecimento que não alcançamos, faz com que sejamos pequenos com todo este universo à nossa volta”. Sherlock suspira, olha para o céu estrelado e numa voz calma e incisiva diz: Watson, não vês que nos roubaram a tenda?

A Religião começa aqui, junto às raízes, ao que somos e a todos os processos que nos ligam à nossa essência e aos mundos que tornam a nossa existência real e com todo o impacte de termos e fazermos sentido.

Filho de uma Professora e de um Pai Metalúrgico, sou de Tramagal, uma pequena vila de um conceptual Além Tejo, terra que durante muitos anos teve um enorme potencial social, cultural e económico devido à força da Metalúrgica Duarte Ferreira, uma das mais importantes empresas Portuguesas com várias patentes registadas na área da metalurgia ligada ao fabrico de peças e máquinas para a agricultura. Com o declínio da economia no início dos anos 80 e depois de algumas questionáveis opções de gestão que vieram a confirmar-se erradas, a Metalúrgica inicia o processo de insolvência.. e entre muitos outros, o meu pai foi dos primeiros a ser despedido. Todavia, de um momento cheio para um outro devastador, torna-se fantasma de si mesma. As pessoas vivem com dificuldades e muitas desistem da sua terra, outras continuarão até aos dias de hoje a viver no passado de “no meu tempo é que era bom”. Um imenso e denso marasmo existencial povoa a vida e o futuro de quase toda a gente.

Fartos desta alalia inoperante, eu e um grupo de 30 Jovens decidimos criar a Cistus - Associação Juvenil de Apoio ao Desenvolvimento Local. Criámos, provocámos e inovámos de forma a poderemos atingir os nossos objectivos de melhorar a qualidade de vida dos jovens, lutar pela justiça e equidade social e darmos uma nova vitalidade àquela terra que tanto não merecia estar na sombra de si própria. Com uma clara visão de termos Tramagal como centro do mundo, para além de todo o trabalho local e das diversas parcerias com associações locais e regionais, juntámo-nos ao Programa Juventude e iniciámos diversos programas de formações internacionais, programas de voluntariado e intercâmbio com associações de toda a Europa e mais tarde através do Programa EuroMed recebemos jovens de muitos países e demos a oportunidade a centenas de jovens de Tramagal e arredores de poderem conhecer as culturas de povos europeus e de todo o espaço mediterrânico, todo o Magrebe e Médio Oriente. Num desses intercâmbios, fui como líder da equipa portuguesa à Jordânia. Com a excepção de ter ido uma vez “comprar caramelos a Badajoz” nunca em 26 anos de existência tinha

saído de Portugal, estava no fim da universidade e estava um pouco perdido com tanto para dar e com poucas perspectivas para poder sonhar alto. Sendo a Jordânia a minha primeira verdadeira saída de Portugal, fiquei fascinado com o tão diferente que fui descobrindo e descobrindo em mim que muito mais nos aproximava que nos afastava. Durante o intercâmbio a Organização Jordana *Mount Nebo Association for Development* convidou-me para fazer 1 ano de Serviço Voluntariado Europeu para trabalhar em educação e formação de jovens, não tive grandes dúvidas para aceitar e só “teria de contar aos meus pais” a tal decisão. Mesmo que para eles não tenha sido fácil aceitar esta mudança radical, esta de facto viria a revolucionar a minha vida. Hoje com 36 anos e 10 anos depois, já vivi e trabalhei em 4 continentes e estive envolvido em Projectos em mais de 25 países. Dou-me igualmente por orgulhoso por saber que muitos dos sócios fundadores da Cistus estão nos 5 cantos do mundo a liderar empresas, organizações e instituições e que os jovens que formámos e que hoje seguram a organização continuam a ter exemplos e vontade para que nunca a sua “interioridade” seja motivo de castração situacional, mas sim uma forma de vida e de aprendizagens que permita dar imenso ao mundo à nossa volta.

Resumindo um pouco o meu percurso, depois de praticamente 2 anos e meio no Médio Oriente onde para além do voluntariado, trabalhei para a Universidade das Nações Unidas num projecto de Juventude e Liderança Global, trabalhei para uma ONG internacional Sueca num projecto intitulado *Follow the Women* onde coordenei os trabalhos de *back e front Office* onde cerca de 250 mulheres fizeram um percurso de bicicleta começando em Beirute, passando por Damascus e terminando em Amman na Jordânia, tudo para a promoção dos direitos das mulheres e sobretudo para a construção de um centro de empoderamento e de apoio psicossocial para jovens e mulheres Palestinianas afectadas pela ocupação dos territórios por Israel. No fim destes 3 projectos e com a necessidade de mudar, voltei a Portugal para tentar ser uma pessoa “normal” e voltar para continuar o meu percurso aqui. Trabalhei no Conselho Nacional de Juventude, onde tive a sorte e o prazer de conhecer a Carla Mourro, então Presidente da Direcção com quem trabalhei e aprendi imenso sobre políticas nacionais, europeias e globais de juventude, sobretudo através da CPLP. Contribuí activamente para a criação da 1ª Bolsa de Formadores de Educação Não Formal em Portugal onde fui um dos coordenadores e formadores. Pouco mais de 1 ano depois o contrato terminava e pouco tempo depois em concurso público entrei para a Câmara Municipal de Abrantes, sendo que ao mesmo tempo tenha sido seleccionado para trabalhar com a Oikos – Cooperação e Desenvolvimento como Representante de País e Coordenador de Projectos nas Honduras, num projecto Tri-Nacional (Honduras, El Salvador e Nicarágua) mais precisamente no Golfo de Fonseca na zona do Oceano Pacífico. Pensava a minha família que o filho iria regressar a casa finalmente, mas todos se enganaram, a vontade de aprender mais e de continuar a desconstruir-me para mais forte construir, acabou por me levar à América Central onde coordenei os trabalhos de construção de estradas, de um porto para pescadores tradicionais, trabalho com apicultores na melhoria da produção de mel, agricultores na melhoria dos processos de cultivo e gestão agrícola em alta montanha e instalação de sistemas de regadio. Trabalhei com camaronicultores, cooperativas de mulheres concheiras e com pescadores que entre o lançar matinal das redes e a apanha ao fim do dia reflorestavam os canais do golfo com árvores de Mangle.

Regressei um ano depois a Portugal e desta vez fiquei quase quatro anos. Estive três anos como Director da Campanha Pobreza Zero, onde fui em Nova York democraticamente votado para assumir a posição de representante Europeu no Conselho Global da Campanha Internacional do *Global Call to Action Against Poverty*. Três anos depois já algumas divergências e visões de gestão me separavam da Oikos, onde ficava sediada a campanha e, com alguma naturalidade, fui convidado a sair no fim do contrato. Depois de alguns meses a tentar ficar em Portugal, de enviar CVs para todo o lado e não arranjar trabalho, fui ao Centro de Emprego e a única proposta de trabalho foi de 250 Euros por mês para coordenar actividades num lar de idosos na Buraca, o que faria que só em transportes tivesse de pagar 1/3 do salário, naturalmente recusei e tive de repensar a minha vida e voltei a enviar CVs para fora de Portugal. No dia que fui convidado a assinar contrato com os Médicos do Mundo de Espanha para ir para Angola, o Primeiro Ministro da altura deu uma entrevista onde aconselhou os jovens a sair de Portugal, em tom de provocação escrevi nas redes sociais que já que não me queriam em Portugal e estava de saída. Imediatamente vários jornalistas de vários meios de comunicação me ligaram para que desse o meu testemunho, mas acabei por lhes explicar que ninguém mandava na minha vida, muito menos pessoas que não conheço e não considero sabias o suficiente para me aconselhar sobre o melhor caminho e futuro a seguir. Mas no fim apesar de ter sido uma escolha, o País não estava preparado para continuar a manter num vazio opaco muitos dos jovens que igual a mim queriam evoluir, aprender e quase sempre sem poder dar de volta.

Fui para Angola e trabalhei no interior como Coordenador de Incidência Política e Coordenador de Desenvolvimento Comunitário, aprendi imenso, trabalhei na promoção da saúde materno-infantil, na prevenção maternidade precoce, na formação às parteiras tradicionais, na promoção dos comités de prevenção de mortalidade materna e infantil, etc. Um ano mais tarde fui convidado por uma ONG internacional Americana – *Population Services International* para ser o Gestor da Distribuição Massiva e Gratuita de redes mosquiteiras em 3 Províncias de Angola (Malanje, Kwanza Norte e Zaire) foram distribuídas redes para mais de 1 milhão de pessoas e assim pude contribuir activamente e uma vez mais para a redução da mortalidade, desta vez pela Malária, que continua a ser uma das principais causas de morte em Angola. Por ter dado formação ao Programa Nacional de Controlo da Malária e por ter introduzido ferramentas inovadoras de Gestão, fui convidado a assinar contrato com o Ministério da Saúde de Angola e ser o Coordenador Nacional de Monitoria e Avaliação. Aprendi muito nos dois anos e meio que estive em Angola, um país com gente fabulosa, com imensos desafios mas com uma imensa vontade de melhorar e ser um dos líderes dos processos de desenvolvimento em África. Diz-se por lá que quem bebe água do Bengo, em Angola fica. Ainda que não tenha ficado, sei que um dia lá voltarei.

Nos dias de hoje vivo e trabalho na Republica Democrática do Congo, na Cidade de Goma onde sou coordenador de um Consórcio Internacional de ONG - *Oxfam GB, ACF USA, Solidarités International* e Unicef. Assumi a posição de *Matrix Manager* e sendo a Cólera e as doenças hídricas das principais formas de morte em África, apostámos forte e iniciámos um processo de desenvolvimento de um produto de tratamento de água para colocar no mercado e para que qualquer pessoa de qualquer extracto social possa tratar a sua água em casa a um preço mínimo e desta forma possa fazer imenso pela sua saúde e da sua família e assim reduzir os casos fatais.

Hoje estou na RD Congo, amanhã não sei onde estarei, porque tudo depende e sempre dependerá dos processos de aprendizagem. Preciso sempre de saber que estou a aprender que estou a crescer pessoalmente e profissionalmente, preciso de sentir que o que estou a fazer tem impactes positivos nas organizações onde trabalho, nas comunidades com quem trabalho e com os meus pares.

Mas vivo e sinto sempre a mesma tendência para sonhar longe mas viver na realidade do que verdadeiramente sou e, na mesma senda do Sherlock Holmes, mesmo que muitas das vezes os meus bilhetes de avião tenham escrito Ida e normalmente para muito longe, todos eles têm sem dúvida uma efectiva vinda para a realidade que é o nosso país, a nossa tenda conceptual e que jamais nos irão roubar.

Apesar de estar a dar o meu testemunho como um jovem que contra quase todas as probabilidades tinha tudo para falhar, sei que os riscos que corri, que continuo a correr, são sempre por uma causa maior, algo superior a mim e que valha a pena todos os segundos vividos desta vida tão perene como as folhas de Plátano do Largo dos Combatentes. Sei que não sou a regra, sou talvez mais uma excepção de tantos talentos que ainda não conseguiram dar o salto para o patamar onde merecerão estar.

E por isso temos de conhecer o país, temos de ter ferramentas de mapeamento de necessidades e de gestão sérias e mensuráveis. Temos de saber quais os caminhos que poderemos seguir para preparar e formar de forma consciente e bem planificada esta juventude que tanto merece. Eu não quero saber se nas estatísticas os jovens estão empregados, isso não diz quase nada, deveremos saber se estes e estas jovens estão a trabalhar na área para a qual tiveram formação, se o dinheiro que investiram na sua educação e formação valeu a pena e se está a ter retorno. De forma igual todo o dinheiro que o Estado investiu nessa mesma formação está a render e a dar de volta ao país aquilo que este precisa em termos de recursos humanos qualificados e resultados socioeconómicos que nos façam sair desta dívida existencial.

Este país precisa de jovens, este país precisa de gente qualificada e com uma visão global que possa fazer como eu também fiz de Tramagal o centro do Mundo. Precisamos de dinâmicas reais entre o interior e as grandes metrópoles, entre o nacional e o internacional, incentivar ao Desenvolvimento Glocal e trabalhar para que Portugal seja todos os dias o centro de todas as prioridades e aplicabilidades e que o “cimentinho” das instituições como diria Helena Cidade Moura, que são dominadas por um estranho *establishment*, possam projectar estes jovens e toda a sua irreverência e *know-how* para a sua direcção e desta forma ganhar a dinâmica para fazer de Portugal não só o centro de si mesmo mas que possa ser o centro do Mundo.

Agradeço à minha família toda a paciência e liberdade de escolha que me deram.

Agradeço ao Senhor Presidente o convite, o trabalho e excelência de todo o *staff* da Presidência e pela oportunidade para partilhar com o mundo a minha visão, o meu testemunho e a minha estranha forma de vida.

OS JOVENS E A MOBILIDADE CONFERENCISTA

DAVID CAIRNS
(CIES-ISCTE)



Investigador do CIES-Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.

Doutorado em Sociologia pela *University of Ulster*; tem efetuado investigação recente sobre juventude, migrações, a crise económica, participação.

Os seus atuais projetos de investigação incidem sobre os tópicos “Luso-descendentes ‘Regressados’ em Portugal: Identidade, Pertença e Transnacionalismo” (2013-2015) e “*MY-PLACE: Memory, Youth, Political Legacy and Civic Engagement (2011-2015)*”.

As publicações mais recentes incluem o título “*Here Today, Gone Tomorrow? Student Mobility Decision-Making in an Economic Crisis Context*”, *Journal of International Mobility*, 2014.

Compreender a mobilidade dos jovens: uma visão externa da circulação dos jovens

Introdução

Dado o crescente reconhecimento da importância da circulação geográfica dos jovens, tanto na agenda política como na da investigação, o tema da mobilidade dos jovens despertou recentemente um interesse significativo no domínio das ciências sociais. Esta evolução reflete-se no facto de, na última década, se ter assistido a uma explosão do número de estudos publicados sobre este tema e a um investimento sustentado em plataformas de mobilidade institucional, sobretudo no âmbito dos programas Erasmus da Comissão Europeia, constituindo agora a circulação de jovens uma componente de processos mais gerais de internacionalização e europeização, no quadro dos sistemas de ensino superior (Altbach e Kni-

ght, 2007; Gürüz, 2008; Dale e Robertson, 2009). O presente capítulo debruça-se sobre esta questão, analisando o valor da mobilidade internacional para os jovens, no contexto do seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, e para a sociedade, com ênfase na compreensão da circulação dos jovens qualificados, centrando-se no atual contexto português.

Apesar do reconhecimento que este tema merece atualmente, a mobilidade dos jovens encontra-se subteorizada devido ao défice de estudos abrangentes baseados em elementos factuais. Verifica-se, nomeadamente, uma tendência para descrever movimentos já ocorridos em termos económicos simplistas, em vez de se identificar uma série mais abrangente de fatores eventualmente suscitadores da decisão de sair para o estrangeiro. Por este motivo, concentrar-me-ei em isolar as condições que criam o impulso da mobilidade e ajudam a sustentar a prática da mesma, bem como em avaliar o impacto de uma estadia inserida no quadro da mobilidade no desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, no quadro da União Europeia, a forma como encaramos este tema é um pouco enviesada não só pelos desequilíbrios regionais do investimento em investigação, mas também pela concentração em determinadas formas privilegiadas de circulação. O exemplo mais elucidativo deste «enviesamento» é a ênfase dada à mobilidade dos estudantes de elevado desempenho das universidades de elite nas sociedades anglófonas (Brooks e Waters, 2011). Assim, sabemos mais sobre a mobilidade praticada em circunstâncias excecionais, muitas vezes por jovens excepcionalmente talentosos, do que no seio de populações de jovens social e demograficamente mais amplas. Esta situação tem consequências no desenvolvimento de uma compreensão da mobilidade juvenil praticada em países como Portugal ou em sociedades nas quais as oportunidades educativas e profissionais são limitadas ou estão em declínio, pois a necessidade e o desejo de circular podem neles ser mais generalizados do que nos países da Europa central e setentrional. Estas reflexões iniciais constituem o ponto de partida para o presente capítulo, que visa esclarecer o significado de mobilidade dos jovens e propor ideias para gerir a sua circulação. A abordagem adotada consiste em retirar ensinamentos de desenvolvimentos recentes apresentados em estudos internacionais, entre os quais perspectivas baseadas no meu próprio trabalho, introduzindo assim uma visão externa sobre o tema em análise.¹

O desafio da compreensão da mobilidade dos jovens

Tal como referi em publicações anteriores, houve, no passado, uma tendência de complacência em relação à mobilidade dos jovens. Esta atitude foi especialmente frequente no domínio da geografia humana, na qual a circulação dos jovens era tida como subsidiária dos processos de migração «adultos» ou relegada à condição de mera atividade de lazer (Cairns, 2014, pp. 11-14). Noutras disciplinas das ciências sociais, tem existido uma focalização algo pragmática nos aspetos da mobilidade que preenchem as agendas políticas. Entre eles estão a migração humana por motivos de emprego, os efeitos ambientais dos sistemas de transporte globalizados e o desafio dos fluxos populacionais ilegais ou indesejados. Se bem que esta focalização seja compreensível, dada a relevância destas questões, esta abordagem levou a

1. Muitas destas perspectivas incluem constatações decorrentes de uma bolsa de investigação de cinco anos no âmbito do programa Ciência 2008, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), subvenção n.º SFRH/BPD/46614/2008.

que formas menos controversas de circulação geográfica, como a dos jovens, fossem tendencial e injustamente marginalizadas.

Um dos domínios em que a circulação geográfica de crianças e jovens é tratada com maior seriedade é o da educação, em especial a nível universitário. Este reconhecimento é explicável pelo facto de certas instituições do ensino superior dependerem agora dos fluxos de estudantes estrangeiros como fonte de rendimento, por exemplo, sob a forma de propinas pagas por esses estudantes. A importância estratégica e económica destes indivíduos para estas instituições explica por que razão os estudos sobre a mobilidade juvenil se centraram nos jovens provenientes de grupos sociais privilegiados, que visam frequentar um número reduzido de universidades de elite «de nível mundial» (Findlay et al., 2012). Paralelamente, a investigação levada a cabo a nível europeu tem incidido na circulação via plataformas institucionais, outro campo acusado de elitismo no passado (Murphy-Lejeune, 2002). Neste caso, a agenda da investigação debruçou-se sobre a integração desta forma de intercâmbio no processo de construção do Estado europeu, no qual o estudante móvel materializa uma espécie de proto-europeísmo apátrida. Por este motivo, o foco principal tem recaído sobre as consequências identitárias da mobilidade institucional e sobre a possibilidade de programas como o Erasmus se converterem num traço definidor de toda uma geração de jovens (Feyen e Krzaklewska, 2013; Sigalas, 2013; ver também Kuhn, 2012; Mitchell, 2014).

Considerando o que significa esta situação no contexto português, e tal como sucede em qualquer país desprovido de uma grande concentração de instituições de ensino superior de elite ou de instalações com oferta de formação para cientistas especializados, a saída para o estrangeiro afigura-se necessária para a prossecução de muitas carreiras, em especial a nível da pós-graduação e do pós-doutoramento (Araújo, 2007; Fontes, 2007; Delicado, 2011). Mais recentemente, a crise económica associada à crise financeira mundial levou a um decréscimo acentuado das oportunidades no mercado de trabalho nacional, criando assim outro imperativo de mobilidade. Considerando que esta última situação em particular pode ter impacto nos estratos médios da população jovem, por oposição a grupos de nicho como os filhos de pais com elevados níveis de recursos sociais e económicos, o desafio que se coloca passa por compreender a mobilidade praticada e a forma como deve ser gerida numa faixa de população jovem social e demograficamente diversa, por oposição aos exemplos de âmbito restrito acima mencionados.

Mobilidade durante a juventude

As perguntas mais importantes a respeito do significado da mobilidade dos jovens permanecem, em grande parte, sem resposta. Uma preocupação fundamental prende-se com o que poderemos designar por dimensão especificamente juvenil da circulação durante a juventude, que corresponde ao desbloquear das sinergias latentes entre o desenvolvimento pessoal/profissional e a mobilidade, ao potencial de progressão do primeiro através da prática da última. Outra forma de olhar para esta questão passa por seguir a abordagem de reputados estudiosos da juventude, que costumam agrupar os desafios com que os jovens se deparam na categoria das «transições para a vida adulta» (por exemplo, Furlong e Cartmel, 1997). Estas incluem tarefas sociais e de desenvolvimento como a conclusão do ensino a tempo inteiro e a entrada no mercado de trabalho, a mudança da casa dos pais para a sua própria residência,

o estabelecimento de relações duradouras e a parentalidade (Shanahan, 2000). Podemos acrescentar a esta lista a ideia mais abstrata de que a vida adulta e independente deve ser iniciada ao atingir uma determinada idade, normalmente entre o início e meados da casa dos vinte anos, na maioria das sociedades ocidentais.

As teorias das transições existentes corroboram a importância da diversidade regional nos momentos e na probabilidade de realização destas tarefas, mas partem do princípio de que a realização dessas transições será espacialmente estática, ou seja, ocorrerá, se não exatamente no mesmo local, pelo menos no mesmo país. Contestei esta posição no meu trabalho, tendo por isso proposto aquilo que designei por «mobilidade nas transições» (Cairns, 2008). Esta implica aceitar a ideia de que pode ser benéfico para alguns jovens sair para o estrangeiro para facilitar a consecução de determinados objetivos dos paradigmas de transição, quer no âmbito de intercâmbios relativamente curtos ou de períodos mais prolongados. Este tipo de mobilidade aplica-se em especial aos jovens que vivem em locais caracterizados por oportunidades limitadas ou por outras formas de exclusão com base em fatores como o género, a classe social ou a pertença a um grupo de uma minoria nacional ou étnica, representando assim uma importante forma de correção das desigualdades sociais e regionais. Deste modo, a mobilidade passa a ser um trunfo das transições a incorporar na nossa análise sobre como os jovens se tornam pessoas independentes, incluindo, e não excluindo, os não pertencentes a grupos demográficos favorecidos.

Circulação institucional e liberdade de circulação

A abordagem deste domínio da investigação permite observar desde logo que a prática da mobilidade pelos jovens assume muitas formas diferentes e é empreendida por várias razões. A saída para o estrangeiro pode ser breve ou prolongada e visar uma melhoria das perspetivas de carreira e o reforço de competências e capacidades, ou antes o acesso a oportunidades não disponíveis perto de casa. Em alternativa, a mobilidade pode representar uma oportunidade de experiência de vida e de realização através de uma vida numa sociedade diferente e da construção de capacidades interculturais, por exemplo, a fluência numa língua estrangeira. Estas não são necessariamente posições «extremadas»: pode haver uma conjugação de motivações diferentes, da mesma forma que curtas estadias no estrangeiro podem levar a permanências mais prolongadas numa fase posterior da vida. Mas, apesar desta diversidade, é possível dicotomizar a mobilidade dos jovens em duas categorias principais: por um lado, a circulação com mediação institucional; por outro, a prática por conta própria da livre circulação.

A primeira destas modalidades é especialmente relevante entre as populações estudantis, visto incluir o intercâmbio entre instituições de ensino superior de diversos países. Esta forma de circulação é designada por mobilidade institucional, uma vez que estes intercâmbios são normalmente promovidos por instituições, universidades e outras organizações de ensino e formação que asseguram a emissão e o acolhimento dos estudantes (por oposição à circulação organizada pelos jovens a título individual), geralmente, mas nem sempre, com o apoio financeiro de organizações como a União Europeia.²

2. No que se refere ao programa Erasmus, nem todos os participantes são apoiados com subvenções. No ano letivo de 2012/2013, 6621 intercâmbios não tiveram subvenções da UE (Comissão Europeia, 2014, p. 7).

Desde o seu lançamento, em 1987, o programa Erasmus, incluindo na sua forma atual de iniciativa Erasmus+, é o exemplo mais marcante desta forma de mobilidade, não detendo, porém, o monopólio dos intercâmbios institucionais: esta forma de circulação está bem estabelecida nas disciplinas académicas em que se retira uma vantagem óbvia de uma curta estadia no estrangeiro, destacando-se naturalmente as línguas modernas, com a participação em atividades como campos de férias de aprendizagem de línguas e estágios em empresas estrangeiras, igualmente populares em muitos países (Weichbrod, 2014). Mas enquanto muitas destas viagens ao estrangeiro podem ter uma duração relativamente curta, não mais do que semanas ou meses, um intercâmbio no âmbito do programa Erasmus pode implicar uma estadia de um ano numa universidade estrangeira, com a obtenção de um diploma pelo tempo dessa estadia. É também de referir o regresso garantido à sociedade de origem, que afasta o risco de uma estadia no âmbito do programa Erasmus ser a antecâmara de uma opção de migração, porquanto uma estadia demasiado prolongada configura um risco de perda de reconhecimento.

A segunda modalidade da mobilidade está menos bem definida e, se bem que seja difícil avaliar em termos de popularidade, constituirá, com toda a probabilidade, um modo mais comum de circulação do que a mobilidade institucional, dada a profusão de formas que pode assumir e o facto de os jovens enquanto tal, e não apenas na qualidade de estudantes, poderem praticar várias formas diferentes de mobilidade por conta própria durante a sua juventude. Estas podem ir das curtas viagens ao estrangeiro para trabalhar, estudar ou em lazer a uma migração mais ou menos permanente. Pode também acontecer que estadias inicialmente pensadas como visitas de curta duração se transformem em situações de migração por tempo indeterminado ou permanente, dado não existir nenhum «controlo» institucional desta circulação que garanta o regresso à sociedade de origem. Tal como o próprio termo indica, a livre circulação é pautada pela iniciativa e pelos recursos próprios dos jovens, a par do apoio prestado pelas redes familiares e sociais (Dobson, 2009; Skelton, 2009; Tyrrell et al., 2013; Smith et al., 2014). Assim sendo, a decisão de saída é tomada pelo jovem a título individual, assim como a decisão do momento do regresso, quando se verifica, o que torna esta forma de mobilidade imprevisível. Esta característica acrescenta-lhe ainda um fator de instabilidade, pois circular sem a proteção de uma rede de segurança institucional acarreta um risco considerável de enfrentar obstáculos imprevistos e dificuldades várias.

Mobilidade dos jovens licenciados

Embora com uma prática bastante diversificada, a mobilidade dos jovens licenciados constitui um cenário de livre circulação particularmente interessante. Consiste na circulação de jovens recém-diplomados para aproveitar oportunidades de trabalho, formação e estudo consonantes com o seu nível de competências e qualificações. Devido à rica natureza da educação e das competências destes jovens, e ao facto de se tratar de uma grande população, este é um campo importante no domínio mais amplo da mobilidade juvenil. Comparativamente às gerações anteriores, os níveis de participação no ensino superior são relativamente elevados em toda a Europa, sendo que, em certos locais, ascendem a 50% de uma coorte específica de jovens. O facto de estarmos a falar de jovens qualificados obriga-nos também a assinalar que, em países como Portugal, o recente decréscimo de oportunidades no mercado de traba-

lho, com elevados níveis de desemprego entre os licenciados e a generalização da precariedade laboral dos que estão empregados, pode instar os jovens a pensar numa saída para o estrangeiro. Porém, esta observação precisa de ser temperada com a ressalva de que essa saída poderá ter-se tornado mais difícil por força da diminuição dos recursos disponíveis para financiá-la (Alves et al., 2011; Cairns et al., 2014; Cairns et al., 2016). No entanto, mesmo a perda de um número relativamente reduzido de jovens com competências estrategicamente importantes constitui sempre um problema, em especial num período de vulnerabilidade económica (Cairns, 2015a). Isto significa que a mobilidade dos licenciados vai ser um domínio de importância acrescida para a sociedade devido ao risco de fuga de cérebros, a par da potencial ocorrência de um fenómeno mais benigno de «circulação de cérebros» (Gaillard e Gaillard, 1997; Guth e Gill, 2008; Jons, 2009).

Não obstante o relativo pânico veiculado pela comunicação social face à perspectiva de um êxodo massivo dos jovens portugueses, esta situação é ainda uma exceção. A mobilidade dos licenciados é um empreendimento oneroso em termos de encargos financeiros e altamente dependente da informação detida sobre o destino da saída. Carece, portanto, de uma ponderação e uma preparação criteriosas, bem como, aspeto não menos importante, de um bom conhecimento da natureza dos mercados de trabalho estrangeiros e dos circuitos internacionais do ensino superior. Os recém-diplomados necessitam igualmente de investir de forma sensata o seu capital académico acrescido (Cairns, 2014). Este é um pré-requisito fundamental para prevenir o eventual esgotamento das competências e capacidades adquiridas durante o curso de licenciatura. Esta reflexão conduz-nos à situação atualmente vivida por muitos jovens portugueses: a incerteza quanto ao futuro devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho nacional onde possam fazer uso dos seus talentos. Esta situação gera tensões pelo facto de a gestão dos sistemas de mobilidade institucional dos jovens não ter sido concebida para facilitar a migração para o exterior, mais ainda quando os potenciais migrantes poderão não ambicionar «apenas» reforçar as suas competências de empregabilidade ou aprofundar o conhecimento intercultural de outro país, frequentando, por alguns meses, uma universidade estrangeira. Confrontados com a incerteza no seu mercado de trabalho nacional, mostram-se mais dispostos a procurar oportunidades de trabalho e de estudo, vistas não como um meio de melhorar as perspectivas futuras, mas antes como forma de obtenção de uma base segura no presente. Infelizmente, a mobilidade institucional não reconhece esta atitude. Consequentemente, perante aquilo que são, sem dúvida, alguns dos caminhos mais difíceis para assegurar emprego, os licenciados não têm grande alternativa senão enveredar pela livre circulação. Tal como já observado, a natureza desregulada desta circulação gera riscos significativos, tais como a incapacidade para iniciar a mobilidade e a emergência de receios políticos devido à fuga de cérebros.

Prevalência da mobilidade dos jovens

Outra questão alvo de controvérsia reside na avaliação da prevalência da mobilidade dos jovens, nomeadamente na determinação do número de jovens que circulam entre os vários Estados-Membros da UE. Os níveis de circulação são difíceis de estabelecer devido à falta de um mecanismo de registo sólido e global, nomeadamente no que respeita à livre circulação entre os Estados-Membros da UE, bem como a dificuldades mais genéricas de quantificação de vários aspetos ligados aos estilos de vida dos jovens. Dada a falta de documentação sobre muita desta mobilidade, pouco mais nos resta fazer do que fixarmo-nos na avaliação da popularidade da circulação quantificada, como é o caso da mobilidade estudantil institucional, apesar de reconhecermos que esta não representa a totalidade da circulação dos jovens. A análise estatística de dados relativos à mobilidade dos estudantes tende a dar conta do caráter excecional dos intercâmbios e da elevada variabilidade dos fluxos de entrada e saída de estudantes nas diversas regiões europeias (Kelo et al., 2006; Orr, 2011; Teichler et al., 2011). Os dados do programa Erasmus traçam também um quadro de desequilíbrio na circulação de estudantes, sugerindo que, na UE, certos países funcionam mais como «emissores» de estudantes, enquanto outros atuam como países «de acolhimento», inserindo-se Portugal nesta última categoria (Cairns, 2015b). Apesar da crescente importância dos estágios profissionais (ver Deakin, 2014), esta forma de mobilidade consiste, na maior parte dos casos, em intercâmbios realizados durante o curso de licenciatura, com cerca de 250 mil participantes anuais de 33 países (a UE 28 mais a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega, a Suíça e a Turquia), com um custo estimado para os contribuintes europeus de 3,1 mil milhões de euros (Comissão Europeia, 2014).

Quanto à sua popularidade geral, segundo as estatísticas da própria Comissão Europeia, desde a sua criação, em 1987, cerca de 3 milhões de estudantes, estagiários e professores «fizeram um Erasmus» (Comissão Europeia, 2014). Outra forma de abordar a questão será estimar que cerca de 5% dos estudantes da UE participem agora nos intercâmbios do programa Erasmus, que contaram com a participação de cerca de 270 mil jovens de 33 países durante o ano letivo de 2012-2013 (Comissão Europeia, 2014, pp. 5-8). Deste ponto de vista, o programa pode ser visto como um êxito quantitativo, mas a insuficiência de dados sociodemográficos condiciona as conclusões sobre questões importantes como a participação por sexo e a inclusão de diferentes grupos socioeconómicos e minorias (Jöns, 2011). As estatísticas publicadas mais recentemente, referentes ao ano letivo de 2012/2013, indicam também níveis relativamente baixos de saídas para o exterior a partir de países eurocéticos como o Reino Unido e de sociedades afetadas pela crise económica, entre as quais Portugal. O programa Erasmus mostra-se mais dinâmico no centro da Europa, com países como França, Alemanha, Itália e Polónia a serem os principais beneficiários em termos do número de participantes que saem para o estrangeiro.³

3. Importa assinalar a existência de outras plataformas de mobilidade institucional. Efetivamente, a UE tem um longo historial de apoio a iniciativas de mobilidade destinadas a escolas secundárias (Comenius) e no domínio da formação profissional (Leonardo da Vinci), muitas das quais integradas com o programa Erasmus no âmbito da iniciativa emblemática Juventude em Movimento, no período de 2010- 2014, bem como de políticas direcionadas para os jovens no quadro do programa Juventude em Ação, as quais visam promover o intercâmbio intercultural num contexto de aprendizagem não formal (Kuhn, 2012, p. 997).

A questão da migração dos jovens, que equivale a estadias com mais de um ano de duração, é, como se assinalou anteriormente, difícil de avaliar no quadro da UE. A nível mundial, é possível obter uma indicação aproximada dos níveis de migração de estudantes com base nos dados estatísticos recolhidos pela UNESCO, publicados na sua base de dados online «Global Flow of Tertiary-Level Students» («Fluxo Global de Estudantes do Ensino Superior»)⁴. Os números publicados mais recentemente (2011/2012) mostram que, em termos mundiais, deverá haver cerca de 4 milhões de estudantes a estudar fora dos seus países de origem. A Ásia Central alberga a maior população estudantil móvel, com cerca de 156 600 casos em 2012 e um rácio de mobilidade de saída (7,5%) bastante superior ao nível de entrada (3,5%), o que deixa perceber que é mais de duas vezes mais popular sair para estudar no estrangeiro do que ir estudar para esta região. Ao mesmo tempo, a América do Norte, com 1,4% de estudantes do ensino superior a sair para o estrangeiro, a Ásia Meridional (1,4%), e Ocidental (1,0%) e a América Latina e Caraíbas (0,9%) registavam as menores percentagens. Estas tendências gerais denotam que a migração de estudantes poderá ser menos comum no contexto europeu do que noutras regiões do globo, isto apesar de certos países europeus, com destaque para o Reino Unido, França e Alemanha, poderem ser vistos como destinos populares por estudantes de dentro e fora do continente. De acordo com a repartição efetuada pela UNESCO, estes países acolhem, respetivamente, 11%, 7% e 5% do total de estudantes móveis. Olhando com maior minúcia para o perfil da migração de estudantes europeus, o Reino Unido surge, de acordo com os dados da UNESCO, como o maior importador de talentos da Europa, com um nível de migração líquida de estudantes de quase 400 mil indivíduos. Nos outros países da Europa, apenas França e a Alemanha acolhem números significativos de estudantes, ressaltando-se que os Países Baixos e a Áustria registam um número relativamente grande de migrantes estudantes face à dimensão das suas populações estudantis.

Embora estes números apresentem, incontestavelmente, muitos dados de interesse para os estudiosos da mobilidade dos jovens em geral e para os interessados na mobilidade entre diferentes instituições do ensino superior de diversos países em particular, Portugal não ocupa um lugar de grande relevo nas repartições da UNESCO. Segundo os números mais recentes, havia 9 525 estudantes portugueses a estudar no estrangeiro, sendo os destinos mais procurados o Reino Unido, a França e os Estados Unidos, enquanto o país acolhia 14 541 estudantes estrangeiros, na sua maioria oriundos dos restantes países lusófonos. O Brasil era, de longe, o país mais bem representado, com 4 769 estudantes, seguido de Angola (1 584) e de Cabo Verde (1 548). Assim, em relação aos jovens estudantes do ensino superior, Portugal parece corresponder, enquanto país emissor, ao padrão europeu de país com um número relativamente reduzido de migrantes estudantes estabelecidos no estrangeiro. Já os fluxos de entrada seguem uma lógica diferente, com a popularidade do país enquanto destino a ficar largamente restringida aos países que fazem parte dos sistemas de migração consolidados da lusofonia (Baganha e Góis, 1999). Esta situação remete para a existência de um potencial considerável por explorar em matéria de atração de estudantes, questão que, por via disso, será sem dúvida do interesse das universidades portuguesas.

4. Convém acrescentar que a UNESCO não especifica como obtém os seus números, afirmando apenas que estes são recolhidos anualmente junto dos serviços nacionais de estatística oficiais.

Como ocorre a mobilidade

Adotando uma perspectiva um pouco diversa desta questão, importa ter presente como se processa a mobilidade do ponto de vista dos jovens, nomeadamente no que toca às suas motivações e expectativas ante a experiência da mobilidade. Quando se procura explicar como ocorre a mobilidade, e esta não é induzida pela frustração, existe a tentação de partir do princípio de que a circulação é impelida por razões económicas, o que afasta a necessidade de aprofundar a questão dos processos de tomada de decisão que antecedem a mobilidade. No que se refere às suas possíveis motivações, embora seja possível analisar determinados aspetos da mobilidade utilizando dados secundários, tais como a amplitude e a direção dos fluxos migratórios de estudantes, já abordadas acima, é impossível identificar e estabelecer o nexo de causalidade com as motivações dessa macroperspetiva. Enquanto sociólogo e investigador com experiência de mobilidade, a nível pessoal e profissional, nas suas formas livre e institucional, estou ciente da necessidade de reconhecer a existência de fatores a um nível micro que influem nas decisões da mobilidade, bem como a natureza imprevisível dos resultados da prática da mobilidade. Estas duas perspetivas são igualmente importantes para compreender como é praticada a mobilidade e para considerar os desafios inerentes à sua gestão. O que «enforma» a mobilidade está para além da existência do desejo de sair, principalmente a posse de uma série de recursos sociais e económicos muitas vezes difíceis de adquirir. De igual modo, os jovens têm diferentes motivos para querer sair, entre os quais o desenvolvimento pessoal e profissional. Paralelamente ao ingresso no mercado de trabalho, a independência estabelece-se também fora do local de trabalho.

Estas necessidades e anseios são mediados por dois fatores básicos que antecedem necessariamente a partida para além-fronteiras, os quais designei por «imperativo da mobilidade» e «capacidade de mobilidade» (Cairns, 2015b). Os imperativos da mobilidade são amiúde bastante óbvios: altos níveis de desemprego ou oportunidades limitadas de desenvolvimento educativo em relação às circunstâncias estruturais e o reconhecimento de que a saída para o estrangeiro pode ser benéfica, ou mesmo necessária, para a manutenção da carreira ou para o bem-estar geral num plano mais pessoal. Paralelamente, a capacidade de mobilidade refere-se ao acesso ao capital social e económico, nomeadamente o conhecimento dos destinos potenciais, a fluência numa língua estrangeira e a existência de uma família e/ou grupo de colegas que prestem o apoio necessário. A existência de capacidade de mobilidade é também denunciada por vários «sinais indicadores». Por exemplo, os jovens que gizarem planos de saída para o estrangeiro coerentes e minuciosos terão mais probabilidades de essa saída ser bem-sucedida. A mobilidade tende igualmente a ser um processo incremental: uma breve estadia no estrangeiro ou uma mudança de residência durante a infância pode fornecer as bases para uma mudança posterior, mesmo que esta mobilidade não passe de uma mudança para um destino relativamente próximo. A mobilidade ocorre quanto estes dois atributos estão presentes. Mas é também a raridade de ter uma combinação equilibrada de ambos que explica o caráter excecional da prática da mobilidade nas populações juvenis europeias. Estas observações precisam de ser complementadas com uma chamada de atenção para a existência de uma série de problemas na gestão da mobilidade que pode levar à perda destas qualidades. Embora vivamos, em teoria, numa Europa sem fronteiras, a verdade é que subsistem muitos mecanismos ocultos de exclusão, desde as dificuldades em encontrar alojamento adequado à chegada às dificul-

dades de obtenção das pensões na altura da reforma. Além disso, as entradas e saídas da UE continuam sujeitas às restrições em matéria de vistos.

Estas restrições podem não representar um problema para os jovens portugueses que pretendam circular no interior da UE, mas existem outros potenciais inibidores. O estudo das transições dos jovens em Portugal sublinhou a importância das dependências e responsabilidades familiares e locais, bem como as dependências intergeracionais, frequentemente complexas, entre os jovens e os seus pais, que podem prolongar as transições até uma fase adiantada da idade jovem adulta ou contribuir para o surgimento de formas indeterminadas de independência, nas quais os jovens oscilam entre diferentes estados de emancipação (Pais, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2004; Torres et al., 2013). A possibilidade de as transições dos jovens se prolongarem e complicarem está bem documentada (Serracant, 2015, pp. 29-40; ver também Nico, 2014), e da mesma maneira que tarefas como sair de casa e constituir família podem ser adiadas ou geridas com o apoio da família, em vez de exprimirem uma emancipação geracional, pode suceder que a mobilidade seja protelada e organizada com a ajuda da família, em vez de representar um meio de lhe escapar.

Conclusão

Analisados vários aspetos essenciais da mobilidade dos jovens, com especial ênfase na circulação de estudantes e diplomados, esta conclusão visa integrar estas reflexões e propor algumas ideias para melhor compreender como e por que razão a mobilidade é praticada. Embora a prevalência da mobilidade dos jovens seja difícil de estabelecer, sabemos que constitui a exceção, e não a regra, na fase da juventude. No entanto, para os jovens capazes de optar pela mobilidade, coloca-se a possibilidade de mudar para contextos profissionais melhores ou alternativos. A nível pessoal, há também a oportunidade de desenvolver competências interculturais ou fugir às dificuldades do espaço nacional. Além disso, certas formas de mobilidade institucional, tais como os intercâmbios do programa Erasmus, podem contribuir para a consecução dos objetivos políticos das instituições europeias, nomeadamente a realização do princípio da liberdade de circulação. De igual modo, a ênfase na mobilidade dos jovens a nível europeu privilegia abertamente a circulação, em vez de incentivar formas de mobilidade mais prolongadas ou por tempo indeterminado, como a migração, as quais seriam politicamente impopulares no contexto do Estado-nação. Deste modo, dada a subsidiariedade da Europa em relação aos seus Estados-Membros, não surpreende que as plataformas de mobilidade integrem mecanismos de regresso.

A perspetiva dos jovens é um pouco diferente. Embora prevaleça a ideia de que os jovens saem para o estrangeiro devido a imperativos básicos de ordem económica, a mobilidade dos jovens parece ser mais frequente no seio de grupos sociodemográficos em que, na verdade, há pouca ou nenhuma necessidade de contornar dificuldades financeiras (King et al., 2011). Este facto é explicável pela influência do contexto familiar e pela reprodução intergeracional dos valores da mobilidade. Neste caso em particular, podemos recorrer ao conceito de «habitus», desenvolvido por Pierre Bourdieu para explicar o processo pelo qual os pais incentivam os filhos a migrarem para manter a posição da família na respetiva classe social ou evitar um declínio no estatuto social (Cairns et al., 2013, pp. 547-548). Assim, certas ações enraizadas surgem como escolhas naturais, talvez sem o ator perceber, e funcionam como «disposições

estruturantes» na elaboração das escolhas da mobilidade (Bourdieu 1990, p. 52: ver também Bourdieu, 1996). Isto leva ao incitamento de certas maneiras de pensar e agir, aliadas aos recursos financeiros necessários. É a combinação adequada de recursos – capital social sob a forma de know-how prático e contactos e capital económico, incluindo o apoio financeiro – que explica a ocorrência da mobilidade. Por esta razão, se quisermos incentivar mais jovens a optar pela mobilidade, teremos de lhes garantir uma maior equidade no acesso a esses recursos. Embora possa não ser viável apoiar financeiramente uma tal circulação em grandes populações, é possível sensibilizar para a necessidade de circular, bem como estabelecer algumas ideias sobre como gerir com sucesso as estadias no estrangeiro, aprendendo com aqueles que têm uma experiência prévia de mobilidade e estão familiarizados com este desafio.

No que respeita às ideias políticas para uma melhor gestão da mobilidade dos jovens que não se confinem à melhoria da qualidade da informação, é necessário referir dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, no âmbito da mobilidade institucional praticada em programas como o Erasmus, é necessário encontrar um melhor equilíbrio entre países para eliminar a desconfortável situação de certos países serem recetáculos de estudantes de outras nações, normalmente mais ricas. De igual modo, as iniciativas financiadas com dinheiros públicos não devem cingir-se aos estudantes detentores dos atributos académicos «apropriados», dado haver a possibilidade de, inadvertidamente, estarem a apoiar cliques elitistas, em vez de alargarem as oportunidades de um corpo discente social e demograficamente mais diversificado. Em segundo lugar, relativamente à livre circulação, há que reconhecer que, dentro do espaço relativamente aberto da UE, esta é basicamente incontrollável. Desde que tenham meios para o fazer, os jovens saem para o estrangeiro por vontade própria. Dito isto, os medos quanto a fugas de cérebros potencialmente lesivas podem, em certa medida, ser aplacados pelo facto de relativamente poucos indivíduos possuírem os recursos socioeconómicos necessários para sustentar a mobilidade. Ironicamente, os maiores baluartes contra a fuga de cérebros são a desigualdade social e a pobreza económica. Todavia, uma preocupação mais realista prende-se com a possível perda de circulações de jovens potencialmente benéficas por culpa da diminuição dos rendimentos das famílias ou pelo simples facto de haver menos destinos viáveis nesta era pós-crise financeira mundial.

Isto leva-me a afirmar que, em vez de alimentar preocupações com o número de jovens altamente qualificados que saem, deve dar-se mais atenção ao apoio aos jovens que precisam de sair e, ao mesmo tempo, promover o crescimento social e económico no seu país, para que tenham um incentivo para regressar depois de, teoricamente, terem adquirido novas aptidões e competências passíveis de ser postas ao serviço da economia nacional. Esta é, obviamente, uma tarefa difícil, mas o primeiro passo deste processo, que não é particularmente difícil de dar, passará por encarar a mobilidade dos jovens como uma forma de circulação e não de migração clássica.

Bibliografia

Altbach, P. G. and Knight, J. (2007) «The internationalization of higher education: Motivations and realities», *Journal of Studies in International Education*, 11, 3, 290-305.

Alves, N. A., Cantante, F., Baptista, I. and do Carmo, R. M. (2011) *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Araújo, E. R. (2007) «Why Portuguese students go abroad to do their PhDs», *Higher Education in Europe*, 32, 4, 387-397.

Baganha, M. I. and Góis, P. (1999) «Migrações interacionais de para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?», *Revista Critica de Ciências Sociais*, 52/53, 299-280.

Bourdieu, P. (1990) *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford California Press.

Bourdieu, P. (1996) *The State Nobility: Elite Schools in the Field of Power*. Cambridge: Polity Press.

Brooks, R. and Waters, J. L. (2011) *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cairns, D. (2008) «Moving in transition: An exploration of Northern Ireland youth and geographical mobility», *Young*, 16, 3, 227-249.

Cairns, D. (2014) *Youth Transitions, International Student Mobility and Spatial Reflexivity: Being Mobile?* Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cairns, D. (2015a) «International Student Mobility in Crisis? Understanding post-diploma mobility decision-making in an economic crisis context», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 79, 9-25.

Cairns, D. (2015b) «Mapping the youth mobility field: Youth sociology and student mobility/migration in a European context» in A. Lange, H. Reiter, S. Shutter, A. Lange, C. Steinar (eds) *Handbook of Childhood and Youth Sociology*, pp. 1-18. Wiesbaden: Springer.

Cairns, D., Alves, N. A., Alexandre, A. and Correia, A. (2016) *Youth Unemployment and Job Precariousness: Political Participation in the Austerity Era*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cairns, D., Growiec, K. and Alves, N. A. (2014) «Another missing middle? The marginalised majority of tertiary educated youth in Portugal during the economic crisis», *Journal of Youth Studies*, 17, 8, 1046-1060.

Cairns, D., Growiec, K. and Smyth, J. (2012) «Spatial reflexivity and undergraduate transitions in the Republic of Ireland after the Celtic Tiger», *Journal of Youth Studies*, 15, 7, 841-857.

Cairns, D., Growiec, K. and Smyth, J. (2013) «Leaving Northern Ireland: The youth mobility field, habitus and recession among undergraduates in Belfast», *British Journal of Sociology of Education*, 34, 4, 544-562.

Dale, R. and Robertson, S. (2009) *Globalisation and Europeanisation in Education*. Oxford: Symposium Books.

Deakin, H. (2014) «The drivers to Erasmus work placement mobility for UK students», *Children's Geographies*, 12, 1, 25-39.

Delicado, A. (2011) «The consequences of mobility: Careers and work practices of Portuguese researchers with a foreign PhD degree», in F. Dervin (ed.) *Analysing the Consequences of Academic Mobility and Migration*, pp. 163-180. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

Dobson, M. (2009) «Unpacking children in migration research», *Children's Geographies*, 7, 3, 355-360.

European Commission (2014) *Erasmus - Facts, Figures and Trends. The European Support for Student and Staff Exchanges and University Cooperation in 2012-13*. Publications Office of the European Union: Luxembourg.

Feyen, B. and Krzaklewska, E. (eds) (2013) *The Erasmus Phenomenon – Symbol of a New European Generation*. Frankfurt: Peter Lang.

Findlay, A., King, R., Smith, F., Geddes, A. and Skelton, R. (2012) «World Class? An investigation of globalisation, difference and international student mobility», *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37, 118-131.

Fontes, M. (2007) «Scientific mobility policies: How Portuguese scientists envisage the return home», *Science and Public Policy*, 40, 5, 284-298.

Furlong, A. and Cartmel, F. (1997) *Young People and Social Change: Individualisation and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.

Gaillard, A. M. and Gaillard, J. (1997) «The international mobility of brains: Exodus or circulation?», *Science, Technology and Society*, 2, 2, 195-228.

Guerreiro, M. D., and Abrantes, P. (2004) «Moving into adulthood in a southern European country: Transitions in Portugal», *Portuguese Journal of Social Sciences*, 3, 3, 191-209.

Gürüz, K. (2008) *Higher Education and International Student Mobility in the Global Knowledge Economy*. Albany, NY: State University of New York Press.

Guth, J., and Gill, B. (2008) «Motivations in east-west doctoral mobility: Revisiting the question of brain drain», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34, 5, 825-841.

Jöns, H. (2011) «Transnational academic mobility and gender», *Globalisation, Societies and Education*, 9, 2, 183-209.

Kelo, M., Teichler, U. and Wächter, B. (eds) (2006) *Eurodata: Student Mobility in European Higher Education*. Bonn: Lemmens Verlags.

King, R. (2002) «Towards a new map of European migration», *International Journal of Population Geography*, 9, 3, 229-252.

King, R., Findlay, A. M., Ahrens, J. and Dunne, M. (2011) «Reproducing advantage: The perspective of English school-leavers on studying abroad», *Globalisation, Societies and Education*, 9, 2, 243-263.

Kuhn, T. (2012) «Why educational exchange programmes miss their mark: Cross-border mobility, education and European identity», *Journal of Common Market Studies*, 50, 6, 994-1010.

Jons, H. (2009) «Brain circulation and transnational knowledge networks: Studying long-term effects of academic mobility to Germany, 1954-2000», *Global Networks*, 9, 3, 315-338.

Mitchell, K. (2014) «Rethinking the “Erasmus effect” on European identity», *Journal of Common Market Studies*, DOI: 10.1111/jcms.12152.

Murphy-Lejeune, E. (2002) *Student Mobility and Narrative in Europe: The New Strangers*. London: Routledge.

Nico, M. (2014) «Variability in the transitions to adulthood in Europe: A critical approach to de-standardization of the life course», *Journal of Youth Studies*, 17, 2, 166-182.

Orr, D. (ed.) (2011) *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of Indicators: Final Report Eurostudent IV 2008–2011*. Bielefeld: W. Bertelsmann Verlag.

Pais, J. M. (2001) *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.

Serracant, P. (2015) «The Impact of the economic crisis on youth trajectories: A case study from Southern Europe», *Young*, 23, 1, 39-58.

Shanahan, M. J. (2000) «Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective», *Annual Review of Sociology*, 26, 667-692.

Sigalas, E. (2013) *The European Generation: The Erasmus Exchange Programme and its Implications for European Integration*. Colchester: ECRP Press.

Skelton, T. (2009) «Children's geographies/geographies of children: Play, work, mobilities and migration», *Geography Compass*, 3, 4, 1430-1448.

Smith, D. P., Rérat, P. and Sage, J. (2014) «Youth migration and spaces of education», *Children's Geographies*, 12, 1, 1-8.

Teichler, U., Ferencz, I., Wächter, B., Rumbley, L. and Bürger, S. (2011) *Mapping Mobility in European Higher Education Volume I: Overview and Trends*. Brussels: European Commission.

Torres, A., Coelho, B. and Cabrita, M. (2013) «Bridge over troubled waters: Family, gender and welfare in Portugal in the European context», *European Societies*, 14, 4, 535-556.

Tyrrell, N. A., While, N. A., Ni Laoire, C. and Carpena Mendez, F. (2013) *Transnational Migration and Childhood*. London: Routledge.

UNESCO (2014) *Global Flow of Tertiary-Level Students*. Acedido [Julho 2015] em: <http://www.uis.unesco.org/education/Pages/international-student-flow-viz.aspx>

Weichbrod, M. (2014) «Learning mobility: High-school exchange programs as part of transnational mobility», *Children's Geography*, 12, 1, 9-24.

Altbach, P. G. and Knight, J. (2007) «The internationalization of higher education: Motivations and realities», *Journal of Studies in International Education*, 11, 3, 290-305.

Alves, N. A., Cantante, F., Baptista, I. and do Carmo, R. M. (2011) *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Araújo, E. R. (2007) «Why Portuguese students go abroad to do their PhDs», *Higher Education in Europe*, 32, 4, 387-397.

Baganha, M. I. and Góis, P. (1999) «Migrações interacionais de para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?», *Revista Critica de Ciências Sociais*, 52/53, 299-280.

Bourdieu, P. (1990) *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford California Press.

Bourdieu, P. (1996) *The State Nobility: Elite Schools in the Field of Power*. Cambridge: Polity Press.

Brooks, R. and Waters, J. L. (2011) *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cairns, D. (2008) 'Moving in transition: An exploration of Northern Ireland youth and geographical mobility', *Young*, 16, 3, 227-249.

Cairns, D. (2014) *Youth Transitions, International Student Mobility and Spatial Reflexivity: Being Mobile?* Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cairns, D. (2015a) 'International Student Mobility in Crisis? Understanding post-diploma mobility decision-making in an economic crisis context', *Sociologia, Problemas e Práticas*, 79, 9-25.

Cairns, D. (2015b) 'Mapping the youth mobility field: Youth sociology and student mobility/migration in a European context' in A. Lange, H. Reiter, S. Shutter, A. Lange, C. Steinar (eds) *Handbook of Childhood and Youth Sociology*, pp. 1-18. Wiesbaden: Springer.

Cairns, D., Alves, N. A., Alexandre, A. and Correia, A. (2016) *Youth Unemployment and Job Precariousness: Political Participation in the Austerity Era*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Cairns, D., Growiec, K. and Alves, N. A. (2014) 'Another missing middle? The marginalised majority of tertiary educated youth in Portugal during the economic crisis', *Journal of Youth Studies*, 17, 8, 1046-1060.

Cairns, D., Growiec, K. and Smyth, J. (2012) 'Spatial reflexivity and undergraduate transitions in the Republic of Ireland after the Celtic Tiger', *Journal of Youth Studies*, 15, 7, 841-857.

Cairns, D., Growiec, K. and Smyth, J. (2013) 'Leaving Northern Ireland: The youth mobility field, habitus and recession among undergraduates in Belfast', *British Journal of Sociology of Education*, 34, 4, 544-562.

Dale, R. and Robertson, S. (2009) *Globalisation and Europeanisation in Education*. Oxford: Symposium Books.

Deakin, H. (2014) 'The drivers to Erasmus work placement mobility for UK students', *Children's Geographies*, 12, 1, 25-39.

Delicado, A. (2011) 'The consequences of mobility: Careers and work practices of Portuguese researchers with a foreign PhD degree', in F. Dervin (ed.) *Analysing the Consequences of Academic Mobility and Migration*, pp. 163-180. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

Dobson, M. (2009) 'Unpacking children in migration research', *Children's Geographies*, 7, 3, 355-360.

European Commission (2014) *Erasmus - Facts, Figures and Trends*. The European Support for Student and Staff Exchanges and University Cooperation in 2012-13. Publications Office of the European Union: Luxembourg.

Feyen, B. and Krzaklewska, E. (eds) (2013) *The Erasmus Phenomenon – Symbol of a New European Generation*. Frankfurt: Peter Lang.

Findlay, A., King, R., Smith, F., Geddes, A. and Skelton, R. (2012) 'World Class? An investigation of globalisation, difference and international student mobility', *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37, 118-131.

Fontes, M. (2007) 'Scientific mobility policies: How Portuguese scientists envisage the return home', *Science and Public Policy*, 40, 5, 284-298.

Furlong, A. and Cartmel, F. (1997) *Young People and Social Change: Individualisation and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.

Gaillard, A. M. and Gaillard, J. (1997) 'The international mobility of brains: Exodus or circulation?', *Science, Technology and Society*, 2, 2, 195-228.

Guerreiro, M. D., and Abrantes, P. (2004) 'Moving into adulthood in a southern European country: Transitions in Portugal', *Portuguese Journal of Social Sciences*, 3, 3, 191-209.

Gürüz, K. (2008) *Higher Education and International Student Mobility in the Global Knowledge Economy*. Albany, NY: State University of New York Press.

Guth, J., and Gill, B. (2008) 'Motivations in east-west doctoral mobility: Revisiting the question of brain drain', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34, 5, 825-841.

Jöns, H. (2011) 'Transnational academic mobility and gender', *Globalisation, Societies and Education*, 9, 2, 183-209.

Kelo, M., Teichler, U. and Wächter, B. (eds) (2006) *Eurodata: Student Mobility in European Higher Education*. Bonn: Lemmens Verlags.

King, R. (2002) 'Towards a new map of European migration', *International Journal of Population Geography*, 9, 3, 229-252.

King, R., Findlay, A. M., Ahrens, J. and Dunne, M. (2011) 'Reproducing advantage: The perspective of English school-leavers on studying abroad', *Globalisation, Societies and Education*, 9, 2, 243-263.

Kuhn, T. (2012) 'Why educational exchange programmes miss their mark: Cross-border mobility, education and European identity', *Journal of Common Market Studies*, 50, 6, 994-1010.

Jons, H. (2009) 'Brain circulation and transnational knowledge networks: Studying long-term effects of academic mobility to Germany, 1954-2000', *Global Networks*, 9, 3, 315-338.

Mitchell, K. (2014) 'Rethinking the "Erasmus effect" on European identity', *Journal of Common Market Studies*, DOI: 10.1111/jcms.12152.

Murphy-Lejeune, E. (2002) *Student Mobility and Narrative in Europe: The New Strangers*. London: Routledge.

Nico, M. (2014) 'Variability in the transitions to adulthood in Europe: A critical approach to de-standardization of the life course', *Journal of Youth Studies*, 17, 2, 166-182.

Orr, D. (ed.) (2011) *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of Indicators: Final Report Eurostudent IV 2008–2011*. Bielefeld: W. Bertelsmann Verlag.

Pais, J. M. (2001) *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.

Serracant, P. (2015) 'The Impact of the economic crisis on youth trajectories: A case study from Southern Europe', *Young*, 23, 1, 39-58.

Shanahan, M. J. (2000) 'Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective', *Annual Review of Sociology*, 26, 667-692.

Sigalas, E. (2013) *The European Generation: The Erasmus Exchange Programme and its Implications for European Integration*. Colchester: ECRP Press.

Skelton, T. (2009) 'Children's geographies/geographies of children: Play, work, mobilities and migration', *Geography Compass*, 3, 4, 1430-1448.

Smith, D. P., Rérat, P. and Sage, J. (2014) 'Youth migration and spaces of education', *Children's Geographies*, 12, 1, 1-8.

Teichler, U., Ferencz, I., Wächter, B. Rumbley, L. and Bürger, S. (2011) *Mapping Mobility in European Higher Education Volume I: Overview and Trends*. Brussels: European Commission.

Torres, A., Coelho, B. and Cabrita, M. (2013) 'Bridge over troubled waters: Family, gender and welfare in Portugal in the European context', *European Societies*, 14, 4, 535-556.

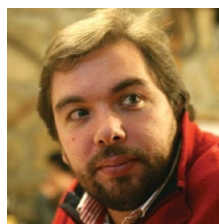
Tyrrell, N. A., While, N. A., Ní Laoire, C. and Carpena Mendez, F. (2013) *Transnational Migration and Childhood*. London: Routledge.

UNESCO (2014) *Global Flow of Tertiary-Level Students*. Accessed [July 2015] at: <http://www.uis.unesco.org/education/Pages/international-student-flow-viz.aspx>

Weichbrod, M. (2014) 'Learning mobility: High-school exchange programs as part of transnational mobility', *Children's Geography*, 12, 1, 9-24.

OS JOVENS E A MOBILIDADE CONFERENCISTA

PEDRO COUTO SOARES
(AN ERASMUS+JA)



Diretor da Agência Nacional ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO, desde 2014, foi assessor parlamentar do Parlamento Europeu, de 2011 a 2014, depois de assessor da Direção do CNJ-Conselho Nacional de Juventude, desde 2010.

Presidente da Direção da Associação Académica da Universidade do Minho -UM, da Assembleia Geral da Federação Académica de Desporto Universitário, ou do Conselho de Administração da Rádio Universitária-UM, foi igualmente membro da Bolsa de Formadores de Educação Não Formal do CNJ.

Participou em vários projetos na área da juventude, como “Sem Fronteiras - Programas Disponíveis para Jovens”, uma publicação de 2012 ou no “Combate ao Abandono e Insucesso escolar – “Como ser um estudante eficaz” com a utilização de metodologias de educação não formal – AAUM.

É licenciado em Biologia Aplicada pela Universidade do Minho, tendo sido Presidente do Núcleo de Estudantes de Biologia Aplicada-UM.

Senhor Presidente da República,
Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude,
Excelentíssimos convidados,
Caros colegas de mesa.

Em primeiro lugar, gostava de agradecer o convite feito pela Presidência da República e a oportunidade que me é dada de partilhar alguma reflexão sobre a temática deste painel.

Vou dividir esta reflexão em quatro partes:

Primeiro, quais são os fatores que facilitam a mobilidade e que hoje estão disponíveis para os jovens;

Segundo, apresentar alguns números do ERASMUS+, na vertente da Juventude em Ação e concretamente em Portugal, dados muito concretos daquilo que tem sido a aplicação deste programa;

Terceiro - Que benefícios proporciona aos jovens e que competências transversais pode desenvolver;

E por último, alguns testemunhos de jovens, na primeira pessoa - algumas citações que recentemente publicámos e que queria aqui também, partilhar convosco.

Desde logo, importa referir que o Tratado de Funcionamento da União Europeia incentiva os Estados-Membro a fomentar, no âmbito de um programa comum, o intercâmbio de jovens trabalhadores. Ao mesmo tempo o referido tratado também prevê como objetivo da ação da União, “incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores socioeducativos e estimular a participação dos jovens na vida democrática da Europa.” A União Europeia criou um conjunto de programas, de que irei ainda falar, para fomentar a mobilidade. É então natural que os jovens estejam a fazer mais mobilidade - é afinal o sucesso daquilo que foi pedido. Não se estranha então que existam mais intercâmbios, que haja uma facilidade maior em ir estudar para outro país ou em fazer um programa de voluntariado noutro país.

São muitos os programas que estão disponíveis:

- o ERASMUS+, que é mais conhecido de todos, na vertente do Ensino Superior, é muito mais do que apenas mobilidade de estudantes em contexto de Ensino Superior. Permite ainda, mobilidade no ensino escolar e no ensino profissional. Adicionalmente também apoia intercâmbios de jovens e o Serviço Voluntário Europeu. Estes últimos geridos em Portugal pela Agência ERASMUS+ Juventude em Ação, recentemente criada neste novo Quadro Comunitário. Permite a mobilidade de jovens em qualquer contexto, e até não só de jovens: a educação de adultos, também, é uma das partes do ERASMUS+. Portanto, também permite a mobilidade de pessoas já não jovens e que ao abrigo deste programa podem fazer mobilidade;

- Outro programa, o Horizonte 2020, na área da investigação, recentemente também reforçado e sobejamente conhecido;

Por isso, como vemos, há um conjunto muito diversificado de programas que querem apoiar e fomentar a mobilidade dos jovens. E isto foi apoiado por todos os Estados-Membros; foi algo que no Conselho Europeu e no Parlamento Europeu se considerou como importante.

A mobilidade, curiosamente, não se faz só dentro das fronteiras da União Europeia. O Erasmus+ apoia também a mobilidade para países fora da União Europeia. Portanto, mais uma vez, não se estranha que os jovens estejam a dizer que sim a todos estes programas e queiram participar neles.

Ao mesmo tempo, foram criados instrumentos que facilitam este processo: O Sistema Europeu de Transferência de Créditos, torna possível continuar o ciclo de estudos noutro país e que esses estudos possam depois ser reconhecidos quando os estudantes voltam ao país de origem; A rede EURES, que facilita a procura de emprego noutros países; Um Quadro de Qualificações Europeu, que permite quantificar os níveis de formação e as categorias profissionais de forma estável em toda a União Europeia; o Youthpass, que certifica as competências adquiridas em metodologias de educação não formal. Sem estes instrumentos não era possível que isto acontecesse. E tudo isto foi criado para efetivamente

permitir que os jovens se pudessem mover e vissem as suas competências reconhecidas, vissem o seu currículo reconhecido, no seu suplemento ao diploma, em ensino formal e no Youthpass, como disse, em contexto não formal. E existem ainda muitos outros instrumentos, que continuam a permitir que tudo isto aconteça.

Em Portugal como já aqui foi referido, três milhões de jovens já fizeram ERASMUS. E reforço a ideia de que ERASMUS é só uma pequena parte deste novo programa ERASMUS+, que viu reforçado o seu financiamento – um dos poucos programas que neste novo Quadro Comunitário, apesar das dificuldades, viu aumentado em cerca de 40% o seu financiamento – e no sector da juventude, com uma excelente negociação do governo português, esse aumento foi de cerca de 80%, portanto quase duplicou o financiamento - passou de 24 milhões para sensivelmente 42 milhões de euros. E é dentro deste pacote todo que, só o ERASMUS, já permitiu que três milhões de jovens fizessem mobilidade. E curiosamente, entre 2007 e 2014, num período mais pequeno que o anterior, um milhão de jovens fez “mobilidade de jovens”. Por “Mobilidade de jovens”, entenda-se: aqueles que estão ao abrigo do programa Juventude em Ação, que acabou no anterior Quadro Comunitário e agora está integrado no ERASMUS+, até 2020.

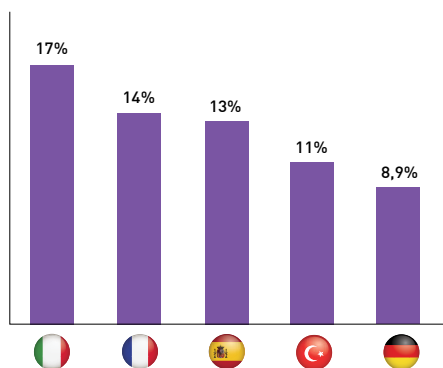
Referindo-me agora apenas aos números que dizem respeito a esta vertente da Juventude em Ação integrada no ERASMUS+, eu diria que desde 2014 até esta primeira ronda de 2015, portanto passou sensivelmente um ano, o primeiro ano de implementação, os números contrariam a lógica do que naturalmente sempre acontece, de ser um ano mais lento . Os números que aqui temos são, de facto, 608 candidaturas que recebemos. Infelizmente, não as pudemos aprovar todas; eu com isto posso dizer que existem mais organizações de juventude, mais câmaras municipais, mais organizações que trabalham com jovens a mostrar iniciativa e não temos resposta para todas. Só aprovámos cerca de 35% dos projetos apresentados. Sublinho a forte participação e o grande interesse em realizar atividades com jovens e para jovens. Estão portanto 344 já aprovadas; 210 projetos, e a percentagem dos projetos aprovados foi, como disse, em média, 35%. Mas há aqui uma particularidade: no interior do país, cerca de metade dos projetos (47%) foram aprovados. Não é por acaso, resulta de uma de uma forte estratégia de intervenção da Secretaria de Estado - que é a autoridade nacional da Agência Nacional ERASMUS+ Juventude em Ação – que prevê uma majoração nos projetos do interior. Não se pode permitir que este tipo de programas seja utilizado em dois, três distritos ou quatro distritos – como já aconteceu. O nosso objetivo é que seja utilizado em todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, de uma forma proporcional, para que estas oportunidades sejam distribuídas por todo o território nacional.

Embora não tenha um estudo, tenho a percepção de que há um efeito multiplicador muito grande quando se fazem atividades destas no interior do país. O impacto que uma atividade tem num território com menos oportunidades, tem um fator de multiplicação muito maior do que quando acontece num sítio onde já há, por natureza, um conjunto maior de oportunidades. Por isso, estes números revelam bem a preocupação com o interior. Muito embora seja verdade e visível que a maior parte dos participantes e os montantes aprovados ainda esteja no litoral, o caminho está a fazer-se, embora ainda haja muito caminho a percorrer.

Foram envolvidos até agora 12.721 participantes; e estes participantes são jovens entre os 13 e os 30 anos que participam em intercâmbios. Tanto pode ser num período de mobilidade para o estrangeiro, como pode ser um intercâmbio de jovens para a realização de reuniões, com o objetivo de debaterem um tema de interesse comum aos jovens portugueses e aos jovens de outros países. Estes números incluem uma grande percentagem de jovens com menos oportunidades, reflexo de um dos nossos objetivos que é fazer com que este programa possa promover igualdade na aquisição destas competências, chegando a todos.

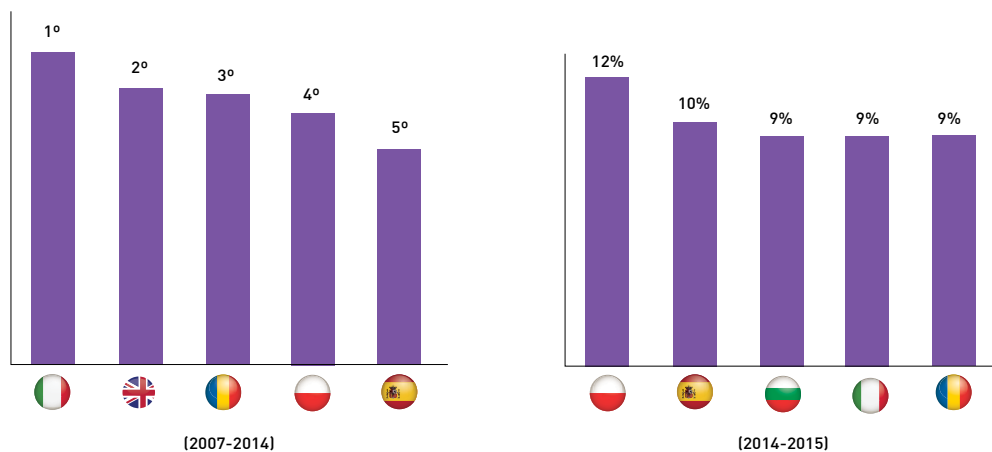
Sabemos hoje, que os empregadores cada vez mais procuram pessoas com competências transversais; e essas podem ser adquiridas, certamente, com um período de mobilidade no estrangeiro. Sabemos que muitos jovens podem fazer esse período de mobilidade sem o ERASMUS+, estamos conscientes disso, têm os seus próprios recursos e um importante fator da influência, a família, que os consegue incentivar nesse sentido. Mas outros não conseguiriam. Portanto, a preocupação do ERASMUS+, por ser gratuito para os jovens, é precisamente trazer igualdade nesse processo e garantir que aqueles que não têm esse tipo de oportunidades à partida, também as possa ter, utilizando o ERASMUS+ na sua vertente da Juventude. O que justifica a sua valorização e majoração quando se avaliam essas candidaturas.

Uma curiosidade: qual é o destino preferido dos voluntários? Ou melhor, de onde vêm os voluntários que querem vir para Portugal? Curiosamente, neste programa há mais jovens a querer vir fazer voluntariado para Portugal, do que portugueses a querer fazer voluntariado noutros países. São números, são factos, é a realidade que temos neste momento. E essa tendência não é só de agora, é dos últimos sete anos; se formos ver o programa Juventude em Ação foi assim e neste primeiro ano do ERASMUS continua a tendência. Os países que nos preferem são: Itália, França e Espanha. Recebemos muitos italianos, também muitos jovens franceses, espanhóis, que vêm para Portugal fazer um período de voluntariado.



O que é este período de voluntariado? É a oportunidade de trabalhar numa organização de juventude, por exemplo, com as viagens, alojamento e refeições pagas, e ainda um pocket money – que em Portugal é de 100 euros – para despesas complementares, como por exemplo, para ir ao cinema entre outras atividades de lazer.

E os jovens portugueses também vão para outros países, fazer voluntariado – menos do que os que recebemos, é certo. E se a mobilidade pode fomentar, efetivamente, o emprego, nos lugares para onde esses jovens vão, então também podemos estar a fixar jovens oriundos de outros países, no nosso país. Não acredito, no entanto, que esta relação seja assim tão direta. Eu penso que os jovens procuram acima de tudo novas competências assim como novas experiências. Esta necessidade justifica a vontade de querer ir para fora também. E os indicadores mostram que os jovens portugueses estão também cada vez mais a procurar estas experiências. Entre 2007-2014, estes foram os países de destino



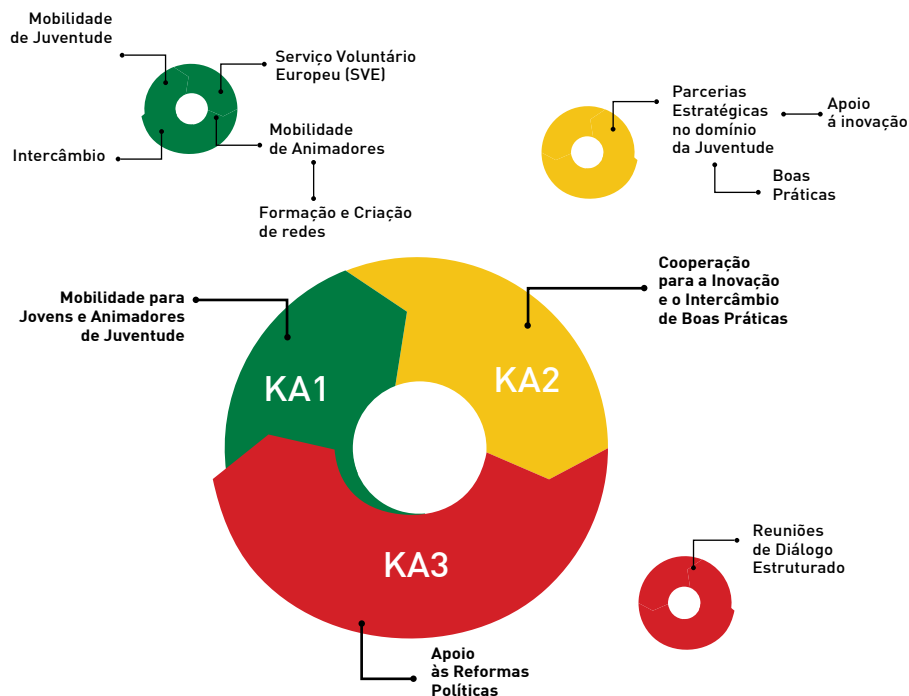
Coloquei os do período anterior porque o primeiro ano ainda tem valores muito próximos e não são tão representativos. Itália continua a ser um parceiro privilegiado assim como o Reino Unido. Uma das várias razões que justifica esta mobilidade é a aprendizagem das línguas, a procura de um país onde possam aperfeiçoar uma nova língua, nomeadamente, o inglês.

Mas como é que fazemos isto tudo? Com simplicidade e com inovação! Partilho estas palavras, estas frases, para caracterizar de alguma forma aquilo que fazemos na Agência Nacional. De facto, o objetivo é que o programa tenha um acesso universal, seja efetivamente para todos, de modo a que todos tenham a oportunidade de o agarrar.

Queremos, obviamente, fazer justiça na avaliação e damos feedback aos jovens. Conscientes da grande dificuldade em atrair grupos de jovens, muitas vezes grupos informais, a este tipo de instituições, a estes programas europeus, tantos e tão diversos, e feitos para 500 milhões de pessoas ao mesmo tempo, investimos na sua implementação com relações de grande proximidade que implicam obrigatoriamente esse diálogo. Temos consciência de que se na avaliação de uma candidatura não dermos um feedback muito grande ao jovem, aos jovens que fazem essa candidatura, corremos o risco de eles nunca mais voltarem, porque recebem um «sim» ou um «não» sem saber porque é que foi «sim» ou porque é que foi «não» na avaliação da candidatura. Por isso o feedback que damos é também muito importante porque, para além de garantir que voltam a concorrer eles vão também melhorando os seus projetos.

Depois, também, uma comunicação que se quer para todos. A este propósito, gostava de partilhar aquilo que foi a semana passada, a Semana Europeia da Juventude. Nessa semana tínhamos a missão de, incentivados pela Comissão Europeia, realizar em Portugal a Semana Europeia da Juventude. Podíamos ter escolhido uma cidade, uma capital de distrito para o fazer; podíamos ter feito um grande evento em Lisboa, um grande evento no Porto, um grande evento em Braga, e juntando um conjunto de jovens, apresentar o programa. Mas isto ia fazer com que toda a informação ficasse apenas numa cidade, correndo-se o risco de ficar sempre para os mesmos jovens. Quisemos por isso desafiar as organizações de juventude, desafiar as câmaras municipais, desafiar o Conselho Nacional de Juventude, desafiar a Federação Nacional das Associações Juvenis, o Instituto Português do Desporto e Juventude, para que connosco organizassem a Semana Europeia da Juventude. A ambição era fazer 60 sessões, em 18 distritos diferentes – todos –, mais as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Disseram-nos que éramos demasiado ambiciosos, porque 60 era muito. Pois, devo dizer que fizemos 120! Cento e vinte porque, de repente, percebemos que as organizações de juventude queriam fazer isto connosco, queriam-nos ajudar – estão cá algumas, que eu aproveitei para cumprimentar – quiseram responder ao desafio, quiseram partilhar a informação com outros. Alguns deles já eram beneficiários do programa, outros ainda não eram, mas queriam receber sessões. Então, para nós foi difícilimo arranjar formadores suficientes para as sessões todas, mas graças a uma bolsa de formadores que temos, extraordinária, que tem muita vontade de partilhar também a informação – 60 jovens que responderam positivamente, que estão disponíveis para preparar outros e para fazer formação – conseguimos, tendo cada um feito pelo menos duas sessões. Foram 120, espalhadas por todo o território nacional; algumas tinham só 12 pessoas, eram em Fronteira, ou no Mogadouro, entre outros locais do interior do país. Mas essas 12 pessoas valeram a pena também. Outras sessões foram bem mais concorridas, as dos lugares mais populosos; mas as que deram um gozo especial foram as que tinham poucos jovens, porque eram efetivamente esses que provavelmente ouviram falar pela primeira vez neste processo. Portanto, foi extraordinário perceber que, quando lançámos o desafio, a resposta foi positiva, e com os jovens, com as organizações de juventude com quem eles trabalham, foi possível partilhar a informação com muitos outros. Sabemos que não se consegue, de um momento para o outro, pôr o país todo a participar e a ter um conhecimento pleno, mas só nesta semana foram 6.000 jovens, aproximadamente, que ficaram a saber que esta oportunidade existe e como é que podem concorrer a este programa. Foi a semana passada, acabou no dia 9 de maio, dia da Europa e que contou, no seu encerramento, com a presença do Senhor Comissário Europeu Carlos Moedas que tivemos muito gosto em receber. É assim que queremos implementar o ERASMUS+ em Portugal.

Como sabem, esta parte do ERASMUS+, que é só 10% do orçamento, aprova candidaturas na área da mobilidade, serviço voluntário europeu, mobilidade e intercâmbio de jovens; também um laboratório do ERASMUS+, que são as parcerias estratégicas; e depois um muito importante que é o apoio às reformas políticas, onde se aprovam projetos que juntam decisores políticos e jovens a debater temas que se considerem relevantes, com influência na vida dos jovens.



Permita-me, Vossa Excelência, Senhor Presidente, agradecer-lhe também publicamente, porque me visitou num desses projetos. Antes de estar na Agência também fui, na Associação Académica que nessa altura liderava, beneficiário destes programas. Fizemos um projeto na área das reformas políticas, o “Democracia Viva”, que o Senhor Presidente nos deu o privilégio de valorizar num dos seus Roteiros, quando o recebemos em Braga, na Associação Académica da Universidade do Minho. São projetos destes, que juntam os jovens e os decisores políticos, que muitas vezes nos vão motivando e nos vão fazendo seguir, também, caminhos mais atentos a estas questões. Portanto, acredito que trazem benefícios muito grandes a quem participa neles. E é desses benefícios que agora vou tentar falar.

Sabemos que hoje o “que aprendemos dentro da sala de aula” não é suficiente para dar as competências transversais necessárias à inserção no mercado de trabalho. Sabemos também que a aprendizagem escolar não é suficiente para todas as exigências que o contexto atual nos traz, para toda a capacidade de nos adaptarmos a novas realidades, para a contínua evolução, para os desafios constantes que vão aparecendo aos jovens ao longo do seu percurso. Não temos dúvidas que o Ensino Superior, as escolas, as universidades, o ensino profissional, são fundamentais para este processo; mas também não temos nenhuma hesitação em entender que temos que os complementar com outro tipo de competências, com outro tipo de participações, com outro tipo de vivências, com outro tipo de experiências. Estamos em crer que algumas delas se podem adquirir usando o ERASMUS+, mas acima de tudo participando

em organizações de juventude, tendo participação cívica e estando abertos a outro tipo de experiências. Sabemos, cada vez mais, que agora o importante é aprendermos a aprender – não é uma frase nova, nem minha, mas é certamente uma cada vez mais atual e cada vez mais importante.

Num estudo da Comissão Europeia, feito a 75.000 jovens de 34 países – um estudo qualitativo e quantitativo que envolveu oito países entre eles Portugal, através da Universidade do Minho –, identificaram-se algumas competências transversais que eram relevantes para os empregadores. Curiosidade, tolerância, confiança, conhecimento disciplinar, línguas estrangeiras, adaptabilidade, flexibilidade, resiliência. Todas elas, estamos em crer que podemos adquirir quando vamos para um país diferente, para um espaço completamente diferente, fazer intercâmbios, organizar iniciativas com parceiros que têm métodos de trabalho completamente diferentes: uns são muito organizados, outros desorganizados, mas com uma capacidade de improviso muito grande; uns são muito metódicos, mas muito pouco flexíveis e sem capacidade de resposta a qualquer imprevisto. É cultural, são formas diferentes de estar. Mas quando estes intercâmbios acontecem entre jovens, certamente que muitas destas competências vão sendo adquiridas. Depois, esse mesmo estudo diz que 92% dos empregadores procura competências transversais. Diz, ao mesmo tempo, que 64% dos empregadores dá valor à experiência internacional dos seus jovens – e 64% explica que conseguem depois cargos com maior responsabilidade. Aqui, mais uma vez, reforçar a ideia de que sabemos que não é só no programa ERASMUS+ que se consegue ter este tipo de experiência. Mas se não existisse programa ERASMUS+, os jovens com menos oportunidades e com dificuldades em consegui-lo por sua iniciativa teriam certamente mais dificuldades em conseguir também estas experiências. Por isso, esses são o foco de preocupação e o público privilegiado deste programa.

Nesse mesmo estudo, curiosamente, diz-se que os jovens quando fazem um período de mobilidade não estão à procura de um emprego. Refere, sim, que estão à procura de ter uma experiência de mobilidade, revelam as suas características aventureiras, revelam a sua curiosidade, revelam que têm vontade de aprender línguas, que têm vontade de desenvolver habilidades, de desenvolver capacidades de adaptação, de estudar no estrangeiro, melhorar o seu currículo, crescer pessoal e profissionalmente, sentir-se realizados, ganhar autonomia e aumentar a autoestima.

Mas quem melhor do que os jovens para explicarem o que é o programa ERASMUS e o que é a mobilidade? E vou falar na primeira pessoa porque são deles os testemunhos:

Um jovem voluntário que está na MOJU, uma organização em Olhão, dizia que,
«O ERASMUS+ é um benefício para a vida dos jovens. Adquiri mais experiência no ramo do empreendedorismo e fiz novos amigos».

O João Gomes – que está aqui presente e que quero cumprimentar – disse que
«Aprendi que a Hungria ou a Finlândia são já ali, e que os jovens que lá vivem partilham os mesmos sonhos e dificuldades que eu. Com o programa ERASMUS+ descobri que tinha experiência para partilhar enquanto formador e que havia outros jovens que gostavam de as ouvir. O ERASMUS+ continua a abrir os meus horizontes e de muitos jovens como eu: sonhadores, inquisidores, e muitas outras coisas, mas sobretudo europeus».

A Marília Simões, da região autónoma dos Açores, disse que

«Entre adquirir novas competências e vivenciar experiências fabulosas, este programa trouxe-nos algo que jamais imaginaria. Foi com o ERASMUS+ Juventude em Ação que encontrei a minha vocação, ou seja, trabalhar com e para jovens, recorrendo a métodos de educação não-formal».

Hélia Custódio dizia:

«A minha experiência neste curso internacional permitiu-me crescer enquanto pessoa, consegui aprender muitas coisas e a minha vida deu uma volta de 180°. Aprender com os erros e saber viver com eles diariamente foi mesmo uma lição de vida».

Estes são, de facto, na primeira pessoa, alguns testemunhos; eu não tenho testemunhos negativos – sou, por tendência, uma pessoa otimista, mas também não ouço comentários negativos, ou não me lembro de comentários negativos de quem faz um programa de mobilidade.

Podemos ter problemas para resolver, mas, no fim, a conclusão final: ainda bem que existiram problemas para podermos superar. Os problemas só nos tornam mais fortes, as dificuldades trazem-nos um conjunto muito largo de oportunidades. Portanto, os que temos aqui são, de facto, os que dominam no dia a dia daquilo que fazemos.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite e pela oportunidade de cá estar.

OS JOVENS CULTURA

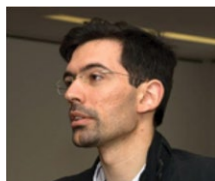
NS E A
A

OS JOVENS
E A CULTURA

OS JOVENS E A CULTURA

PRESIDENTE DO PAINEL

JÚLIO OLIVEIRA
(FNAJ)



Presidente da FNAJ-Federação Nacional das Associações Juvenis.

Assumiu funções em várias instituições, tendo sido Presidente e Vice-Presidente de várias associações de juventude na área sócio-recreativa, desportiva e cultural, quer de âmbito local quer nacional.

Foi presidente da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto, diretor da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, bem como diretor fundador da ANUP-Associação das Nações Unidas-Portugal.

Médico pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto, concluiu o último semestre como estudante ERASMUS na *Università degli Studi di Pavia*. Concluiu a especialidade de Oncologia Médica e continua a exercer a sua atividade no Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E..

As primeiras palavras são de agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República por marcar na agenda pública e política o tema da Juventude, assim como por convidar a FNAJ- Federação Nacional das Associações Juvenis a contribuir para as reflexões propostas nos Roteiros do Futuro.

O Movimento Associativo Juvenil Português é hoje uma realidade incontornável da sociedade portuguesa. A FNAJ representa mais de 1000 Associações Juvenis de base local de todo o território nacional perante os poderes públicos e políticos. Esta Federação, a par da plataforma representativa do movimento associativo de âmbito nacional, o Conselho Nacional da Juventude tem assumido um papel central na construção das políticas de juventude em Portugal.

Cerca de 450 mil jovens estão direta e indiretamente envolvidos nestas organizações (dirigentes, associados/as, voluntários/as, jovens participantes em atividades de educação não formal, etc).

O Associativismo Juvenil local desempenha um papel importante na capacitação dos/as jovens, assim como no desenvolvimento das comunidades em que se insere, da mais pequena aldeia aos grandes centros urbanos. Constitui-se uma verdadeira escola para a formação de cidadãs e cidadãos ativos, participativas/os, conscientes e empenhadas/os na vida pública, promovendo, ao mesmo tempo, a igualdade de oportunidades para todas e todas/os envolvidas/os.

Cerca de 1/3 destas organizações tem como foco principal o desenvolvimento de atividades culturais, educativas e de promoção do património; a grande maioria desenvolve a cultura como atividade secundária – dados recolhidos do Registo Nacional das Associações Juvenis (estudo promovido pela FNAJ).

O conceito de cultura não é de forma alguma estático nem de fácil generalização, pelo que não existe uma única definição de cultura. Inclui a arte, a literatura e a pintura, mas também a ciência, costumes, padrões de trabalho, religião, modelos de organização política e de vivência em sociedade. Mais do que conhecimento, a Cultura é um processo de socialização contínua – permitam-me dizer: de “humanização” do mundo.

A mesma complexidade envolve tentativa de definir o conceito de Juventude – esta não pode ser vista de forma homogénea; existem várias “juventudes”, de certa forma é reflexo da heterogeneidade da sociedade, em grande medida condicionado pelas assimetrias no acesso às oportunidades de realização pessoal/familiar, profissional e social - obstáculos à emancipação plena dos jovens. Para esta heterogeneidade das “juventudes” contribuem também as assimetrias no acesso aos produtos culturais e às oportunidades de criação de cultura. Não se pode esquecer, quando se fala de “cultura pós-crise”, que muitos jovens e extensas faixas da população vivem em crise há muito tempo, com impacto na concretização dos seus sonhos – e “pelo sonho é que vamos” como disse Sebastião da Gama – eu acrescentaria, “pela cultura é que vamos”. Um país que não permite aos seus mais jovens membros sonhar e aspirar a concretização dos seus feitos de vida, experimenta uma grave crise e está em risco de perder o que de mais vital existe para o seu futuro, sua capacidade de se regenerar e recriar a sua identidade e cultura.

São vários os desafios que se colocam à sociedade e, portanto, à governação nesta matéria:

- . Como resolver a iniquidade no acesso dos jovens à cultura?
- . Como identificar e compreender a complexidade das diferentes culturas juvenis?
- . Que oportunidades e quais ameaças compreendem as novas ferramentas tecnológicas de comunicação para os jovens? São *per se* fatores de criação de novas culturas?
- . Qual o papel e que políticas públicas?
- . Existe, efetivamente, uma nova cultura juvenil pós-crise?
- . Como deverá evoluir e em que políticas deverá a sociedade investir para diminuir o risco de conflitos interculturais e inter-geracionais?
- . Como incluir os jovens nos processos de decisão política? Ou melhor, como alterar a “cultura do exercício do poder” das gerações mais velhas que assumem funções políticas, abrindo caminho à participação dos jovens nos processos de decisão?

Como presidente da FNAJ, estrutura que tenho a honra e agradeço a oportunidade de voluntariamente servir, testemunho assiduamente os processos de participação e entrega altruísta à causa pública de milhares de jovens – são exemplo do que as novas gerações têm de melhor para oferecer ao seu país. Estes jovens, através das suas organizações, criam espaços de aprendizagem e exercício de uma cultura democrática, revisitam e recriam os valores de Abril; geram espaços de participação e cidadania diversos, alternativos aos tradicionais (e, em grande medida, desacreditados) mecanismos de participação dos partidos políticos; é nestas associações que, pela primeira vez, muitos jovens experimentam o seu primeiro processo eleitoral, votam e são eleitos, aprendem a identificar os problemas das suas comunidades, a defender ideias, a elaborar projetos, a transformar positivamente o mundo que os rodeia.

As associações juvenis promovem uma cultura de mobilidade, são, por exemplo, as principais responsáveis pelo envio e acolhimento de jovens ao abrigo dos programas de educação não-formal e de mobilidade na Europa, como é o caso do ERASMUS+. São espaços onde se promove o conhecimento e respeito pela diferença, processo essencial para derrubar preconceitos e ultrapassar tensões interculturais – são, assim, mais um importante meio para se alcançar a paz social e entre os povos.

Estas organizações são, em muitos casos, a derradeira oportunidade para os jovens poderem ter acesso à cultura e poderem dar asas ao seu ímpeto criativo. São vários os casos, um pouco por todo o país, em que os fenómenos culturais gerados por grupos de jovens alcançam relevo nacional (e mesmo internacional), com impacto económico relevante, sendo motor de desenvolvimento das suas comunidades. O que seria do teatro, da música, de inúmeros jovens artistas sem o suporte das organizações do terceiro setor, muitas delas associações juvenis?

Da geração mais qualificada de sempre do nosso país espera-se que seja a melhor preparada para afirmar Portugal e a sua cultura, aquém e além-fronteiras: disso têm sido exemplo muitos jovens artistas, cientistas, empresários, desportistas, entre outros. Mas, para termos um país com mais elevado índice de desenvolvimento humano, é necessário enfrentar as injustiças e esbater assimetrias. Nem todos terão vocação e condições para se assumirem como líderes e estrelas, nem todos conseguirão ser empreendedores, mesmo que o desejem muito. Por isso, nós, jovens portugueses, mais do que uma afirmação pontual de alguns indivíduos, devemos ambicionar afirmar Portugal enquanto sociedade mais justa, respeitadora e promotora dos direitos humanos, com um modelo de desenvolvimento económico sustentável e focado nas pessoas, para as pessoas – essa cultura, essa Portugalidade, tem em muitos jovens de hoje os seus obreiros.

Parabéns ao Senhor Presidente da República e à sua Casa Civil pelo sucesso desta iniciativa. Parabéns pelo contributo no sentido de transformar positivamente a perceção pública sobre os jovens portugueses, colocando em evidência o que de melhor as novas gerações têm para oferecer ao País, à Europa e ao Mundo. É hora de abandonar o preconceito de que os jovens são um problema e de afirmar, inequívoca e sonoramente, as novas gerações como parte ativa e fundamental das soluções que o país precisa.

OS JOVENS E A CULTURA

TESTEMUNHO

CARLOS FARINHA



Artista plástico cujo trabalho se baseia sobretudo em questões de identidade e temáticas portuguesas, criando figuras com uma dimensão satírica que lançam um olhar muito próprio sobre locais, ambientes sociais e personagens típicas.

Destacamos da sua vasta obra em cenografia, pintura, performance e escultura: em *Public Art*, o mural “*La Muse Bleu... L’amuse Bleu*”, do projeto MiratecArts, em 2013 pelo artista oferecido à comunidade da Vila da Madalena do Pico, nos Açores. Em 2014, foi convidado pela Galeria de Arte Urbana (GAU), a apresentar na exposição Venham mais Sete!, um dos sete murais, expostos na Calçada da Glória, em Lisboa, para reinterpretação dos murais típicos do PREC – Processo Revolucionário Em Curso.

Tem efetuado inúmeras exposições individuais e coletivas, nacionais e internacionais, de que destacamos “*24th International Biennial of Art Humour*”, em Itália (2007), “Caderno de Campos”, no Ministério das Finanças, em Lisboa (2006) ou “Microart” no Pavilhão de Portugal, em Hannover (2000) e tem sido galardoado em vários países do mundo.

Licenciado em Artes Plásticas, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, concluiu o Curso de Introdução ao Teatro da Escola António Arroio, em Lisboa.

Queria agradecer a Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, o honroso convite para dar o meu testemunho neste quarto Roteiro do Futuro em que o tema são os jovens e o futuro.

Queria agradecer igualmente à equipa que o auxilia e que permitiu concretizar esta conferência.

Excelência

Sou o Carlos, sou português e pai. Para além de ser um artista em Portugal. Vivi sempre a minha vida com a consciência de duas coisas essenciais, que ela é um caminho e que somos nós próprios a fazê-lo.

A vida cria-nos obstáculos, mas tento sempre que possível olhar o lado positivo da vida, porque o nosso fado, não é o nosso destino. O nosso fado é apenas um lugar especial onde nos podemos refugiar.

Nos meus quadros procuro criar uma linguagem acessível para reforçar uma consciência, é uma constatação. A nossa cultura é feita de pequenos detalhes que juntos criam a nossa herança, onde o denominador comum é a língua.

Como gosto de contar histórias e não quero que a minha intervenção seja demasiada técnica, nem massuda, toda ela será ilustrada pelos quadros que criei e que contam a minha vida, a sociedade onde me insiro e os estímulos políticos e sociais que são o motor da minha criação artística.

Apresento-vos "Bom dia Portugal". É o título desta pintura que retrata, igualmente, o nome de um antigo programa televisivo da manhã. Achei por bem começar com um quadro de 2011 que representa um Portugal envelhecido a olhar para nós. Não é sobre eles que vou falar, mas sim dos jovens de hoje que serão um dia, também, os idosos de amanhã. E está nas suas mãos decidir como percorrer esse caminho.



Bom dia Portugal, acrílico sobre tela,
100 x 150 cm, 2011

O meu começa aqui.

Começo com os afectos, "Proença-a-Nova". Este quadro está no átrio de entrada dos paços do concelho de Proença-a-Nova. Quando criei esta peça que retrata a topologia, o nome das vilas, as personalidades, queria que este quadro fosse para os meus conterrâneos, os únicos que o conseguem ler na sua totalidade, os originários da minha terra de coração, que mesmo tendo apenas a quarta classe conhecem os códigos e personagens que dela vivem.

Desta forma queria demonstrar que um objecto artístico pode ter e possuir uma ligação social e emocional. Não apenas para uma elite mas sim para os destinatários a que deles se referem. Porque para mim o importante são as pessoas. A arte não é exclusiva e a cultura cria-se todos os dias sem manual de instrução.



Proença-a-Nova, acrílico sobre tela,
180 x 280 cm, 2010



A Grande Alface, acrílico sobre tela,
200 x 360 cm, 2011

Em 2011 criei "A Grande Alface".

Este quadro retrata Lisboa, capital geopolítica, onde resido e vivo. Mostra uma sociedade cheia de pequenos retalhos que se colam para criar um retrato. Usando exemplos como o Portugal a Banhos, da artista Joana Vasconcelos a boiar no Tejo, o Fernando Pessoa no Terreiro e o Lux, local de diversão nocturna. Poderia perder 20 minutos a explicar as histórias e personagens, mas o mais importante, tenho o Adamastor em frente à Assembleia onde José Sócrates tem a sombra de umas orelhas de um coelho.

Existe não apenas uma forma de fazer. Encaro os meus quadros como pequenas crónicas, por vezes irónicas, com um certo humor que faz falta. Rirmos de nós próprios é um sinónimo de maturidade.

Rafael Bordalo Pinheiro, Gil Vicente são disso um exemplo.

A política é essencial e como português custa-me o facto de a cultura ter apenas uma Secretaria de Estado. A cultura necessita de um novo Ministério, desempoeirado e descomplexado, à procura da excelência, de parcerias internacionais que interajam com as comunidades e essencialmente novas políticas mais próximas das pessoas que permitam aos nossos jovens tempo, poderem errar e espaços para expor as suas ideias e trabalhos.

Entre o presente e o começo da crise, criei, durante esse período, uma série de peças. Porque senti necessidade de fazer mais e ir à procura de novas soluções e desafios.

"O carteirista" representa um ladrão com bigode de sardinha a roubar a carteira de uma senhora. Esta sensação foi o que muitas pessoas sentiram quando a carga fiscal nos atacou. Mas como tudo na vida há diversas formas de olhar para a crise. Mesmo assim, muitos jovens procuraram novas soluções. De facto foi um momento terrível para todos nós.

O Carteirista,
acrílico sobre tela,
100 x 80 cm, 2011



"Portugal" em 2011 é um barco encalhado num *iceberg* à espera de uma brisa que não sopra.

Portugal,
acrílico sobre tela,
70 x 50 cm, 2011



"*Holding the storm*" é uma metáfora da nossa vida enquanto sociedade durante o período da *troika*. A nuvem negra é a crise, quanto mais nos uníamos mais caía chuva e dilúvio de imposto. Sentimos, e bem, nas nossas carteiras e na vida.



Holding the storm,
acrílico sobre tela,
70 x 50 cm, 2011

Outro dos meus lugares de afecto é a migração. Sou filho de emigrantes.

"*L'extraordinaire Mr. Sousa*" foi o título de uma exposição que fiz em Paris com o apoio da Casa de Portugal, da Associação Cap Magellan e de parceiros locais, nomeadamente o Vereador da Câmara Municipal de Paris, Exmo. Senhor Hermano Sanches Ruivo. Devemos ter orgulho e tentar capacitar o maior grupo de associações em prol da cultura.

O Sr. Sousa é um emigrante da geração dos meus pais que vive noutra país e faz todos os biscates para arranjar dinheiro e poder regressar ao seu país de coração. Vivi a realidade dessa emigração em França, até aos meus 15 anos. Mas agora a migração é outra, temos de acarinhar os portugueses no estrangeiro e, caso o queiram, dar-lhes oportunidades para voltarem.



L'extraordinaire Mr. Sousa,
acrílico sobre tela,
100 x 80 cm, 2013

Representada nesta tela, com o título "Migration", encontra-se uma massa de gente a olhar para nós como se fôssemos o seu espectáculo. Há uma música que diz: "ninguém sai de onde tem paz"; muitos saíram por necessidades económicas, mas acredito que outros sejam como Amadeu de Sousa Cardoso que esteve em Paris ou o Aristides de Sousa Mendes que com um papel e um carimbo salvava vidas.



Migration,
acrílico sobre tela,
200 x 700 cm, 2013

O Amadeu de Sousa Cardoso foi para Paris à procura de instrução e de desenvolver a sua Arte. Foi um dos nossos artistas mais importantes. Pena foi ter morrido tão cedo. Mas quem vê a sua obra encontra uma portugalidade extraordinária.



Amadeu de Sousa Cardoso,
acrílico sobre tela,
100 x 80 cm, 2013

Aristides de Sousa Mendes salvou vidas na II Guerra Mundial através de um papel e um carimbo. Por vezes o essencial da nossa existência chega a encruzilhadas em que temos de tomar decisões e por vezes o que importa é a consciência de sermos justos.



Aristides de Sousa Mendes,
acrílico sobre tela,
100 x 80 cm, 2013

"A Sueca" é uma reinterpretação dos jogadores de carta do Cezanne. As referências não necessitam de ser exclusivamente Portuguesas, o mundo é global. Agora o jogo em si, a sueca, faz parte da nossa cultura popular.

Aquilo que fez de nós capazes de nos estabelecermos nos mais diversos pontos do globo, não foi o poder militar, foi a capacidade de adaptação e de nos reinventarmos.

Devemos viver a vida de forma criativa, por isso a educação é tão importante, sobretudo a artística, dar às nossas crianças a arte dando-lhes o prazer de sujar, cantar e errar, ferramentas que usarão para o resto das suas vidas. Não somos todos artistas, mas devemos ser todos criativos. A criatividade é o lugar da experiência, dos erros, e das soluções. Senão estaremos condenados a viver num país cinzento.



A Sueca,
acrílico sobre tela,
100 x 150 cm, 2013

Das viagens que fiz, Macau foi um dos momentos marcantes.



"Macau" é o nome de uma tela que fiz nessa mesma região autónoma da China, num encontro do Observatório dos Luso-Descendentes, com o apoio da Secretaria de Estado das Comunidades. A tela retrata a grande China a segurar o barco Macau, ela tem o poder, pode esmagá-la e protegê-la. Dentro do barco estão as referências da portugalidade e de Macau.

A tela está neste momento na residência oficial do Cônsul-geral de Portugal em Macau, Dr. Vítor Sereno.

No ano seguinte realizei uma exposição individual na *Lao in Gallery* com o título *A-magau*.

"*Lucky Man*" é um retrato de Macau nos dias de hoje. O jogo tornou-se a sua principal actividade. Na cultura chinesa, o jogo tem uma presença secular, deslocam-se diariamente milhares até às dezenas de casinos existentes em Macau. Transformando Macau numa cidade cosmopolita e especialmente dedicada ao jogo.

Lucky Man,
acrílico sobre tela,
90 x 120 cm, 2014



"Leque" é um quadro que fala sobre as *chinoiseries*, porque a grande maioria dos leques eram construídos em Macau, Taipé e Hong Kong nos séculos passados. Macau era um local de pequenas oficinas e artesãos. Essa herança deve ser preservada e investigada. Leque é uma homenagem a essa época.

Leque,
acrílico sobre tela,
90 x 60 cm, 2014



"O Panda" é para os chineses um símbolo de apreço e de proteção. Como tal, é necessário preservarmos Macau e a nossa herança da mesma forma que eles protegem os pandas.

Por vezes necessito de pintar sobre a nossa juventude e os novos desafios dos tempos modernos:

Panda, acrílico sobre tela,
90 x 60 cm, 2014



"Uma Certa Portugalidade" é um jovem obeso que leva um galo de Barcelos com uma bóia, está constantemente a queixar-se mas da sua boca só sai piu-piu. São estes jovens que não devemos querer para o nosso país e está nas nossas mãos esforçarmo-nos através da educação e da cultura dando-lhes esperança e vontade de viver a portugalidade de outra forma.

Uma certa Portugalidade, acrílico sobre tela,
100x 70 cm, 2014



É um quadro que representa um casal a tirar fotografias deles próprios, mostrando ao mundo que tudo está bem, mas no fundo andam sempre às turras, ralhando um com o outro. Esta geração tende, cada vez mais, a superficializar as suas relações tendo por vezes dificuldades em comunicar entre eles.



#Selfie, acrílico sobre tela,
100x 70 cm, 2014

A história deste quadro começa com um amigo a falar-me da sua relação à distância através do *Skype*. Resolvi criar esta imagem de dois jovens a quererem beijar-se, mas onde o vidro é frio, não permitindo o contacto da pele. A distância é encurtada mas falta o toque, o cheiro que as tecnologias ainda não permitem. A palavra *Or*, ouro em francês, vê-se em evidência. Uma relação vale ouro.



Skype, acrílico sobre tela,
80 x 60 cm, 2015

A história que vou contar começa com uma cidade fronteiriça, entre a Síria e a Turquia, Kobane.

Esteve quatro meses cercada pelo autoproclamado Estado Islâmico. Acompanhei diariamente os avanços e recuos da luta dos curdos através de uma câmara que funcionava em *livestream*, no lado turco (telegraf) e pelo *twitter* (onde abri uma conta de propósito para acompanhar os acontecimentos). Era a guerra em estado puro e em directo, de uma proximidade assustadora, via-se bombardeamentos e repórteres no terreno a relatar os acontecimentos *in loco*. Sentia de facto que a luta dos curdos era uma luta justa e desigual entre mulheres armadas e fundamentalistas.

Resolvi que o meu primeiro quadro de 2015 seria sobre Kobane, depois de ler um artigo de Charb (editor assassinado do Charlie Hebdo). Criei a tela “*Kobane*” que publiquei no *twitter*, a 30 de janeiro. A imagem ficou viral nas redes sociais curdas, (um jornalista da voz da América, Mutlu Civiroglu, retweetou o quadro ganhando uma dimensão que não esperaria alcançar já que a grande maioria das referências são em curdo e árabe). De tal forma fui confrontado com a rápida propagação da imagem que, dois dias depois, tinha chamadas da Turquia para me convidar a estar presente num grande evento que iria decorrer na cidade de Diyarbakir, três dias depois, com bilhetes de avião e estadia paga. Tive de tomar uma decisão difícil, já que poderia correr perigo, embora monitorizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Cônsul em Ancara, Dra. Ana Rufino. Decidi embarcar nesta aventura com o quadro debaixo do braço.

A minha estadia no Curdistão Turco, na cidade de Amed (Diyarbakir), foi extraordinária. A exposição “*Kurdistan*”, onde participei, contou com cerca de 230 artistas curdos, oriundos da Síria, Iraque, Irão e Turquia e da sua diáspora. Uniram-



Kobane, acrílico sobre tela,
70 x 50 cm, 2015

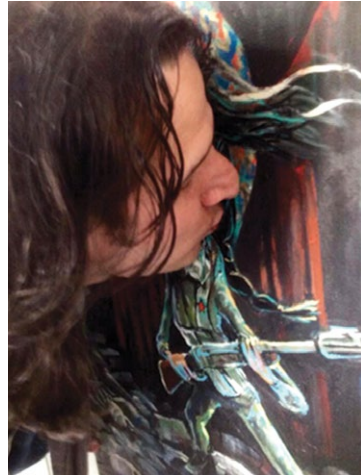
-se para doar a totalidade das vendas dos seus trabalhos para ajudar na reconstrução da cidade de Kobane. Fui o único Ocidental não Curdo a participar. A recepção a que fui sujeito foi de uma riqueza inexplicável, o quadro tornou-se um ícone, foi fotografado e fui fotografado centenas de vezes. Doe e entreguei a obra pessoalmente ao representante de Kobane que se encarregou de a levar para a cidade onde pertence.

O quadro retrata uma guerrilheira, YPG, que canta enquanto segura uma arma. O rosto cheio de cor e de esperança simboliza a razão da luta dessas mulheres, o direito a ser pessoa com sua cultura e voz. A arma transforma-se numa espécie de guitarra, motivo pela qual lutaram contra a barbárie negra que nega as suas tradições. Os curdos perceberam a minha mensagem. Mensagem de alguém que vive do outro lado do mundo e que percebe a sua luta e a dor de um povo sem país.

Redes sociais Kurdas.



Beijavam o quadro.



Entrada da exposição Kurdistan com o quadro em destaque.



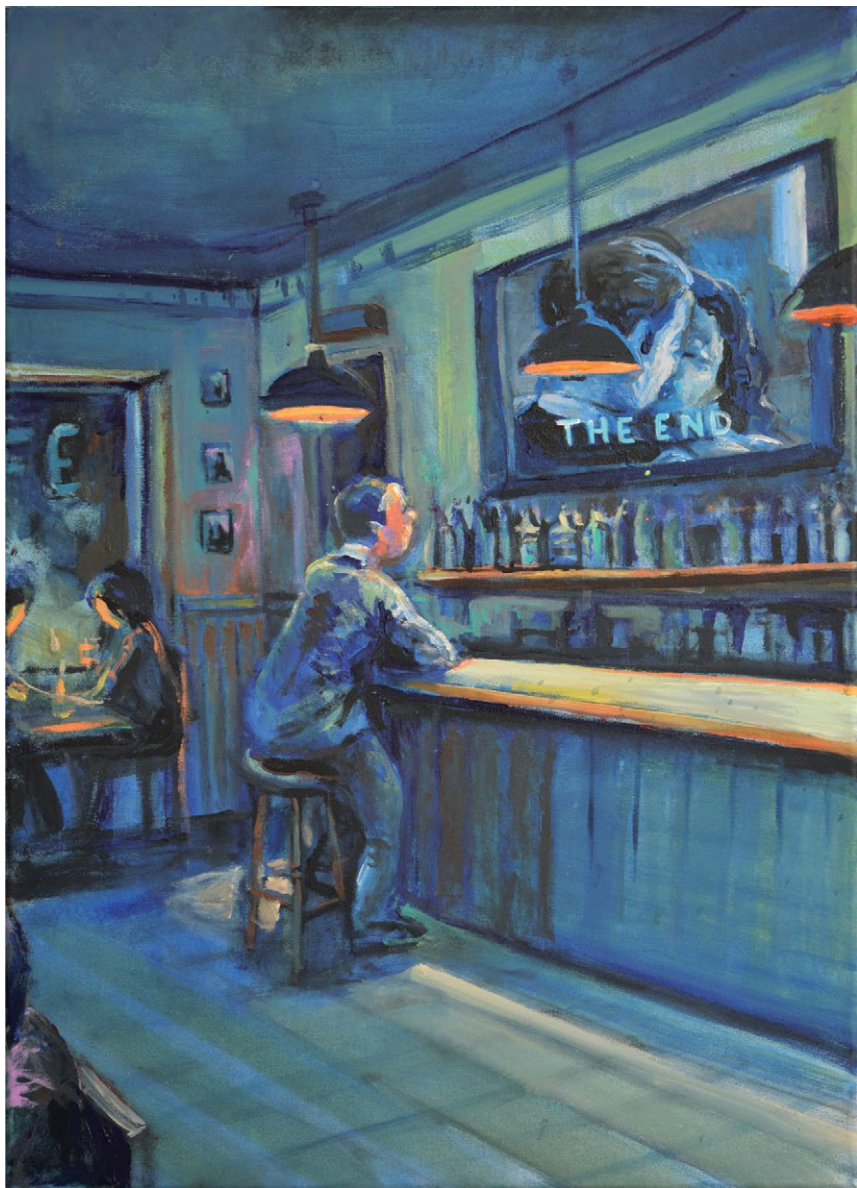
A entrega do quadro ao representante da cultura da cidade de Kobane, Exmo, Sr. Ahmed Dali.



Antes de finalizar, queria partilhar esta obra de 2012. Não conhecia a realidade curda. Mas este quadro que inicialmente representa uma mensagem de entreatada para criar melhores dias, passou a ser um símbolo da luta curda. O Kurdistan está dividido em 4, como as 4 personagens representadas. Irão, Iraque, Turquia e Síria. Estão a sofrer por causa do Estado Islâmico, simbolizado pela mancha negra. Esses 4 elementos estão a criar um Sol que é o símbolo do Kurdistan. Por vezes as interpretações que damos ganham outra vida quando são vistas por outro prisma.



Making Sun,
acrílico sobre tela,
60 x 30 cm, 2012



The end,
acrílico sobre tela,
70x 50 cm, 2015

The End

OS JOVENS E A CULTURA CONFERENCISTA

FRANCISCO JOSÉ VIEGAS
(QUETZAL)



Jornalista e escritor é atualmente Diretor da Quetzal Editores e da revista LER.

Foi Secretário de Estado da Cultura do XIX Governo Constitucional.

Foi diretor da revista Grande Reportagem e da Casa Fernando Pessoa. Colaborou em vários jornais e revistas e foi autor de vários programas na rádio e televisão.

Da sua obra destacam-se livros de poesia, além de peça de teatro e relatos de viagens.

Galardoado com o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores 2005 com o seu romance Longe de Manaus, tem livros publicados em Itália, Alemanha, Brasil, França, Colômbia e República Checa.

Licenciou-se em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa e foi docente na Universidade de Évora.

Permitam-me, antes de mais, que quebre por instantes esta amável informalidade da nossa plateia para, de uma forma também informal, saudar o Senhor Presidente da República, a quem todos agradecemos a sua presença, bem como a da Dra. Maria Cavaco Silva. Quero também saudar a Fundação Champalimaud, na pessoa da Dra. Leonor Beza, e agradecer-lhe o trabalho maravilhoso, indispensável e cada vez mais marcante desta Fundação. O Professor Lobo Antunes, que é um exemplo que eu prezo muito – é um autor tão fascinante que devia ser o Professor a falar sobre literatura para todos nós, com aquela admirável serenidade das suas intervenções e dos seus textos sobre descoberta, invenção, poesia. Quero saudar também o Professor David Justino, meu amigo de há já tantos anos, a quem agradeço o convite para estar aqui. Agradeço-lhe o convite e a promessa que me fez de não adormecer enquanto eu falasse. Já não me parece pouco.

Eu venho falar de literatura, que é uma matéria que não tem a ver com políticas públicas. Não tem a ver com felicidade. Não tem a ver com juventude, lamento imenso informar-vos. Não tem a ver com «mais qualificação dos jovens»; não tem a ver com «participação coletiva» nem com «virtudes cívicas». Não tem a ver com quase nada senão com a qualidade e o sacrifício de quem escreve, de quem lê, de quem está ligado à contemplação do mundo. É o mundo em aberto que procura sempre estabelecer os seus roteiros. Não vos falo dos roteiros desta iniciativa do Senhor Presidente da República, mas da necessidade de as novas gerações descobrirem o seu próprio roteiro – o vosso roteiro. Tudo o que venho dizer-lhes pode resumir-se a três ou quatro palavras: sejam ousados nas vossas escolhas, sejam corajosos no vosso trabalho.

Sobretudo, sejam mais ousados e mais corajosos do que os que vos precederam e que abriram caminhos por onde podemos perder-nos em liberdade.

Eu não sou a pessoa mais indicada para vos lembrar a necessidade de risco e de aventura, porque já não sou jovem – mas a idade obriga-me a manter uma certa distância; e a distância torna-nos mais livres. Eu escrevo com caneta de tinta permanente, e em cadernos de papel velho, que compro na mesma papelaria há anos. O meu fornecedor já me garantiu que já não há mais cadernos daqueles – e portanto vivo preocupado com os cadernos. Quando as pessoas da minha geração se referiam a operações de copy-paste, serviam-se de uma tesoura e de cola. Exatamente. Eu lembro-me, quando terminei o primeiro *romance*: era preciso mudar algumas passagens e fui obrigado a usar tesoura e cola, como todos fazíamos. Quando queríamos saber qual era a capital da Gronelândia, íamos a uma enciclopédia, consultávamos e enganávamo-nos sempre nas entradas. Hoje, 50% a 60% da edição americana, contando com best sellers e edição académica, faz-se em plataformas digitais. Aliás, esta semana, uma companhia aérea *americana*, a Southwest, anunciou que nos seus voos disponibiliza uma biblioteca de 2000 livros digitais aos seus passageiros. Ou seja, estamos a funcionar a uma velocidade cada vez maior. Italo Calvino, nas suas Seis propostas para o próximo milénio (Lições americanas), falava justamente da velocidade como uma das marcas essenciais do novo tempo – do nosso tempo. Tudo é muito mais rápido: é mais rápida a forma como lemos, é muito mais rápida a forma como escrevemos, a forma como reagimos, a forma como aprendemos o nome das coisas, e a forma como o esquecemos também. Adquirimos, com o advento da cultura digital, um conjunto extremamente notável de capacidades e de possibilidades. Hoje, o nosso acesso à edição é mais rápido, mais flexível, mais fácil e mais democrático. Também é verdade que o criador se transformou a si próprio em produtor e reproduzidor, com as plataformas digitais. Tudo isto através dos processos contemporâneos de autoedição digital. Mas se as nossas capacidades aumentaram, também as nossas possibilidades, as vossas possibilidades cresceram, nomeadamente o acesso ao conhecimento, à informação – e ao erro, naturalmente. É provável que os novos tempos sejam luminosos e abram portas que não sabíamos que existiam, que todos sejamos mais felizes, mais completos, mais próximos daquilo que imaginávamos que poderíamos vir a ser. Já ouvi falar aqui, hoje, da «geração mais preparada de sempre»; tenho dúvidas sobre isso, mas gosto muito de vocês na mesma. Penso que é provável que nunca tenha existido uma sociedade tão democrática nessa matéria, garantindo o acesso pleno aos bens culturais: sem limitações, sem censura e, ao mesmo tempo, tão veloz. Um acesso tão veloz; um acesso tão superficial. Em Portugal, neste momento, apenas 2%

da edição é digital. Mas os números vão crescer, naturalmente. O acesso ao livro, o acesso à edição e o acesso ao público crescem todos os dias.

Permitam-me que recorde uma figura da minha adolescência e segunda infância, o Senhor Jaime, que era o bibliotecário – o meu primeiro bibliotecário – cuja principal função era afastar-nos dos livros. Nós dizíamos: «Sr. Jaime, eu queria aquele livro.» «Não quer.» «Ó Sr. Jaime, eu precisava daquele livro.» «Isso é que era bom.» «Sr. Jaime, acha que poderia ter o livro?» «Depois de amanhã, dê-me agora o título.» Ele tinha como função – eu adorava aquele bibliotecário – afastar-nos dos livros, criar uma barreira entre nós e os livros. Era um excelente funcionário da Biblioteca Municipal; os livros nunca se queixaram de qualquer maldade. E lembro-me também do bibliotecário da Fundação Gulbenkian (a célebre carrinha que eu frequentava na minha aldeia): no verão escolhíamos dois, três livros, porque as visitas eram quinzenais. E quando nós escolhíamos os quatro livros já sabíamos que íamos ter censura, íamos ter revista à saída. «Quer dizer, vai levar quatro livros? O que é que vai fazer durante este tempo todo, passar estes dias a ler? Não pode.»

Vejo sorrisos na plateia, mas confirmo a história. Isso mudou. Hoje, temos a rede de bibliotecas com mais qualidade na Europa, graças a uma geração de bibliotecários de uma nova geração, a que eu me rendo sempre e a quem nunca me canso de dispensar elogios. A «geração mais preparada de sempre» tem, em Portugal, a melhor rede de leitura pública da Europa.

Mas eu não quero falar-vos de números nem de estatísticas. Como editor, passo mais de metade do meu dia de trabalho agarrado a um instrumento demolidor, chamado «calculadora». Quando comecei a trabalhar nesta área, o meu superior era um excelente editor catalão que um dia me convocou para uma reunião e me perguntou: «Trazes a calculadora?» Eu disse: «Não. A calculadora?» «É o instrumento fundamental para um editor.» E portanto não venho falar-vos de números. Já tenho números que bastam.

Quero no entanto dizer-vos que, como autor, como editor, e como leitor, vivo rodeado de livros. Isto é uma sorte muito grande, uma felicidade para a minha vida. Muitas vezes – a melhor parte da minha vida – eu vivo rodeado de livros que ainda não existem; e esses são os que me inquietam mais, porque só tenho um termo de comparação com os livros que existem, aqueles que me formaram, os que aprendi a amar, aqueles de que sei falar, aqueles que me surpreenderam. Por isso, faço muitas vezes essa pergunta: como serão os livros do futuro? Não é saber se eles são em DVD, se estão na nuvem, se vou lê-los no *iPad*, se vou lê-los no telemóvel – isso não me interessa. Interrogo-me, antes, sobre como serão eles para um leitor, de que falam, por quem vão ser escritos, que linguagem vai ser a deles. Como será o roteiro futuro da nossa literatura? Como poderão os mais jovens do que eu tirar proveito da grande invenção da nossa civilização, que é o livro? Como poderão os mais jovens prolongar a existência do livro, e do romance, e da poesia e da arte que vem dos livros?

Deixem-me mencionar um problema que me assusta muito: o problema da língua. A nossa língua – lamento dizer-vos, «geração mais preparada de sempre» –, a nossa língua está mais pobre. Um autor como Vitorino Nemésio, em *Mau tempo* no canal – caso não saibam, é um romance – usava, pelo menos, e essa medição está feita, 16 vezes mais palavras do que nós usamos hoje. O romance *Mau tempo* no canal usa 16 vezes mais palavras do que um romance contemporâneo publicado em 2015. O nosso léxico diminuiu muito, simplificou-se. Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós usavam 20 vezes

mais palavras do que nós. E a verdade é que se lermos Camilo ou Eça, se retirarmos uma palavra – nós sabemos que falta a palavra. Não sabemos qual é, mas falta, temos a sensação de que há uma coisa que falta. E esta é uma perda dramática.

Eu sei que este não é um lugar para lamentações, mas é importante dizer que isso acontece também nos manuais escolares, cuja linguagem empobreceu de forma dramática nos últimos 30 anos. Não é culpa vossa, mas vocês, «geração mais bem preparada de sempre», foi criada com manuais que já são pobres. O ensino de Português, a nossa língua, deixou de assentar na leitura, no comentário, na experiência dos livros e nos exemplos retirados dos mestres da língua e passou a viver de exemplos retirados do discurso banal, do discurso de todos os dias, do discurso do quotidiano e das suas deficiências graves. É uma regra, uma filosofia recente no ensino do Português. Isto sem falar – já que estou aqui, deixem-me falar de uma coisa que eu persigo como um detetive: os erros nos textos que correm nos rodapés das televisões, por exemplo, que têm um efeito absolutamente multiplicador. Sobretudo se são feitos na televisão pública. Num país que tem Altos Comissários para tudo, nunca houve um Alto Comissário para tratar de assaltos à nossa língua. Assaltos que o Código Penal infelizmente não prevê.

Uma geração de autores do pós-25 de Abril reabilitou o romance português contemporâneo. Trouxe-lhe a vivacidade perdida, trouxe-lhe História – história portuguesa –, trouxe complexidade e, inesperadamente em alguns casos, até lhe trouxe harmonia. Uma parte deles, infelizmente, morreu. Queria citar alguns desses nomes transformadores: Nuno Bragança, Vergílio Ferreira, José Cardoso Pires, Jorge de Sena, José Saramago, Alçada Baptista, Dinis Machado, Vasco Graça Moura, por exemplo. E podemos falar dos autores que continuam hoje esse trabalho, à sua medida, e com os seus instrumentos. Infelizmente, e contrariando o princípio da velocidade de que há pouco vos falava, faltam-nos romances sobre o tempo presente e sobre os ressentimentos e compromissos ideológicos e pessoais tomados das gerações anteriores. Uma nova geração está, de qualquer modo, a honrar-nos. E eu gostava só de citar três, quatro, cinco nomes: Valério Romão, Bruno Vieira Amaral, David Machado, Afonso Cruz, Nuno Camarneiro, Raquel Ochoa. São explosões de criatividade e de novidade na ficção portuguesa, no romance português. Tal como na poesia são os nomes de Pedro Mexia, Margarida Vale Gato, Margarida Ferra, Manuel de Freitas, João Luís Barreto Guimarães, Vasco Gato ou Matilde Campilho. Mas, aqui, enumerar nomes é um pouco livrarmo-nos de responsabilidades. Eu continuo a acreditar, e gostava de vos alertar para isso, que há um mundo lá fora que não tem representação no romance português de hoje.

O romance português contemporâneo é demasiado modelado pela escola literária de há duas gerações atrás – e continuará a sê-lo se não aparecerem novas vozes que contrariem a mediania reinante.

O romance português de hoje precisa de novos conflitos, de novas memórias familiares, de novos territórios, novas formas de viver a sociedade – mais viagens, mais medos, mais controvérsias. Isso é possível. Porque vocês são «a geração mais bem preparada de sempre» e podem fazê-lo. É como vos disse no início desta conversa descontraída e matinal: é o mundo em aberto. Não está apenas cheio de grandes possibilidades, de mais acesso e de mais liberdade. Tem outra coisa, que é maravilhosa: vai ser mais difícil. Porque ainda não foi feito. Isso é bom, isso é o desafio. Será talvez impopular dizê-lo, mas o romance português está à espera de gente nova – não por se tratar de jovens, porque os jovens nunca foram grandes romancistas, desculpem-me ser tão sincero. Os grandes romances só são escritos por gente

que amadureceu e sabe fugir da facilidade. Agustina Bessa-Luís, Vergílio Ferreira, José Saramago, José Cardoso Pires não eram jovens quando escreveram os seus maiores romances. O romance português de hoje precisa de novos conflitos, mas está sobretudo a precisar de uma novidade que o atravessa, que o indisponha, que o faça zangar – e esse roteiro está disponível para quem o quiser reinventar.

Antigamente, os príncipes precisavam de escritores para consolidarem o seu poder, tal como o faraó precisava dos escribas para anotarem a sua riqueza. Hoje são as multidões que precisam de autores que relembrem sonhos e desilusões, e que refaçam a nossa vida. É um roteiro que precisa de ser inventado, mas do qual, felizmente, nós não podemos obter uma bissetriz.

O pior que podem dizer aos mais jovens é que escrever é fácil – não é. É difícil, é terrível, e é maravilhoso por isso mesmo. Há uma coisa que vos deve, aos mais jovens, encher de coragem: a literatura portuguesa de hoje é demasiado conservadora, demasiado fácil e demasiado festejada. Tudo isto está à vossa espera, mas não contem com ajudas.

Gostaria de lembrar apenas dez princípios que costumo discutir com os meus autores ou apenas com as pessoas com quem falo frequentemente sobre isso. E não menciono estas dez sugestões porque eu as tenha especialmente seguido, mas por achar que elas são sugestões que têm faltado muito à nossa literatura. Primeiro: não tenham medo. O medo, como nós sabemos, produziu uma literatura absolutamente notável, de grande densidade. É graças ao medo que se escrevem coisas que atravessaram a história da literatura: o medo da morte, o medo do amor, o medo dos outros. Mas quando se trata da nossa vida como criadores, da vossa vida como criadores, não tenham medo. Faltem ao respeito aos sacerdotes da literatura, desafiem, provoquem, digam as coisas claramente ou de forma obscura, mas digam-nas. Há demasiados maus escritores venerados por motivos que não têm a ver com a sua obra, mas pela circunstância de a sua obra ter sido escrita por eles – o que são coisas diferentes.

Em segundo lugar, não tenham pressa. O mais importante não é o dia de hoje; é o dia de depois de amanhã. Veem-se cada vez mais autores nas suas aparições públicas, prisioneiros dos compromissos de hoje, com piadas sarcásticas sobre o que se passa agora. Estive num festival literário este ano, um dos grandes festivais, em que ouvi um autor muito festejado que de cinco em cinco minutos fazia rir a assistência porque mencionava a Sra. Merkel. E toda a gente ria. O escritor não é um palhaço de circunstância. E a certa altura as coisas não têm graça. O compromisso de um criador não é com o tempo imediato, é com os leitores que ainda não ganharam.

Em terceiro lugar, queria pedir-lhes isto: não se levem demasiado a sério, não vale a pena. Cultivem a ironia – a ironia e a elegância. A ironia e a elegância andam de mãos dadas, andaram sempre. Em primeiro lugar, a ironia sobre o vosso próprio trabalho; não falem do vosso trabalho como uma operação no domínio do sagrado. Para isso estamos cá nós depois, os editores, os críticos; não falem disso. Antes de nós, lembrem-se, existiram poetas fantásticos, existiram escritores tremendos, contadores de histórias maravilhosos, humoristas que nos ajudaram a viver melhor – e nós criadores, vós criadores, somos sempre passageiros em trânsito.

Em quarto lugar, conheçam a vossa tradição. Conheçam o vosso cânone, os clássicos, porque não é possível inovar sem conhecer as regras; ou seja, não é possível inovar sem conhecer as regras do cânone, não é possível desrespeitar as regras sem conhecê-las. Não é possível fazer dança moderna sem saber

ballet. Não é possível fazer música dodecafónica sem conhecer a música clássica e tradicional. Ser original, reparem, só para ser original, aproxima-nos muito da arrogância e da soberba. E um autor já é vaidoso naturalmente. Já por si, está sempre no fio da navalha da arrogância e da soberba. Portanto, conheçam a vossa tradição. Mas se quiserem dizer a verdade, a verdade mesmo, e dizer que não suportam fado, podem dizer. Não tenham medo.

Em quinto lugar, valorizem o pormenor. A inovação não é um valor absoluto, a originalidade não é um valor absoluto. Ser original para ser original não vale. É uma brincadeira.

Em sexto lugar, a nossa língua: a nossa língua é o nosso refúgio e é a nossa liberdade. E a nossa língua está cansada de dizer as mesmas coisas para significar as mesmas coisas. Foi esse o trabalho grandioso de autores como Camilo, Eça, Pessoa, Agustina, Cardoso Pires, Rubem Fonseca. Eles fizeram esse trabalho de dar novos nomes às coisas. É por isso que nós os recordamos. Hoje atribuem-se todas as culpas ao chamado Acordo Ortográfico. O problema não é de ortografia (que também pode ser discutida, como tudo pode ser discutido). O problema é da linguagem. O problema é que é necessário reinventar – e vocês são capazes – a linguagem do romance português de hoje. A poesia já fez esse caminho, o romance não.

Queria pedir-vos outra coisa, a sétima: como criadores, como ficcionistas, não queiram dar lições sobre como o mundo deve ser. A arte do romance não consiste em continuar o ensaio por outros meios, em continuar o panfleto por outros meios. Não se escrevem romances para explicar como o mundo é feito, mas para contar uma história e através dela problematizar, questionar, interrogar, perder a razão, perder o juízo – que é um dos acidentes fundamentais na literatura. E neste domínio não há caminhos: cada um segue o seu. Um dos meus grandes mestres, que era um rabino do século XII, tinha esta frase absolutamente maravilhosa: «Não perguntes o caminho a quem o conhece, pois de contrário não te poderás perder». Acho isto maravilhoso. Para qualquer etapa da nossa vida.

Depois outra coisa, a oitava: quanto mais local, mais universal. Quanto mais local, mais universal, repitam sempre isto. Um romance sobre Portugal, um romance sobre uma aldeia perdida nas montanhas, um romance sobre os miúdos do liceu, um romance sobre um bairro dos subúrbios. Vejam o livro de Bruno Vieira Amaral, *As primeiras coisas*, que é um romance sobre os subúrbios da margem sul de Lisboa. Os contos de Valério Romão, sobre a rua, sobre a família. Esta é a forma de a literatura ser cosmopolita. Somos nós que estamos em cada página. Por exemplo, a mim sempre me intrigou muito, e continua a intrigar-me, o facto de não haver um romance – ou de não haver mais romances –, sobre as comunidades portuguesas perdidas na América Latina, em África, na Europa, na Ásia. A mim incomoda-me essa falta, cada vez que visito esses lugares: porque é que ninguém escreve sobre estas pessoas? Hoje falámos aqui de viagens; porque é que ninguém escreve sobre os portugueses perdidos pelo mundo? Romances sobre eles, hoje, hoje, a memória deles. Lembra-me muito aquela figura fantástica de Manuel António Pina (um dos nossos grandes poetas desaparecidos): chegando a uma repartição vê um senhor no *guichet* e pergunta-se: «O que é que a poesia fez por este senhor?» E é isso que nós devemos perguntar – o que é que os criadores fizeram por estas pessoas, as pessoas que ignoramos. Por exemplo, Macau – falámos de Macau. Quantos romances se escreveram sobre Macau nos últimos 50 anos? Três, quatro. Vai desaparecer, se não o olharmos de frente, o mundo vai desaparecer.

Depois outra coisa – a nona – tolerância. Tolerância significa ler, ouvir, prestar atenção, e sobretudo dar voz, emprestar a nossa voz. Ouvir bem as pessoas que têm histórias para contar. As outras pessoas, exatamente: fiquem sabendo que as outras pessoas têm histórias espantosas para contar e geralmente são melhores que as nossas, lamento informar-vos. Ser tolerante é isso. Podemos ser tolerantes em relação à opinião dos outros e sabemos como isso é difícil com a quantidade de idiotas que tomou conta da internet. Mas a maior tolerância é em relação à vida dos outros, dos nossos semelhantes, sobretudo aqueles que ainda não conhecemos.

E finalmente, para fechar com uma banalidade, décima regra: fujam do lugar-comum, fujam. Escolham o caminho mais belo, o mais belo – que é o caminho menos percorrido. Quando quiserem contar uma história, esforcem-se para contar outra. Dificultem o caminho. Procurem a beleza mais rara. Não aquela que vem no cinema e na televisão, porque o cinema se fez depois da literatura e foi mais inteligente, porque procurou um ângulo e um tom, e é isto que falta muitas vezes ao romance português. O mais importante da literatura, o mais importante do romance, para os anos que vêm, para os anos do futuro, é essa poeira que anda aí à solta, e que nós temos que acompanhar até podermos olhá-la de frente. E depois não procurem nem queiram acertar à primeira. E enquanto não acertarem, roubem tudo o que puderem: roubem os autores, roubem as personagens, roubem. Porque aquilo que é seguro, a única coisa certa na literatura é a divisa de Beckett: falhar, falhar de novo, falhar melhor. E depois é que vamos conseguir.

Muito obrigado.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA



Quero começar por manifestar o meu profundo regozijo pela forma como decorreu esta IV Conferência Internacional Roteiros do Futuro, dedicada aos Jovens, Novos Rumos, outra Esperança.

Agradeço, naturalmente, a todos os oradores, pela qualidade das suas intervenções, e, bem assim, a todos os presentes.

A participação nesta Conferência é um sinal de inconformismo e exprime o desejo de pensar e discutir, de forma esclarecida, o futuro de Portugal e dos seus jovens.

Os testemunhos, as ideias e as perspetivas inovadoras e diferenciadas que aqui foram presentes permitem-nos, ao fim destes dois dias, construir uma visão mais rigorosa e informada dos desafios que iremos enfrentar no futuro. Para vencermos esses desafios, o contributo de todos é importante.

O Inquérito ontem apresentado pela Professora Marina Costa Lobo contém resultados que devem merecer uma reflexão séria por parte dos agentes políticos, da sociedade civil e dos cidadãos em geral.

Se é certo que existem elementos que podem induzir algum pessimismo, é interessante verificar que, apesar das graves dificuldades por que todos passámos nos últimos anos, é entre os mais jovens que encontramos sinais mais consistentes de esperança e confiança no futuro.

Quer nas expectativas face ao emprego, quer na atitude perante a mobilidade, são os mais jovens, situados na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, aqueles que melhor interpretam as mudanças do presente e que encaram o amanhã de forma mais realista e encorajadora.

Menos animadoras são as conclusões do Inquérito no que respeita à relação dos jovens com a vida política. A comparação dos resultados agora alcançados com os obtidos no estudo «Os Jovens e a Política», realizado em outubro de 2007, revela que a descrença nas instituições e a degradação da relação cívica dos jovens com a vida política registaram um agravamento que a todos nos deve preocupar.

Tenho chamado a atenção, em diversas ocasiões, para os riscos da crescente apatia cívica e da indiferença dos jovens perante a atividade política. Num tempo em que comemoramos 40 anos de democracia, é fundamental que a sociedade e a classe política, em particular, passem das palavras aos atos. De uma vez por todas, é imperioso ter consciência da gravidade deste fenómeno e da necessidade premente de agir.

Como tive oportunidade de afirmar recentemente, é fundamental desenvolver uma estratégia vocacionada para a criação de emprego qualificado e para a credibilização das instituições e seus protagonistas.

Por outro lado, é essencial que existam incentivos credíveis e transparentes que mobilizem os jovens para uma participação mais ativa na construção do seu destino comum.

Esta Conferência constitui um sinal de esperança, mas também um alerta que deve ser ouvido. Estou firmemente convicto de que as novas gerações serão portadoras de uma cidadania mais exigente e informada e que irão contribuir de forma decisiva para um futuro melhor para Portugal.

Escutámos aqui testemunhos de jovens, que independentemente da sua formação académica e do seu trajeto profissional, detêm uma consciência cívica que não lhes é imposta, que lhes é natural. A sua vontade de participar, de fazer melhor, não fica condicionada nem espera pela aprovação dos agentes políticos.

Pude reencontrar, ontem e hoje, muitos jovens com quem, ao longo dos meus mandatos, me avistei em diversas ocasiões, nomeadamente nos Roteiros para a Juventude, uma iniciativa que, de forma inédita, estabeleceu uma via de contacto direto e de aproximação da Presidência da República aos problemas e aos anseios das novas gerações de Portugueses. Certo de que é nelas que assenta a esperança de um futuro melhor, procurei dar voz aos jovens e evidenciar as suas capacidades, o seu talento, a sua criatividade, as suas conquistas, o quanto deles nos podemos orgulhar. Entendi por isso entregar a jovens a condução dos debates em cada um dos painéis desta Conferência.

Em 9 de março de 2011, na minha tomada de posse, dirigindo-me aos jovens, afirmei: “Façam ouvir a vossa voz. Este é o vosso tempo. Mostrem a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, com uma cultura cívica e política mais sadia, mais limpa, mais digna. Mostrem às outras gerações que não se acomodam nem se resignam. Sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor. Acreditem em Portugal, porque esta é a vossa terra.”

Após esta Conferência, estou mais confiante e com esperança redobrada nos tempos vindouros. Temos uma nova geração que é motivo de orgulho para os Portugueses. São jovens mais bem preparados, mais informados, mais abertos ao Mundo, portadores de uma nova ideia de cidadania, mais conscientes e mais conhecedores. Saiba a sociedade portuguesa reconhecer neles a capacidade de inventar um futuro diferente para Portugal.

Muito calorosamente, agradeço a colaboração e a presença de todos vós e o vosso exemplo de patriotismo cívico.

Muito obrigado.

ANEXO *APPEND*

IX

ANEXO APPENDIX

FUTURE ROADMAPS FOR YOUTH EMPLOYMENT IN PORTUGAL: EUROPEAN PERSPECTIVES

JACQUELINE O'REILLY
(CROME, BRIGHTONBS)



Director of CROME - Centre for Research on Management and Employment at Brighton Business School and Professor of Comparative Employment Relations and Human Resources Management. Member of the Board of Governors of the University of Brighton.

She is currently coordinator of an EU FP7 research project on Youth Unemployment in Europe: Strategic Transitions for Youth Labour in Europe (2014-17).

Acknowledgements

The research for this article has received funding from the European Union's Seventh Framework Programme for research, technological development and demonstration under grant agreement no. 613256 www.style-research.eu. The analysis presented here draws on research conducted from this project, the results of which are available from www.style-research.eu/publications/working-papers together with some of the analysis discussed in O'Reilly et al. (2015) <http://sgo.sagepub.com/content/5/1/2158244015574962>.

Introduction

To ask what do the Future Roadmaps for Portuguese youth look like requires us to examine the past, and the present, so as to discern possible futures. The anecdotal reflections of Mayor Jose Maria Ministro dos Santos, responsible for the establishment of new large scale educational centres in Mafra, a municipality northwest of Lisbon with a population of around 70,000 illustrates how far Portugal has come in a relatively short period of time.

‘The difference between when I was growing up here, and now, is incomparable. When I was small, I walked around these fields, playing in my shorts, throwing water at each other, running from the police. Those were hard times. My mother would buy a pencil, a regular black pencil. We would split it in half, so I would share it with my brother. It was half a pencil for each. And when the pencil got too small, we would look for a straw and attach it, to make it into a longer pencil. That’s how those times were, and I learned how to read like that. But I believe that my children, and the children that depend on me now, can have a different kind of success, and different kind of opportunities. And they notice it, they feel it, they get excited about these opportunities. I am absolutely convinced that this generation of students coming out of these schools will help improve this country.’¹

The OECD labelled Portugal as a ‘Strong Performer and Successful Reformer in Education’ due to the significant and continued improvement in educational attainment of young Portuguese students in the PISA² studies and attributable in part to the work of people like Mayor dos Santos. However, the recent economic crisis and extenuated levels of youth unemployment suggest significant obstacles, challenges and crossroads facing the future trajectories of Portuguese and European youth.

In this short contribution I would like to draw on some of the research analysis that we are currently conducting as part of the EU FP7 funded STYLE project looking at Strategic Transitions for Youth Labour in Europe (www.style-research.eu). First, I would like to examine the context of youth unemployment in Portugal in relation to how we measure and compare this across Europe. Second, I discuss the Portuguese situation with regard to flexible employment, skills mismatch, self-employment. Third, I conclude by situating the evidence from the Portuguese experience within a wider European context, drawing out the potential future consequences from the current crisis facing young people today.

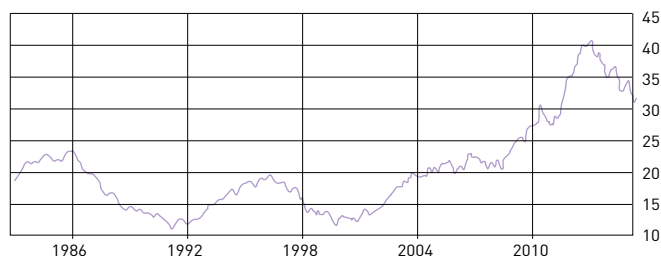
1 <http://www.oecd.org/edu/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/49765873.pdf>
<https://www.youtube.com/watch?v=M0zY8IcEIT8>

2 The Programme for International Student Assessment (PISA) is a triennial international survey which aims to evaluate education systems worldwide by testing the skills and knowledge of 15-year-old students. <http://www.oecd.org/pisa/>

Patterns of youth unemployment in Portugal

Figure 1 - Youth Unemployment Rate (1984-2015)

Source: <http://www.tradingeconomics.com/portugal/youth-unemployment-rate>



If we look at the pattern of youth unemployment in Portugal since the 1980s we find that there has been a regular rise and fall in recent decades. From the height of just under 25% in the mid 1980s this fell to a low of around 10% by the early 1990s; it subsequently rose again towards the late 1990s and fell again to similar levels at the turn of the millennium. Given this pattern we might have expected to see a fall during the mid to late 2000s. However, the recent economic crisis exacerbated the already rising levels of youth unemployment that had been emerging prior to the crisis: Youth joblessness reached levels unprecedented over the past thirty years hitting a high of over 38.1% in 2013 (OECD.stat) and has since showed signs of abating. One of the key questions this kind of data prompts us to ask is to what extent are the effects of the recent crisis an aberration from past patterns? Or, might we expect to see more extreme swings in the future?

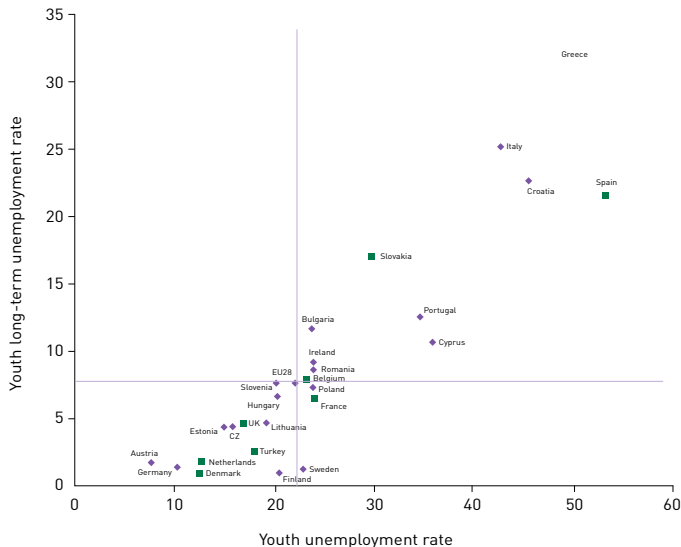
While it is not possible to conclusively answer these questions, as predicting the future is often best left to the varied skills of prophets, clairvoyants or economists, we can at least dissect some of the key characteristics that distinguish the current period in an attempt to identify the nature of the current problem we are addressing.

Defining the problem

Petmesidou and González-Menéndez's (2015) comparative analysis of youth labour markets locates Portugal in relation to youth unemployment rates and long-term youth unemployment rates in Europe (Figure 2). Here we can see that while the Portuguese experience has not been as extreme as that experienced by Greece, Spain, Italy or Croatia, it still remains significantly above the European average on both measures.

Figure 2 - How do countries compare on the severity of the 'youth problem' (as indicated by the youth total and long-term unemployment rates – 15 to 24 years), 2014

Source: Figure drawn by Petmesidou and González-Menéndez (2015) on the basis of Eurostat, LFS, 2014 data. The blue lines indicate the EU average; and the red points partners included in the style project.



In order to understand the current problems associated with the recent growth of youth unemployment in Europe we also need to have a clearer grasp on the different definitions employed by national governments and international organisations. These differences also have implications for the kinds of policy required to address this wide spread European problem and how it affects different categories of youth.

The OECD (2010) identifies “poorly integrated new entrants,” who, although qualified, experience persistent difficulties in accessing stable employment. They are caught in a series of precarious jobs interspersed by relatively short periods of unemployment or economic inactivity. This group accounts for about 20% to 30% on average of all youth in the OECD countries, and these experiences are particularly prevalent in southern Europe (Scarpetta, Sonnet, & Manfredi, 2010). Transitions between education and employment are becoming increasingly blurred and diversified. This is in part due to the expansion of tertiary education, an increase in part-time and temporary work in student labor markets, and the high share of graduates ending up unemployed or in non-standard employment, as well as the effects of the recent economic crisis of 2008.

In contrast the “youth left behind” face multiple disadvantages: they are more likely to have no qualifications, to come from an immigrant/minority background, and/or to live in disadvantaged, rural, or remote

areas (Eurofound, 2012a). The share of those not in employment, education, or training (NEETs) aged 15 to 24 in the EU-28 increased from 10.8% in 2008 to 13.0% in 2013 (Table 1; Eurostat, 2014). In Portugal the NEET rate has also increased and was 14% in 2013.³ Country variations in the share of NEETs range from under 7% in the Netherlands, Denmark, Germany and Austria to over 20% in Greece, Bulgaria, and Italy. Young adults (25-29 years), particularly women, display very high NEET rates, and in many cases higher than those of younger people aged 15 to 24 (ETUC/ ETUI, 2014).

The distinction between “poorly integrated new entrants” and the build up of those “left behind” illustrates how the experience of youth unemployment varies between those who have initial difficulties entering employment and those who face more severe long-term obstacles.

What difference does a measure make?

When analysing these figures there has been an increasing use of the distinction between rates and ratios to discuss this problem.⁴ Rates are higher than ratios because this measure is based on the number of unemployed youth divided by the total number of youth in the labor force (i.e. the employed and unemployed). The unemployment ratio is lower because the number of unemployed youth is divided by the total population of young people (including those in education and training).

The ratio measure reduces levels of youth unemployment to about half. This does not change the significance of the problem for countries facing the highest rates (Table 1). But, it does draw attention to some countries where the rates of youth unemployment are relatively low and where their ratios are much higher than the EU average.

The different interpretation of these figures is well illustrated in Table 1 which is ranked in terms of ratios (the middle column). Here we see that Portugal sits beside Sweden and the UK. These three countries are often seen as illustrative of very different types of welfare and employment regimes: mediterranean, social democratic and liberal. But using this ranking they would appear to have more in common in terms of the ratio of unemployed youth in these three countries of around 12-13%, i.e. the proportion of unemployed youth as share of all youth, including those in education. The ratio in Portugal is much lower than in Spain or Greece, and only slightly higher than Italy. What this tells us is that the proportion of unemployed young people in Portugal is reduced because of the higher proportions in education.

However, when we look only at the unemployment rate, where students are excluded from the calculations, we find that the situation is much worse: Portuguese youth unemployment is nearly double that of Sweden and the UK and much close to that of Italy. This is because the proportion of jobless youth in Portugal and Italy is much higher when compared to the smaller number of employed young people.

³ See also <https://data.oecd.org/youthinac/youth-not-in-employment-education-or-training-need.htm> for time series comparisons.

⁴ Eurostat provides an explanation of how these are calculated: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Youth_unemployment.

Table 1 - Youth Unemployment Rates, Ratios, and NEET Rates 2013 (Aged 15-24; Ranked by Ratios).

Source. Eurostat (2014).

	Rate ^a [%]	Ratio ^b [%]	NEET ^c [%]
Spain	54.6	21.0	18.6
Macedonia ^d	—	17.5	—
Greece	57.9	16.5	20.4
Croatia	49.8	14.9	19.6
Cyprus	41.9	14.9	18.7
Portugal	38.2	13.3	14.1
Sweden	21.9	12.8	7.5
The United Kingdom	20.2	12.0	13.3
Italy	39.7	10.9	22.2
Ireland	27.2	10.6	16.1
Slovakia	33.7	10.4	13.7
Finland	19.6	10.3	9.3
EU-28	22.7	9.9	13.0
Poland	27.3	9.1	12.2
Latvia	23.4	9.1	13.0
France	23.5	9.0	11.2
Bulgaria	28.4	8.4	21.6
Iceland	10.6	8.3	—
Denmark	12.5	8.1	6.0
The Netherlands	10.4	7.7	5.1
Hungary	27.2	7.4	15.4
Estonia	18.7	7.4	11.3
Romania	23.6	7.3	17.2
Belgium	22.5	7.3	12.7
Slovenia	21.0	7.3	9.2
Lithuania	21.9	6.9	11.1
Malta	12.7	6.9	10.0
Turkey	—	6.6	—
Czech Republic	19.2	6.0	9.1
Switzerland	7.1	5.8	—
Austria	8.4	5.4	7.1
Norway	8.7	5.2	—
Luxembourg	14.1	4.0	5.0
Germany	7.7	4.0	6.3

Note. NEET = not in employment, education, or training.^aThe unemployment rate is based on the number of unemployed divided by the number of employed and unemployed. Drawn from [yth_empl_100] of Labor Force Survey, Eurostat update, November 27, 2014.^bThe unemployment ratio divides the number of unemployed by the number employed, unemployed, and economically

inactive. Drawn from [yth_empl_140] of Labor Force Survey, Eurostat update, November 27, 2014.

^cDrawn from [yth_empl_150] of Labor Force Survey, Eurostat update, December 16, 2014.

^dFormer Yugoslav Republic.

The NEET indicator in the final column underlines this problem more clearly. This indicator only includes the percentage of young people who are not in employment, education or training. Here we see that the Swedish rates of 7.5% are half of those in Portugal (14%) and the UK (13%); and the rates in Italy are the highest at over 22%. The NEET indicator can include a diverse array of young people, but it often highlights countries with weak transitions paths from education to employment. NEETs are often associated with the ‘youth left behind’ experiencing a number of disadvantages and requiring very different policy responses to “poorly integrated new entrants,” who find initial entry difficult, but who do eventually find employment.

These measurement debates are both political and academic: They are academic in terms of how we should accurately measure and interpret this phenomenon, and they are political in terms of appreciating its significance and the diversity of policies required to address different categories of youth looking for paid work.

Based on an extensive review of the research evidence, we focus here on three key dimensions situating the Portuguese case in a wider European context. First, we examine how the pervasiveness of labour market flexibility makes it more difficult for young people to secure stable employment trajectories. Second, we assess the debates about skills and qualification mismatches illustrating how the expansion of education has been poorly aligned to the changing structure of skills required by employers. Third, we focus on the potential for self-employment to integrate young people. Finally we conclude with a summary assessment of future directions from a European perspective.

Flexible labour markets and youth transitions

Youth employment is characterized by high shares of ‘flexible’ employment: over 42% of those under 25 years in the EU were on temporary contracts, compared with 10% of those aged 25 to 64 (Eurofound, 2014). Portugal has some of the highest rates of young people in temporary work with over 50% of those aged 20-24 being employed on fixed-term contracts (Hadjivassiliou et al. 2015: 31).

Youth in Mediterranean countries have experienced some of the greatest difficulties in finding paid work; but these experiences varied significantly between these countries. Based on recent research on youth transitions from Berloffá et al. (2015) they found that more than 50% of young people in Portugal and Spain had a speedy trajectory into employment compared to only around 35% in Italy and Greece. Those young people that found themselves continuously out of work were around 40% in Greece and in Italy, and only about 20% in Portugal and Spain. (Berloffá et al. 2015: 16). Portugal performed relatively well on these

simple measures, compared to other Mediterranean countries. However, Portuguese youth had a higher probability of needing longer to find work and a lower probability of having a series of transitions in and out of employment that eventually ended in stable employment (Berloffia et al. 2015: 25).

The progressive polarization and hollowing out of the labour market have resulted in fewer jobs for the low- and mid-qualified. The reduction of intermediate-level jobs results in fewer opportunities for progression beyond entry-level jobs. Changing employers' expectations that young people should be "job-ready" has emphasized the need for education systems to teach "employability" skills. In attempts to obtain these skills, we have witnessed an expansion of internships (Lain et al., 2014), many of which are unpaid or very poorly paid. Some employers have been criticized for using these to avoid employing young people with properly paid probation periods. New forms of labour market flexibility, alongside the expansion and reforms to education, are reshaping the characteristics of the youth labour market and the kinds of transitions new generations of youth across Europe are able to make.

Mismatch of skills and education

Concern with the potential mismatch of skills and qualifications has emerged alongside the longer-term expansion of higher education and the recent significant increase in youth unemployment. One indicator of this mismatch is captured by the concept of over-education. This can be understood as employees taking on jobs for which they are over qualified (see McGuinness (2006) and Quintini (2011) for a fuller discussion of this concept).

McGuinness et al. (2015:18-19) show that in Portugal overall overeducation rates have been relatively low, compared to other southern European countries or Ireland. This is in part due to the fact Portugal has traditionally had very low rates of educational attainment. According to da Paz (2012)

"In 2011, around 57.6 % of the younger population (15-24) had only the lower level of education (ISCED 0-2), the highest figure among Southern European countries, and far above the average in the Eurozone (45.2%). Moreover, for the age group between 25 and 34 years, the contrast between Portugal and the Eurozone is even starker (44.3% compared to 21.9%)."

Portugal has also had very high rates of early school leaving: 43.6% in 2000 compared with EU27 average of 17.6%. But by 2014 this had fallen to 17.4% in Portugal compared to EU28 average of 11.1%. So in this sense we get an idea of both the significance of the challenge as well as the rate of change experienced in Portugal in a relatively short period. The increase of those with upper secondary education has risen from 43.2% in 2000 to 72.1% in 2014 (compared with the EU27 average of 76.6% to 82.1% over the same period). And the percentage of those over 25 with a tertiary qualification has increased from 7.3% in 2000 to 17.5% in 2014 (Eurostat 2015); but this still remains at the lower levels of the distribution compared to other EU countries where the proportions in higher education is over 30% for a number of

countries.⁵ What these simple figures clearly illustrate is that on one hand Portugal still trails behind some other European countries, but on the other hand a very extensive level of change has been introduced into the education system in recent decades.

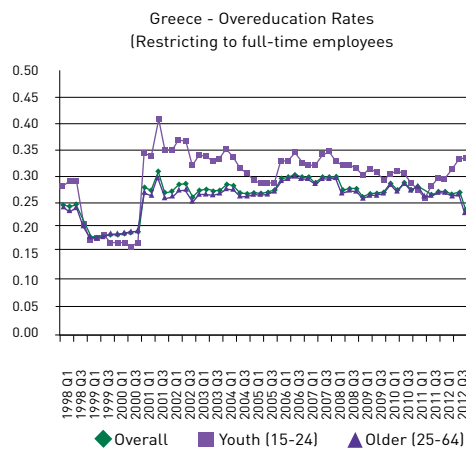
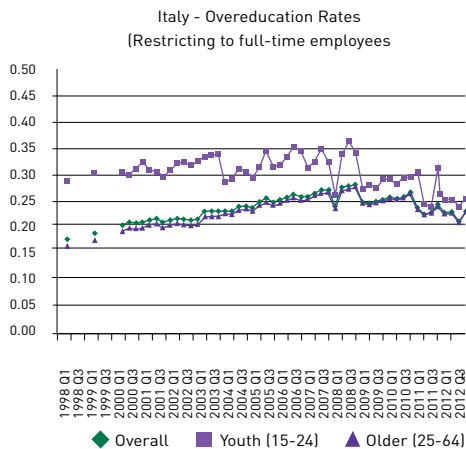
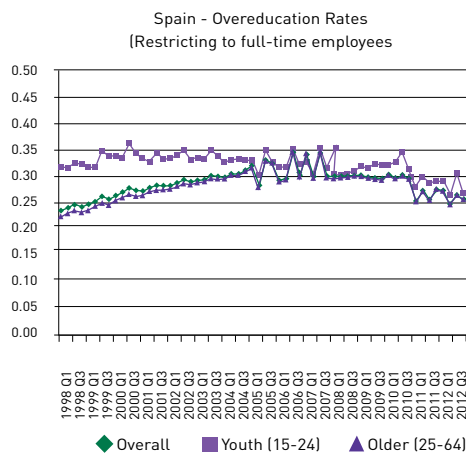
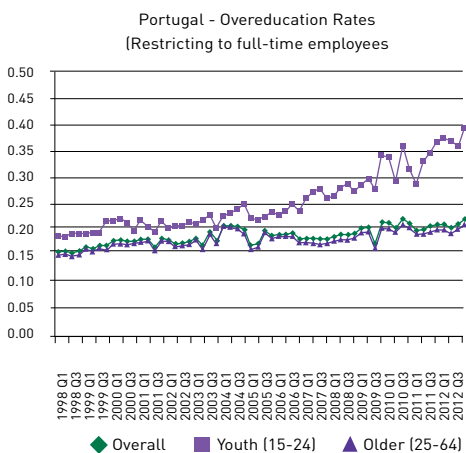
So while Portugal is not at the top of the list of countries addressing the issue of overall qualification and skills mismatch, nevertheless, McGuinness et al. (2015:18-19) show how the rates of overeducation have in recent years increased very significantly for younger age groups (15-24) and especially since the economic crisis of 2008 (Figure 3). From their analysis we can see that for older age groups the problem of overeducation was much lower than in Spain, Italy or Greece. However, for the younger cohorts this would seem to be an emerging and growing issue that will become increasingly apparent in future years. The consequences of early mismatch in qualifications and employment can have long-term scarring effects over the life cycle in terms of financial rewards, career development and subjective feelings of well-being.

While educational reform aims to address problems from the past, such as low levels of educational attainment, these changes can also create new sets of problems in terms of how educational and structural reforms are synchronised to absorb this better educated labour force. McGuinness et al. (2015) argue that overeducation can be a result of an over supply of graduates relative to the capacity of the economy to absorb these; it can be an imbalance in educational attainment and the skills required by employers; or it can be due to 'asymmetric information . . . or variations in individual preferences related to either job mobility or work-life balance.' (p8). They argue: 'greater attention should be given to the capacity of the labour market to absorb any given increase in educational supply, taking specific account of both the level and composition of current and future labour demand.' (McGuinness et al. 2015: 34)

5 http://ec.europa.eu/eurostat/c/portal/layout?p_l_id=6556331&p_v_l_s_g_id=0

Figure 3 - Overeducation Rates in Portugal, Spain, Italy and Greece

Source: McGuinness, S., A. Bergin and A. Whelan (2015) A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach? STYLE Working Paper WP5.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>



Self-employment

One of the characteristics of the Portuguese economy is the relatively high rate of self-employment accounting for over 20% of all jobs, compared to the EU average of around 15% (Sheehan and McNamara 2015: 18-19). Overall, self-employment as a proportion of all employment in Europe has tended to fall. Nevertheless, it still remains an important component of the economic structure in a number of southern and some eastern European countries due to the prominence of agricultural, service-based and informal work in these countries. The rise in self-employment over the last ten years, according to Ortlieb and Weiss (2015), was attributable to an increase of women becoming self-employed, as well as a growth in freelancers and part-time self-employment; there have also been relatively few people starting a business on a full-time basis.

The relatively high levels of self-employment in southern countries have been seen as indicative of a more entrepreneurial culture (OECD 2014). However, González-Menéndez and Cueto (2015), in their analysis of business start ups for young people in Spain, suggest that these relatively high rates may be attributable not only to more limited opportunities in the formal labour market, but to employers' preferences for independent contractors thereby avoiding additional labour costs and social security contributions associated with having direct employees.

Young people tend to have a much lower take up of self-employment compared to the national average and older age groups. The conditions associated with self-employment, in terms of lower income and longer working hours, tend to be inferior to those in dependent employment. Nevertheless, there have been considerable attempts to promote this form of employment through various policy initiatives, and especially those supported by the European Union (see Sheehan and McNamara (2015: 27-37) for a fuller discussion of these initiatives). However, unemployed youth seem to be less likely to take up policies to promote self-employment. But, according to Ortlieb and Weiss' (2015:5) analysis for Germany, innovative start-ups in high-tech and knowledge-intensive industries have a larger employment growth effect and a better survival rate than those in other sectors. As McGuinness et al. (2015) argue it is the absorption capacity of the economy as well as the skills of young people that affect who gets a job; while Berloff et al. (2015) point out that the difficulties Mediterranean youth face vary between countries in their ability to find stable employment trajectories.

European perspectives and policy challenges

Eichhorst et al. (2015) in their comparative European review of youth-related active labour market policies focusing on education to employment transitions, especially for disadvantaged youth, they found these tended to be complex, decentralized and fragmented, where they existed. González-Menéndez et al. (in Petmesidou and González-Menéndez 2015:26-7) focusing on the Spanish case were critical of a number of features associated with the administrative structures that they see as part of the problem in creating barriers to innovative policy making. Some of these problems include the:

“limited availability of funds for policies outside the script provided by the national government; lack of co-ordination between the education system and the employment policy system; and a political, not linked to results, competition between different levels of government for decision-making capacity. Thus, for instance, administrative ritualism and competition among levels of governance explains the failure of the policy information systems currently used to reach the young as to the Youth Guarantee.”

In addition they also mention the low level of business sector engagement and the structure of micro-firms in the Spanish economy “often run by persons with low educational level themselves... with less capacity to obtain the institutional and financial support available for training, [and where] training is often seen simply as a too costly activity.”

Commenting on the Greek situation Petmesidou and Polyzioidis (in Petmesidou and González-Menéndez 2015:22) argue that despite a range of policy initiatives ‘there were no signs of a transition to an economy with innovation potential that could provide an increasing number of jobs for meeting labour supply.’ They argue that the polarisation of the employment structure with a decline of ‘middle-rung jobs’ and a splintering of pathways between those in professional, technical and managerial jobs alongside those in more elementary jobs such as construction, market sales and tourism, have left a significant gap in the labour market. This is a trend observed across a number of highly developed economies, but it is a trend exacerbated by the consequences of the recent economic crisis. They go on to argue for the Greek case:

“Even if the attractiveness of vocational training increases, it is highly likely that there will be any significant return on such a human capital investment for the country, given the draws on Greece’s skilled labour by North European countries via immigration. In a nutshell, despite enhanced flexibility, sub-minimum wages for youth, and active measures, youth unemployment remains high.” Petmesidou and Polyzioidis (in Petmesidou and González-Menéndez 2015:25)

Their analysis illustrates how even within Europe patterns of migration as a response to high levels of youth unemployment and its consequences on patterns of skill formation require policy makers to think in terms beyond the realms of how production, education and skills are organised within their nation state.

So, in conclusion, when we reflect on what the future roadmap for youth employment in Portugal might look like we can see a number of significant signposts at the current cross-roads. One is clearly continuing with the long term goal of raising overall educational attainment. A second is about the reducing polarised trajectories for different groups of young people. This means addressing the growing group of ‘youth left behind’ also known as NEETs, as well as the potential future levels of well-qualified youth being overeducated for the available jobs within the Portuguese economy. This requires policy coordination between the economic capacity to absorb the emerging stock of new qualified labour. A third direction will be to address the nature of transitions and the quality of stable employment that young people are able to secure within their own society. Identifying the current characteristics of youth unemployment today suggests that the roadmap ahead is beset with some formidable challenges.

References

- Berloff, G., E. Matteazzi, G. Mazzolini, A. Sandor and P. Villa (2015) *Youth School-To-Work Transitions: from Entry Jobs to Career Employment* STYLE Working Papers, WP10.2 (forthcoming)
- Card, D., Kluve, J., & Weber, A. (2010) *Active labour market policy evaluations: A meta-analysis*. *Economic Journal*, 120, 452-477.
- da Paz Campos Lima, M. (2012) *The Challenges of Youth Unemployment in Portugal Against Recession and Austerity Policies*, Social Europe 23rd November 2012 <http://www.socialeurope.eu/2012/11/the-challenges-of-youth-unemployment-in-portugal-against-recession-and-austerity-policies/>
- Eichhorst, W., Hadjivassiliou, K. and F. Wozny (eds.) (2015) *Policy Performance and Evaluation: Synthesis of Country Reports*, STYLE Working Papers, WP3.3. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>
- Eurofound. (2012) *Effectiveness of policy measures to increase the employment participation of young people*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Eurofound. (2012) *NEETs: Young people not in employment education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Eurofound (2014) *Young people and temporary employment in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from <http://eurofound.europa.eu/observatories/emcc/comparative-information/young-people-and-temporary-employment-in-europe>
- ETUC/EYUI (2014) *Crisis takes its toll: Disentangling five years of labour market developments*. In *Benchmarking working Europe (Chapter 2)*. Brussels, Belgium: European Trade Union Institute. Retrieved from <http://www.etui.org/Publications2/Books/Benchmarking-Working-Europe-2014>
- Eurostat (2015) *Europe 2020 Target: Early Leavers from Education and Training* http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/themes/29_early_school_leaving.pdf accessed 31st August 2015.
- Eurostat (2014) *Labour Force Survey (Online database)*. Retrieved from <http://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/data/database>
- González Menéndez, M.C. & Cueto, B. (2015) *Business Start-Ups and Youth Self-Employment in Spain: A Policy Literature Review*, STYLE Working Papers, STYLE-WP7.1/ES. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>
- Hadjivassiliou, K., L. Kirchner Sala and S. Speckesser (2015) *Key Indicators and Drivers of Youth Unemployment* STYLE Working Paper WP3.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>
- Lain, D., Hadjivassiliou, K., Corral Alza, A., Isusi, I., O'Reilly, J., Richards, V., & Will, S. (2014) *Evaluating internships in terms of governance structures*. *European Journal of Training and Development*, 38, 588-603.
- Martin, J., & Grubb, D. (2001) *What works among active labour market policies: Evidence from OECD countries' experiences (OECD Labour Market and Social Policy Occasional No. 35)*. Paris, France: Organisation for Economic Co-Operation and Development.
- McGuinness, S. (2006) "Overeducation in the Labour Market", *Journal of Economic Surveys*, 2006, Vol. 20, No. 3, pp. 387-418.

McGuinness, S. Bergin, A. and Whelan, A. (2015) *A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach?* STYLE Working Paper WP5.1 <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

O'Reilly, J. et al. (2015) 'Five Characteristics of Youth Unemployment in Europe: Flexibility, Education, Migration, Family Legacies, and EU Policy' SAGE Open Mar 2015, 5 (1) DOI: 10.1177/2158244015574962 <http://sgo.sagepub.com/content/5/1/2158244015574962>

OECD (2014) *OECD Economic Surveys: Spain*. Paris: OECD.

OECD (2011) *Pisa at a Glance* (OECD: Paris) http://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-at-a-glance-2010_9789264095298-en

Ortlieb, R. & Weiss, S. (2015) *Business Start-Ups and Youth Self-Employment in Germany: A Policy Literature Review*, STYLE Working Papers, WP7.1/DE. CROME, University of Brighton, Brighton. <http://www.style-research.eu/publications/working-papers>

Petmesidou, M. and M. González-Menéndez (eds.) (2015) *Barriers to and triggers of innovation and knowledge transfer* STYLE Working Paper WP4.1 (forthcoming) <http://www.style-research.eu/publications/working-papers/>

Quintini, G. (2011) *Over-qualified or Under-skilled: A review of the existing literature*. OECD Social, Employment and Migration working papers No.121.

Scarpetta, S., Sonnet, A., & Manfredi, T. (2010) *Rising youth unemployment during the crisis* (OECD Social, Employment and Migration Working Papers No. 106). Paris, France: Organisation for Economic Co-Operation and Development.

Sheehan, M. and McNamara, A. (2015) *Business Start-Ups & Youth Self-Employment A Policy Literature Review Synthesis Report*, STYLE Working Papers, WP7.1. CROME, University of Brighton, Brighton. STYLE Working Paper D7.1 *Business Start-Ups Youth Self-Employment Policy Literature Review*

POLITICAL PARTICIPATION AND EU CITIZENSHIP: PERCEPTIONS AND BEHAVIOURS OF YOUNG PEOPLE

ANNA HORVATH
(EACEA-EURYDICE)



Social Science Adviser at EACEA-Eurydice, graduated in Central European University, in Budapest and accomplished her STSM at the Observatoire social européen. Several papers were published, like “Reconciliation of Work and Family Life in Hungary”, 2010 or “Post-Enlargement Migration and Public Perception in the European Union”, 2009. She contributed to several reports mainly in the areas of higher education and youth policy, including the 2012 and 2015 Bologna Process Implementation Report and the 2012 and the forthcoming EU Youth Report.

Political Participation and EU Citizenship: Perceptions and Behaviours of Young People

Evidence from Eurobarometer surveys

Anna Horváth and Giulia Paolini

*Education and Youth Policy Analysis,
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency (EACEA)*

Introduction

Young people’s political participation has long been a concern. Loss of community ties, little interest in and knowledge of political processes, low levels of trust in politicians and growing cynicism of democratic

institutions are often seen as indicators of the younger generations' weakened sense of citizenship and political engagement (Pirie and Worcester, 1998; Haste and Hogan, 2006; Dalton, 2008; Stoker, 2006; YCC, 2009 in Mycock and Tonge, 2011). This view is usually supported by making reference to low and declining levels of participation in traditional modes of political engagement such as voting and joining political parties.

Yet, recent studies conclude that it is misleading to think that young people are not interested in politics. On the contrary, they are the ones most concerned about political issues (Harris, Wyn and Younes, 2010; O'Toole, Marsh and Jones, 2003; Sloam, 2013). On the basis of interviews, focus groups and surveys conducted with young people in seven European countries, a recent study concludes that 'young people articulate preferences and interests, and some of them are even more active than a majority of adults. Moreover, a clear majority of young people ask for more – not less – opportunity to have a say in the way their political systems are governed' (EACEA 2013a, p. 6).

However, young people tend to choose new forms of political participation. These political actions might not only be regarded as 'new' because they did not exist before the last decades (like for example participation via the Internet). Researchers argue that some traditional forms of expression (e.g. demonstrations, protests, signing petitions, boycotts etc.) can be viewed as 'new' because young people attach new meanings to them and redefine their role (Furlong and Cartmel, 2011). The nature of political actions has changed significantly: they have become more individualised, ad-hoc, issue-specific and less linked to traditional societal cleavages. Through new forms of political participation, young people can feel that they influence political decisions more directly and effectively (Dalton, 2008; Sloam, 2013). These changes in modes of political engagement are linked to new perceptions of citizenship. The patterns of socialisation of today's young people are considerably different from their parents' generation, having been affected by the processes of globalisation, individualisation (Bauman, 2001), and by consumption and competition (Kestilä-Kekkonen, 2009).

This report examines recent Eurobarometer surveys¹ in light of the changes in young people's modes of participation and perceptions of citizenship. The surveys were conducted between 2011 and 2014, at a time when the economic crisis had already hit European societies. Young people have been affected disproportionately, with rising youth unemployment or cuts in education budgets. This is reflected in mass demonstrations by students and by the 'outraged young' (Hessel, 2011 in Sloam, 2013) as seen in several European countries. Therefore, it is useful to examine how a sample of young people is engaged in political participation under such circumstances.

However, it is also necessary to bear in mind that not all 'young people' behave and think the same way. First of all, the diversity of European countries in their democratic history and traditions can translate into differences in the political thinking and behaviour of their population. Furthermore, even within the

¹ The analysed surveys are the following: the Flash Eurobarometer 319a on *Youth on the move* (see European Commission, 2011); the *European Citizenship* sections of the Standard Eurobarometers 77, 78 and 82 (see European Commission, 2012a, 2012b and 2014); the Flash Eurobarometer 373 on *Europeans' engagement in participatory democracy* (see European Commission, 2013); the European Parliament Eurobarometer 77.4 on *Two years to go to the 2014 European elections* (see European Parliament, 2012), and the Flash Eurobarometer 408 on *European Youth* (see European Commission, 2015).

same country, differences among young people exist based on gender or socio-economic status. Men are often regarded as being more active than women (see e.g. Burns, Schlozman and Verba, 2001). Concerning the socio-economic background of young people, Sloam (2013) for example reveals differences in voting behaviour among young people based on educational background and income. On the other hand, such differences are less pronounced in the case of new forms of participation (Sloam, 2013). Similarly, inequalities or feelings of exclusion on various grounds are also crucial factors in influencing political behaviour (EACEA, 2013b; O'Toole, Marsh and Jones, 2003). Nevertheless, since the relatively small sample size of Eurobarometer surveys does not allow for breakdown by country, gender or socio-economic status within the youth cohort, this report limits the discussion to important general trends affecting the political behaviour of young people.

The youth cohort defined by Eurobarometer surveys is most often young people aged 15-24, in some cases those aged 15-30. This age group includes young people who do not (yet) have the right to vote or to participate in some forms of political actions (e.g. age requirements might apply to signing petitions in some countries). This can certainly influence the attitudes and patterns of participation of this cohort, which can be reflected in survey results.

The structure of the report is the following. Section 1 provides a conceptual overview explaining the changes in young people's political participation and perceptions of citizenship. Section 2 then looks at different forms of political participation among young Europeans: how they participate in diverse forms of political action and what they judge as effective forms of influencing decision-making at different levels. Section 3 then turns to the features of citizenship among young people, linked most importantly to European integration. The final section presents the conclusions.

1. Changing patterns of political engagement and new citizenship perceptions: conceptual overview

Today's young people have been growing up in a world which is significantly different from that of their parents'. This certainly influences how they define their identity, citizenship and the ways in which they choose to participate in democratic life.

Firstly, the development of supranational structures alters the meaning of citizenship and participation (Bauböck, 2007b; Hall, 1995 in Bosniak, 2000). Processes of political and economic integration – at European as well as at global level – have put into question the limiting of participation to within national borders (Soysal, 1997 in Ibid.; Bauböck, 2007a). In parallel, economic processes and social developments increasingly span across countries, regions and continents, aggregating the number of issues and reasons for engagement which extend beyond the traditional boundaries of countries. Young people increasingly live long periods in countries other than their country of birth, and therefore can nurture attachments to different places. This process of globalisation has also contributed to the general crisis of political parties and elections. National politicians are less and less able to address problems and influence policies in the national context due to internationalisation, European integration and the increasing reliance on expert bodies

(Harris, Wyn and Younes, 2010; Sloam, 2013). As a result, and also due to the increasing ‘mediatisation’² of party politics, parties’ traditional role of intermediating between different interests has weakened significantly, and they function more as mere ‘election machinery’ (Hoikkala, 2009). These processes have led to political parties’ loss of legitimacy in the eyes of citizens of all age groups. However, older generations had already taken up the voting ‘habit’ before their (potential) disillusionment occurred and so it is reflected to a lesser extent in their voting behaviour (Kestilä-Kekkonen, 2009).

Secondly, a large proportion of today’s young people in Western democracies grew up in relative wealth, where consumption and competition are dominant ideologies (Kestilä-Kekkonen, 2009). The underlying principles of consumption and competition – most importantly ‘choice’ – are also getting integrated into political participation (Kestilä-Kekkonen, 2009). In parallel, a ‘generational shift’ has been taking place from ‘materialist’ to ‘post-materialist’ values that influence political preferences and interests (Inglehart, 1990). This generally means that young people tend to be more focused on ‘quality of life’ issues such as environmental protection or human rights (Harris, Wyn and Younes, 2010). These changes favour more issue-specific, ad hoc and campaign-like political action. Nevertheless, due to the economic crisis, ‘materialist’ values have also been important driving forces for young people’s recent political participation.

Thirdly, the generational shift also reflects in young people’s increasing non-linear transition to adulthood (Hoikkala, 2009). Unlike previous generations, young people experience fragmented routes to financial and social independence. Entry to the labour market takes longer and is often interspersed with gaps in employment due to scarcity of jobs and/or further education and training (Colley et al. 2005, in *Ibid.* p.12). Similarly, financial independence and living independently often alternates with dependence on parental support or house sharing as necessary. In Bauman’s words, societies are becoming increasingly individualised not only because people can determine their own place within a social hierarchy, but also because ‘the places to which the individuals may gain access and in which they may wish to settle are melting fast and can hardly serve as targets for “life projects”’ (Bauman 2009, p. 5, *emphasis original*). The flexibility needed to adjust to this kind of instability, and the resulting loose ties young people may have to essential aspects of their life (work, economic security, home), changes the way young people perceive their citizenship and political participation. As such, the intensity and modes of participation can shift across time, embracing membership of new communities along with changes in their priorities and interests. In other words, political participation is transforming to become more ad hoc, personalised and ‘self-expressive’ (Harris, Wyn and Younes, 2010).

For all these reasons, young people tend to feel that traditional forms of participation are inadequate to influence policy-making in areas important to them. They neither see that their interests are well represented by elected politicians, nor do they feel that their voice is heard effectively (O’Toole, Marsh and Jones, 2003; Harris, Wyn and Younes, 2010). On the one hand, young people feel excluded from traditional, mainstream ways of influencing political decision-making (O’Toole, Marsh and Jones, 2003); party mem-

2 The term ‘mediatisation’ refers to the phenomenon that political institutions, communication and discourse are ‘increasingly dependent on and shaped by mass media’ (Mazzoleni and Schulz, 1999).

bership is becoming increasingly older and traditional political fora provide barriers to youth participation. On the other hand, young people are the ones opting for new forms of participation that offer them more personally meaningful, informal, and non-institutionalised channels of action (Harris, Wyn and Younes, 2010; Sloam, 2013).

Nevertheless, this does not mean that young people do not trust parties and electoral politics or do not believe in democratic participation in the traditional sense. Kestilä-Kekkonen (2009, p. 156) shows that 18-30 year olds have, in fact, a higher trust in parties and in the effectiveness of elections than older age groups, despite their lower electoral participation. However, due to the changing perceptions of citizenship(s), they no longer perceive voting at national elections as a 'duty' (Dalton, 2008). Instead, their notion of citizenship and political participation changes: it becomes geographically dispersed (they feel that they can belong to and participate in various communities at once, combining local, national, and supranational identities), and more individualistic and efficacy-driven than based on emotional and normative considerations (in an unstable environment where traditional certainties no longer exist, they are motivated to participate in a community only as long as their interests are safeguarded).³ As a result, young people regard voting as one option among many, and they show their political engagement in many different, issue-specific ways that can potentially influence policies more directly (Dalton, 2008; Kestilä-Kekkonen, 2009).

Thus, new ways of perceiving citizenship transform political participation. Traditional channels which intermediate between different interests and traditional fora that allow individuals to express their political opinions might not be regarded by young people as appropriate or effective in a globalised, Europeanised and at the same time fragmented reality. Young people's political participation must therefore be analysed and evaluated from this perspective.

2. Young people and political participation

2.1. Young people's political participation: traditional and new ways of expressing opinions

It is a well-known fact that young people vote less than older generations. According to the European Social Survey, in 2012, 64.6% of young respondents aged 21-29 stated that they voted in the last national elections, as opposed to the 78.1% of over 30-year-olds⁴.

³ The sense of citizenship stems from the interrelation between three main dimensions: the feeling of belonging to a political entity, acknowledgment of its rules and formal procedures, and trust in the efficiency and effectiveness of that entity to bring about concrete benefits (Schaar, 1984; Katz and Wessels, 1999; Beetham and Lord, 2001; Walker, 2001). In other words, one believes oneself to be a citizen when one: attaches emotional importance to being a member of a polity (for historical, cultural, and personal reasons); accepts the related rights and duties as legitimate; and believes there are concrete gains resulting from its membership (i.e. the polity is the most effective and efficient way to secure the individual and common good).

⁴ Weighted averages of participating EU Member States. The 21-29 age group was chosen to ensure that the number of countries where the proportion of non-eligible respondents was over 10% was kept to a minimum.

Figure 1 illustrates the recent evolution of voting behaviour among young people in European countries. The question of Eurobarometer surveys conducted in 2011 and 2014 was whether young people participated in any election (local, national or European) in the last 3 years. According to these surveys, the participation of young people in elections in general has declined in almost all countries between 2011 and 2014 (with the exception of the Czech Republic and Lithuania), dropping from nearly 80% to just over 60% in the EU on average. Nevertheless, differences between European countries are substantial: while more than 80% of young people voted in at least one election between 2011 and 2014 in Sweden, the respective ratio is less than 50% in Lithuania, Ireland, Cyprus and the United Kingdom.

Figure 1 - Participation of young people (aged 15-30) in elections at local, regional, national or EU level, 2011 and 2014

Sources: 2011 Flash Eurobarometer 319a "Youth on the Move" and 2014 Flash Eurobarometer 408 "European Youth"



Notes: The question was "During the last 3 years, did you vote in any political election at the local, regional, national or EU level? If you were, at that time, not eligible to vote, please say so". Base: % of respondents who were eligible to vote at the time of the election.

This figure alone would paint a relatively gloomy picture about young people's political participation. However, as underlined above, other surveys show that young people's political participation is not necessarily in decline – it is in transformation. Though elections have a pivotal role in democratic societies, it is not only voting that needs to be taken into account when evaluating political participation – there are many other ways of trying to influence political decision-makers and policies. Young people may vote less than older generations, but at the same time, as shown below, they are over-represented in alternative, so-called 'new' forms of political participation. In addition, this recent decline can be also interpreted as an immediate result of the economic crisis and young people's dissatisfaction with the available political choices (parties, leaders, or programmes)⁵.

⁵ See the on-going research project MYPLACE for more details on young people's political behaviour: www.fp7-myplace.eu.

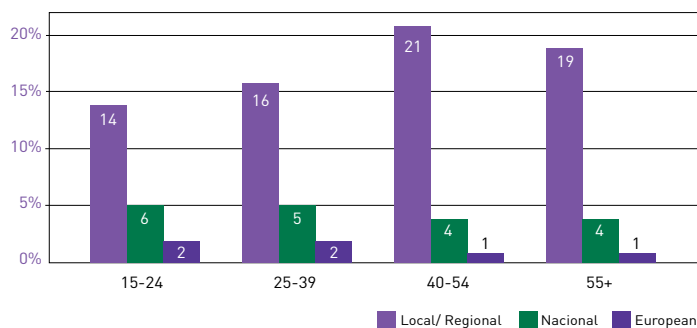
The Eurobarometer survey on participative democracy (European Commission, 2013) investigates how respondents had chosen to express their political opinion over the past two years. The survey makes a distinction between ‘traditional’, face to face political participation such as taking part in debates or expressing views to elected representatives on the one hand, and ‘new’ ways of expressing opinions such as via the Internet, in social media or by signing a petition on the other.

‘Traditional’ modes of political communication can take place at different levels: local/regional, national and European. With respect to debates at local level, this survey confirms previous findings in revealing the relatively low participation levels among young people (Figure 2).

The survey shows very low participation for all age groups in debates at national and European levels (4% and 1% respectively). According to the survey, it is young people aged 15-24 who have the highest participation rates at these levels (5% at the national and 2% at the European level). However, the differences between generations are so small that they cannot be regarded as significant. Furthermore, national and European-level debates are often specifically organised for young people, which can be reflected in survey results.

Figure 2 - Participation in public debates at local/regional, national and European levels over the past two years, by age group, EU average, 2012

Source: Flash Eurobarometer 373.

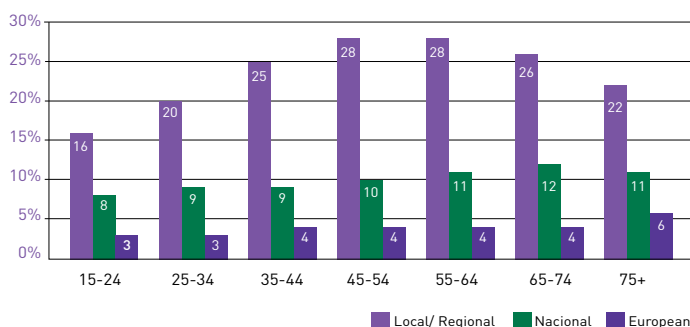


Notes: The question was: “Have you done any of the following in the last two years? [Taken part in a public debate at local/regional level]”

Data on expressing views to elected representatives reflect the differences between age groups better. The survey shows that young people communicate their opinions by turning to their elected representatives less than other age groups. This is true at all levels: local/regional, national and European. Figure 3 again confirms previous findings about the low participation of young people in traditional fora.

Figure 3 - Proportion of respondents who had expressed their opinion on public issues to elected representatives at local/regional, national and European levels over the past two years, by age group, EU average, 2012

Source: Flash Eurobarometer 373.

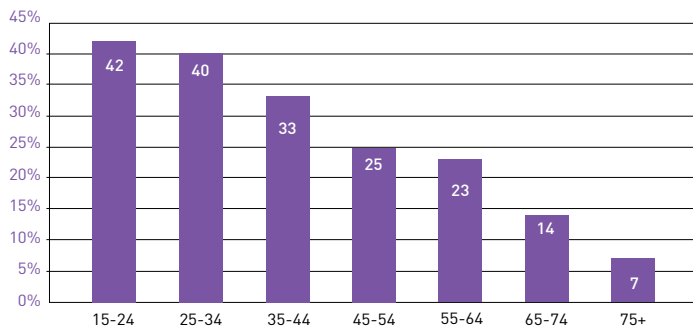


Notes: The question was: “Have you done any of the following in the last two years? (Expressed your views on public issues with your elected representative at local/regional level; Expressed your views on public issues with your elected representative at national level; Expressed your views on public issues with your elected representative at EU level)”.

On the other hand, young people express their views via the Internet and in social media in larger proportions than older generations. As Figure 4 shows, participation in such fora decreases significantly with age. A quite considerable proportion of young respondents have expressed their opinions on public issues via the Internet or in social media over the two years preceding the survey, over 40%.

Figure 4 - Proportion of respondents who had expressed their views via the Internet or in social media over the past two years, by age group, EU average, 2012

Source: Flash Eurobarometer 373.

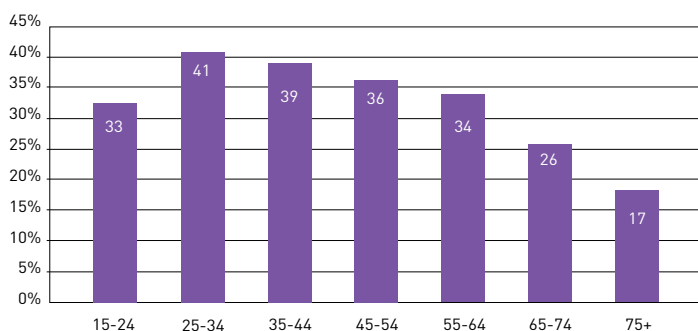


Notes: The question was: “Have you done any of the following in the last two years? (Expressed your views on public issues on the Internet or in social media) “.

Regarding petitions, as Figure 5 depicts, a relatively low proportion of 15-24 year old respondents had signed a petition in the past two years. However, this could also be due to possible age restrictions that exist in some countries. Signing petitions was most common among the 25-34 age group, who are still counted as being among the younger generation, but are not the youngest age group. Over the age of 35, signing petitions becomes less common with age, though differences among the age groups are smaller than in the case of Internet and social media-usage.

Figure 5 - Proportion of respondents who had signed a petition (on paper or online) over the past two years, by age group, EU average, 2012

Source: Flash Eurobarometer 373.

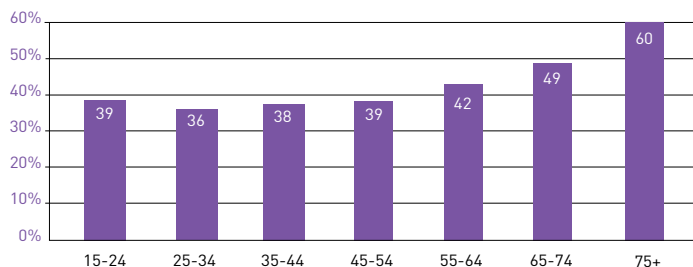


Notes: The question was: “Have you done any of the following in the last two years? (Signed a petition (on paper or online))”.

These results confirm earlier findings about the political behaviour of young people. In general, for the whole sample, expressing opinions in 'new' ways is much more common than via traditional fora. This signals a clear transformation in the way people participate in political activities. On the other hand, 42% of all respondents (and 39% of all young people aged 15-24) had not participated in any of the mentioned activities over the two years preceding the survey (see Figure 6). Though the options listed in the survey were relatively limited in scope, the results show that a large proportion of the population is quite inactive when it comes to expressing opinions on publicly important issues. Yet, young people are not the most inactive in this sense.

Figure 6 - Proportion of respondents who had not participated in any of the political activities listed over the past two years, by age group, EU average, 2012

Source: Flash Eurobarometer 373.



Notes: The question was: "Have you done any of the following in the last two years?"

2.2. Effective ways of influencing decision-making: perceptions of young people

How are these different patterns of political participation reflect young people's perceptions on effective ways of influencing decision-making in general, and the importance of elections in particular? Eurobarometer surveys also investigate the forms of political participation that are regarded as effective in influencing decision-making or making one's voice heard. Related questions do not map actual political participation, but rather examine respondents' perceptions and beliefs. The surveys compare similar political actions at different levels (local, national and European), as well as how respondents judge different forms of political participation.

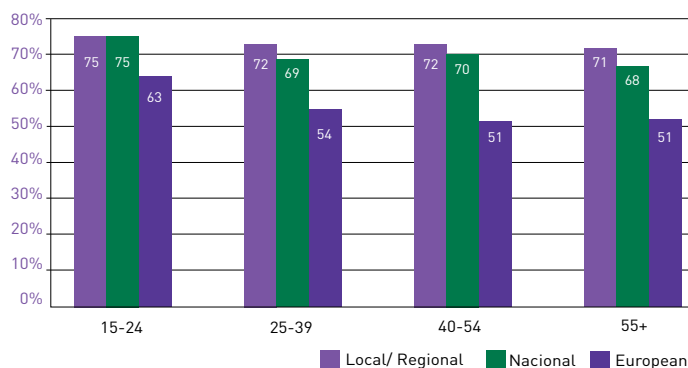
Voting and electoral participation certainly has a special place in the surveys. In line with the findings of Kestilä-Kekkonen (2009), the Eurobarometer surveys also reveal that in the European Union on average, comparatively more young people (aged 15-24) believe that voting is an effective way of influencing decision-making (at local, national or European levels) than do older generations. This confirms previous assumptions that despite their low electoral turnout, young people still trust electoral politics.

As Figure 7 shows, young respondents aged 15-24 showed slightly more trust in voting than other age groups at all levels. In all age groups, voting was seen as most effective in influencing decision-making at local/regional level, somewhat less effective at national level, and considerably less so at European level.

The biggest difference between the youngest (15-24) and the oldest (55+) age groups in the perception of the effectiveness of voting is seen at the European level. While for the local/regional level the difference between the two population groups was only 4 percentage points (75% vs. 71%), it was 12 percentage points (63% vs. 51%) for the European level. As Section 3 will show, this reflects a stronger sense of European identity amongst young people.

Figure 7 - Proportion of respondents finding voting an effective way of influencing decision-making, at local/regional, national and European levels, by age group, EU average, 2012

Source: Flash Eurobarometer 373.



Notes: The question was: "For each of the following actions, please tell me if you think they are effective or ineffective in influencing political decision-making? (Voting in local/regional elections; Voting in national elections; Voting in European elections)."

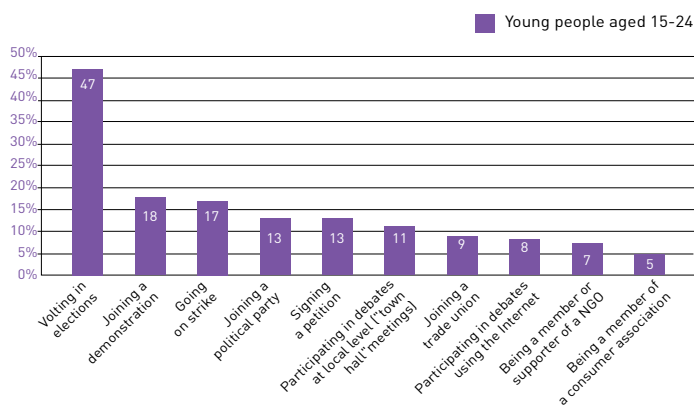
However, the picture becomes a bit more nuanced when it comes to actually choosing between different forms of participation on the basis of their effectiveness. In one Eurobarometer survey, respondents were asked to choose the two best ways of ensuring that their voice was heard by decision-makers (European Commission, 2012a).

When compared to other forms of participation, voting is still most commonly regarded as the 'best way' of making one's voice heard: 47% of young respondents aged 15-24 chose this option, which is significantly higher than the share selecting any other alternative (see Figure 8). However, young people were still the least likely to choose voting among the two best ways of making their voice heard in comparison with older generations. Certainly, as was discussed in the Introduction, the 15-24 age group includes many young people who do not have the right to vote, which might have influenced their choices. Nevertheless, the proportion of people choosing voting is also relatively low for those aged 25-34 (50%). At the other end of the scale, the proportion of people from the oldest age group (75+) making this choice was 60%.

In line with the literature, after voting, most young people tended to choose demonstrations and strikes as the most effective ways of making their voice heard (18% and 17% respectively; see Figure 8). Since both forms of political action may be regarded as ‘new’ for the reasons mentioned above, it is not surprising that they appeal to young respondents – and are more appealing to them than to respondents from other age groups.

Figure 8 - Respondents’ choices of the two best ways to ensure ‘that one’s voice is heard by decision-makers’, by age group, EU average, 2012

Source: Standard Eurobarometer 77 (Spring 2012).



Age groups										
15-24	47%	18%	17%	13%	13%	11%	9%	8%	7%	5%
25-34	50%	13%	15%	13%	15%	12%	11%	7%	6%	6%
35-44	52%	13%	14%	12%	16%	14%	10%	6%	6%	6%
45-54	53%	12%	14%	12%	15%	14%	9%	5%	6%	7%
55-64	57%	12%	11%	12%	14%	14%	11%	4%	5%	7%
65-74	58%	9%	6%	12%	15%	15%	8%	3%	4%	7%
75+	60%	6%	5%	9%	13%	11%	6%	1%	4%	5%

Notes: The question was: “Which two of the following do you think are the best ways of ensuring one’s voice is heard by decision-makers?”

Party membership and signing petitions (both 13%) come next in young people's list of the 'best ways' of making their voice heard. The relatively high response for party membership is interesting, since being a member of a political party is certainly a 'traditional' form of political participation. The decline in party membership is a general trend; but the literature shows that young people are even less attracted to joining political parties than older generations. However, in comparison to other options, a relatively large share of young respondents still regarded party membership as a good way of making their voice heard. Moreover, young people aged 15-24 and 25-34 chose this option in greater proportions than older generations, though differences between age groups were not significant in this case.

The three least favoured political actions – or perceived as least effective – in the eyes of young respondents are all regarded as 'new' forms of political participation. Despite the widespread use of the Internet and social media among young people (see subsection 2.2), only 8% of them thought that 'participating in debates using the Internet' was among the two best ways of making their voice heard. Nevertheless, there was still a greater proportion of younger respondents than older age groups who selected this option. The pattern is similar in the case of NGO membership/support (chosen by 7% of young people).

Overall, the results of the Eurobarometer surveys generally support earlier findings about the perceptions of young people. Firstly, young people trust 'new' forms of actions such as demonstrations and strikes in greater proportions than older generations. Secondly, the results illustrate well existing differences between beliefs and political actions: the lower participation of young people in traditional forms of political engagement does not mean that they do not believe in their effectiveness. Rather, their absence can be due to different ways of perceiving their citizenship (e.g. from duty-based citizenship to 'engaged citizenship'; see Dalton, 2008) as well as the existence of potential barriers to participation. Such barriers can include real and perceived ones: experiences of not being listened to due to one's age in a political meeting can translate into a general feeling of exclusion from mainstream forms of influencing decision-making.

On the other hand, while in the case of voting, trust in its effectiveness was relatively high among young people despite their low electoral participation, the opposite can be observed in the case of Internet and social media-usage. As Figure 8 showed, only 8% of young respondents thought that participating in debates on the Internet was one of the best ways of influencing decision-making, despite the frequent usage of such fora within the youngest age group. This also underlines that young people do not necessarily participate in political actions that they believe to be effective, but rather where they feel included.

Finally, the analysis also confirmed the relatively greater 'pro-Europeanness' of young people. The last section turns to this aspect of changing citizenship perceptions.

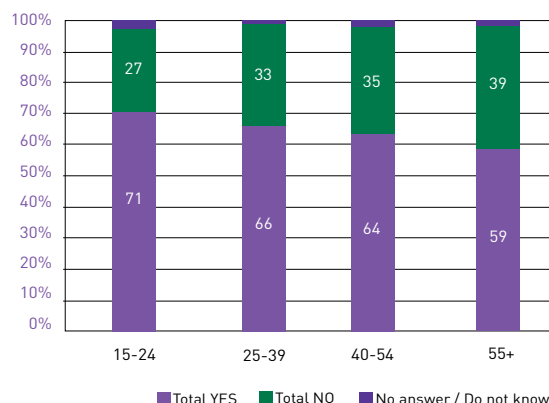
3. Young people and their perception of EU citizenship

The transformations in European societies and in the prevailing routes to socialisation which have been described in Section 1 have obviously produced significant changes in the way young people perceive and practice their citizenship, which is at the foundation of political participation. One essential element in such transformation is the development of supranational structures, and most importantly, the European Union.

Indeed, the trends in young people’s participation highlighted in the previous section are reflected in the results of several Eurobarometer surveys investigating the level and main elements of their sense of belonging to the European community. In fact, when looking comparatively at different age groups, young people are the group that scores the highest in terms of considering themselves citizens of the EU.

Young people in the 15-24 age group reported stronger feelings towards EU citizenship than older age groups (Figure 9). Only one in four of all respondents reported no attachment whatever to EU citizenship. This proportion gradually rises with the increase in age of respondents. The ‘supra-nationalisation’ of contemporary politics discussed in Section 1 and the related emergence of multiple ‘citizenships’ replacing the traditional single national citizenship (Spiro, 1997 in Bosniak, 2000) help to explain the youth population’s stronger identification with European citizenship.

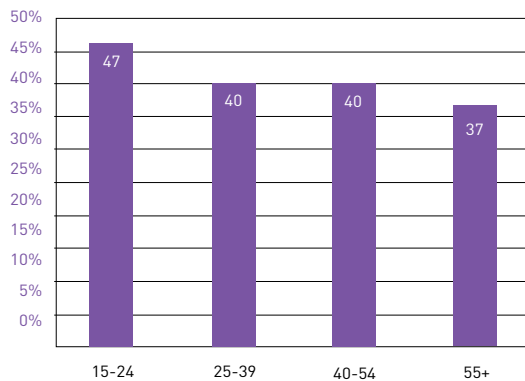
Figure 9 - Extent to which different age groups feel they are citizens of the EU (%), EU average, 2014
 Source: Standard Eurobarometer 82 (Autumn 2014)



Notes: The question was: “For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not to your own opinion: You feel you are a citizen of the EU (No, definitely not; Not, not really; Yes, to some extent; Yes, definitely)”.

This stronger sense of European identity goes in parallel with the higher level of appreciation for the European integration process. Almost 50% of respondents in the 15-24 age group stated that they have a positive image of the EU, while older ones reported lower rates (Figure 10). Although this figure per se can lead to pessimistic conclusions about the support for the European Union amongst the younger generation (half of the sample interviewed does not back the EU integration process), it offers a more encouraging outlook when compared with the lower levels of appreciation demonstrated by older age groups.

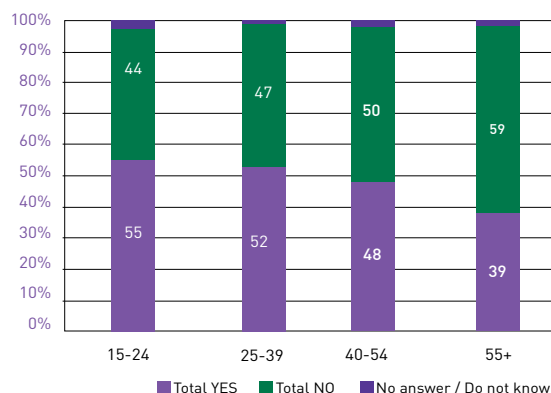
Figure 10 - Share of respondents with a positive image of the European Union, by age group, EU average, 2012
 Source: European Parliament Eurobarometer 77.4.



Notes: The question was: “In general, does the EU conjure up for you a very positive, fairly positive, neutral, fairly negative or very negative image? (Percentages shown here represent the share of respondents choosing ‘very positive’ or ‘fairly positive’)”.

Possibly because of their stronger attachment to the European Union, young people feel more informed and knowledgeable about the rights deriving from EU citizenship, compared to older age groups (Figure 11).

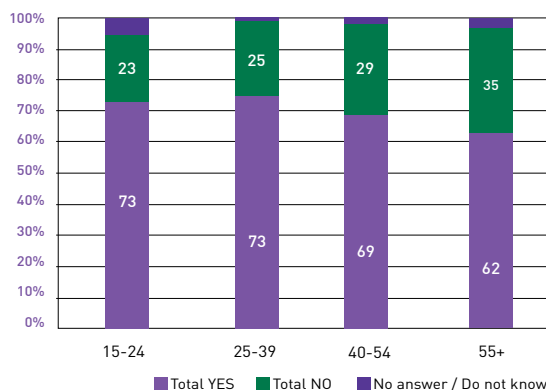
Figure 11 - Knowledge of rights as EU citizen, by age group, EU average, 2014
 Source: Standard Eurobarometer 82 (Autumn 2014)



Notes: The question was: “For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not to your own opinion: you know what your rights are as a citizen of the EU (No, definitely not; No, not really; Yes, to some extent; Yes, definitely)”.

On average, more than half of young respondents stated that they definitely know, or know to some extent their rights as EU citizens. Yet, despite knowing more about EU rights compared to the general population, young people also showed particular interest in gaining additional information (Figure 12). The willingness to seek further knowledge on the rights associated with EU citizenship gradually declines with the increase in age of respondents.

Figure 12 - Willingness to know more about rights of EU citizens, by age group, EU average, 2014
 Source: Standard Eurobarometer 82 (Autumn 2014)

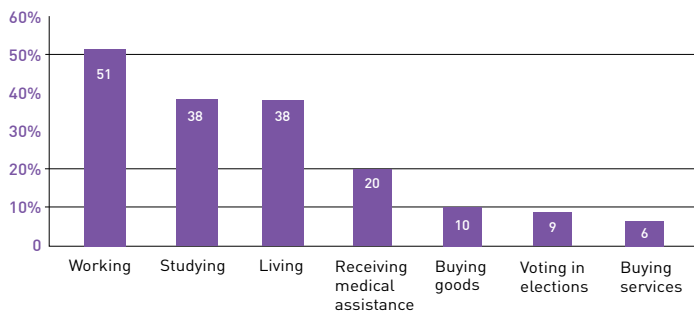


Notes: The question was: "For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not to your own opinion: You would like to know more about your rights as a citizen of the EU (No definitely not; No not really; Yes to some extent; Yes definitely)".

In this respect, the figures are particularly telling: about three quarters of young participants in the survey indicated that they would like to have more information on their rights as EU citizens. This is in clear opposition to the prevailing image of young people as uninterested and disenchanted. On the contrary, the figures suggest that most young people feel they have a stake in becoming as informed as possible of the opportunities offered by EU membership. To complement this picture, Figure 13 reports data on the topics on which young respondents would like to obtain more insight.

Figure 13 - Rights of EU citizens when in EU Member States other than the state of origin, about which young people (15-24) would like to know more, EU average, 2012

Source: Standard Eurobarometer 78.



Notes: The question was: “About which rights as a citizen of the EU would you like to know more?”

Young people indicated that working, studying, and living in another EU member state are the first three areas of rights deriving from EU citizenship that they wish to know more about. These findings are not surprising: education, employment and starting an independent life are at the core of young people’s aspirations. In accordance with the instability produced by the non-linear transitions to adulthood mentioned in Section 1, young people’s sense of citizenship increasingly manifests itself as attachments to multiple and only partly overlapping communities that form around shared and concrete interests and objectives. It is influenced by the changeability in their lifestyles rather than by a lifelong identification inspired by a sense of cultural, historical, and emotional belonging.

Indeed, the figures presented here suggest a prevailing perception of EU citizenship as based on tangible benefits coming from European integration. In order to inspire young people’s interest, these benefits need to be relevant to the most important issues facing them in their lives: obtaining appropriate qualifications, building their professional career and securing good living conditions. Aspects of citizenship that seem to have a less evident connection with those issues, score significantly worse. For example, voting in another EU country did not interest many respondents (less than 10%). As Section 2 illustrated, voting seems to have lost appeal as a form of political participation amongst young people.

The prevailing ‘efficiency’ driven concept of citizenship is not limited to young cohorts, but characterises the attitudes of older age groups as well. With the increase in age, the percentage of respondents indicating ‘receiving medical assistance’ as the right about which they would like to know more increases, while ‘studying’, ‘working’, and ‘living’ in another Member State become less important.

Overall, information from Eurobarometer surveys considered in this section reveals that, contrary to what is often assumed, a majority of young people do feel European, demonstrate an attachment to and interest in the EU, consider themselves to be well-informed about the rights deriving from their European

citizenship, and express clear opinions on what would strengthen their sense of citizenship, providing an indication of how EU integration may be further developed.

In addition, young people report positive attitudes towards EU membership to a greater extent than older generations. For each of the dimensions investigated in this section, attachment to and recognition of the EU declines with increasing age.

Last but not least, the source of young people's enthusiasm for EU citizenship seems to reside in the appreciation of the concrete advantages provided by European integration. This is an informative message especially in the current climate of economic hardship suffered particularly by young people. Indeed, the support for the European project demonstrated by a majority of young participants in the surveys, despite the worrying figures on youth social exclusion and unemployment brought about by the crisis, reveals the existence of strong expectations for the EU, and significant potential for young people's political participation and engagement.

4. Conclusion

Eurobarometer surveys conducted between 2011 and 2014 confirm previous findings on the transformation of political participation among young people and their perceptions of citizenship in the European Union. Young people do engage in different political activities, favouring alternative, new forms of political participation. In comparison to older generations, young people are not less active, even in times of rising youth unemployment and social exclusion.

The surveys also reveal interesting differences between young people's beliefs and behaviour: young people do not always participate in activities that they believe to be effective. Indeed, despite their low electoral participation, a relatively large proportion of young respondents stated that voting is an effective way of influencing decision-making. In contrast, while many young people express their opinion on the Internet or in social media, the share of those thinking this is one of the best ways of making their voice heard was relatively small. This implies that young people's political behaviour is – at least in part – motivated by factors other than the perceived effectiveness of their actions: for example, by their feelings of inclusion or exclusion.

Eurobarometer surveys also show that young people have a stronger European identity than do older generations. Because they have grown up in times when European integration had been in process for long and its economic and social achievements have become ingrained in everyday life, young generations express stronger attachment to EU citizenship than older ones, and envisage nurturing such feeling of belonging well into their future.

However, the transformation of citizenship perceptions and political participation is not without challenges. Many young people have not developed the voting 'habit', which can pose serious problems in electoral democracies in the future when they potentially reach the 'age of disillusionment' (Kestilä-Kekkonen, 2009). Citizenship education in schools can be a critical tool in facilitating young people's information on and understanding of political processes. The acquisition of civic competences is essential to enable individuals to participate fully in democratic life. Nevertheless, as documented by a recent study, students learn

about citizenship not only through formal teachings in the classroom but also through direct participatory activities in the school and local communities (EACEA/Eurydice, 2012). Citizenship education can therefore be more effective if it is supported by a school environment where students are given the opportunity to experience the values and principles of the democratic process in action.

Besides strengthening formal and non-formal learning of civic competences in education, it is also important that society acknowledge and value young people's attitudes towards political participation in order not to lose their potential in bringing about political and social change. Modern expressions of political action and communication such as online fora and social networks are not in contradiction with traditional ones like voting; rather, they can serve as complementary tools facilitating social engagement and political participation. An important challenge for democratic institutions at local, national and European level resides in their ability to adapt to and incorporate the sometimes innovative modes of participation and to prevent young people's precious contribution from being lost.

References

Bauböck, R., 2007a. *Stakeholder Citizenship and Transnational Political Participation: A Normative Evaluation of External Voting*. *Fordham Law Review*, 75(5), pp. 2393-2447.

Bauböck, R., 2007b. *Why European Citizenship? Normative Approaches to Supranational Union*. *Theoretical Inquiries in Law*, 8(2), pp. 451-488.

Bauman, Z., 2001. *The Individualised Society*. Cambridge: Polity Press.

Bauman, Z., 2009. *Identity in the Globalizing World*. In: A. Elliott and P. du Gay, eds. *Identity in Question*. London: Sage, pp. 1-12.

Beetham, D. and Lord, C, 2001. *Legitimising the EU: is there a Post-parliamentary basis for its Legitimation?* *Journal of Common Market Studies*, 39(3), pp. 443-462.

Bosniak, L., 2000. *Citizenship Denationalised*. *Indiana Journal of Global Law Studies*, 7, pp. 161-230.

Burns, N., Schlozman, K.L. and Verba, S., 2001. *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University Press.

Colley, H., Hoskins, B., Parveva, T., and Boezelen, P., 2005. *Social Exclusion and Young People*. Paper presented at Council of Europe and European Commission Youth Research Partnership, Budapest, 31 October-2 November 2005.

Dalton, R.J., 2008. *Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation*. *Political Studies*, 56(1), pp. 76-98.

EACEA (Education, Audiovisual and Culture Executive Agency)/Eurydice, 2012. *Citizenship Education in Europe 2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

EACEA, 2013a. *Youth Participation in Democratic Life*. EACEA 2010/03. [pdf] Available at: http://eacea.ec.europa.eu/youth/tools/documents/lse_study_on_youth_participation_2013.pdf [Accessed 30 July 2015].

EACEA, 2013b. *Youth Social Exclusion and Lessons from Youth Work: Evidence from literature and surveys*. [pdf] Available at:

http://eacea.ec.europa.eu/youth/tools/documents/social_exclusion_and_youth_work.pdf [Accessed 22 April 2013].

European Commission, 2011. *Youth on the move: Analytical report. Flash Eurobarometer 319a*. [pdf] Available at: ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_319a_en.pdf [Accessed 22 July 2015].

European Commission, 2012a. *European Citizenship: Report. Standard Eurobarometer 77, Spring 2012*. [pdf] Available at: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_en.htm [Accessed 25 April 2013].

European Commission, 2012b. *European Citizenship: Report. Standard Eurobarometer 78, Autumn 2012*. [pdf] Available at: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_en.htm [Accessed 25 April 2013].

European Commission, 2013. *Europeans' engagement in participatory democracy: Report. Flash Eurobarometer 373*. [pdf] Available at: http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_373_en.pdf [Accessed 25 April 2013].

European Commission, 2014. *European Citizenship: Report. Standard Eurobarometer 82, Autumn 2014*. [pdf] Available at: ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb82/eb82_citizen_en.pdf [Accessed 22 July 2015].

European Commission, 2015. *European Youth: Report. Flash Eurobarometer 408*. [pdf] Available at: ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_408_en.pdf [Accessed 22 July 2015].

European Parliament, 2012. *Two years to go to the 2014 European elections: Focus on age groups. European Parliament Eurobarometer (EB/EP77.4)*. [pdf] Available at:

http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2012/election_2012/focus%20age%20groups%20EN.pdf [Accessed 25 April 2013].

Furlong, A. and Cartmel, G, 2011. *Social Change and Political Engagement Among Young People: Generation and the 2009/2010 British Election Survey*. *Parliamentary Affairs*, 65, pp.13-28.

Hall, S., 1995. *Nationality, migration rights and citizenship of the Union*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

Harris, A., Wyn, J. and Younes, S., 2010. *Beyond apathetic or activist youth*. *Young*, 18(1), pp. 9-32.

Haste, H. and Hogan, A., 2006. *Beyond conventional civic participation, beyond the moral-political divide: young people and contemporary debates about citizenship*. *Journal of Moral Education*, 35(4), pp. 473-493.

Hessel, S., 2011. *Time for Outrage*. London: Quartet Books.

Hoikkala, T., 2009. *The diversity of youth citizenships in the European Union*. *Young*, 17(1), pp. 5-24.

Inglehart, R., 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.

Katz, R.S. and Wessels, B. eds., 1999. *The European Parliament, the National Parliaments and European Integration*. Oxford: Oxford University Press.

Kestilä-Kekkonen, E., 2009. *Anti-party sentiment among young adults*. *Young*, 17(2), pp. 145-165.

Mazzoleni, G. and Schulz, W., 1999. 'Mediatization' of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16(3), pp. 247-261.

Mycock, A. and Tonge, J., 2012. *The Party Politics of Youth Citizenship and Democratic Engagement*. *Parliamentary Affairs*, 65, pp. 138-161.

O'Toole, T., Marsh, D. and Jones, S., 2003. *Political Literacy Cuts Both Ways: The Politics of Non-participation among Young People*. *The Political Quarterly*, 74(3), pp. 349-360.

Pirie, M. and Worcester, R.M., 1998. *The Millennium Generation*. London: Adam Smith Institute.

Schaar, J.H., 1984. *Legitimacy in the Modern State*. In: W. Connolly, ed. *Legitimacy and the State*. Oxford: Blackwell, pp.104-134.

Sloam, J., 2013. 'Voice and Equality': Young People's Politics in the European Union. *West European Politics*, 36(3), pp. 1-23.

Soysal, Y.N., 1997. *Limits of citizenship: migrants and post-national membership in Europe*. Chicago: The University of Chicago Press.

Spiro, P.J., 1997. *Dual Nationality and the Meaning of Citizenship*. *Emory Law Journal*, 46(4), pp. 1411-1485.

Stoker, G., 2006. *Explaining Political Disenchantment: Finding Pathways to Democratic Renewal*. *The Political Quarterly*, 77(2), pp.184-194.

YCC (Youth Citizenship Commission), 2009. *Old Enough to Make a Mark? Should the Voting Age be Lowered to 16? Making the Connection? Building Youth Citizenship in the UK*. London: YCC.

Walker, N., 2001. *The White Paper in Constitutional Context*. In: C. Joerges, Y. Meny and J.H.H. Weiler, eds. *Symposium: Mountain or Molehill? A Critical Appraisal of the Commission White Paper on Governance*, Jean Monnet Working Paper No.6/01 [online] Available at: <http://centers.law.nyu.edu/jeanmonnet/archive/papers/01/011001.html> [Accessed 15 May 2013].

UNDERSTANDING YOUTH MOBILITY: AN EXTERNAL VIEW ON YOUTH CIRCULATION

DAVID CAIRNS

(CENTRE FOR RESEARCH AND STUDIES IN SOCIOLOGY)

ISCTE-IUL



Researcher at CIES-IUL, with a PhD in Sociology, University of Ulster.

*His CIES research activities are “Luso-Descendant ‘Returnees’ in Portugal: Identity, Belonging and Transnationalism” (2013-2015) and “MYPLACE: Memory, Youth, Political Legacy and Civic Engagement (2011-2015)”. Recently he published “Here Today, Gone Tomorrow? Student Mobility Decision-Making in an Economic Crisis Context”, *Journal of International Mobility*, 2014.*

Understanding Youth Mobility: An External View on Youth Circulation

Introduction

Youth mobility has recently become a subject of considerable interest within the social sciences, with increasing recognition of the importance of the geographical circulation of young people in research and policy agendas. This development is reflected in the fact that the last decade has witnessed an explosion in the number of published studies on this theme and sustained investment in institutional mobility platforms, most prominently the European Commission’s Erasmus programmes, with youth circulation now constituting part of more general processes of internationalization and Europeanization within higher education systems (Altbach and Knight, 2007; Gürüz, 2008; Dale and Robertson, 2009). This chapter explores this issue, considering the value of international mobility to young people in respect to their own personal and professional development and to society, with emphasis upon the understanding movement among skilled and qualified youth, concentrating upon the contemporary Portuguese context.

Despite the recognition this topic is now afforded, young people’s mobility is under-theorized due to a lack of a comprehensive evidence-based studies. In particular, there is a tendency to describe movement that has already taken place in simplistic economic terms as opposed to identifying a more inclusive range of factors that might have prompted the decision to move abroad. For this reason, I will concentrate

upon isolating the conditions that create the impulse to become mobile, and help sustain the practice of mobility, alongside assessing the impact of a mobility sojourn on personal and professional development. Furthermore, within the European Union, our understanding of this issue is somewhat skewed not only by regional imbalances in investment in research but also a concentration upon certain privileged forms of circulation. The most prominent example of this 'bias' being the emphasis placed upon the mobility of high achieving students at elite universities in Anglophone societies (Brooks and Waters, 2011). We therefore know more about mobility as practiced in exceptional circumstances, often among the exceptionally gifted, rather than in more socio-demographically inclusive youth populations. This situation has consequences for the development of an understanding of youth mobility as practiced in countries such as Portugal or societies in which educational and occupational opportunities are limited or in decline, since the need and desire to circulate may be more general than is the case in the countries of central and northern Europe. These initial reflections provide the starting point for this chapter, which aims to provide clarity on the meaning of youth mobility and ideas for managing circulation. The approach taken is one of learning from recent developments from international studies, including insights from my own work, thus providing an external view on this issue.¹

The challenge of understanding youth mobility

As I have discussed in previous publications, in the past there was a tendency not to take young people's mobility seriously. This is an issue that was especially prevalent within the field of human geography, where youth circulation was considered subsidiary to 'adult' migration processes or dismissed as a mere leisure activity (Cairns, 2014, pp. 11-14). Elsewhere in the social sciences, there has been a somewhat pragmatic focus upon aspects of mobility that occupy space in political agendas. This includes human migration for reasons employment purposes, the environmental consequences of globalized transportation systems and the challenge of coping with illegal or unwanted population flows. While this focus is understandable given the high profile of these questions, this approach has meant that less contentious forms of geographical movement such as youth circulation have tended to be unfairly marginalized.

One area in which the geographical circulation of children and young people is treated more seriously is in the field of education, especially at university level. This recognition can be explained by the fact that certain third level educational institutions now rely upon overseas students as an income stream; for example, in the form of tuition fees from overseas students. This explains why studies of youth mobility have concentrated on young people from privileged backgrounds, who are seeking to attend a small number of 'world class' elite universities, given the strategic economic importance of these individuals to such institutions (Findlay et al., 2012). European level research has meanwhile heavily focused on circulation via institutional platforms, another arena which has in the past been charged with elitism (Murphy-Lejeune, 2002). The research agenda here has been informed by the integration of this form of exchange into the process of European state-building, with the mobile student embodying a form of stateless proto-European-

1. Many of these insights include findings emerging from a five year research scholarship as part of the Ciencia 2008 programme, funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), Grant number SFRH/BPD/46614/2008.

nism. For this reason, the main focus has been upon the identity consequences of institutional mobility and the capacity of programmes such as Erasmus to become a defining feature of a youth generation (Feyen and Krzaklewska, 2013; Sigalas, 2013; see also Kuhn, 2012; Mitchell, 2014).

In considering what this position means for our Portuguese context, as will be the case in any country not possessing a large concentration of elite third level educational institutions or facilities offering training for specialist scientists, moving abroad is necessity for the completion of many career paths, especially at postgraduate and postdoctoral levels (Araújo, 2007; Fontes, 2007; Delicado, 2011). More recently, the economic downturn associated with the global financial crisis has led to a sharp decline in national labour market opportunities, thus creating another mobility imperative. Considering that this latter situation in particular has the potential to impact upon the middle ground of a youth population, as opposed to niche groups such as the children of parents with high levels of social and economic resources, the challenge here is one of understanding how mobility is practiced and how it is to be managed among a socio-demographically diverse range of young people as opposed to the narrow focus examples noted above.

Mobility during the youth phase

The bigger questions in respect to the meaning of young people's mobility remain largely unanswered. A crucial concern relates to what we might term the youth-specific dimension of movement during the youth phase, referring to unlocking the latent synergies that lie between personal/professional development and mobility; the potential to progress within the former through the practice of the latter. Another way of looking at this issue is to follow the approach of established youth scholars, who have traditionally grouped together the challenges facing youth under the rubric of 'transitions to adulthood' (e.g. Furlong and Cartmel, 1997). This includes socio-developmental tasks such as completing full-time education and entering the labour market, moving from the parental home into one's own place of residence, starting lasting relationships and becoming a parent (Shanahan, 2000). And added to this list can be the more abstract idea that a state of independent adulthood should be attained on reaching a certain age, typically by one's early-to-mid twenties in most Western societies.

Existing transitions theories acknowledge the significance of regional diversity in the timings and likelihood of completing these tasks but assume that the completion of these transitions will be spatially static; to be carried out if not in exactly the same place then at least in the same country. This is a position that I have challenged in my own work, having discussed what I have termed 'mobility in transitions' (Cairns, 2008). This involves accepting the idea that it may be beneficial for certain young people to move abroad in order to facilitate the reaching of certain milestones into transitions paradigms, whether this be for relatively short exchanges or longer durations. Such mobility is especially applicable to young people living in places characterized by limited opportunities or where there are other forms of exclusion relating to factors such as gender, social class or belonging to a national or ethnic minority group, thus providing an important corrective in regard to social and regional inequality. Mobility thus becomes a transitions asset to be incorporated into our appreciation of how young people become independent adults, including not excluding those outside elite demographic groups.

Institutional and free movement

That youth mobility is practiced in many different forms and is undertaken for a variety of reasons becomes immediately apparent upon approaching this research field. A move abroad can be short-term or long duration, sought with a view to enhancing one's career prospects and strengthening skills and abilities; or it may be more of a case of accessing opportunities not available close to home. Alternately, mobility can present a chance to experience life and find fulfillment through living in a different society, building inter-cultural capacities such as foreign language fluency. These are not necessarily 'one or the other' positions: different motivations can be combined, just as short stays abroad can lead to longer sojourns later in life. But despite this diversity, youth mobility can be dichotomized into two main categories: on the one hand, institutionally-mediated movement; and on the other, the laissez faire practice of free movement.

The first of these modalities is of particular significance to student populations as this includes exchanges made between tertiary education level institutions in different countries. This form of movement is referred to as institutional mobility as these exchanges are typically facilitated by sending and receiving institutions, universities and other education and training organisations, as opposed to being organised by individual young people, with financial support usually but not always provided by agencies such as the EC.² Since its inception in 1987 the Erasmus programme, including its present form as the Erasmus+ initiative, has been the most high profile example of this form of mobility, although this by no means represents the totality of institutional exchanges: this form of movement is well-established within academic disciplines in which there is an obvious benefit to be gleaned from a short stay abroad, most obviously modern languages, with participation in activities such as summer language learning camps and internships in foreign companies also popular in many countries (Weichbrod, 2014). But while many of these trips abroad may be relatively short in duration, lasting no more than a few weeks or months, an Erasmus exchange can involve a stay of up to a year in a foreign university, with receipt of course accreditation for time spent abroad. And that there is a guaranteed return to the sending society rules out an Erasmus visit becoming an immediate precursor to migration, since over-staying one's welcome would risk losing this recognition.

The second mobility modality is less well-defined and while difficult to assess in terms of popularity, in all likelihood constitutes a more common form of circulation than institutional mobility due to its sheer proliferations of forms and the fact that young people per se, that is not only students, may engage in various different forms of laissez faire mobility throughout the duration of the youth phase. This ranges from relatively short trips abroad for work, study and leisure to more or less permanent migration. It may also be the case that sojourns originally envisaged as short-term excursions will morph into more open-ended or permanent migration since there is no institutional 'control' of this movement to ensure that a return to the sending society takes place. Free movement, as the description implies, is guided by young people's own initiative and resources, alongside support from family and social networks (Dobson, 2009; Skelton, 2009; Tyrrell et al., 2013; Smith et al., 2014). Therefore, just as the decision to leave lies with each individual young person, so does determining when to return, if at all, making this form of mobility unpredictable.

2. In regard to the Erasmus programme, not all participants are supported by grant aid with 6,621 exchanges in the 2012/13 academic year at what is termed 'zero EU-grant' status (European Commission, 2014, p. 7).

This also adds a degree of instability, in moving without an institutional safety net, meaning that there is considerable risk of encountering unforeseen barriers and experiencing difficulties.

Graduate mobility

While diverse in respect to its many practiced forms, one particularly interesting free movement scenario is graduate mobility; movement undertaken by recently qualified young people for work, training and study opportunities commensurate to their skill and qualification level. This is an area of significance within the broader field of youth mobility due to the educationally and skills rich nature of these young people, and the fact that this is a large population. Participation levels in higher education are relatively high across Europe compared to previous generations; in some places as high as fifty per cent of a specific youth cohort. That we are talking about qualified youth also means that we must acknowledge the fact that in countries such as Portugal the recent decline in labour market opportunities, including elevated levels of graduate unemployment and widespread job precariousness for those with jobs, may be prompting thoughts of an exit, although this remark needs to be tempered by the fact that making such a move may have become more difficult where fewer resources are available to fund such sojourns (Alves et al., 2011; Cairns et al., 2014; Cairns et al., 2016). Nevertheless, even losing a relatively small number of young people with strategically important skills constitutes a problem, particularly at a time of economic vulnerability (Cairns, 2015a). This means that graduate mobility is going to be an area of additional significance for society due to the risk of brain drain, in addition to the prospect of more benign 'brain circulation' phenomena happening (Gaillard and Gaillard, 1997; Guth and Gill, 2008; Jons, 2009).

Despite a certain amount of media panic regard the prospect mass exit of Portuguese youth, this situation is still exceptional. Initiating graduate mobility is expensive in terms of financial support and also heavily reliant upon information about where to go. This is an activity that needs careful thought and preparation, not least of all is an understanding of the nature of foreign labour markets and the international circuits of higher education. Recent graduates also need to wisely invest their accrued academic capital (Cairns, 2014); an essential prerequisite, lest the skills and capacities acquired during the course of an undergraduate degree programme become wasted. This reflection brings us to where many Portuguese young people are right now: facing uncertain futures due to a lack of opportunities in the local labour market in which they can make use of their talents. This situation creates tension in regard to the management of an institutional youth mobility systems not designed to facilitate outward migration, since potential movers are not necessarily seeking to 'merely' enhance their employability skills or develop a better inter-cultural understanding of another country through spending a few months at a foreign university. Facing an uncertain labour market position at home they are more likely to be looking for work and study opportunities that provide a secure grounding in the present as opposed to acting as means of enhancing ones future prospects. That this is position is not recognized in institutional mobility is therefore unfortunate and in consequence, graduates facing what are arguably some of the most challenging paths to secure employment are left with little alternative but to undertake free movement. And as already noted, the unregulated nature of this movement creates substantial risk, both of an inability to initiate mobility and of generating political fears regarding brain drain.

Youth mobility prevalence

Assessing youth mobility prevalence, and the question of how many young people are on the move between different EU Member States in particular, is another contentious issue. Levels of movement are difficult to establish due to the lack of a robust and comprehensive recording mechanism, especially in regard to free movement between the member states of the EU, as well as more generic difficulties in quantifying various aspects of young people's lifestyles. With much of this mobility passing undocumented, we are left with little choice but to concentrate upon assessing the popularity of movement that is quantified, such as institutional student mobility, while acknowledging that this does not constitute the totality of youth circulation. Statistical analysis of student mobility data tends to point towards the exceptionality of exchanges, and that incoming and outgoing flows of students are highly variable across different European regions (Kelo et al., 2006; Orr, 2011; Teichler et al., 2011). Erasmus data also paints a picture of student circulation as imbalanced, suggesting that within the EU there are certain countries that are more likely to be student 'senders' while others act as 'receivers', with Portugal falling into this latter category (Cairns, 2015b). While work placements are growing in importance (see Deakin, 2014), exchanges made during the course of an undergraduate degree constitute the bulk of this mobility, with around a quarter of a million participants per year from 33 countries (EU28 plus Iceland, Liechtenstein, Norway, Switzerland and Turkey), at an estimated cost to the European taxpayer of €3.1 billion (European Commission, 2014).

In regard to its general popularity, according to the EC's own statistics, since its inception in 1987 around three million students, trainees and lecturers have 'done an Erasmus' (European Commission, 2014). Another way of putting this is that it is estimated that around up to five per cent of all EU students are now participating in Erasmus exchanges, with around 270,000 young people from 33 countries taking part in exchanges during the 2012-13 academic year (European Commission, 2014, pp. 5-8). From this point of view, the programme can be viewed as a quantitative success, but the lack of socio-demographic data limits what we can conclude about important issues such as gender participation and inclusion from different socio-economic and minority groups (Jöns, 2011). The most recently published statistics, relating to the 2012/13 academic year, also indicate relatively weak levels of outward movement from Eurosceptic countries such as the United Kingdom, and from societies affected by the economic crisis, including Portugal. Where Erasmus is strongest is in the centre, with France, Germany, Italy and Poland being the main beneficiaries in respect to number of outgoing participants.³

The issue of youth migration, meaning stays of over a year in duration, is as acknowledged previously difficult to assess within the EU. Looking at the global picture, an approximate indication of levels of student migration can be obtained from statistics collated by UNESCO, published in its 'Global Flow of

3. *The existence of other institutional mobility platforms should be acknowledged. The EC in fact has a long history of supporting mobility initiatives for secondary schools (Comenius) and in vocational training (Leonardo da Vinci), many of which were integrated with Erasmus under the Youth on the Move banner during 2010 to 2014, alongside policies targeting young people in the Youth in Action programme that have aimed to promote intercultural exchange in a non-formal learning environment (Kuhn, 2012, p. 997).*

*Tertiary-Level Students' online database.*⁴ The most recently published figures (2011/12) show that, globally, around 4,000,000 students were thought to be studying outside their home countries. Central Asia is home to the largest mobile student population, with around 156,600 such cases in 2012 and an outbound mobility ratio (7.5%) much higher than the incoming level (3.5%), suggesting that moving abroad to study is over twice as popular and coming to these destinations. Meanwhile, North America, with 1.4% of tertiary level students going abroad, (1.4%) South and West Asia (1.0%) and Latin America and the Caribbean (0.9%) had the lowest ratios. What these broad trends imply is that student migration may be less common within the context of Europe compared to other global regions, although certain European countries may be popular as destinations for students from both within and outside the continent: most prominently the UK, France and Germany. These are countries that according to the UNESCO breakdowns respectively host 11%, 7% and 5% of all of total mobile students. Looking in greater detail at the European student migration profile, the UK is Europe's biggest importer of talent according to the UNESCO figures, with a net student migration rate of almost 400,000 individuals. Elsewhere in Europe, only France and Germany have substantial numbers of incoming students, although The Netherlands and Austria have relatively large numbers of student migrants relative to the size of their student populations.

While these figures no doubt contain much data of interest to youth mobility scholars in general and those interested in mobility between different third level educational institutions in different countries in particular, Portugal does not occupy a very prominent place within the UNESCO breakdowns; the most recent figures record that 9,525 Portuguese students were studying abroad, the most popular destinations being the UK, France and the United States, while the country played host to 14,541 incoming students, mostly from other Lusophone destinations. Brazil was by far most well represented with 4,769 students, followed by Angola (1,584) and Cape Verde (1,548). The external view on Portugal from tertiary educated youth from abroad would therefore seem to be that while as a sending country it conforms to the basic European type of having a relatively small number of outgoing student migrants, incoming flows follow a different logic, with popularity as a destination is largely restricted to the countries that form part of well-established Lusophone migration systems (Baganha and Góis, 1999). This situation implies that there is considerable untapped potential in regard to attracting students, making this an issue that will no doubt interest Portuguese universities.

How mobility happens

Taking a somewhat different perspective on this issue, it is important to bear in mind how mobility happens from the point of view of young people: in respect to their motivations and what they expect from the mobility experience. In explaining how mobility happens, and doesn't happen in cases of frustrated movement, there is a temptation to assume that moves are made for economic reasons, implying that there is no need to consider the matter of mobility decision-making processes any further. In regard to what might be driving this movement, while it may be possible to appreciate certain aspects of mobility using secondary

4. The caveat needs to be added that UNESCO does not provide details of how its figures were collated other than stating that figures are collected annually from official national statistical authorities.

data, such as the extent and direction of student migration flows as discussed above, identifying and establishing causality in regard to drivers is not possible from such a macro level perspective. As a sociologist and a researcher with personal and professional experience of mobility in its institutional and free forms, I am aware of the need to acknowledge the existence of the micro level factors that influence mobility decisions, and the unpredictable nature of the outcomes from the practice of mobility. Both these perspectives are equally important in establishing an understanding of how mobility is practiced and in creating an appreciation of the challenges entailed in its management. What 'shapes' mobility involves more than the existence of the desire to leave, principally the possession of a range of often hard to acquire social and economic resources. Young people also have different motives for wanting to move, including personal and professional development; alongside establishing a foothold in the labour market, independence is also being established outside the workplace.

These needs and desires are mediated by two basic factors that need to be in place before a departure: what I have termed 'mobility imperative' and 'mobility capacity' (Cairns, 2015b). Mobility imperatives are often quite self-explanatory, such as high levels of unemployment or limited opportunities for educational development in regard to structural circumstances, and recognition that a move may be beneficial, or necessary, for career survival or more general well-being at a more personal level. Mobility capacity meanwhile concerns with access to social and economic capital, including knowledge about potential destinations, foreign language fluency and having a supportive family and peer group. There are also a number of 'telltale signs' that denote the existence of mobility capacity. For example, young people who have coherent and detailed plans about how they are going to move are most likely to be successful in moving abroad. Mobility also tends to be an incremental process: a short stay abroad or a move during childhood may provide the groundwork for a later move, even this mobility is a move to relatively nearby destination. It is when both these attributes are present that mobility happens. But it is also the rarity of having possession of a balanced combination of the two that explains the exceptionality of mobility practice among European youth populations. These remarks need to be accompanied by noting the existence of a range of problems in managing mobility that can lead to the loss of these qualities. While we are, in theory, living in a borderless Europe, the reality is that many hidden exclusion mechanisms remain, ranging from the difficulties of finding suitable accommodation on arrival to obtaining pension contributions on retiring. And for movement to and out from the EU, visa restrictions remain in place.

For Portuguese young people wishing to move within the EU, issues such as visa restrictions may not be a problem, but there are other potential inhibitors. The study of youth transitions in this country has underlined the importance of home-based dependencies and responsibilities; the often complex inter-generational dependencies between young people and their parents that can extend transitions well into young adulthood or contribute to the creation of indeterminate forms of independence wherein young people fluctuate between different emancipation statuses (Pais, 2001; Guerreiro and Abrantes, 2004; Torres, et al., 2013). That youth transitions can be elongated and convoluted is well-known (Serracant, 2015, pp. 29-40; see also Nico, 2014), and just as tasks such as leaving home and starting a family may be delayed or managed with the support of families as opposed to be expressions of generational emancipation, it may be that mobility is deferred to a later date and organised with the help of families rather than representing a means of escaping them.

Concluding summary

Having looked at a number of key aspects of youth mobility, with particular emphasis upon student and graduate circulation, this concluding summary seeks to integrate these reflections and look towards some ideas for better understanding how and why mobility is practiced. While youth mobility prevalence is hard to establish, we know that it is the exception not the rule within the youth phase. But for those who are able to mobilize, there is the potential to move towards better or alternate professional outcomes. At a personal level, there is also an opportunity to develop inter-cultural competencies or escape nationally-bounded hardship. Additionally, certain forms of institutional mobility, such as Erasmus exchanges, can contribute to the reaching of the political objectives of the European institutions, including the realisation of the principle of free movement. The emphasis within European level youth mobility is also squarely upon circulation as opposed to encouraging longer duration or more open-ended forms of mobility, including migration; movement that would be politically unpopular at nation state level. Therefore, given the subsidiary of Europe to its member states, it is therefore no surprise that mobility platforms integrate return mechanisms.

The perspective of young people is somewhat different. While the assumption that young people move abroad due to basic economic imperatives prevails, youth mobility seems most common within socio-demographic groups where there is actually little or no need to escape financial hardship (King et al., 2011). In explaining why this is the case, we can consider the influence of family background, and the inter-generational reproduction of mobility values. Particular use can be made of the concept of 'habitus' as developed by Peirre Bourdieu to explain the process whereby parents encourage their children to migrate in order to maintain a family's social class position or avoid a decline in social status (Cairns et al., 2013, pp. 547-548). Certain ingrained actions thus come to appear as natural choices, perhaps without the actor realising this, and act as 'structuring dispositions' in the making of mobility choices (Bourdieu 1990, p. 52: see also Bourdieu, 1996). This entails the encouragement of certain ways of thinking and acting, coupled with the necessary financial resources. It is the right combination of resources – social capital in the form of practical knowhow and contacts and economic capital including financial support – that explains how mobility happens. For this reason, if we wish to encourage more young people to be mobile, we need to ensure that they have more equitable these resources. While it may not be feasible to financially support such moves amongst large populations, it is possible to raise awareness of the need to circulate, as well as establish some ideas on how to successfully manage foreign sojourns; learning from those with prior mobility experience and a familiarity with the challenge.

Looking towards policy ideas for better management of youth mobility besides improving the quality of information, two basic points need to be made. Firstly, within institutional mobility as practiced via programmes such as Erasmus, there is a need for better balance between countries to eliminate the uncomfortable situation of certain countries becoming receptacles for the students of other, typically more wealthy, nations. Neither should publically-funded initiatives be restricted to those with the 'right' academic attributes, given the potentially for inadvertently supporting elitist cliques rather than opening-up possibilities for a more socio-demographically diverse student body. Secondly, in regard to free movement, it has to be acknowledged that within the relatively open space of the EU, this is basically uncontrollable. Young people will move abroad of their own volition providing they have the means to do so. Having

said this, fears regarding potentially damaging brain drain processes can to some extent be assuaged by the fact that relatively few individuals possess the necessary social and economic resources needed to sustain mobility. Ironically, the greatest bulwarks against brain drain are social inequality and economic poverty. A more realistic concern however lies with the potential loss of potentially beneficial youth circulation due to reductions in household incomes or the simple fact of there being fewer viable destinations in the post global financial crisis era.

This leads to the suggestion that instead of fretting about the number of highly qualified young people leaving, more attention should be focused upon supporting these young people who need to leave, while at the same time fostering social and economic growth at home so that they have an incentive to return, having in theory acquired new skills and competencies that can be used to support the domestic economy. This is obviously a tall order, but perceiving youth mobility as circulation rather than in terms of classical migration is the first step in this process and not a particularly difficult one to take.

References

- Altbach, P. G. and Knight, J. (2007) 'The internationalization of higher education: Motivations and realities', *Journal of Studies in International Education*, 11, 3, 290-305.
- Alves, N. A., Cantante, F., Baptista, I. and do Carmo, R. M. (2011) *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Araújo, E. R. (2007) 'Why Portuguese students go abroad to do their PhDs', *Higher Education in Europe*, 32, 4, 387-397.
- Baganha, M. I. and Góis, P. (1999) 'Migrações interacionais de para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?', *Revista Critica de Ciências Sociais*, 52/53, 299-280.
- Bourdieu, P. (1990) *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford California Press.
- Bourdieu, P. (1996) *The State Nobility: Elite Schools in the Field of Power*. Cambridge: Polity Press.
- Brooks, R. and Waters, J. L. (2011) *Student Mobilities, Migration and the Internationalization of Higher Education*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cairns, D. (2008) 'Moving in transition: An exploration of Northern Ireland youth and geographical mobility', *Young*, 16, 3, 227-249.
- Cairns, D. (2014) *Youth Transitions, International Student Mobility and Spatial Reflexivity: Being Mobile?* Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cairns, D. (2015a) 'International Student Mobility in Crisis? Understanding post-diploma mobility decision-making in an economic crisis context', *Sociologia, Problemas e Práticas*, 79, 9-25.
- Cairns, D. (2015b) 'Mapping the youth mobility field: Youth sociology and student mobility/migration in a European context' in A. Lange, H. Reiter, S. Shutter, A. Lange, C. Steinar (eds) *Handbook of Childhood and Youth Sociology*, pp. 1-18. Wiesbaden: Springer.
- Cairns, D., Alves, N. A., Alexandre, A. and Correia, A. (2016) *Youth Unemployment and Job Precariousness: Political Participation in the Austerity Era*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cairns, D., Growiec, K. and Alves, N. A. (2014) 'Another missing middle? The marginalised majority of tertiary educated youth in Portugal during the economic crisis', *Journal of Youth Studies*, 17, 8, 1046-1060.
- Cairns, D., Growiec, K. and Smyth, J. (2012) 'Spatial reflexivity and undergraduate transitions in the Republic of Ireland after the Celtic Tiger', *Journal of Youth Studies*, 15, 7, 841-857.
- Cairns, D., Growiec, K. and Smyth, J. (2013) 'Leaving Northern Ireland: The youth mobility field, habitus and recession among undergraduates in Belfast', *British Journal of Sociology of Education*, 34, 4, 544-562.
- Dale, R. and Robertson, S. (2009) *Globalisation and Europeanisation in Education*. Oxford: Symposium Books.
- Deakin, H. (2014) 'The drivers to Erasmus work placement mobility for UK students', *Children's Geographies*, 12, 1, 25-39.
- Delicado, A. (2011) 'The consequences of mobility: Careers and work practices of Portuguese researchers with a foreign PhD degree', in F. Dervin (ed.) *Analysing the Consequences of Academic Mobility and Migration*, pp. 163-180. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

- Dobson, M. (2009) 'Unpacking children in migration research', *Children's Geographies*, 7, 3, 355-360.
- European Commission (2014) *Erasmus - Facts, Figures and Trends. The European Support for Student and Staff Exchanges and University Cooperation in 2012-13*. Publications Office of the European Union: Luxembourg.
- Feyen, B. and Krzaklewska, E. (eds) (2013) *The Erasmus Phenomenon – Symbol of a New European Generation*. Frankfurt: Peter Lang.
- Findlay, A., King, R., Smith, F., Geddes, A. and Skelton, R. (2012) 'World Class? An investigation of globalisation, difference and international student mobility', *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37, 118-131.
- Fontes, M. (2007) 'Scientific mobility policies: How Portuguese scientists envisage the return home', *Science and Public Policy*, 40, 5, 284-298.
- Furlong, A. and Cartmel, F. (1997) *Young People and Social Change: Individualisation and Risk in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.
- Gaillard, A. M. and Gaillard, J. (1997) 'The international mobility of brains: Exodus or circulation?', *Science, Technology and Society*, 2, 2, 195-228.
- Guerreiro, M. D., and Abrantes, P. (2004) 'Moving into adulthood in a southern European country: Transitions in Portugal', *Portuguese Journal of Social Sciences*, 3, 3, 191-209.
- Gürüz, K. (2008) *Higher Education and International Student Mobility in the Global Knowledge Economy*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Guth, J., and Gill, B. (2008) 'Motivations in east-west doctoral mobility: Revisiting the question of brain drain', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34, 5, 825-841.
- Jöns, H. (2011) 'Transnational academic mobility and gender', *Globalisation, Societies and Education*, 9, 2, 183-209.
- Kelo, M., Teichler, U. and Wächter, B. (eds) (2006) *Eurodata: Student Mobility in European Higher Education*. Bonn: Lemmens Verlags.
- King, R. (2002) 'Towards a new map of European migration', *International Journal of Population Geography*, 9, 3, 229-252.
- King, R., Findlay, A. M., Ahrens, J. and Dunne, M. (2011) 'Reproducing advantage: The perspective of English school-leavers on studying abroad', *Globalisation, Societies and Education*, 9, 2, 243-263.
- Kuhn, T. (2012) 'Why educational exchange programmes miss their mark: Cross-border mobility, education and European identity', *Journal of Common Market Studies*, 50, 6, 994-1010.
- Jons, H. (2009) 'Brain circulation and transnational knowledge networks: Studying long-term effects of academic mobility to Germany, 1954-2000', *Global Networks*, 9, 3, 315-338.
- Mitchell, K. (2014) 'Rethinking the "Erasmus effect" on European identity', *Journal of Common Market Studies*, DOI: 10.1111/jcms.12152.
- Murphy-Lejeune, E. (2002) *Student Mobility and Narrative in Europe: The New Strangers*. London: Routledge.
- Nico, M. (2014) 'Variability in the transitions to adulthood in Europe: A critical approach to de-standardization of the life course', *Journal of Youth Studies*, 17, 2, 166-182.

Orr, D. (ed.) (2011) *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of Indicators: Final Report Eurostudent IV 2008–2011*. Bielefeld: W. Bertelsmann Verlag.

Pais, J. M. (2001) *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.

Serracant, P. (2015) 'The Impact of the economic crisis on youth trajectories: A case study from Southern Europe', *Young*, 23, 1, 39-58.

Shanahan, M. J. (2000) 'Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective', *Annual Review of Sociology*, 26, 667-692.

Sigalas, E. (2013) *The European Generation: The Erasmus Exchange Programme and its Implications for European Integration*. Colchester: ECRP Press.

Skelton, T. (2009) 'Children's geographies/geographies of children: Play, work, mobilities and migration', *Geography Compass*, 3, 4, 1430-1448.

Smith, D. P., Rérat, P. and Sage, J. (2014) 'Youth migration and spaces of education', *Children's Geographies*, 12, 1, 1-8.

Teichler, U., Ferencz, I., Wächter, B. Rumbley, L. and Bürger, S. (2011) *Mapping Mobility in European Higher Education Volume I: Overview and Trends*. Brussels: European Commission.

Torres, A., Coelho, B. and Cabrita, M. (2013) 'Bridge over troubled waters: Family, gender and welfare in Portugal in the European context', *European Societies*, 14, 4, 535-556.

Tyrrell, N. A., While, N. A., Ni Laoire, C. and Carpena Mendez, F. (2013) *Transnational Migration and Childhood*. London: Routledge.

UNESCO (2014) *Global Flow of Tertiary-Level Students*. Accessed [July 2015] at: <http://www.uis.unesco.org/education/Pages/international-student-flow-viz.aspx>

Weichbrod, M. (2014) 'Learning mobility: High-school exchange programs as part of transnational mobility', *Children's Geography*, 12, 1, 9-24.



ROTEIROS
DO FUTURO
Presidência da República

